

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA ECONÔMICA

KARINE BARBOSA DA SILVA

Óleos Santos em Terras Roxas:
o sistema de compadrio e apadrinhamento em Ribeirão Preto (1872-1888)

Versão Corrigida

São Paulo

2022

KARINE BARBOSA DA SILVA

Óleos Santos em Terras Roxas:

o sistema de compadrio e apadrinhamento em Ribeirão Preto (1872-1888)

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Econômica do Departamento de Filosofia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, da Universidade de São Paulo, como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestre em História Econômica.

Orientador: Prof. Dr. Lélío Luiz de Oliveira

Versão Corrigida

São Paulo

2022

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Catálogo na Publicação
Serviço de Biblioteca e Documentação
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo

S586 Silva, Karine Barbosa da
Óleos Santos em Terras Roxas: o sistema de compadrio e apadrinhamento em Ribeirão Preto (1872-1888) / Karine Barbosa da Silva; orientador Lelio Luiz de Oliveira - São Paulo, 2022.
166 f.

Dissertação (Mestrado)- Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. Departamento de História. Área de concentração: História Econômica.

1. Compadrio. 2. Apadrinhamento. 3. Ribeirão Preto. 4. Demografia Histórica. 5. Escravidão. I. Oliveira, Lelio Luiz de, orient. II. Título.

SILVA, Karine Barbosa da. **Óleos Santos em Terras Roxas: o sistema de compadrio e apadrinhamento em Ribeirão Preto (1872-1888).** Dissertação (Mestrado) apresentada à Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo para obtenção do título de Mestre em História Econômica.

Aprovado em: ___/___/___

Banca Examinadora

Prof. Dr. _____ Instituição _____

Julgamento _____ Assinatura _____

Prof. Dr. _____ Instituição _____

Julgamento _____ Assinatura _____

Prof. Dr. _____ Instituição _____

Julgamento _____ Assinatura _____

Dedico este trabalho à minha família, luz e farol de qualquer caminho a ser trilhado.

Agradecimentos

Sozinhos não somos nada e o isolamento social nos confirmou isso da maneira mais injusta possível. A conclusão desse trabalho só se fez graças a uma rede de apoio, que me deu suporte e permitiu que eu trilhasse essa estrada até o final. A esses, meus sinceros agradecimentos.

Ao meu orientador, Lélío Luiz de Oliveira, por todos esses anos de trabalho conjunto e apoio acadêmico.

Aos membros da banca, tanto da qualificação quanto da defesa da dissertação, pela leitura atenta e comentários sinceros.

Aos meus pais, por me guiarem nessa vida da melhor maneira que existe. Vocês são tudo pra mim e todo meu esforço é por vocês.

Aos meus irmãos, em especial à Juliana, que foi ouvido atento e suporte inigualável nos dias de tempestade. Sem você nada disso seria possível.

Aos meus amigos Mateus Piva e Josú, por sempre me apoiarem, e à Rita, amiga de todas as horas, suas palavras sempre serenas me ajudaram à passar com tranquilidade pelos momentos delicados.

Ao Luciano, por ser abrigo sempre que precisei. Seu olhar cuidadoso e terno foi combustível durante todo esse processo. Obrigada por tudo e tanto!

A Universidade de São Paulo e à Secretaria da Pós-graduação em História Econômica, por facilitarem tanto quanto possível os processos burocráticos.

E à CAPES, pelo financiamento do projeto. O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.

A todos, minha gratidão mais genuína.

[...] desta forma, a demografia histórica mostrou ser, talvez, a forma mais democrática de se fazer história, porque os mais despossuídos puderam falar por si através daquelas fontes, e mostrar de forma clara os seus comportamentos demográficos, suas histórias de vida, seus sistemas de compadrio e solidariedades, que de outra maneira permaneceriam obscuros.

Ana Silvia Volpi Scott

Resumo

SILVA, Karine Barbosa da. **Óleos Santos em Terras Roxas:** o sistema de compadrio e apadrinhamento em Ribeirão Preto (1872-1888). Dissertação (Mestrado) apresentada à Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo para obtenção do título de Mestre em História Econômica.

O trabalho ora apresentado tem como objetivo central mapear e compreender o sistema de compadrio e apadrinhamento no município de Ribeirão Preto, entre os anos de 1872 a 1888. Amparada pela história da formação fundiária do território, bem como o surgimento e o percurso da temática no campo da demografia histórica, a pesquisa lança mão de registros originais de batismos de livres e ingênuos do município, a fim de delinear o perfil sacramentário, no âmbito religioso e social, que ambos os grupos incorporavam no período susodito.

Palavras-chave: compadrio – apadrinhamento – Ribeirão Preto – demografia histórica – escravidão.

Abstract

SILVA, Karine Barbosa da. **Sacred Oils in Purple Lands:** the system of cronyism and godparenting in Ribeirão Preto (1872-1888). Thesis (Master's Degree). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.

The main objective of this paper is to map and understand the system of cronyism and godparenting in the municipality of Ribeirão Preto, between the years 1872 and 1888. Supported by the history of land formation in the territory, as well as the rise and development of the theme in the field of historical demography, this research makes use of original records of baptisms of free and ingênuos children in the region, in order to trace the sacramental profile, in the religious and social spheres, that both groups embodied during this period.

Keywords: Cronyism – Godparenting – Ribeirão Preto – Historical Demography – Slavery.

Lista de Figuras

Figura 1	Mapa do Caminho dos Goiaes	19
Figura 2	Mapa dos Quarteirões da Freguesia de São Simão	26
Figura 3	Mapa com a Localização de Ribeirão Preto no estado de São Paulo	31
Figura 4	Capa das Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia	76
Figura 5	Livro de registros de batismos de Ribeirão Preto	97
Figura 6	Detalhe: especificação dos anos nos livros de registros de batismo	98
Figura 7	Registro de batismo de um livre de Ribeirão Preto, 1870	98
Figura 8	Registro de batismo de um ingênuo de Ribeirão Preto, 1872	99

Lista de Tabelas

Tabela 1	Primeiros Núcleos Populacionais	23
Tabela 2	Freguesias e municípios do Nordeste Paulista criados até 1889	24
Tabela 3	Produção de Mogi-Mirim, Campinas e Franca, 1836	25
Tabela 4	Doadores do Patrimônio de São Sebastião	30
Tabela 5	População segundo a profissão – Ribeirão Preto - 1874	39
Tabela 6	População cativa segundo a profissão – Ribeirão Preto - 1874	45
Tabela 7	Presença de Café em Ribeirão preto (1870-1879)	49
Tabela 8	Atividade de cativos durante as décadas (1860/70/80)	53
Tabela 9	Estrutura da Posse de Cativos em Ribeirão Preto na década de 1880	54
Tabela 10	Maiores Produtores de Café de Ribeirão Preto (1904-1905)	59
Tabela 11	Registros gerais de batismos (por ano)	101
Tabela 12	Batismos da população livre (por ano)	103
Tabela 13	Tabulação cruzada: Batismos da população livre por ano e sexo	105
Tabela 14	Batismos da população livre (por mês)	106
Tabela 15	Batismos da população livre (por dia da semana)	108
Tabela 16	Idade dos batizados da população livre (em meses)	110
Tabela 17	Tabulação cruzada: Paternidade da população livre por ano e casos	112
Tabela 18	Tabulação cruzada: taxa de ilegitimidade da população livre por ano e casos	114
Tabela 19	Tabulação cruzada: Apadrinhamento da população livre por ano e casos	116
Tabela 20	Tabulação cruzada: batismos da população livre por ano e condição social dos padrinhos	118

Tabela 21	Batismos de Ingênuos (por ano)	120
Tabela 22	Tabulação cruzada: Batismos de ingênuos por ano e sexo	122
Tabela 23	Batismos de ingênuos por mês	123
Tabela 24	Batismos de ingênuos (por dia da semana)	125
Tabela 25	Idade dos batizados de ingênuos (em meses)	127
Tabela 26	Tabulação cruzada: Paternidade de ingênuos por ano e casos	130
Tabela 27	Tabulação cruzada: taxa de ilegitimidade de ingênuos por ano e casos	132
Tabela 28	Tabulação cruzada: Apadrinhamento de ingênuos por ano e casos	135
Tabela 29	Tabulação cruzada: Batismos de ingênuos por ano e condição social dos padrinhos	137
Tabela 30	Tabulação cruzada: Apadrinhamento de ingênuos por legitimidade e condição social dos padrinhos	140

Lista de Gráficos

Gráfico 1	População de Ribeirão Preto e São Simão em 1874	34
Gráfico 2	População segundo o sexo – Ribeirão Preto - 1874	34
Gráfico 3	População segundo a cor – Ribeirão Preto - 1874	35
Gráfico 4	População segundo o estado civil – Ribeirão Preto - 1874	36
Gráfico 5	População segundo a idade – Ribeirão Preto - 1874	37
Gráfico 6	População segundo a instrução – Ribeirão Preto - 1874	37
Gráfico 7	População segundo a origem – Ribeirão Preto - 1874	38
Gráfico 8	Total da População Cativa de Ribeirão Preto e São Simão em 1874	41
Gráfico 9	População cativa segundo o sexo – Ribeirão Preto -1874	41
Gráfico 10	População cativa segundo a cor – Ribeirão Preto -1874	42
Gráfico 11	População cativa segundo o estado civil – Ribeirão Preto - 1874	43
Gráfico 12	População cativa segundo a idade – Ribeirão Preto -1874	44
Gráfico 13	População cativa segundo a origem – Ribeirão Preto -1874	45
Gráfico 14	Comparação População Livre e Cativa em 1874 e 1886	52
Gráfico 15	População geral segundo o sexo – Ribeirão Preto - 1886	54
Gráfico 16	População geral segundo o estado civil – Ribeirão Preto - 1886	55
Gráfico 17	População geral segundo a instrução – Ribeirão Preto - 1886	56
Gráfico 18	População geral segundo a cor – Ribeirão Preto - 1886	56
Gráfico 19	População geral segundo a nacionalidade – Ribeirão Preto - 1886	59
Gráfico 20	Registros Gerais de batismos por ano (%)	102
Gráfico 21	Registros de Livres e Ingênuos em Ribeirão Preto	103

Gráfico 22	Batismos da população livre por ano (%)	104
Gráfico 23	Batismos da população livre por sexo (%)	104
Gráfico 24	Batismos da população livre por mês (%)	106
Gráfico 25	Concentração de batismos da população livre por dia do mês (%)	107
Gráfico 26	Batismos da população livre por dia da semana (%)	108
Gráfico 27	Idade de batizados da população livre em dias (%)	109
Gráfico 28	Paternidade da população livre (%)	113
Gráfico 29	Taxa de legitimidade entre a população livre (%)	115
Gráfico 30	Apadrinhamento da população livre (%)	117
Gráfico 31	Batismos de ingênuos por ano (%)	121
Gráfico 32	Batismos de ingênuos por sexo (%)	121
Gráfico 33	Batismos de ingênuos por mês (%)	123
Gráfico 34	Concentração de batismos de ingênuos por dia do mês (%)	124
Gráfico 35	Batismos de ingênuos por dia da semana (%)	125
Gráfico 36	Idade dos batizados de ingênuos em dias (%)	127
Gráfico 37	Paternidade dos ingênuos (%)	131
Gráfico 38	Taxa de legitimidade entre ingênuos (%)	133
Gráfico 39	Apadrinhamento dos ingênuos (%)	136
Gráfico 40	Condição social dos padrinhos de ingênuos (%)	138

Sumário

INTRODUÇÃO	15
CAPÍTULO 1 – FORMAÇÃO HISTÓRICA E DEMOGRÁFICA DE RIBEIRÃO PRETO	17
1.1 – Das sesmarias ao caminho dos Goíases	17
1.2 – A crise aurífera e a migração para o interior paulista	21
1.3 – Entrantes mineiros na “terra roxa”	22
1.4 – Nasce a região de Ribeirão Preto	24
1.5 – A questão da terra e a formação do patrimônio de São Sebastião	28
1.6 – Composição demográfica de São Sebastião do Ribeirão Preto	32
1.7 – O contingente cativo em Ribeirão Preto	40
1.8 – O “ouro verde” chega às terras de São Sebastião	46
CAPÍTULO 2 – DEMOGRAFIA HISTÓRICA E SUAS POSSIBILIDADES: COMPADRIO E APADRINHAMENTO	61
2.1 – A criação de um método para o estudo da família	61
2.2 – A formação de uma disciplina	62
2.3 – Demografia e escravidão	68
2.4 – Demografia histórica e interdisciplinaridade	69
2.5 – Velhas fontes, novos olhares	70
2.6 – Compadrio e apadrinhamento	71
2.7 – O sacramento do batismo	72
2.8 – O rito batismal nas Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia	75
2.9 – O batismo de cativos	82
2.10 – O duplo caráter do batismo	84
CAPÍTULO 3 – O SISTEMA DE COMPADRIO E APADRINHAMENTO DE LIVRES E INGÊNUOS EM RIBEIRÃO PRETO (1872-1888)	94
3.1 – A pesquisa sobre compadrio no Brasil	94
3.2 – O tratamento das fontes	96
3.3 – Perfil do apadrinhamento de livres em Ribeirão Preto: 1872-1888	103
3.4 – Compadres e comadres da população livre em Ribeirão Preto: 1872-1888	111
3.5 – Perfil do apadrinhamento de ingênuos em Ribeirão Preto: 1872-1888	120
3.6 – Compadres e comadres de ingênuos em Ribeirão Preto: 1872-1888	128
CONSIDERAÇÕES FINAIS	144
FONTES	146
REFERÊNCIAS	147

INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem como objetivo principal analisar como se estruturou o sistema de compadrio no município de Ribeirão Preto, entre os anos de 1872 a 1888, traçando o perfil de apadrinhamento tanto da população livre, quanto daquela filhos de cativos, através de registros de batismos constantes na Paróquia de São Sebastião, atual catedral da cidade.

A reconstituição desses movimentos na baliza temporal mencionada coincide com o período em que Ribeirão Preto se firmou como o principal produtor de café entre os municípios da província de São Paulo, ao passo que a zona servida pela estrada de ferro Mogiana, em conjunto, passava a liderar a produção cafeeira paulista.

O primeiro capítulo trata, justamente, da história e contextualização da formação do município de Ribeirão Preto. A Fazenda da Figueira foi o ponto de partida da ocupação do perímetro. O deslocamento e fixação de migrantes, no sentido Minas – São Paulo (Ribeirão Preto) foi motivado pelos desejos econômicos e agrários.

A sociedade, nesse período, ainda era plantadora e criadora. Apesar das manifestações urbanas já acontecerem, essas só alcançaram êxito quando a região em questão, usufruindo das terras e do trabalho livre e cativo, adentrou na frente pioneira de expansão da cafeicultura, na passagem da década de 1870 para 1880, cenário da nossa pesquisa.

A partir de então, mudanças significativas assolaram o município, como a chegada da ferrovia Mogiana, que possibilitou o surgimento de novas classes e configurações demográficas, transformando todo o arranjo social da cidade, inclusive as redes relacionais criadas através do sacramento do batismo.

O segundo capítulo versa sobre o lugar assumido pela temática do compadrio dentro do campo da Demografia Histórica, bem como o rito do batismo em si, através das Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia, o manual responsável por fundamentar e gerir todas as regras respectivas ao sacramento em terras brasileiras.

Os registros de batismos estão entre os documentos eclesiais mais utilizados nas pesquisas demográficas, principalmente pelo fato de permitirem conhecer elementos próprios da mentalidade de determinadas localidades ao longo dos anos, como os padrões de apadrinhamento.

O batismo é um dos sagrados sacramentos da religião católica. Seu significado consiste na purificação através da água benta, realizado diante da pia baptismal. Segundo o disposto nas Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia,

no ato do batismo, os pais da criança deveriam escolher um padrinho e uma madrinha para participar da cerimônia. Esses não poderiam ter menos de doze anos, no caso das madrinhas, ou quatorze, no caso dos padrinhos, necessário pertencer também à mesma ordem religiosa católica (VIDE, 1853).

Primeiro sacramento da Igreja Católica, o batismo insere o batizando aos dogmas cristãos, ao passo que amplia seus laços de parentesco espiritual com seus padrinhos através do apadrinhamento, bem como estes com os pais ou responsáveis, mediante a prática do compadrio.

Entretanto, ainda que o rito batismal assumisse, aos olhos da Igreja, uma função religiosa muito genuína, de reafirmação da fé católica e criação de laços parentais com os padrinhos que forneciam todo o ensinamento da doutrina cristã e garantia o sucesso desta criança no caminho divino, como afirma a fé cristã o sacramento do batismo não se resumia apenas neste aspecto.

Para além do caráter religioso do rito, existe uma função social bastante marcada pela sociedade colonial, que se utilizava da prática do compadrio e do apadrinhamento para criar laços que exerciam não somente a função sagrada, como também uma face política, de apresentação da criança à sociedade em que a mesma se inseria, criando alianças de mútua ajuda administrativa e financeira.

A pesquisa que ora se apresenta, enfatiza justamente o caráter social do compadrio, a fim de compreender o batismo não somente como um instrumento religioso, mas como uma possibilidade de construir relações proveitosas para ambas as partes.

No terceiro capítulo temos a análise dos dados obtidos através dos registros de batismos da Paróquia de São Sebastião de Ribeirão Preto. Com o relato da tratativa dos documentos ao longo da feitura do trabalho, compreende-se como foram abordadas os diferentes segmentos sociais, bem como o trabalho com a fonte em si, norteando os resultados apresentados.

Considerando todo o referencial adotado, as relações identificadas tendem a sugerir o uso do compadrio como parte de uma estratégia econômica e social das parcelas da população. Para os escravizados e seus filhos, as redes de parentesco criadas através do rito batismal existiam para alcançar alguns benefícios, em uma sociedade elitista e excludente. Do mesmo modo, para os livres, o apadrinhamento mostra-se como uma ferramenta de manutenção de riqueza e status, através da filiação a sujeitos de posses e prosperidade.

CAPÍTULO 1 – FORMAÇÃO HISTÓRICA E DEMOGRÁFICA DE RIBEIRÃO PRETO

O estudo do compadrio e apadrinhamento perfaz elementos religiosos e culturais, que só são passíveis de ser compreendidos se retornarmos aos primórdios da formação de um município. Ribeirão Preto foi criada à margem de um rio, com uma população eminentemente migrante e pobre, pautada na religiosidade popular, essa que direcionou diversas estratégias na formação de redes de contato através do batismo, seja no âmbito espiritual ou social.

Para compreendermos como o catolicismo se solidificou na região e quais as implicações do sacramento batismal e dos laços familiares por esses formados, torna-se indispensável retrocedermos ao início da constituição territorial de Ribeirão.

1.1 – Das sesmarias ao Caminho dos Goiaes

A história territorial do Brasil, e conseqüentemente da parcela que chamamos de Nordeste Paulista, tem seu início firmado em Portugal, por volta do século XIV, lugar e época de origem do regime de terras pautado nas sesmarias, que foi consolidado e exportado para a colônia.

No decurso do período colonial, o sistema de sesmarias foi introduzido em terras brasileiras como uma espécie de modelo de sucesso português. Em sua gênese, o termo “sesmaria” advém do verbete “sexmo”, que corresponde à pequenas terras retiradas daquelas comunais, que eram sorteadas aos moradores, no intuito de cultivá-las.¹

O vocábulo sesmaria derivou-se do termo "sesma", correspondente a 1/6 do valor estipulado para o terreno. "Sesmo" ou "sesma" também poderia ter sua origem que na época era chamado no verbo "sesmar" (avaliar, estimar, calcular), ou ainda, significar um território repartido em seis lotes, nos quais, durante seis dias da semana, exceto Domingo, trabalhariam seis sesmeiros.²

O regime de sesmarias foi reproduzido no Brasil a partir do século XVI, como um dos principais meios de promoção da colonização, bem como de regularização da partilha de terras, uma vez que a extensão além-mar representava vastos territórios

¹ DINIZ, Mônica. Sesmarias e posse de terras: política fundiária para assegurar a colonização brasileira. *Histórica: revista eletrônica do arquivo do estado de São Paulo*, v. 2, 2005. p. 2.

² *Idem*.

desocupados e desordeiros, necessitados de elementos jurídicos para regulamentá-lo.³

As sesmarias brasileiras encontravam-se sob autoridade jurídica da Corte portuguesa e tributária da Ordem de Cristo, essa uma derivação da Ordem dos Templários, organização da Idade Média que tinha por objetivo defender os cristãos dos ataques muçulmanos.⁴ Estes lotes concedidos pela Coroa tinham como condição básica a ocupação e o cultivo da terra, como forma de torná-las produtivas, com possível confisco caso isso não ocorresse.

Mesmo carregado de instrumentos legais para a fiscalização, o modelo de sesmarias portuguesas não obteve grande êxito em terras tupiniquins. Enormes lotes no interior do país, longe dos olhos da Coroa e da Igreja, permitiram que houvesse um movimento de improdutividade em várias partes da colônia.

Como resposta, diversos mecanismos no âmbito legal foram criados pelo governo, como normas de tributações, limites de extensão territorial das sesmarias, entre outros estatutos que também não conseguiram efetividade plena, dado que áreas distantes de centros econômicos não eram de interesse dos sesmeiros.⁵

Além disso, o sistema sesmeiro contemplava, em sua maioria, pessoas de posse ou títulos que tinham em mãos as cartas de doações que lhes faziam donos dos domínios das ditas terras. Este fato excluía uma parcela da população menos abastada, que ficava a margem da integração territorial da colônia, levando à constituição da figura do posseiro, estes menos afortunados, que se apossavam por meio da pura e simples ocupação da terra.

A partir de São Vicente e da Villa de São Paulo de Piratininga, o deslocamento de ocupação territorial rumo ao interior da capitania e à outras localidades fizeram com que o movimento migratório nessa área se avolumasse em várias direções, viabilizando diversas aberturas de novos caminhos e estradas, entre eles, o Caminho dos Goiaes.⁶

³ NOZOE, Nelson Hideik. Sesmarias e apossamento de terras no Brasil Colônia. *Revista Economia*, v. 7, n. 3, 2006. p.2.

⁴ DINIZ, Mônica. Sesmarias e posse de terras: política fundiária para assegurar a colonização brasileira, *Histórica: revista eletrônica do arquivo do estado de São Paulo*, v. 2, 2005.

⁵ PAULA, Fernando Nogueira de. *Violência na Vila de São Sebastião do Ribeirão Preto (1874-1888): livres e escravos nas barras da justiça*. Dissertação, Universidade Estadual Paulista “Júlio De Mesquita Filho” Faculdade de História, Direito e Serviço Social (FHDSS – Franca), Franca, 2009. p. 18.

⁶ LAGES, Jose Antônio Correa. *Ribeirão Preto: da Figueira a Barra do Retiro*. São Paulo: Editora Nelpa, 2010. p. 20.

O caminho saía de São Paulo em direção ao norte, passando pelas atuais cidades de Jundiáí, Moji Mirim, Casa Branca e Mojiguaçu, posteriormente em direção noroeste, passando por Cajuru, Batatais, Franca, Igarapava e Miguelópolis.¹⁰

Entre os anos de 1727 e 1736, encontravam-se ao longo da Estrada do Anhanguera um total de 69 registros de sesmarias.¹¹

Após 1737, observa-se uma diminuição da concessão de sesmarias nessa região¹² e, como consequência, os chamados pousos apresentam súbito desenvolvimento em meados do século, devido ao alargamento do trânsito de pessoas que agora circulam por entre essas estradas, possibilitando, para além das sesmarias, a formação de pequenos núcleos populacionais que intentavam servir de aporte aos que por ali passavam.

Distantes algumas léguas uns dos outros, esses humildes ranchos serviam como entrepostos comerciais, eram os locais em que os viajantes paravam, descansavam, adquiriam mantimentos para seu sustento e de sua tropa e seguiam viagem. Os moradores desses pousos plantavam e forneciam os alimentos considerados essenciais na dieta dos sertanistas: "o feijão, o milho e a mandioca, plantas indígenas, constituem, pois, o que poderia chamar de triângulo básico da alimentação do caipira."¹³

A população dos pousos, conhecidos também como sítios ou paragens, situados entre o Rio Pardo e o Rio Grande era, muitas vezes, esparsa e desigual, variavam no número de seus membros e moradores, mas tinham em comum o fato de contarem com um córrego que passava por perto e permitia a sobrevivência dos mesmos.

A falta de estabilidade também fazia parte da realidade dos pousos e atuava como um fator de pulverização das pequenas sociedades que se formavam, viabilizando uma ocupação das terras, muita das vezes, temporária. Isso significa que a dinamicidade de moradia fazia com que houvesse um grande rodízio, tanto entre os locais escolhidos, quanto entre os ocupantes dos sítios.

¹⁰ SANCHES, Thiago. Índícios de comércio no caminho do Anhanguera a partir de meados do século XVIII. *Anais do XXVI Simpósio Nacional de História/ANPUH*, 2011. p.1.

¹¹ MONTI, Carlo Guimarães. *O empreendedor possível na cafeicultura de Ribeirão Preto: Joaquim da Cunha Diniz Junqueira (1890-1915)*. Tese (doutorado) - Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, 2014. p. 31.

¹² Para relação de sesmarias do período de 1726 a 1736, ver: LAGES, Jose Antônio Correa. *Ribeirão Preto: da Figueira a Barra do Retiro*. São Paulo: Editora Nelpa, 2010. p. 29.

¹³ MELLO E SOUZA, Antônio Candido de. *Os parceiros do Rio Bonito. Estudo sobre o caipira e a transformação dos seus meios de vida*. São Paulo: Livraria Duas Cidades, 1977. p. 52.

É nesse contexto que surgem os primeiros povoadores não nativos do sertão paulista: os sitiantes resumiam-se a pequenos núcleos populacionais, com populações reduzidas e esparsas, mas que permitiram a inflação demográfica de uma região até então desconhecida, ensejando no incremento populacional de onde mais tarde viria se estabelecer o município de Ribeirão Preto.

1.2– A crise aurífera e a migração para o Interior Paulista

Após o apogeu do caminho dos Goiazes, no ano de 1740 até meados de 1790, observa-se uma paralisação do crescimento daquela área, promovida principalmente pelo esgotamento das minas goianas:

Tal esgotamento redundou em uma queda no movimento de pessoas que transitavam naquelas terras em busca do lucro fácil obtido através do ouro e, conseqüentemente, do comércio estabelecido entre os transeuntes e os moradores assentados ao longo da principal via de acesso às riquezas minerais goianas.¹⁴

Na segunda metade do século XVIII, acontece o esgotamento das minas de ouro de Minas Gerais, o que causa um grande deslocamento de pessoas para a região do interior paulista. Vale ressaltar, entretanto, que o esgotamento da produção aurífera das Minas Gerais não é sintomático a um processo de estagnação produtiva. A região passou a crescer em atividades que, outrora, já cobriam as demandas dos mineradores e, no século XIX, contemplava grande parte da produção agropastoril do território.¹⁵

O gradativo aumento da atividade produtiva nas minas propiciou uma compacidade demográfica na região, resultando nos fluxos migratórios e na adoção de novas produções, como alimentos e vestuário, que foram intensificadas pós chegada da família real portuguesa no Brasil, em 1808.

Segundo Lages¹⁶, o trânsito dessas pessoas para a região do sertão paulista vem elencado por três motivos fundamentais: primeiro, a recente possibilidade de sair e entrar na capitania (ação que antes de 1810 era proibida para evitar contrabando de ouro), oportunando o transporte de mercadorias de Minas para o Rio de Janeiro, onde

¹⁴ GARAVAZO, Juliana. *Riqueza e escravidão no nordeste paulista: Batatais, 1851-1887*. Mestrado em História Econômica, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006. p. 25.

¹⁵ LAGES, Jose Antônio Correa. *Ribeirão Preto: da Figueira a Barra do Retiro*. São Paulo: Editora Nelpa, 2010.

¹⁶ *Idem*.

a Corte se situava. Essa atitude do Estado também é vista como uma tentativa de penetração contundente de seus tentáculos para o interior.

Em segundo lugar, a população de Minas aumentou na mesma proporção que a possibilidade de adquirir terras diminuiu. Sem propriedade, essas pessoas buscavam novas terras desocupadas para construir moradia.

E terceiro, também dada pelo aumento demográfico, houve a formação de um campesinato excedente que optou ou pelo trabalho assalariado em terras vizinhas ou por continuar expandindo para além dos limites da fronteira agrícola.¹⁷ Essas três condições fundamenta a movimentação de uma grande parcela de mineiros para as terras no interior paulista, dando origem ao que chamamos de “entrantes mineiros”.

1.3– Entrantes mineiros na “terra roxa”

A formação da população de grande parte do interior do estado de São Paulo, incluindo o que chamamos de oeste paulista, como já reportado, se deu em razão de correntes migratórias advindas das Minas Gerais, após o declínio da atividade mineradora, em meados dos anos de 1790.

Os mineiros que aqui chegavam, vinham a essas terras com poucos pertences, geralmente com alguns cativos e poucas ferramentas, dado o fato de não pertencerem a uma camada economicamente privilegiada da sociedade¹⁸. No entanto:

[...] em comparação com os paulistas que se dispersavam pelo Caminho de Goiás durante o século XVIII, esses mineiros eram "homens de certa posse". É bom que se esclareça que estes mineiros nunca haviam trabalhado em minas de ouro e diamantes. Viviam da pecuária e da agricultura e, mesmo assim, tinham certo comportamento de homens da cidade. Era a necessidade de comprar e vender seus produtos que os levava, com frequência, às vilas de São João del Rei, Mariana, Campanha, Tamanduá (atual Itapeperica), Aiuruoca, na província de Minas Gerais.¹⁹

Estes homens pioneiros na região se instalam nos ditos pousos, ainda no século XVIII, formando os primeiros núcleos populacionais da área que mais tarde englobaria o município de Ribeirão Preto.

¹⁷ LAGES, Jose Antônio Correa. *Ribeirão Preto: da Figueira a Barra do Retiro*. São Paulo: Editora Nelpa, 2010.

¹⁸ LAGES, José Antônio Correa. A organização fundiária e a construção das sociabilidades nas origens de Ribeirão Preto. *Artigo - Blog do Professor Lages*, s/d. p.2.

¹⁹ *Idem*.

Tabela 1 – Primeiros Núcleos Populacionais

<i>Denominação Atual</i>	<i>Primeira Denominação</i>	<i>Ano de criação da Freguesia</i>
<i>Mogi Guaçu</i>	Moji do Campo	1729
<i>Mogi Mirim</i>	Mojimirim	1751
<i>Caconde</i>	Nossa Senhora da Conceição / Bom sucesso	1775 (criação) – 1820 (reativação)
<i>Franca</i>	Bagres	1805
<i>Casa Branca</i>	Casa Branca	1815
<i>Batatais</i>	Batatais	182 5
<i>São Simão</i>	São Simão	1842
<i>Cajuru</i>	Cubatão	1846

Fonte: Adaptado de LAGES, Jose Antônio Correa, **Ribeirão Preto: da Figueira a Barra do Retiro**, São Paulo: Editora Nelpa, 2010.

A fixação desses migrantes na região do interior desconhecido está atrelada a um anseio de moradia e produção em terras que, se antes restritas nas Minas Gerais, agora vazias em um novo território, prontas para serem apossadas. Soma-se a isso, as profundas mudanças que a chegada da família real proporcionou, devido à expansão das estradas para comunicação entre cidades e vilas, além do desenvolvimento de novos mercados para atender as necessidades recém-criadas.

O que aconteceu, na verdade, acompanhando o esgotamento das lavras, foi um crescimento e uma diversificação da economia que levou muita gente a ocupar novas terras onde estas ainda não tinham proprietários, tanto na província mineira quanto nas outras vizinhas. Uma expansão econômica acompanhada por uma dispersão populacional, impulsionada pela formação de um verdadeiro mercado interno, já em crescimento desde o período do ouro, mas agora com um forte eixo aglutinador, o Rio de Janeiro, desde a chegada da família real em 1808.²⁰

Os patrimônios eram solidamente construídos nas novas terras até que a intervenção legal viesse a promover subtrações e divisões, mas, em geral, os pertences consolidavam uma riqueza familiar quase que indivisível. A disputa por terras nesse período é contundente, visto a presença da suspensão das sesmarias pelo Império no ano de 1822.²¹

Entre os anos de 1822 e 1850, a posse se tornou a única forma de aquisição de terras, permitindo uma abertura para a atuação dos posseiros, dado o caráter de legalidade agora assumido pela ocupação. Esse momento ficou conhecido na história

²⁰ LAGES, José Antônio Correa. A organização fundiária e a construção das sociabilidades nas origens de Ribeirão Preto. *Artigo - Blog do Professor Lages*, s/d. p.3

²¹ LAGES, Jose Antônio Correa. *Ribeirão Preto: da Figueira a Barra do Retiro*. São Paulo: Editora Nelpa, 2010.

como fase áurea do posseiro, frisando o crescimento dessa figura no território brasileiro.²²

1.4– Nasce a região de Ribeirão Preto

Os primórdios da ocupação da região conhecida como Vale do Rio da Onça data de 1807, sob o comando do Coronel Joaquim da Costa Gavião, que obtinha sesmarias na região entre o Rio Moji-Guaçu e o Rio da Onça, lugar que servia de ligação entre o caminho dos Goiases e a Vila de Mogi-Mirim. Esses primeiros migrantes entraram no território Paulista através do Arraial do Desemboque, de Jacuí e Cabo Verde, formando as primeiras freguesias que mais tarde originariam os municípios da região.²³

Tabela 2 – Freguesias e municípios do Nordeste Paulista criados até 1889

<i>Municípios</i>	<i>Data da freguesia</i>	<i>Data do município</i>	<i>Município de origem</i>
Franca	1804	1821	Mogi-Mirim
Batatais	1815	1839	Franca
Cajuru	1846	1865	Batatais
Ituverava	1847	1885	Franca
Igarapava	1851	1873	Franca
Ipuã	1859	1948	S. Joaquim da Barra
Sto. Antonio da Alegria	1866	1885	Cajuru
Morro Agudo	1872	1934	Orlândia
Rifaina	1873	1948	Pedregulho
Nuporanga	1873	1885	Batatais/Orlândia
Patrocínio Paulista	1874	1885	Franca
Altinópolis	1875	1918	Batatais
Jeriquara	1885	1964	Franca
São Simão	1842	1865	Casa Branca
Ribeirão Preto	1870	1871	São Simão
Sertãozinho	1885	1896	Ribeirão Preto
Serra Azul	1885	1927	S. Simão

Fonte: IGC, 1995 in BRIOSCHI, Lucila Reis. De São Simão a Ribeirão Preto: reflexões sobre um processo de ocupação territorial. **A cidade como fonte de pesquisa – USP**, v.1, n.1, 2016. p. 509.

Em pouco tempo, a região do Sertão do Rio Pardo está ocupada das primeiras fazendas dos primeiros entrantes, estes a maioria originários de Minas Gerais. Traziam consigo um modelo econômico típico do Sul de Minas, de onde provinham

²² PAULA, Fernando Nogueira de. *Violência na Vila de São Sebastião do Ribeirão Preto (1874-1888): livres e escravos nas barras da justiça*. Dissertação, Universidade Estadual Paulista “Júlio De Mesquita Filho” Faculdade de História, Direito e Serviço Social (FHDSS – Franca), Franca, 2009. p. 18.

²³ BRIOSCHI, Lucila Reis. De São Simão a Ribeirão Preto: reflexões sobre um processo de ocupação territorial. *A cidade como fonte de pesquisa - USP*, v. 1, n. 1, 2016. pp. 513-514.

com uma economia agropastoril, que era simultaneamente de subsistência e mercantil, dado que tendiam a comercializar seus excedentes.

Vejamos as atividades criatórias de algumas localidades paulistas:

Tabela 3 – Produção de Mogi-Mirim, Campinas e Franca, 1836

Produtos	Unidade	Mogi-Mirim	Campinas	Franca
Café	Arrobas	610	8.081	211
Açúcar	Arrobas	40.520	158.447	272
Aguardente	Canadas	2.312	7.399	337
Arroz	Alqueires	8.668	3.672	2.111
Farinha de mandioca	Alqueires	-	952	3.893
Feijão	Alqueires	12.558	21.015	-
Milho	Alqueires	354.707	96.786	138.632
Fumo	Arrobas	1.850	358	311
Algodão em rama	Arrobas	355	-	-
Porcos	Unidades	14.506	3.137	5.613
Gado cavalari	Unidades	1.574	221	353
Gado muar	Unidades	477	29	33
Gado vaccum	Unidades	2.313	687	1.817
Gado lanígero	Unidades	316	134	632
Trigo	Alqueires	16	-	-
Valor da Produção		308:325\$620	308:089\$580	111:882\$920

Fonte: MÜLLER, 1978 in LOPES, Luciana Suarez. Os proprietários de escravos e a estrutura da posse na antiga freguesia de São Simão, 1835. **Estudos Econômicos** (São Paulo), v.42, n.2, 2012.p. 364.

O ponto de partida para a ocupação da região de Ribeirão Preto foi São Simão, com entrantes mineiros que alcançaram suas terras através de Mogi-Mirim e Casa Branca, cruzando o Rio Pardo e se apossando das terras à margem esquerda.²⁴ Destaca-se, entre esses, o fundador da freguesia, Simão da Silva Teixeira. Proveniente de São João Del Rei, filho de Português, Simão veio para o sertão do vale do Tamanduá por volta de 1830, juntamente com seus irmãos, para montar suas fazendas de criação e, assim, se apossarem de novas terras.²⁵

A freguesia de São Simão foi criada no ano de 1842, sendo dependente de Casa Branca até 1865, quando foi desmembrada e elevada à categoria de vila.²⁶

Em linhas gerais, na primeira metade do século XIX os habitantes da localidade viviam de suas lavouras de subsistência e da criação, de gado e outros pequenos animais. Dos 1.184 moradores arrolados pela lista

²⁴ BRIOSCHI, Lucila Reis. De São Simão a Ribeirão Preto: reflexões sobre um processo de ocupação territorial. *A cidade como fonte de pesquisa - USP*, v. 1, n. 1, 2016. p. 514.

²⁵ LAGES, José Antônio Correa. A organização fundiária e a construção das sociabilidades nas origens de Ribeirão Preto. *Artigo - Blog do Professor Lages*, s/d. p.4.

²⁶ LOPES, Luciana Suarez. Os proprietários de escravos e a estrutura da posse na antiga freguesia de São Simão, 1835. *Estudos Econômicos* (São Paulo), v. 42, n. 2, 2012. p. 364

nominativa de 1835, 891 (75,3%) eram livres e 293 (24,7%) cativos. A população livre era composta basicamente por brancos, 614 (68,9%) e pardos, 260 (29,2%), ao passo que mais de 4/5 da população cativa era formada por negros. Esses moradores estavam divididos em 206 fogos, numa média de 4,3 livres e 1,4 cativos por fogo.²⁷

A freguesia de São Simão estava dividida em seis quarterões, sendo eles: do Tamanduá, Ribeirão da Prata, Ribeirão da Prata II, Ribeirão da Onça, Ribeirão da Divisa e Ribeirão Claro, todos nomes dos afluentes que passavam perto da região. Vejamos:

Figura 2 – Mapa dos Quarterões da Freguesia de São Simão



Fonte: LOPES, Luciana Suarez. Os proprietários de escravos e a estrutura da posse na antiga freguesia de São Simão, 1835, **Estudos Econômicos (São Paulo)**, v. 42, n. 2, 2012. p.376.

O quarterão mais povoado do município chamava-se Ribeirão da Prata II:

[...] que reunia os moradores das fazendas: da Prata, Águas Claras, São Lourenço, Posses e Boa Vista, entre outras. Ao todo eram 188 (72,6%) livres e 71 (27,4%) cativos distribuídos em 42 fogos, numa média de 4,5 livres e 1,7 cativos em cada fogo. [...] O quarterão do Tamanduá, quarto mais populoso, possuía quase o mesmo número de habitantes que o da Onça, 214, dos quais 146 (68,25%) livres e 68 (31,8%) cativos. Esses indivíduos estavam divididos em 33 fogos, com média de 4,4 livres e 2,1 cativos por fogo.²⁸

Outra família antiga na região, essa já de paulistas, também adentrou ao Vale do Tamanduá: a Família Reis de Araújo. Bisnetos de um antigo sesmeiro do Caminho dos Goias, os irmãos Vicente e Mateus se fixaram onde hoje seria o município de

²⁷ LOPES, Luciana Suarez. Os proprietários de escravos e a estrutura da posse na antiga freguesia de São Simão, 1835. *Estudos Econômicos (São Paulo)*, v. 42, n. 2, 2012. p.375

²⁸ *Idem*. pp. 375-376.

Serrana, por volta de 1808, com intenção de se apossarem de terras devolutas. Se instalaram em uma gleba na qual chamaram “Fazenda da Figueira”, sem morarem definitivamente no lugar. Uma vez ou outra para plantarem ou expulsar intrusos da terra, até 1824, quando a família se mudou de fato para a fazenda.

Esta fazenda, no vale do ribeirão Tamanduá, foi, sem dúvida, o ponto de partida da população que, mais tarde ocupou a área correspondente aos municípios de Ribeirão Preto, Serrana, São Simão, Cravinhos e Serra Azul.²⁹

No ano de 1834, o capitão José Mateus dos Reis e seu irmão Vicente, decidiram ocupar uma parte de terras devolutas que se encontravam a oeste da Fazenda da Figueira, já ocupada. Abriram estradas, tomaram posse e fizeram as instalações necessárias para a nova fazenda. O que não esperavam era a chegada de outra família, os Dias Campos, migrantes das Minas Gerais que chegaram à região por volta de 1807, na área da atual cidade de Batatais³⁰. Começaram a partir desse acontecimento os conflitos pela terra.

A família Dias Campos alegava que a família Reis de Araújo havia invadido suas terras sem que houvesse permissão. José Mateus e Vicente, por outro lado, diziam que as terras estavam sem ocupação e não exploradas, o que os dava o direito da posse. Este litígio originou uma ação judicial movida por ambas as partes, que perdurou por anos. Ambas as famílias reuniram todos os aportes jurídicos que podiam, como documentos e testemunhas, a fim de levar a ação em seu benefício. Conquanto, a Família Reis de Araújo, já fixados na Fazenda da Figueira, lançaram mão de uma estratégia bastante inteligente³¹:

[...] independente do curso do processo judicial: abriram dentro da área várias outras fazendas, trouxeram parentes, mais agregados e moradores e começaram a vender partes para terceiros. Era praticamente impossível sua retirada[...] Dentro de poucos anos, todas aquelas terras já estavam nas mãos de outras pessoas através dos mais diversos artifícios: venda, troca, doações, transmissões de herança, etc. Uma enorme quantidade de pessoas, muitas aparentadas com os Reis de Araújo e com os Bezerra dos Reis, tornaram-se condôminos de várias fazendas que foram abertas.³²

O juiz de Casa Branca, onde corria o processo das terras ocupadas, sentenciou, em 1846, um parecer favorável aos primeiros moradores, no qual a família

²⁹ LAGES, José Antônio Correa. A organização fundiária e a construção das sociabilidades nas origens de Ribeirão Preto. *Artigo - Blog do Professor Lages*, s/d. p.5.

³⁰ *Idem*.

³¹ *Idem*.

³² *Idem*. pp. 6-9.

Reis de Araújo deveria pagar um valor simbólico aos Dias Campos, mas ficariam com as terras por eles antes exploradas. Seria o início da ocupação efetiva da região.

1.5– A questão da Terra e a Formação do Patrimônio de São Sebastião

Até meados do século XIX, as sesmarias eram a única forma de se conseguir terras na colônia brasileira, condicionando a ocupação e produção das mesmas. Como já mencionado, esse sistema chega ao fim no ano de 1822, quando grandes volumes de terras não ocupadas, advindas de sesmarias irregulares, tornam-se devolutas, propensas a ocupação e posse, novas formas de domínio territorial.³³

Em 1842, uma tentativa por parte do governo imperial de formular um projeto que regularizasse as terras apossadas anteriormente a 1822 chegou à administração pública. Após diversas tramitações sobre a forma de lidar com as posses irregulares, a Câmara dos Deputados e Senado aprovou o projeto em 1850, criando a Lei nº 601, de 18 de setembro de 1850, também chamada “Lei de Terras”³⁴:

A lei de Terras previa a incorporação pelo Estado das terras desocupadas e não exploradas, e das terras de sesmaria ou posse, com a propriedade não legalizada. Além de legislar sobre a propriedade da terra, a lei de Terras tinha como objetivo garantir mão-de-obra para a lavoura cafeeira. O sistema escravista já dava sinais de esgotamento, o tráfico não era mais permitido, graças a Lei —Euzébio de Queirozll, e os escravos disponíveis não esgotavam as necessidades da lavoura. Era necessário dificultar o acesso a terra, impedindo que brasileiros menos favorecidos e imigrantes se tornassem proprietários. A lei de Terras também previa que a renda obtida pelo Estado com a venda das terras devolutas fosse revertida para um fundo de imigração, com o objetivo de custear a vinda de trabalhadores livres.³⁵

A criação da Lei de Terras 30 anos após a independência demonstra uma prerrogativa fundamental na criação do Estado brasileiro, que precisava dar fim a qualquer resquício do Império, principalmente no que tange a desordem com o processo de aquisição territorial, que promovia intensos conflitos. Com a compra de terras passando a ser a única forma de aquisição das mesmas, o Estado passaria a ser o executor das posses, tornando qualquer outra atividade de apossamento ilegal.³⁶

O Estado passou a exigir, portanto, a regularização das sesmarias ilegais a partir de um determinado prazo e aqueles que não cumprissem poderiam ter suas

³³ LOPES, Luciana Suarez. As origens da economia cafeeira em Ribeirão Preto. *Anais do III Congresso Brasileiro de História Econômica / IV Conferência Internacional de História de Empresas*, 1999. p.3.

³⁴ *Idem.*

³⁵ *Idem.*

³⁶ SAMPAIO, Plínio Arruda. Terras devolutas e latifúndio. *Economia e Sociedade*, v. 5, n. 1, 2016. p.197.

terras rebaixadas à devolutas e entregues ao governo. Além disso, apenas terras de posses legais, sem conflitos e devidamente exploradas poderiam ser legalizadas.³⁷

Uma vez que inúmeras terras da região não haviam se quer documentação que comprovasse a posse, sendo parte de herança ou apossamentos irregulares, uma maneira de se esquivar da perda das propriedades para a Lei de Terras era através dos registros eclesiásticos, dado que estes eram legitimados pela igreja.

Para serem aceitas pela Igreja, as terras doadas, deveriam preencher certos requisitos. Em primeiro lugar tinham que ter sua propriedade comprovada, valer no mínimo 120\$000, não podiam ter nenhum encargo, deveriam pertencer ao mesmo município em que se efetuava a doação, não podiam estar hipotecadas e nem envolvidas em operações pendentes de compra ou venda. Além disso, as doações não poderiam prejudicar nenhum herdeiro ou credor³⁸

Cientes disso, a Família Reis de Araújo, temerosa de perder sua propriedade, seguiu o caminho da legalização pela “fé”, através da doação de terras para a igreja³⁹.

Abre-se aqui um parêntese para versar sobre um mito que se criou acerca desse ato na historiografia regional. Os primeiros memorialistas acreditavam que o fato de doar terras para a igreja constituía um imperativo religioso da região de Ribeirão Preto, o que caiu por terra quando se relacionou com a questão econômica, esclarecendo que, na verdade, era a maneira mais fácil de legalizar as terras até então irregulares⁴⁰.

[...] Acreditamos na profunda religiosidade dos primitivos povoadores da região de Ribeirão Preto, mas maximizar o imperativo religioso na formação de seu núcleo urbano nos leva a camuflar uma realidade estrutural subjacente àquele profundo sentimento espiritual: a necessidade de legitimar e regularizar a posse da terra.⁴¹

A Lei de Terras, portanto, acabou alicerçando a criação do patrimônio de São Sebastião, com as doações que vieram dos moradores do período. O primeiro a fazer a tentativa de doação foi José Mateus dos Reis, em 1845, com uma doação em terras no valor de 40\$000, na intenção de formar um patrimônio para a construção de uma capela em honra de São Sebastião. A doação, no entanto, não foi aceita,

³⁷ LOPES, Luciana Suarez. As origens da economia cafeeira em Ribeirão Preto, *Anais do III Congresso Brasileiro de História Econômica/IV Conferência Internacional de História de Empresas*, 1999. p.4.

³⁸ *Idem*.

³⁹ *Idem*.

⁴⁰ Ver: LAURIANO, João. *Apontamentos para a história de Ribeirão Preto*. São Paulo: Ave Maria, 1965.

⁴¹ LAGES, Jose Antônio Correa. *Ribeirão Preto: da Figueira a Barra do Retiro*. São Paulo: Editora Nelpa, 2010. p. 211.

primeiramente pelo fato de não atingir o mínimo necessário (120\$000), além disso as terras ainda não estavam na posse plena de José Mateus, dado que as mesmas se encontravam em litígio judicial com os Dias Campos⁴².

No ano de 1852, novas tentativas de doações foram feitas:

As novas doações foram de terras das Fazendas das Palmeiras e Esgoto. Num primeiro momento as doações foram aceitas e o bispo de São Paulo, D. Antônio Joaquim de Melo, autorizou o início das obras para construção da capela. Porém, a promotoria da Câmara episcopal da Província não confirmou a decisão do bispo já que valor das terras, que era de 90\$000, não atingia o valor mínimo exigido. João Alves da Silva Primo e sua mulher, Delfina Bezerra, completaram a doação. Mesmo com valendo 120\$000, a doação não foi aceita pois as terras também se encontravam em litígio com Antônio Dias Campos.⁴³

Especialmente no ano de 1853, a terceira tentativa finalmente se fez bem sucedida. Seis casais de doadores, que no mesmo ano haviam requerido a divisão de suas terras e dessa forma legitimaram suas posses, se juntaram e fizeram uma doação que atingiu todos os parâmetros eclesiais exigidos. Podemos considerar estes os fundadores do município de Ribeirão Preto⁴⁴. São eles:

Tabela 4 – Doadores do Patrimônio de São Sebastião

<i>Doadores</i>	<i>Fazenda</i>	<i>Extensão</i>	<i>Data</i>
<i>João Alves da Silva e Ana Delfina Bezerra</i>	Retiro	30 alqueires	19.12.1852
<i>Severiano João da Silva e Gertrudes Maria Teodora</i>	Retiro	12 alqueires	16.03.1853
<i>José Borges da Costa e Maria Felizarda</i>	Retiro	9 alqueires	20.03.1853
<i>Inácio Bruno da Costa e Maria Izidora de Jesus</i>	Retiro	9 alqueires	19.04.1853
<i>Mariano Pedroso de Almeida e Maria Lourenço do Nascimento</i>	Retiro	2 alqueires	22.04.1853
<i>José Alves da Silva e Pulcina Maria de Jesus</i>	Barra do Retiro	2 alqueires	1856

Fonte: LAGES, José Antônio Correa. Ribeirão Preto: da Figueira a Barra do Retiro, São Paulo: Editora Nelpa, 2010. p.242.

⁴² LAGES, Jose Antônio Correa. *Ribeirão Preto: da Figueira a Barra do Retiro*. São Paulo: Editora Nelpa, 2010.

⁴³ LOPES, Luciana Suarez. As origens da economia cafeeira em Ribeirão Preto. *Anais do III Congresso Brasileiro de História Econômica/IV Conferência Internacional de História de Empresas*, 1999. p.4

⁴⁴ *Idem*.

Os terrenos inerentes ao patrimônio de São Sebastião totalizavam 64 alqueires, somando a quantia de 269\$830⁴⁵.

Nos meados do século passado, as terras que compõem grande parte do atual município de Ribeirão Preto,, tendo como centro a fazenda Barra do Retiro, eram constituídas, ao Norte, pelas fazendas Palmeiras e Pontinha ou Ribeirão Preto; a Leste, pelas fazendas do Retiro, Serrinha, Serra Azul, Tamanduá, Capoeirinha e da Figueira; ao Sul, ainda pela fazenda do Retiro, as fazendas dos Cravinhos, Cabeceira do Ribeirão Preto e do Lageado; ao Oeste, pelas fazendas do Retiro, do Laureano ou braço direito do Ribeirão Preto, do Sertãozinho e, também ainda, a da Pontinha ou Ribeirão Preto, todas essas terras subordinadas aos Termos Reunidos de Casa Branca (19) e Mogi-Mirim (20), distrito de São Simão⁴⁶

Naquele momento, as terras doadas se encontravam na margem direita do córrego do Retiro, atuais bairros Campos Elíseos e Jardim Paulista, contudo o Fabriqueiro Manoel de Nazareth Azevedo solicitou ao Juiz Municipal Rodrigues Mendes que as transferissem para a margem esquerda do córrego, sendo deferido o pedido no dia 19 de junho de 1856, data que ficou marcada como a fundação oficial do município.⁴⁷

Figura 3 – Mapa com a Localização de Ribeirão Preto no estado de São Paulo



Fonte: Modificado de MILLIET, 1938 in LOPES, Luciana Suarez, Uma economia em transição: a economia e a alocação de riqueza na antiga Vila de São Sebastião do Ribeirão Preto, década de 1870, **História Econômica & História de Empresas**, v. 10, n. 2, 2012.

⁴⁵ LAGES, Jose Antônio Correa. *Ribeirão Preto: da Figueira a Barra do Retiro*. São Paulo: Editora Nelpa, 2010.

⁴⁶ EMBOABA, Osmani. História da Fundação de Ribeirão Preto. *Revista de História*, v. 10, n. 21–22, 1955. p.6.

⁴⁷ LOPES, Luciana Suarez. As origens da economia cafeeira em Ribeirão Preto, *Anais do III Congresso Brasileiro de História Econômica/IV Conferência Internacional de História de Empresas*, 1999. p.5

1.6– Composição Demográfica de São Sebastião do Ribeirão Preto

Ainda que o patrimônio de São Sebastião tenha sido formado no ano de 1856, Ribeirão Preto continuava atrelado jurídica e administrativamente à Freguesia de São Simão. Foi apenas em 1870, com a lei nº 51 de 2 de julho do mesmo ano, que o presidente da Província de São Paulo, Antônio Candido da Rocha, tornou Ribeirão Preto uma freguesia autônoma.⁴⁸

Em 12 de Abril de 1871, a lei nº 67 elevou a freguesia à categoria de Vila da Capela de São Sebastião do Ribeirão Preto, desmembrando, portanto, Ribeirão de São Simão. No dia 22 de fevereiro de 1874 realizou-se a eleição dos primeiros vereadores e juízes de paz, que iniciou suas atividades em 13 de julho do mesmo ano, tornando-se assim município⁴⁹.

Até 1872, Ribeirão Preto pertencia à comarca de Mogi Mirim. A partir de 1872 começou a fazer parte da comarca de Casa Branca. Em 1873 o município foi transferido para a comarca de Batatais. Em 1877 Ribeirão começou a fazer parte da comarca de São Simão. Devido ao rápido desenvolvimento do município, em 1878 foi criado o Termo de Ribeirão Preto, do qual a comarca de São Simão passou a fazer parte. A comarca de Ribeirão Preto foi criada em 1892 e seu primeiro juiz foi Manuel Aureliano de Gusmão.⁵⁰

Ribeirão Preto, nesse momento, possuía um total de quatro dependências distritais, Sertãozinho, Cravinhos, Guatapará e Bonfim Paulista, respectivamente emancipados nos anos de 1896, 1897 e 1930. Bonfim ainda segue como um distrito do município.⁵¹

Na década de 1870, a nova São Sebastião do Ribeirão Preto iniciou um processo de crescimento populacional, proveniente das famílias que chegavam à procura de um lugar para vender seus produtos, para morar ou mesmo para a produção agrícola nas novas terras. Esse contingente contribuiu para a expansão econômica e demográfica que Ribeirão Preto atinge neste decênio⁵².

No início do terceiro quartel do século XIX, a população da Vila de São Sebastião apresentava caráter móbil, com pouco crescimento vegetativo, e uma economia estática que sobrevivia através dos poucos produtos de escoamento

⁴⁸ EMBOABA, Osmani. História da Fundação de Ribeirão Preto. *Revista de História*, v. 10, n. 21–22, 1955. p.1

⁴⁹ LOPES, Luciana Suarez. As origens da economia cafeeira em Ribeirão Preto, *Anais do III Congresso Brasileiro de História Econômica/IV Conferência Internacional de História de Empresas*, 1999. p.5

⁵⁰ *Idem.*

⁵¹ *Idem.*

⁵² *Idem.*

advindos do excedente da subsistência dos entrantes mineiros. Fato que era agravado pela questão das terras, que apresentava mais um problema para a migração.

A partir da Lei de Terras, a rede fundiária de Ribeirão Preto passou a ganhar corpo e estabilidade. Em 1836, por exemplo, a região contava com uma população de 20.341 pessoas, saltando para 51.265 no ano de 1854, quando já vigorava a lei. Além disso, a economia local se tornou agropecuarista, desenvolvendo um mercado local e movimentando capital na região.⁵³

Antes de 1874, quando a Vila de São Sebastião se desmembra de São Simão, contabilizar a população se torna mais oneroso, dado o fato de ainda ser pertencente dessa freguesia. É, no entanto, no ano de 1874 que teremos um levantamento mais completo da região de Ribeirão Preto e de suas atividades econômicas, inclusas no Recenseamento Geral da População de 1872.

Em termos gerais, em 1874, a população de Ribeirão Preto possuía 5.552 habitantes, muito distante da recém desmembrada São Simão, que contava com apenas 3.507 pessoas.⁵⁴

Os brancos representavam 63,0% do total da população e aproximadamente três quartos dos livres; os pardos compunham 19,0% da população total e 20,0% dos livres; os negros somavam 17,0% da população total e apenas 5,0% da população livre; e, por fim, consideram-se os caboclos, que representava m 0,5% da população total.⁵⁵

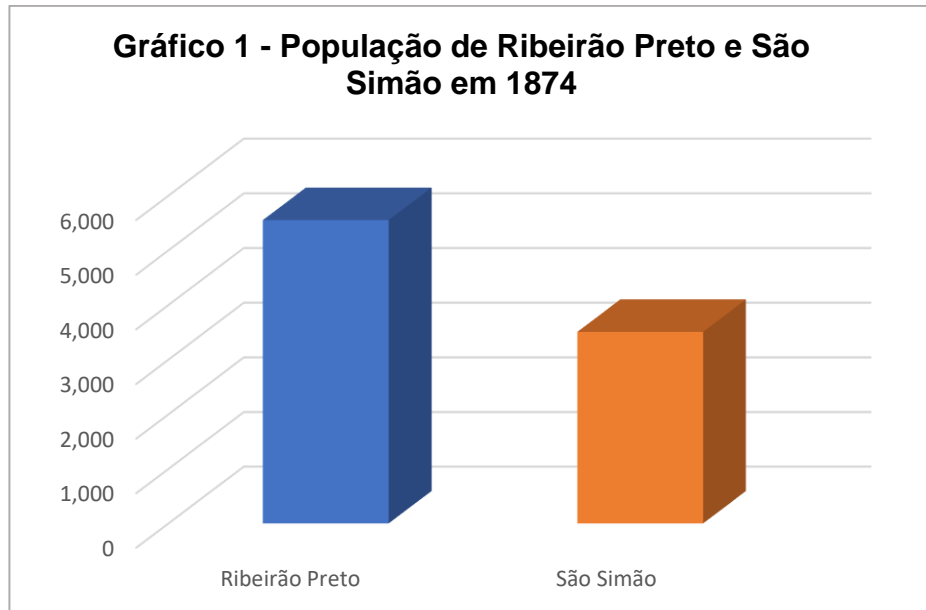
Veremos a frente a relação de cativos, por enquanto, atendo-se a população livre, o que se percebe é o crescimento exponencial se comparado ao começo do século XIX, em que a população era exígua e a economia instalada era a de modelo sul-mineiro, que acompanharam os migrantes dessa região.

Após a consolidação do município, o que se percebe é um crescimento demográfico pautado na migração de paulistas de outras regiões e nas novas atividades produtivas lançadas à terra roxa.

⁵³ PAULA, Fernando Nogueira de. *Violência na Vila de São Sebastião do Ribeirão Preto (1874-1888): livres e escravos nas barras da justiça*. Dissertação, Universidade Estadual Paulista “Júlio De Mesquita Filho” Faculdade de História, Direito e Serviço Social (FHDSS – Franca), Franca, 2009. p.34.

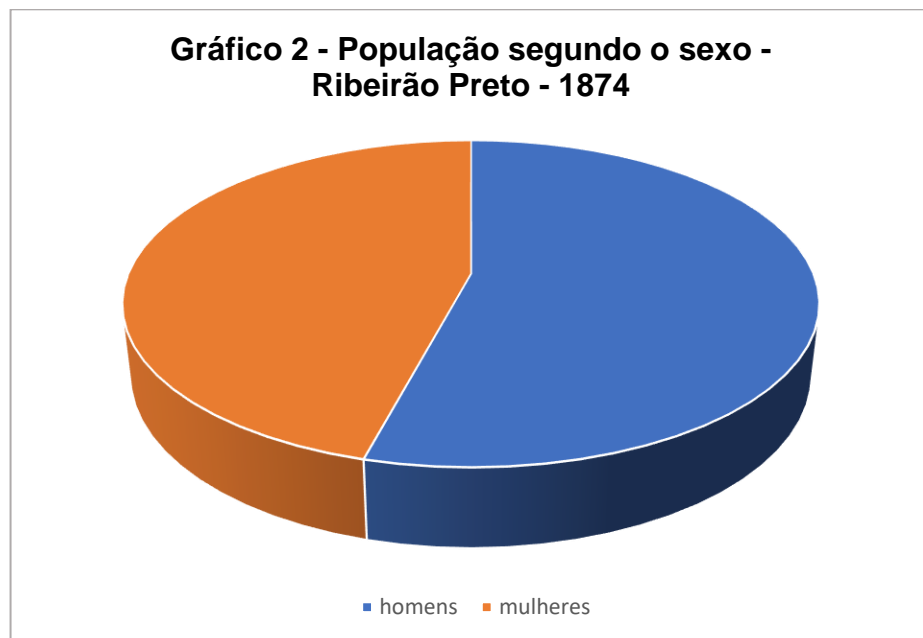
⁵⁴ BASSANEZI, Maria Sílvia C. Beozzo (org)., *São Paulo do passado: dados demográficos - 1872*. Universidade Estadual de Campinas. Núcleo de Estudos da População - NEPO, v. 3, 1999.

⁵⁵ LOPES, Luciana Suarez. Uma economia em transição: a economia e a alocação de riqueza na antiga Vila de São Sebastião do Ribeirão Preto, década de 1870. *História Econômica & História de Empresas*, v. 10, n. 2, 2012. p.5.



Fonte: Livros de Registros de Batismos de Livres e Ingênuos – 1872 a 1888. Paróquia de São Sebastião. Cúria Metropolitana de Ribeirão Preto.

No que cerne ao sexo dos habitantes ribeirão-pretanos, percebemos uma população majoritariamente masculina. De 5.552 pessoas instaladas no município, apenas 2.546 eram mulheres, representando 45,86% da população geral, enquanto os homens contabilizavam 3.006, correspondendo à 54,14% dos habitantes.⁵⁶

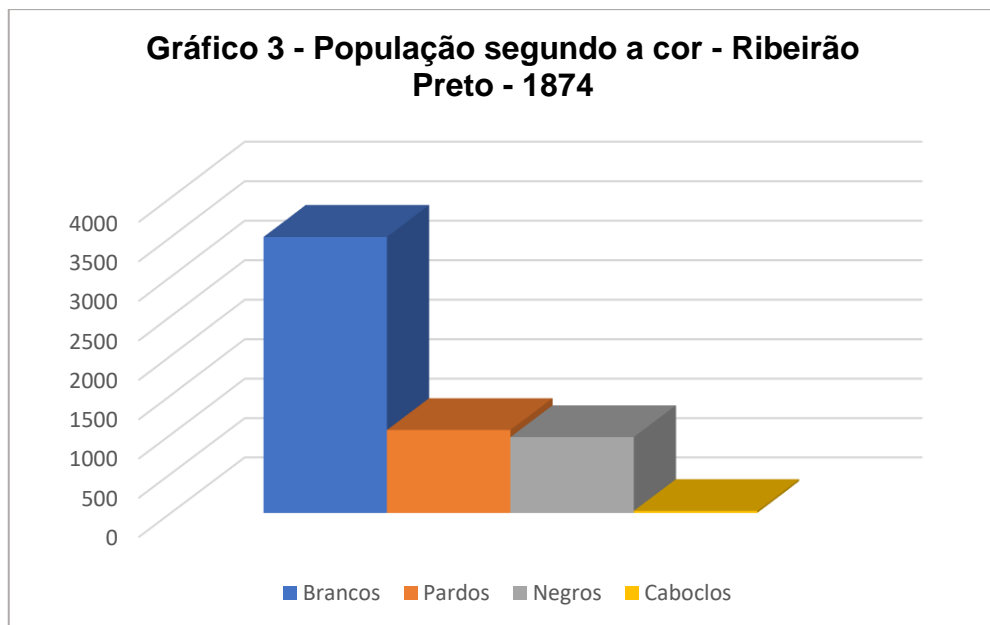


Fonte: Livros de Registros de Batismos de Livres e Ingênuos – 1872 a 1888. Paróquia de São Sebastião. Cúria Metropolitana de Ribeirão Preto.

⁵⁶ BASSANEZI, Maria Sílvia C. Beozzo (org). *São Paulo do passado: dados demográficos - 1872*. Universidade Estadual de Campinas. Núcleo de Estudos da População - NEPO, v. 3, 1999. p. 83.

O fato de a população ser composta em sua maioria por homens está calcado principalmente na formação da região. Aqueles que saíam de suas terras natais para migrar eram, em sua maioria, homens em busca de propriedades e trabalho.⁵⁷

No tocante a cor, o que se tem, e é esperado para o contexto, é uma população predominantemente branca, dado o fato de que migrar era opção dos livres. Esses somavam o montante de 3.502 habitantes, que representa 63% dos moradores, para pardos temos 1.057, totalizando 19% da população, enquanto negros integram 17%, com 967 pessoas e, por fim, caboclos com 26 habitantes apenas, refletindo 0,5%.⁵⁸



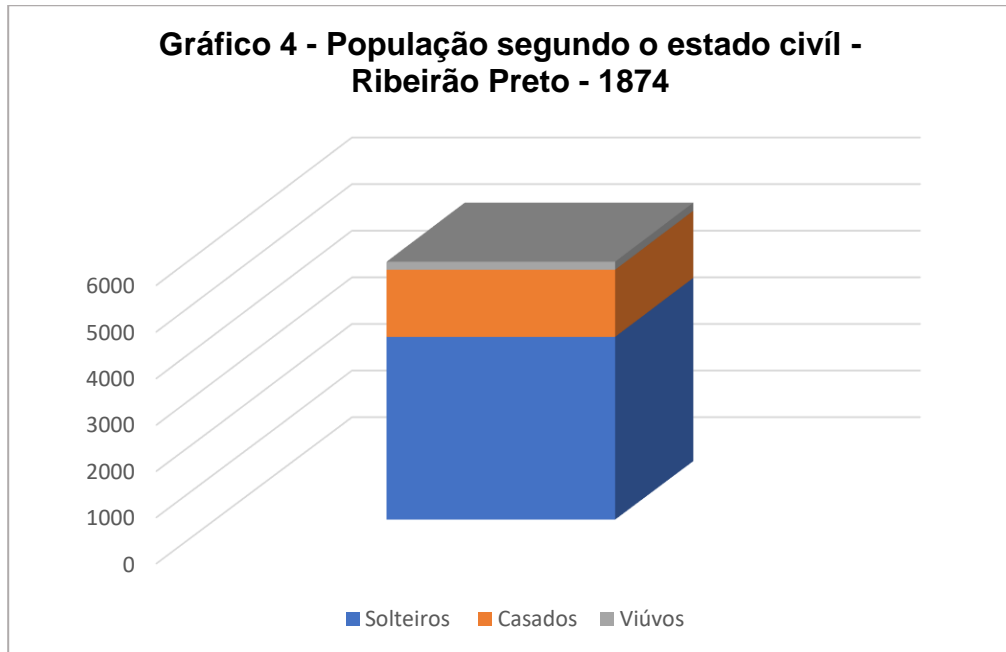
Fonte: Livros de Registros de Batismos de Livres e Ingênuos – 1872 a 1888. Paróquia de São Sebastião. Cúria Metropolitana de Ribeirão Preto.

Nesse período, a maioria da população da Vila de São Sebastião do Ribeirão Preto era composta por pessoas solteiras, perfazendo, 3.939 pessoas, assim como ocorria em cidades vizinhas como Araraquara, Batatais, Franca e São Simão. Há algumas outras semelhanças com essas regiões, como por exemplo o fato de um quarto da população ribeirão-pretana ser casada, o que corresponde à 1.440 pessoas,

⁵⁷ PAULA, Fernando Nogueira de. *Violência na Vila de São Sebastião do Ribeirão Preto (1874-1888): livres e escravos nas barras da justiça*. Dissertação, Universidade Estadual Paulista “Júlio De Mesquita Filho” Faculdade de História, Direito e Serviço Social (FHDSS – Franca), Franca, 2009. p.37.

⁵⁸ LOPES, Luciana Suarez. Uma economia em transição: a economia e a alocação de riqueza na antiga Vila de São Sebastião do Ribeirão Preto, década de 1870. *História Econômica & História de Empresas*, v. 10, n. 2, 2012. p.5.

realidade também das cidades de Areias, Bananal, Campinas, São Simão e Guaratinguetá. Os viúvos, por sua vez representavam apenas 3% dos habitantes, somando 173 pessoas, aproximando-se dos dados de Araraquara, Batatais e Franca.⁵⁹



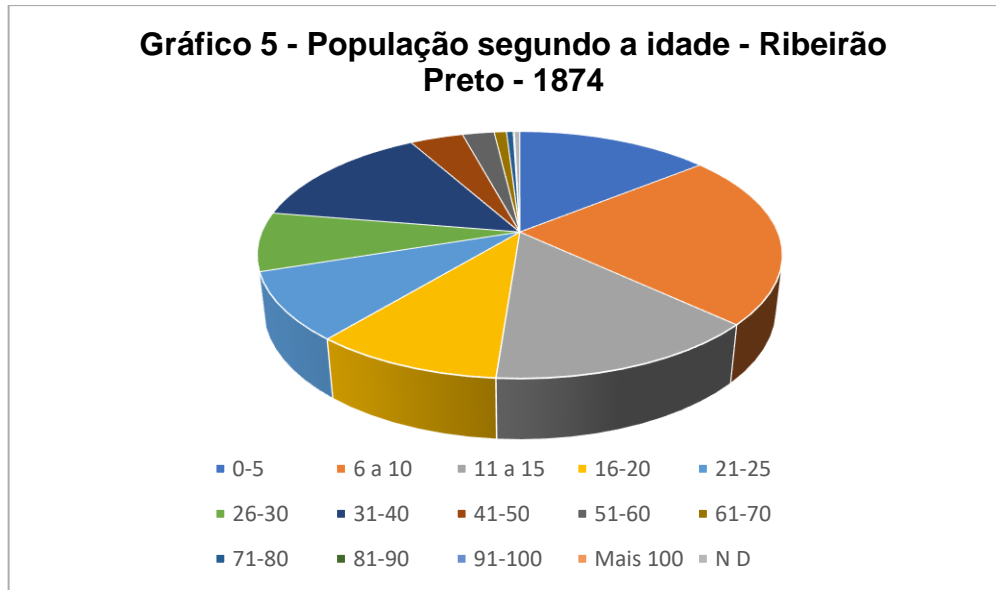
Fonte: Livros de Registros de Batismos de Livres e Ingênuos – 1872 a 1888. Paróquia de São Sebastião. Cúria Metropolitana de Ribeirão Preto.

Uma observação, no entanto, é necessária. Da parcela de solteiros que o município apresentava, há de se compreender que uma quantia desses eram crianças, dado que a população nesse período era composta por muitos habitantes juvenis.

No grupo de idade de 0 a 5 anos, obtinha-se 789 membros, o que corresponde à 14.21% da população total. Entre 6 a 10 anos, havia 1.260 pessoas, que representava 22.69% dos habitantes. De 11 a 15 anos, 794 crianças compunham 14.30% dos moradores de Ribeirão Preto. Já se somados os grupos de habitantes que vai dos 16 aos 100 anos de idade, temos um total de 48.4% da população.⁶⁰ Esses dados corroboram com o fato de que, entre os munícipes solteiros, estava chafurdada uma parcela de crianças e adolescentes que acrescentam ao total.

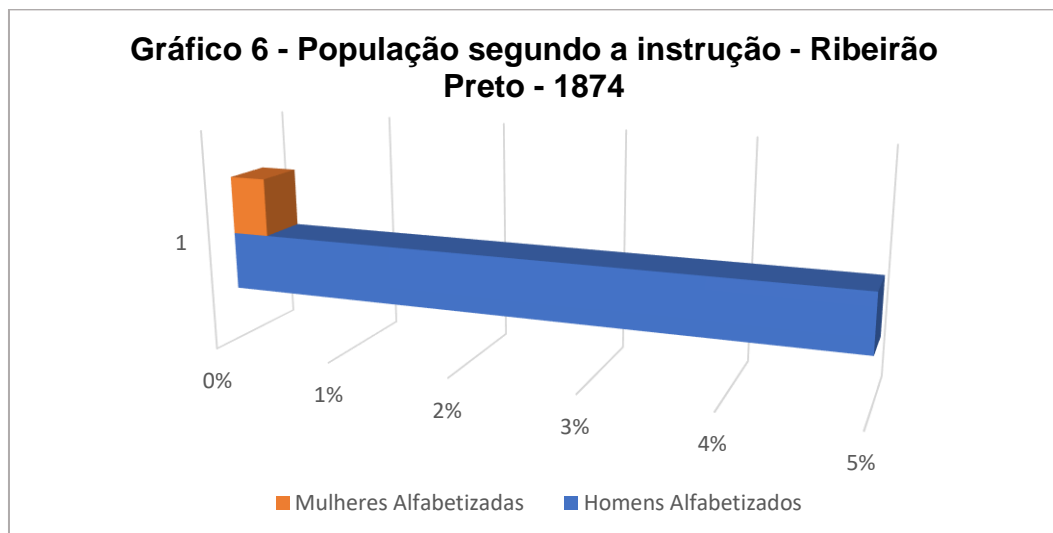
⁵⁹ LOPES, Luciana Suarez. Uma economia em transição: a economia e a alocação de riqueza na antiga Vila de São Sebastião do Ribeirão Preto, década de 1870. *História Econômica & História de Empresas*, v. 10, n. 2, 2012. p.6

⁶⁰ BASSANEZI, Maria Sílvia C. Beozzo (org). *São Paulo do passado: dados demográficos - 1872*. Universidade Estadual de Campinas. Núcleo de Estudos da População - NEPO, v. 3, 1999.



Fonte: Livros de Registros de Batismos de Livres e Ingênuos – 1872 a 1888. Paróquia de São Sebastião. Cúria Metropolitana de Ribeirão Preto.

Outro fator importante é a instrução do novo município. Uma grande parte da população de Ribeirão Preto, nesse período, era analfabeta, com apenas 284 pessoas que sabiam ler e escrever. Desse montante, os homens alfabetizados representavam pouco mais de 5% da população e as mulheres apenas 0,3%.⁶¹

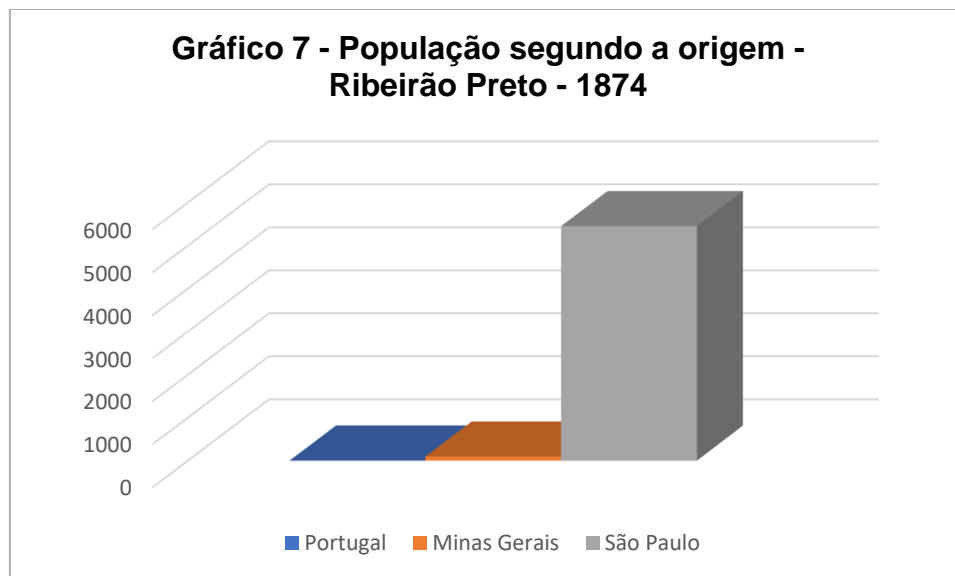


Fonte: Livros de Registros de Batismos de Livres e Ingênuos – 1872 a 1888. Paróquia de São Sebastião. Cúria Metropolitana de Ribeirão Preto.

⁶¹ LOPES, Luciana Suarez. Uma economia em transição: a economia e a alocação de riqueza na antiga Vila de São Sebastião do Ribeirão Preto, década de 1870, **História Econômica & História de Empresas**, v. 10, n. 2, 2012. p.6

Entre as crianças de 6 a 15 anos, apenas 1,5% estudavam, sendo a maioria meninos que perfaziam 64% do grupo, ou seja 45, já entre as meninas, apenas 25 frequentavam a unidade escolar. Este número dá-se pelo fato de a povoação pertencer a uma realidade bastante rural e distante de centros urbanos, além da instrução muitas vezes ficar restrita a uma parcela abastada dos habitantes, explicando o grande número de analfabetos.⁶²

Com relação a origem, ainda não se tinha a presença do elemento imigrante estrangeiro em Ribeirão Preto, dessa forma, a população da Vila de São Sebastião é praticamente toda de brasileiros, sendo apenas 3 pessoas descritas como portuguesas no censo. Dos 5.549 habitantes que restam, a maioria era paulista, muito embora a população pioneira tenha sido mineira, aqueles que migraram em um período posterior aos entrantes, são mormente paulistas.⁶³



Fonte: Livros de Registros de Batismos de Livres e Ingênuos – 1872 a 1888. Paróquia de São Sebastião. Cúria Metropolitana de Ribeirão Preto.

A economia preponderante em Ribeirão Preto neste decênio era pautada na criação de gado e na plantação de gêneros, tanto pra subsistência, como para a alimentação de um pequeno mercado externo que se formara na região. Ainda que a maioria da população fosse lavradora, criadora ou agricultora, o censo nos mostra

⁶² PAULA, Fernando Nogueira de. *Violência na Vila de São Sebastião do Ribeirão Preto (1874-1888): livres e escravos nas barras da justiça*. Dissertação, Universidade Estadual Paulista “Júlio De Mesquita Filho” Faculdade de História, Direito e Serviço Social (FHDSS – Franca), Franca, 2009. p.40.

⁶³ BASSANEZI, Maria Sílvia C. Beozzo (org)., *São Paulo do passado: dados demográficos - 1872.*, Universidade Estadual de Campinas. Núcleo de Estudos da População - NEPO, v. 3, 1999.

uma gama variada de profissões que aqui se desenvolviam entre os livres, como religiosos, costureiros e etc.⁶⁴

Tabela 5 – População segundo a profissão - Ribeirão Preto - 1874

<i>Profissão</i>	<i>Homens</i>	<i>Mulheres</i>	<i>Total</i>
<i>Religioso Secular</i>	1	0	1
<i>Religioso Regular</i>	0	0	0
<i>Juízes</i>	0	0	0
<i>Advogados</i>	0	0	0
<i>Notários e Escrivães</i>	0	0	0
<i>Procuradores</i>	0	0	0
<i>Oficiais de Justiça</i>	0	0	0
<i>Médicos</i>	0	0	0
<i>Cirurgiões</i>	0	0	0
<i>Farmacêuticos</i>	0	0	0
<i>Parteiros</i>	0	1	1
<i>Professores e Homens de Letra</i>	0	3	3
<i>Empregados Públicos</i>	0	0	0
<i>Artistas</i>	1	28	29
<i>Militares</i>	0	0	0
<i>Marítimos</i>	0	0	0
<i>Pescadores</i>	0	0	0
<i>Capitalistas e Proprietários</i>	0	0	9
<i>Manufatureiros e Fabricantes</i>	0	26	26
<i>Comerciantes, Guarda-Livros e Caixeiro</i>	15	5	20
<i>Costureiros</i>	0	176	176
<i>Canteiros, Calceteiros, Mineiros e Carvoeiros</i>	0	0	0
<i>Operários em Metais</i>	4	0	4
<i>Operários em Madeiras</i>	17	0	17
<i>Operários em Tecidos</i>	0	11	11
<i>Operários em Edificações</i>	10	0	10
<i>Operários em Peles e Couros</i>	3	0	3
<i>Operários em Tinturaria</i>	0	0	0
<i>Operários em Vestuários</i>	0	0	0
<i>Operários em Chapéus</i>	0	0	0
<i>Operários em Calçados</i>	2	0	2
<i>Lavradores</i>	1841	786	2.627
<i>Criadores</i>	0	0	0
<i>Criados e Jornaleiros</i>	18	80	98
<i>Serviços Domésticos</i>	41	309	350
<i>Sem Profissão</i>	1053	1112	2.165

Fonte: BASSANEZI, Maria Sílvia C. Beozzo (org)., São Paulo do passado: dados demográficos - 1872., Universidade Estadual de Campinas. Núcleo de Estudos da População - NEPO, v. 3, 1999.

⁶⁴ PAULA, Fernando Nogueira de. *Violência na Vila de São Sebastião do Ribeirão Preto (1874-1888): livres e escravos nas barras da justiça*. Dissertação, Universidade Estadual Paulista “Júlio De Mesquita Filho” Faculdade de História, Direito e Serviço Social (FHDSS – Franca), Franca, 2009.

Embora a economia local fosse baseada nos lavradores e nos criadores, percebe-se que o censo contabiliza como zerado esses últimos profissionais. Isso ocorre pelo fato de que o censo considerava apenas uma profissão para cada morador, assim, como praticamente todos os habitantes possuíam algum tipo de plantação, eram inseridos na categoria de lavradores, dado que a pecuária não era exclusiva de nenhum dos municípios.⁶⁵ Nota-se também que as profissões ligadas às letras não eram presentes no município.

Outro fato interessante contido no censo é que, dos 5.552 habitantes de Ribeirão Preto no período, nenhum se declarou não-católico, embora exista a possibilidade de outros tipos de cultos de outras religiões, principalmente entre os cativos, sobre os quais nos ateremos nas páginas que se segue.

1.7 – O contingente cativo em Ribeirão Preto

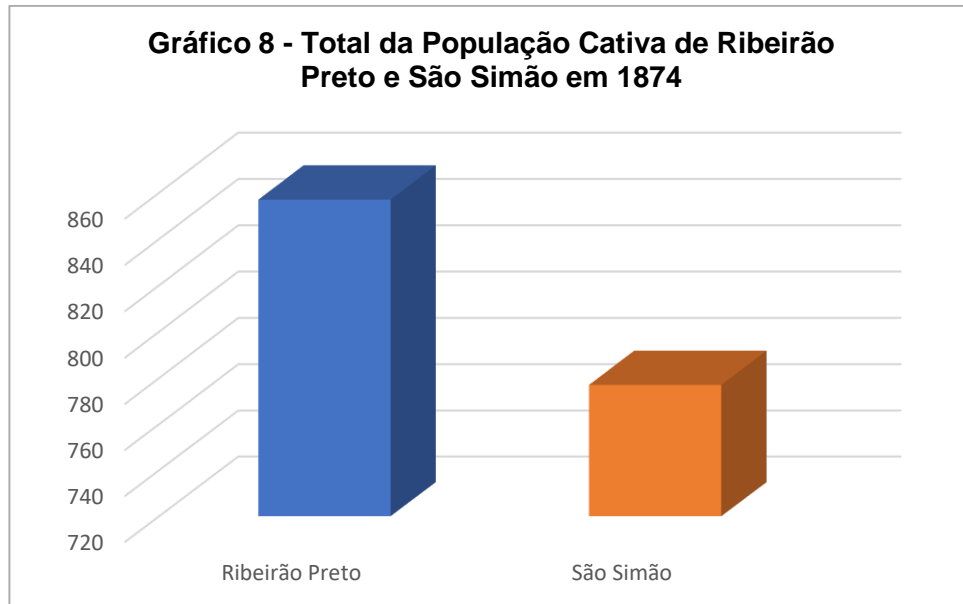
A população escravizada em Ribeirão Preto, no ano de 1874, representava 15,5% do total da população no município, número que parece pequeno, mas se comparados às cidades próximas já consolidadas, se equipara em quantidade, mostrando o desenvolvimento ágil da região.

Num primeiro momento, a porcentagem de cativos em Ribeirão Preto pode parecer pequena, em especial se considerarmos que na década de 1870 a cultura cafeeira chegava à localidade. Porém, dados do mesmo censo mostram que em outras regiões onde a cultura cafeeira já estava estabelecida a porcentagem de cativos na população total era semelhante. Por exemplo, nas localidades vale-paraibanas de Lorena e Cruzeiro, 14,8% de seus habitantes eram cativos. Em Paraibuna e São José dos Campos as porcentagens eram, respectivamente 9,1% e 9,2%. Em Guaratinguetá, localidade que, “no decênio de 1870, caminhava vigorosamente para o auge de sua produção cafeeira” (Mota & Marcondes, 2000, p. 269), a porcentagem de cativos na população era de 20,1% e, em Silveiras, os cativos eram 17,5% do total de habitantes.⁶⁶

No referido ano, Ribeirão Preto era composto por 857 indivíduos cativos no total, enquanto São Simão apresentava apenas 777 escravizados em sua população.

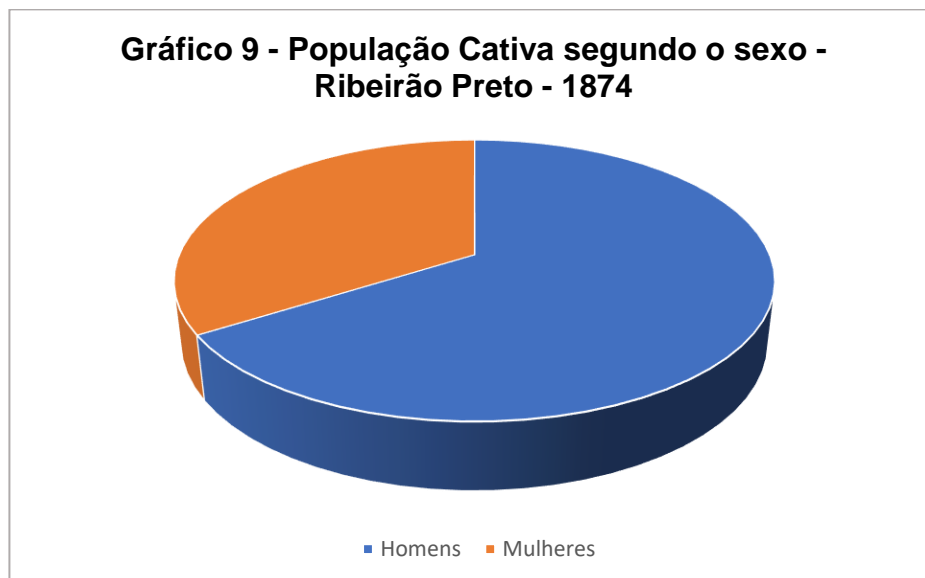
⁶⁵ PAULA, Fernando Nogueira de. *Violência na Vila de São Sebastião do Ribeirão Preto (1874-1888): livres e escravos nas barras da justiça*. Dissertação, Universidade Estadual Paulista “Júlio De Mesquita Filho” Faculdade de História, Direito e Serviço Social (FHDSS – Franca), Franca, 2009. pp.41-42.

⁶⁶ LOPES, Luciana Suarez. A estrutura da posse de cativos nos momentos iniciais da cultura cafeeira no novo oeste paulista. Ribeirão Preto: 1849-1888. *Anais do XIV Encontro Nacional de Estudos Populacionais Sumário*, 2004. p.4.



Fonte: Livros de Registros de Batismos de Livres e Ingênuos – 1872 a 1888. Paróquia de São Sebastião. Cúria Metropolitana de Ribeirão Preto.

Na população cativa, o desequilíbrio entre os sexos era notável. De 857 escravizados, 566 eram homens, o que condiz à 66% do total. Já as mulheres somavam 291, totalizando 33% da população sujeita, coadunando com o fato de que os proprietários priorizavam os homens para os trabalhos nas lavouras, com aptidões com roçado e plantio.⁶⁷



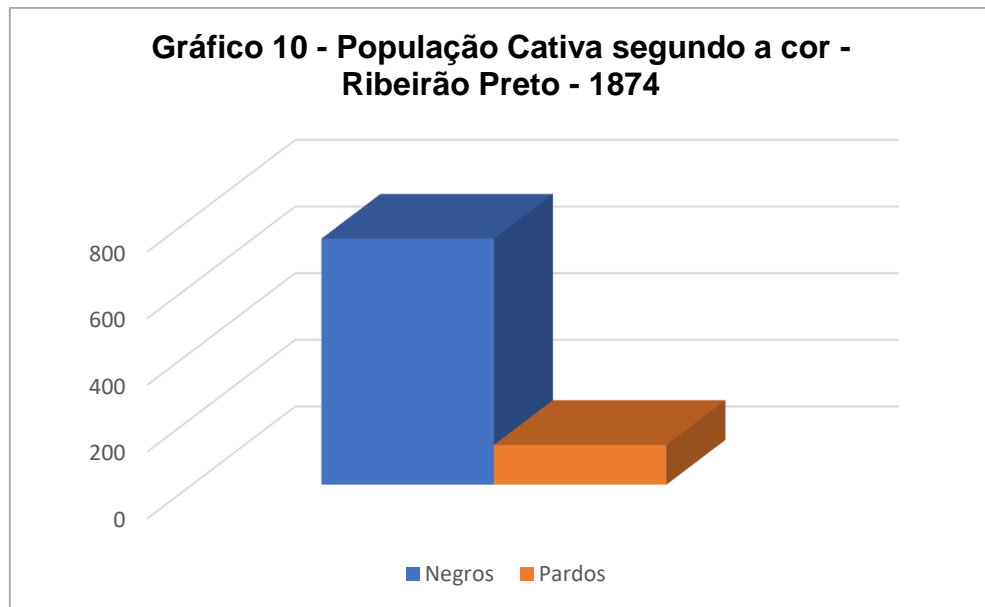
Fonte: Livros de Registros de Batismos de Livres e Ingênuos – 1872 a 1888. Paróquia de São Sebastião. Cúria Metropolitana de Ribeirão Preto.

⁶⁷ LOPES, Luciana Suarez. A estrutura da posse de cativos nos momentos iniciais da cultura cafeeira no novo oeste paulista. Ribeirão Preto: 1849-1888. *Anais do XIV Encontro Nacional de Estudos Populacionais Sumário*, 2004. p.4.

Dado importante é que os cativos masculinos possuíam um preço médio relativamente mais caros do que os femininos, fato que se assemelha a algumas regiões como Guaratinguetá e Silveiras.⁶⁸

Embora isso acontecesse, o que se observava separadamente nos plantéis era uma equidade na posse de escravizados homens e mulheres, com uma quantidade bastante próxima entre eles, fato que destoa de outras localidades da região, que por sua vez refletia o maior número geral de cativos homens também nos plantéis particulares.⁶⁹

No que tange à cor dos cativos, dos 857 escravizados, 738 eram negros, o que corresponde a 86% do total dos mancipios, enquanto os pardos perfaziam um total de 119 pessoas, equivalente à 13% da população total.⁷⁰



Fonte: Livros de Registros de Batismos de Livres e Ingênuos – 1872 a 1888. Paróquia de São Sebastião. Cúria Metropolitana de Ribeirão Preto.

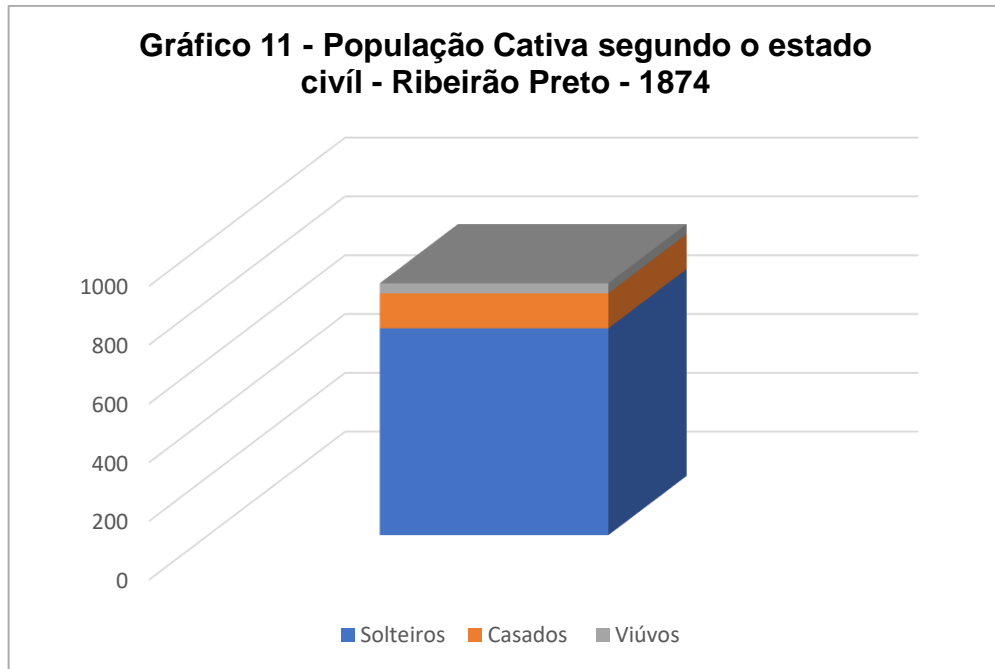
No mesmo momento, a população escravizada era a maioria de solteiros, sendo 704 dos 857 cativos, análogo a 82% dos habitantes sujeitos. Casados existiam 119 pessoas, perfazendo 13% do total e viúvos eram minoria, 3% com 34 pessoas.⁷¹

⁶⁸ RIZZI, João Vitor; SILVA, Célio Antônio Alcântara. O comércio de escravos em Ribeirão Preto, província de São Paulo (1874-1885). *Anais do IX Seminário de Iniciação Científica, UFT*, 2013. p.3.

⁶⁹ MONTI, Carlo Guimarães. Os escravos da antiga Comarca de Ribeirão Preto. *A cidade como fonte de pesquisa - USP*, v. 1, n. 1, 2016. p.6

⁷⁰ BASSANEZI, Maria Sílvia C. Beozzo (org). *São Paulo do passado: dados demográficos - 1872*. Universidade Estadual de Campinas. Núcleo de Estudos da População - NEPO, v. 3, 1999. p. 782.

⁷¹ *Idem*. p.789.



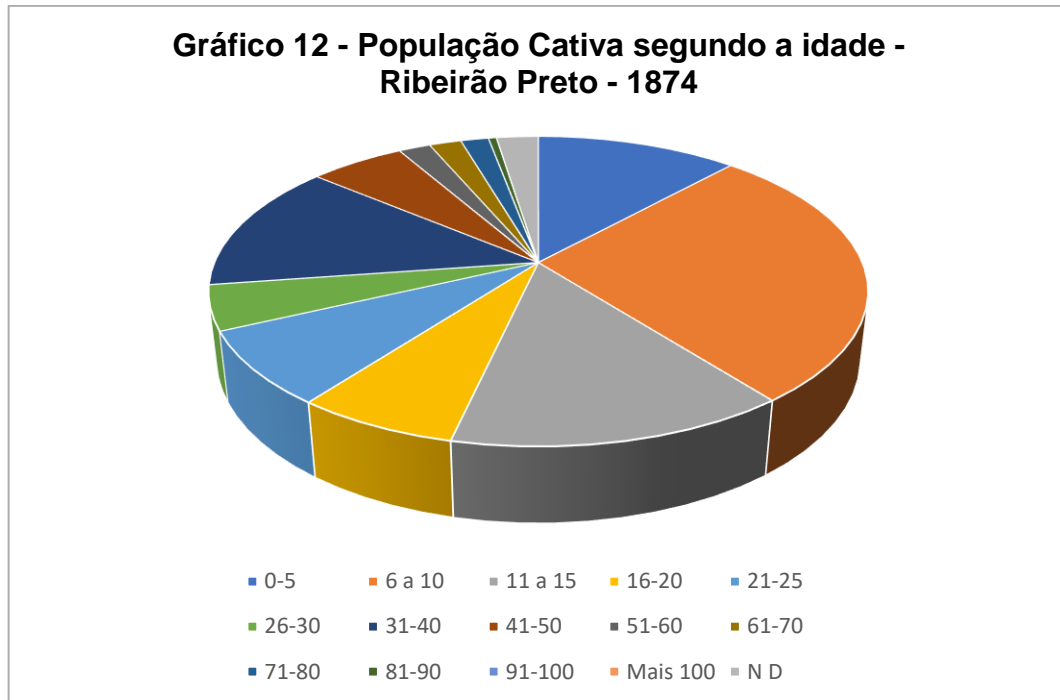
Fonte: Livros de Registros de Batismos de Livres e Ingênuos – 1872 a 1888. Paróquia de São Sebastião. Cúria Metropolitana de Ribeirão Preto.

Esse dado reflete a população no geral, ombreando na questão de os solteiros retratarem uma população que era preponderantemente jovem. No grupo de idade que vai dos 0 aos 5 anos, somava-se 101 pessoas do montante total, isso equivale à 11% apenas no grupo das crianças recém-nascidas até a referida idade. Entre 6 e 10 anos, esse número cresce e atinge 237 pessoas, perfazendo 27% da população cativa total. Já na faixa etária de 11 a 15 anos, o número é de 121 cativos, representando 14% dos escravizados.⁷²

Se somarmos o grupo que vai de 0 a 15 anos teremos 459 pessoas, ou seja, mais da metade do total de mancipios da localidade. No que diz respeito a aqueles em idade produtiva, considerada dos 16 aos 50 anos, têm-se o total de 327 pessoas, condizente com 38% dos membros. Já aqueles considerados cativos idosos, de 51 a 90 anos, que não eram capazes de trabalhar na lavoura, tanto quanto um efebo em idade ativa, inteiravam apenas 5% da população total, com 50 pessoas. Nenhum cativo, em nenhuma idade, tinha escolaridade ou era alfabetizado, segundo o censo.⁷³

⁷² BASSANEZI, Maria Silvia C. Beozzo (org). *São Paulo do passado: dados demográficos - 1872*. Universidade Estadual de Campinas. Núcleo de Estudos da População - NEPO, v. 3, 1999. p.751.

⁷³ *Idem*. p. 751.



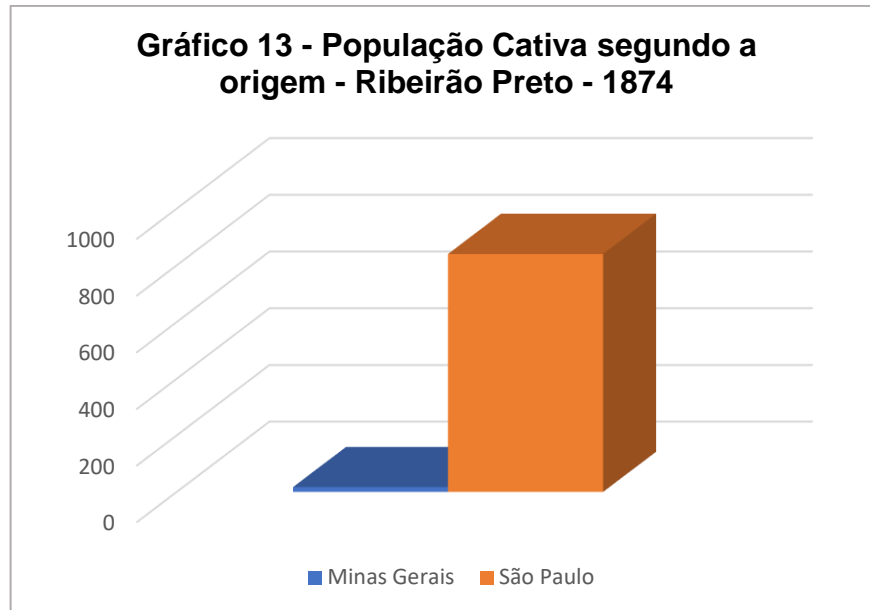
Fonte: Livros de Registros de Batismos de Livres e Ingênuos – 1872 a 1888. Paróquia de São Sebastião. Cúria Metropolitana de Ribeirão Preto.

No que cerne à nacionalidade dos cativos, todos eram brasileiros, o que frisa o tráfico interprovincial neste momento da escravidão, dado que em 1850, a lei Eusébio de Queiroz havia abolido efetivamente o tráfico de cativos para o Brasil.

O projeto de Eusébio de Queirós, visando ao fim do tráfico de escravos, é aprovado na Câmara dos Deputados em 17 de julho de 1850, no Senado em 13 de agosto do mesmo ano e se torna lei em 4 de setembro ainda em 1850. No contexto de um forte debate entre grupos pró e contra a vinda de escravos, vale ressaltar o caráter pouco filantrópico dessa lei, sendo que os interesses internos e os cálculos de política externa possuíram um papel largamente mais relevante.⁷⁴

A origem dos cativos segue o modelo da população geral, que em sua maioria adivinha de terras mineiras e paulistas. Observamos que, das 857 pessoas, 17 eram provenientes de Minas Gerais, isso é, apenas 2% do total, enquanto que 840 escravizados eram originários de São Paulo, somando 98% dos cativos.

⁷⁴ SANTOS, Artur Tranzola. MAGALHÃES David Almstadter. Relações Brasil-Inglaterra pós 1845 e o tráfico de escravos: o rompimento, o Bill Aberdeen e a Lei Eusébio de Queirós. *Revista de Iniciação Científica da FFC - (Cessada)*, v. 13, n. 2, 2013.



Fonte: Livros de Registros de Batismos de Livres e Ingênuos – 1872 a 1888. Paróquia de São Sebastião. Cúria Metropolitana de Ribeirão Preto.

No que toca à atividade dos cativos, identificamos a maioria de trabalhos na lavoura ou aqueles voltados à prestação de serviços dos senhores, entre eles costureiras e empregadas. O trabalho de lavrador ocupava a maioria dos escravizados, contando com 151 pessoas.⁷⁵

Tabela 6 – População Cativa segundo a profissão - Ribeirão Preto - 1874

<i>Profissão</i>	<i>Homens</i>	<i>Mulheres</i>	<i>Total</i>
<i>Costureiros</i>	0	18	18
<i>Operários em Madeiras</i>	6	0	6
<i>Operários em Tecidos</i>	3	0	3
<i>Operários em Edificações</i>	4	0	4
<i>Operários em Peles e Couros</i>	2	0	2
<i>Lavradores</i>	381	151	532
<i>Criados e Jornaleiros</i>	3	17	20
<i>Serviços Domésticos</i>	25	43	68
<i>Sem Profissão</i>	145	62	207

Fonte: BASSANEZI, Maria Sílvia C. Beozzo (org)., São Paulo do passado: dados demográficos - 1872., Universidade Estadual de Campinas. Núcleo de Estudos da População - NEPO, v. 3, 1999.

Estes dados refletem a realidade econômica de Ribeirão Preto nesse período, um município majoritariamente rural, tem suas forças voltadas para o trabalho no

⁷⁵ BASSANEZI, Maria Sílvia C. Beozzo (org). São Paulo do passado: dados demográficos - 1872., Universidade Estadual de Campinas. Núcleo de Estudos da População - NEPO, v. 3, 1999. p.887.

campo, principalmente para a lavoura de café, elemento que vai introduzir na região uma nova realidade.

1.8– O “ouro verde” chega às terras de São Sebastião

Até meados do século XIX, a economia ribeirão-pretana era pautada pela produção agropecuária que produzia o suficiente para a subsistência, com alguns excedentes para o pequeno mercado interno que se formava no recém-criado município. Enquanto isso, o Estado de São Paulo já se firmava como o maior produtor de café na segunda metade do mesmo século.

A rubiácea iniciou seu roteiro no sudeste brasileiro através do Rio de Janeiro, na virada do século XVIII para o XIX, quando adentra o estado por meio do Vale do Paraíba e se difunde rapidamente, até encontrar seu apogeu na década de 1870.⁷⁶

[...] o cafeeiro adentrou, no final do século XVIII, a esta área por meio das terras fronteiriças ao Rio de Janeiro, não tão-somente mediante o Vale do Paraíba, mas também pelo litoral norte da capitania de São Paulo. Entretanto, foi na primeira região que a preciosa rubiácea beneficiou-se de melhores condições de cultivo e expansão. As estreitas faixas de terras em condições de cultivo entre a Serra e o Mar limitaram a produção cafeeira no litoral. Como Sérgio Milliet já apontou no seu estudo clássico da expansão cafeeira de 1938, a partir do Vale do Paraíba o café conquistou a província.⁷⁷

Mesmo pertencentes a mesma área geográfica, o café se desenvolveu de formas variadas em diferentes municípios do Vale do Paraíba:

A produção cafeeira distribuir-se-ia, nas primeiras décadas do século XIX, por um variado leque de cafeicultores dos mais variados portes: desde os não-proprietários de escravos até os possuidores de plantéis com mais de uma centena de elementos. De outra parte, as próprias localidades também apresentavam um envolvimento diferenciado com a cultura.⁷⁸

A maneira com a qual o café experienciou cada localidade paulista dependeu, sobretudo, das condições básicas de clima, de povoamento, de ocupação e de como a região manejava a posse de suas terras. De acordo com essas características, cada localidade obtinha uma expansão cafeeira díspar e mostrava-se ou não promissora

⁷⁶ MARCONDES, Renato Leite. A propriedade escrava no Vale do Paraíba paulista durante a década de 1870. *Revista Estudos Históricos*, v. 1, n. 29, 2002. p.21.

⁷⁷ MARCONDES, Renato Leite. O café em Ribeirão Preto (1890-1940). *História Econômica & História de Empresas*, v. 10, n. 1, 2018.

⁷⁸ *Idem*. p.21.

para o cultivo do fruto, concebendo uma marcha do café completamente heterogênea.⁷⁹

No desenrolar da segunda metade do século XIX, a região de Ribeirão Preto sofre profundas mudanças demográficas, presenciando um aumento populacional considerável, com a chegada de novos paulistas que se instalam no município. Soma-se a isso o fato de que, no mesmo período, o Vale do Paraíba começa a perder territórios férteis à rubiácea, o que propiciou um movimento natural itinerante na procura de novas terras.

O declínio da produtividade dos cafezais do vale do Paraíba também impulsionou a migração dos cafeicultores para novas áreas de cultivo, como a Caravana Pereira Barreto para a região de Ribeirão Preto. Somente a partir da década de 1880 os bancos de crédito real começaram a operar de forma mais ativa, apesar da legislação garantindo seus lucros ser de 1875, como o Banco de Crédito Real de São Paulo e Banco União de São Paulo. A política expansionista do Encilhamento também auxiliou em formas variadas de captação de recursos principalmente para companhias, como ações e debêntures.⁹ Uma intrincada rede de financiamento foi estabelecida para conseguir viabilizar os novos investimentos em grande monta nessa região ainda muito pouco desenvolvida em seus cultivos.⁸⁰

A expansão da cultura cafeeira pós Vale do Paraíba se deu, mormente, em direção ao novo Oeste Paulista, alcançando o município de Ribeirão Preto. A vila de São Sebastião dispunha de condições geográficas propícias como as famigeradas terras roxas⁸¹, a topografia e o clima que favorecia o plantio do café.⁸²

Até mesmo Martinho Prado Júnior, em uma visita ao município, exaltou a terra e o clima local:

Estando em São Simão, cometeria uma grave falta, se por ventura deixasse de percorrer aquele município, cuja fertilidade e grandeza ouvira apregoar desde a infância, e se uma afigurava sempre como uma coisa fantástica. [...] Descendo o vale do Retiro, encontrei numerosas habitações, todas próximas umas das outras, pertencentes a gente pobre, mais de uma pobreza que contrasta singularmente com a do povo de outros Municípios. As casas são todas cobertas de telhas, possuem ótimas pastagens e ha um certo bem estar, que não se encontra no seio da população de outros lugares. A explicação de tudo isso dá-se pela riqueza excepcional do solo. [...] O animal,

⁷⁹ MARCONDES, Renato Leite. A propriedade escrava no Vale do Paraíba paulista durante a década de 1870. *Revista Estudos Históricas*, v. 1, n. 29, 2002. p.22.

⁸⁰ MARCONDES, Renato Leite. Vastos Cafezais e Grandes Dívidas: crédito hipotecário na formação da economia cafeeira em Ribeirão Preto (1876-1914). *Estudos Econômicos (São Paulo)*, v. 48, n. 2, 2018. p.3.

⁸¹ Esse tipo de solo contava com alto teor de matéria orgânica e era rico em calcário, com um PH superior a 7, além da boa profundidade que permitia o bom crescimento das raízes.

⁸² MARCONDES, Renato Leite. A estrutura fundiária e cafeeira de dois municípios do oeste paulista: Campinas e Ribeirão Preto no início do século XX. *Revista de História*, v. 0, n. 165, 2011. p. 410.

o boi, o porco, devido às pastagens, são de aspecto diverso e gordo; enfim o pobre aí é rico, sem outro auxiliar mais que o fogo.⁸³

Na região de Ribeirão Preto, o café foi o primeiro grande produto agrícola cultivado. A gestação do seu cultivo sucedeu-se de forma distinta aos de outras regiões produtoras, como Campinas, São Paulo e Rio Claro que, em um período anterior ao cafeeiro, obtinham a cultura em larga escala de cana-de-açúcar.⁸⁴

No município, precedente ao café, nenhuma atividade econômica teve expressivo sucesso, já que prevalecia uma agricultura familiar de subsistência. Em um estudo acerca dos momentos iniciais do café, Lopes⁸⁵ analisou um conjunto de inventários *post-mortem* e encontrou a presença da cana-de-açúcar em 12 deles, acompanhada, entretanto, de outras culturas como o milho e a criação de gado, atestando a cana-de-açúcar como marginal no período antecessor ao café. Ainda assim, seu cultivo fazia parte do cotidiano do morador ribeirão-pretano, sendo encontrado em 35 inventários da localidade.

Com a chegada do café, outras atividades foram suplantadas. Atraídos pela intensa propaganda das terras roxas, os novos cafeicultores começam a chegar em Ribeirão Preto e fazer seus cafezais na década de 1870, entre eles, Manoel Otaviano Junqueira, José Bento Junqueira, Rodrigo Pereira Barreto e Manoel da Cunha Diniz Junqueira.⁸⁶

Apesar da dimensão do interesse dos cafeicultores pela região de Ribeirão Preto, estes ainda enfrentavam algumas dificuldades, principalmente em relação ao preconceito dos antigos moradores. “Os fazendeiros que vinham de outras regiões para dedicarem-se ao cultivo da rubiácea eram tidos como aventureiros, bárbaros, que levam àquelas paragens a pobreza, e a ruína aos seus antigos habitantes.”⁸⁷

Correndo menores riscos, os cafeicultores chegavam nas novas regiões com capital e escravos, comprando as terras mais adequadas ao café e expulsando os pequenos produtores. Esses, por sua vez, seguiam

⁸³ COSTA, 1956 apud LOPES, Luciana Suarez. Sobre a introdução da cafeicultura na região da antiga São Sebastião do Ribeirão Preto, década de 1860, *Economia & história: relatos de pesquisa*, 2015. p.58.

⁸⁴ LOPES, Luciana Suarez. As origens da economia cafeeira em Ribeirão Preto. *Anais do III Congresso Brasileiro de História Econômica/IV Conferência Internacional de História de Empresas*, 1999. p.7.

⁸⁵ LOPES, Luciana Suarez. Entre o Café, a Cana. O cultivo da Cana-de-Açúcar na economia cafeeira de Ribeirão Preto, 1870-1900. *Economia & história: relatos de pesquisa*, 2015. p. 11.

⁸⁶ *Idem*. p.7.

⁸⁷ LOPES, Luciana Suarez. Uma economia em transição: a economia e a alocação de riqueza na antiga Vila de São Sebastião do Ribeirão Preto, década de 1870. *História Econômica & História de Empresas*, v. 10, n. 2, 2012. p.74.

reproduzindo o mesmo comportamento, introduzindo a cafeicultura em localidades mais distantes. A fronteira da cafeicultura era assim mais uma vez ampliada.⁸⁸

Ainda assim, os novos cafezais começaram a tomar forma no município. O primeiro registro de cultivo de café em Ribeirão Preto é de 1868, através de um inventário de José Venâncio Martins, avaliado em aproximadamente um conto de réis. Já na década seguinte, quatro cafezais foram encontrados nos inventários, com pouco menos de 50.000 pés.⁸⁹

Tabela 7 – Presença de Café em Ribeirão preto (1870-1879)

DESCRIÇÃO DO CAFEIRO	NÚMERO	VALOR TOTAL (em réis)	VALOR MÉDIO (em réis)
Cafezal	4	1:120\$000	280\$000
Pés de café de três anos	8.000	2:400\$000	\$300
Pés de café formados	439	214\$090	\$488
Pés de café sem idade	10.000	10:000\$000	1\$000
Pés de café sem avaliação	30.000	.	.

Fonte: LOPES, Luciana Suarez. Uma economia em transição: a economia e a alocação de riqueza na antiga Vila de São Sebastião do Ribeirão Preto, década de 1870. *História Econômica & História de Empresas*, v.10, n.2, 2012. p.77.

A variedade Bourbon foi introduzida nas terras roxas por meio de Luiz Pereira Barreto, que trouxe o fruto do Vale do Paraíba, após analisar amostras do solo coletados em Ribeirão Preto.⁹⁰

Plantar cafezais não consistia em uma atividade fácil. Era preciso fazer a limpeza do solo, com a queimada (também chamada de coivara) ou com o roçado, para dar início a plantação das mudas ou das sementes. Após três ou quatro anos, as primeiras safras começam a produzir, após isso florescia de duas a três vezes por ano e a partir da décima safra o volume de frutos tendia a cair, rareando mais a partir da vigésima colheita.⁹¹

Uma plantação em boas condições costumava render cerca de cem arrobas por mil pés de café. Um cafezal com trinta anos rendia, em média, de vinte a

⁸⁸ LOPES, Luciana Suarez. Sobre a introdução da cafeicultura na região da antiga São Sebastião do Ribeirão Preto, década de 1860. *Economia & história: relatos de pesquisa*, 2015. p.3.

⁸⁹ *Idem*. p. 3.

⁹⁰ LOPES, Luciana Suarez, As origens da economia cafeeira em Ribeirão Preto. *Anais do III Congresso Brasileiro de História Econômica/IV Conferência Internacional de História de Empresas*, 1999. p.7

⁹¹ LOPES, Luciana Suarez. Os proprietários de escravos e a estrutura da posse na antiga freguesia de São Simão, 1835. *Estudos Econômicos (São Paulo)*, v. 42, n. 2, 2012. p. 25.

trinta arrobas por mil pés. Nas condições excepcionais do oeste paulista, cafezais já velhos chegavam a render até setenta arrobas por mil pés.⁹²

De início, os primeiros cafezais perfaziam pequenos lotes de terras, com produções irrisórias, mas foi conseguindo estabilidade com o tempo, adaptando-se bem ao clima e as terras. Um fato, porém, que impedia a expansão cafeeira era a precariedade de transporte das safras. As áreas planaltinas eram prejudicadas por ficarem extremamente distantes de áreas produtoras e dos centros de escoamento, que eram alcançados por meio de tropas de mulas e carros de boi⁹³.

A cafeicultura paulista suportou esse sistema de transporte rudimentar até a segunda metade do século XIX. Em 1856, uma concessão feita ao Barão de Mauá, ao Marquês de Monte Alegre e a J. A. Pimenta Bueno previa a construção de uma estrada de ferro ligando Santos às vilas de São Paulo e Jundiaí. A obra foi concluída em 1867, sendo a administração da estrada passada ao capital inglês, dando origem à São Paulo Railway Company. A partir de Campinas, outra empresa seria responsável pela construção e prolongamento dos trilhos: a Companhia Paulista de Estradas de Ferro, a primeira companhia ferroviária fundada com capital nacional.⁹⁴

Após a construção da primeira linha ferroviária, entre Jundiaí e Santos, não demorou muito para que outros ramais fossem inaugurados.

[...] em 1872 foi inaugurado o trecho entre Jundiaí e Campinas; em 1876 o trecho até Rio Claro e o ramal até Descalvado; entre 1873 e 1882, inauguraram-se os trechos ligando Itu a Jundiaí, São Paulo a Ipanema, Tietê e Botucatu; em 1884 foi completado o trecho entre São Paulo e Atibaia e prolongaram-se os trilhos que ligavam Rio Claro a São Carlos, chegando-se a Araraquara; ainda em 1884, foram concluídos os ramais de Brotas, Dois Córregos e Jaú.⁹⁵

Foi somente em 1872, em Campinas, que se inaugurou a Companhia Mogiana de Estradas de Ferro, posteriormente responsável por atender os municípios do novo Oeste Paulista. Inicialmente, o intuito era chegar até Mogi-Mirim, mas atendendo a pedido dos moradores a companhia decidiu alcançar também Casa Branca e Franca.

⁹² CANABRAVA, 1971 apud LOPES, Luciana Suarez. Os proprietários de escravos e a estrutura da posse na antiga freguesia de São Simão, 1835. *Estudos Econômicos (São Paulo)*, v. 42, n. 2, 2012. p.26.

⁹³ Luciana Suarez. Os proprietários de escravos e a estrutura da posse na antiga freguesia de São Simão, 1835. *Estudos Econômicos (São Paulo)*, v. 42, n. 2, 2012.

⁹⁴ SAES, 1981 apud LOPES, Luciana Suarez. Os proprietários de escravos e a estrutura da posse na antiga freguesia de São Simão, 1835. *Estudos Econômicos (São Paulo)*, v. 42, n. 2, 2012.

⁹⁵ COSTA, 1998 apud LOPES, Luciana Suarez. Os proprietários de escravos e a estrutura da posse na antiga freguesia de São Simão, 1835. *Estudos Econômicos (São Paulo)*, v. 42, n. 2, 2012.

Em 1883, têm vez a construção dos ramais de São Simão e Ribeirão Preto, que inaugurou sua estação no dia 23 de novembro do mesmo ano.⁹⁶

Com uma linha férrea robusta de transporte, a produção cafeeira do município atinge escala comercial na década de 1880. Diversos cafeicultores de grande porte começaram a se mudar para Ribeirão Preto nesse período, como é o caso de Martinho Prado Júnior, que já conhecia a fertilidade da terra roxa com os estudos feitos anteriormente, bem como Henrique Dumont, outro cafeicultor de renome que se muda para a região⁹⁷.

Será nas décadas de 1880 e 1890, portanto, a gloriosa fase do café na região de Ribeirão Preto. Conhecido como ouro verde, o café alcança números estratosféricos:

Os primeiros informes mais completos da produção, provavelmente de origem tributária e referentes a 1890, apontaram a existência de pouco menos de uma centena de cafeicultores. A produção somou pouco mais de duzentas mil arrobas, conforme o gráfico 3, pois a maioria desses cafeeiros ainda era nova. Entre eles, destacava-se Henrique Dumont, produzindo 50 mil arrobas da preciosa rubiácea, quase um quarto do total.⁸ O maior cafeicultor do município, nesse momento, superava os maiores e tradicionais produtores campineiros ao final do século XIX.⁹⁸

Parte do sucesso dos grandes cafeicultores se deve ao fato do crédito hipotecário oferecido para que consolidassem suas plantações. A grande estrutura cafeeira de Ribeirão Preto necessitava de valores altos que eram concedidos através das hipotecas. Segundo Marcondes⁹⁹, que analisou um conjunto de hipotecas no município, a grande maioria de devedores estavam ligados à atividade cafeeira, inclusive Henrique Dumont, cafeicultor pioneiro nas terras roxas:

Henrique Dumont foi um grande cafeicultor de Ribeirão Preto e pioneiro na plantação em larga escala com a utilização de máquinas de beneficiamento do café. A primeira aquisição no município foi a grande fazenda Arindeúva, escriturada em setembro de 1880 e o pagamento em duas parcelas: 70 contos de réis a vista e 50 contos em um ano. A primeira hipoteca em seu nome ocorreu em agosto de 1881, no valor de 45 contos de réis, quando vencia a segunda parcela do pagamento do sítio. A garantia da hipoteca foi a fazenda com cafezais e 16 escravos matriculados em Minas Gerais, de onde provinha. O prazo de pagamento foi de 4 anos, porém, somente foi quitada

⁹⁶ Luciana Suarez. Os proprietários de escravos e a estrutura da posse na antiga freguesia de São Simão, 1835. *Estudos Econômicos (São Paulo)*, v. 42, n. 2, 2012.

⁹⁷ LOPES, Luciana Suarez. As origens da economia cafeeira em Ribeirão Preto. *Anais do III Congresso Brasileiro de História Econômica/IV Conferência Internacional de História de Empresas*, 1999. p.8.

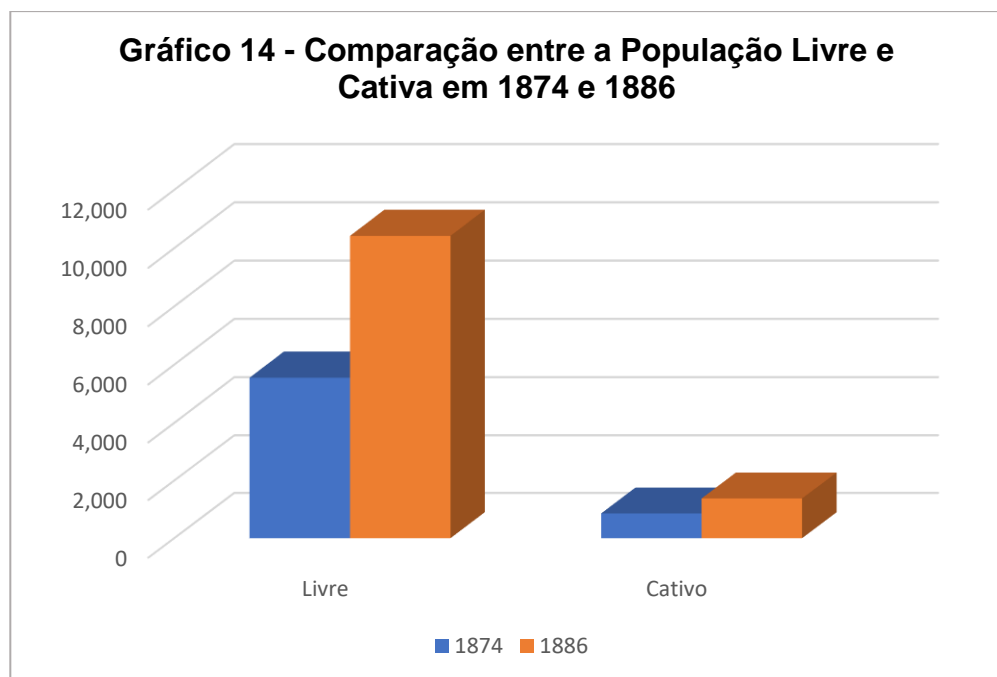
⁹⁸ MARCONDES, Renato Leite. A estrutura fundiária e cafeeira de dois municípios do oeste paulista: Campinas e Ribeirão Preto no início do século XX, *Revista de História*, v. 0, n. 165, 2011. p. 411.

⁹⁹ MARCONDES, Renato Leite. Vastos Cafezais e Grandes Dívidas: crédito hipotecário na formação da economia cafeeira em Ribeirão Preto (1876-1914). *Estudos Econômicos (São Paulo)*, v. 48, n. 2, 2018.

em 1889. Dumont houve por compra mais nove propriedades nos dez anos seguintes, perfazendo um total de 377,4 contos de réis.³⁵ Não obstante as várias aquisições, houve apenas mais uma hipoteca em 1888, alcançando o valor de 80 contos de réis e quitada em 1890. Até essa época, as hipotecas não se descolaram do movimento de aquisições de propriedades, pelo contrário, eram em montante menor do que as compras revelando a possibilidade da existência de capital acumulado.¹⁰⁰

No final do século XIX, o número de cafeicultores no município de Ribeirão Preto já mais que dobrava e a produção se aproximava de dois milhões de arrobas por ano, com quase trinta milhões de pés de café frutificando nas terras roxas¹⁰¹.

Consequência desse incremento produtivo foi a modificação da estrutura demográfica do município recém-criado. A população de Ribeirão Preto, no ano de 1886, passou de 5.552 pessoas para 10.420, ou seja, um aumento de 87% em aproximadamente uma década. Já a população cativa, de 857 cresceu para 1.379, um acréscimo de 60% no número de escravizados.¹⁰²



Fonte: Livros de Registros de Batismos de Livres e Ingênuos – 1872 a 1888. Paróquia de São Sebastião. Cúria Metropolitana de Ribeirão Preto.

¹⁰⁰ MARCONDES, Renato Leite. Vastos Cafezais e Grandes Dívidas: crédito hipotecário na formação da economia cafeeira em Ribeirão Preto (1876-1914). *Estudos Econômicos (São Paulo)*, v. 48, n. 2, 2018. p.13.

¹⁰¹ MARCONDES, Renato Leite. A estrutura fundiária e cafeeira de dois municípios do oeste paulista: Campinas e Ribeirão Preto no início do século XX. *Revista de História*, v. 0, n. 165, 2011. p. 412.

¹⁰² LOPES, Luciana Suarez. A estrutura da posse de cativos nos momentos iniciais da cultura cafeeira no novo oeste paulista. Ribeirão Preto: 1849-1888. *Anais do XIV Encontro Nacional de Estudos Populacionais Sumário*, 2004. p.3.

O movimento de gradação da população sujeita se relaciona com o fato de que as lavouras de café precisavam de braços cativos para seu êxito, logo, essa parcela presencia uma multiplicação considerável em número de habitantes.

O desenvolvimento da cafeicultura condicionava-se, e era condicionado, pelo crescimento demográfico, especialmente das pessoas submetidas à escravidão. Em termos da província, observava-se um elevado contingente escravo matriculado na área valeparaibana (28,8% do total). A sua massa escrava só era menor do que a da região Central (36,1%). As regiões da capital, do vale do Ribeira e do litoral paulista mantinham uma parcela muito reduzida da população cativa.¹⁰³

Para delinear o perfil da posse de cativos no momento inicial da cafeicultura em Ribeirão Preto, Lopes¹⁰⁴ utilizou inventários *post-mortem* e constatou que os cativos que aqui estavam se ocupavam de diversas atividades nesses períodos, mas a mais comum era a lavoura cafeeira, não mais a atividade de criação, como se deu há uma década. Vejamos:

Tabela 8 – Atividade de cativos durante as décadas (1860/70/80)

Ocupação/Atividade	1860			1870			1880		
	H	M	H+M	H	M	H+M	H	M	H+M
Agricultura	-	-	-	-	-	-	31	20	51
Café	12	9	21	7	3	10	70	47	117
Capitalistas	-	-	-	9	9	18	-	-	-
Comércio	-	-	-	1	-	1	-	2	2
Criação	41	37	78	124	100	224	39	30	69
Profissionais liberais	-	-	-	3	3	6	-	1	1
Subsistência	-	-	-	37	54	91	8	10	18
Atividade não identificada	3	2	5	2	5	7	12	13	25
Totais	56	48	104	183	174	357	160	123	283

Fonte: LOPES, Luciana Suarez. A estrutura da posse de cativos nos momentos iniciais da cultura cafeeira no novo oeste paulista, Ribeirão Preto: 1849-1888. *Anais do XIV Encontro Nacional de Estudos Populacionais Sumário*, 2004. p. 14.

Além disso, percebeu-se o predomínio de pequenos plantéis na região, contendo menos de 30 cativos, o que denota uma posse pouco concentrada.¹⁰⁵

¹⁰³ MARCONDES, Renato Leite. A propriedade escrava no Vale do Paraíba paulista durante a década de 1870. *Revista Estudos Históricas*, v. 1, n. 29, 2002. p. 25.

¹⁰⁴ LOPES, Luciana Suarez. A estrutura da posse de cativos nos momentos iniciais da cultura cafeeira no novo oeste paulista. Ribeirão Preto: 1849-1888. *Anais do XIV Encontro Nacional de Estudos Populacionais Sumário*, 2004. p.38.

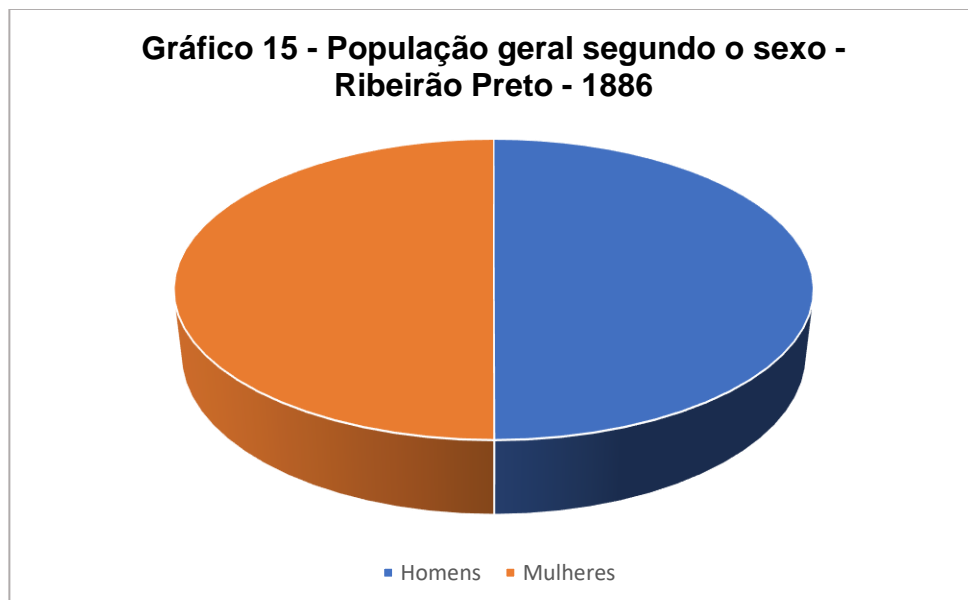
¹⁰⁵ *Idem*. p.38.

Tabela 9 – Estrutura da Posse de Cativos em Ribeirão Preto na década de 1880

Faixas de tamanho de plantéis	1880					
	Proprietários	%	% acumulada	Escravos	%	% acumulada
1	9	25,7	25,7	9	3,2	3,2
2-4	9	25,7	51,4	27	9,5	12,7
5-9	9	25,7	77,1	55	19,4	32,2
10-29	5	14,3	91,4	85	30,0	62,2
30-49	3	8,6	100,0	107	37,8	100,0
50 e +	-	-	100,0	-	-	100,0
Total	35	100,0	100,0	283	100,0	100,0

Fonte: LOPES, Luciana Suarez. A estrutura da posse de cativos nos momentos iniciais da cultura cafeeira no novo oeste paulista, Ribeirão Preto: 1849-1888. Anais do XIV Encontro Nacional de Estudos Populacionais Sumário, 2004. p. 16.

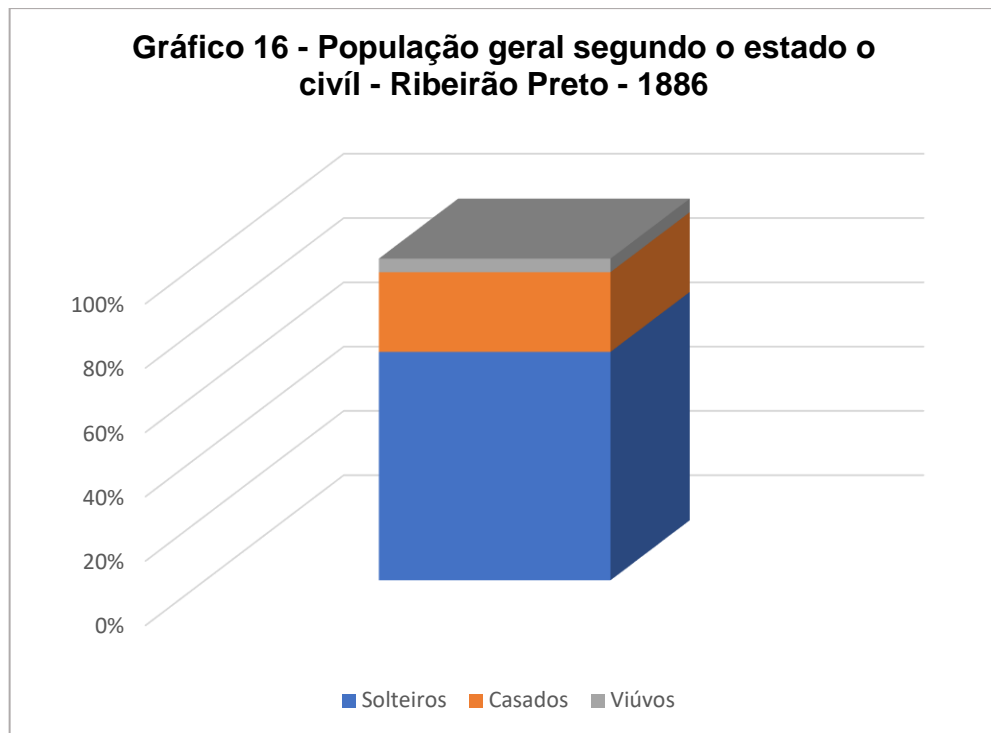
Relativo ao sexo da população em geral, o que se percebe é uma equivalência com o passar destes anos, isto é, ao longo de uma década, o masculino deixou de ser maioria entre a população e a figura feminina aparece de forma igualitária no censo, com uma pequena superação em relação aos homens. De 2.546 mulheres, 1874, temos agora 5.212 do sexo feminino, equivalente à 50% da população total, já os homens ocupam os outros 50%, com 5.202 habitantes, dez a menos do que as mulheres.¹⁰⁶



Fonte: Livros de Registros de Batismos de Livres e Ingênuos – 1872 a 1888. Paróquia de São Sebastião. Cúria Metropolitana de Ribeirão Preto.

¹⁰⁶ BASSANEZI, Maria Silvia C. Beozzo (org.). *São Paulo do passado: dados demográficos - 1886*, Universidade Estadual de Campinas. Núcleo de Estudos da População - NEPO, v. 4, 1999.p.39

No que diz respeito ao estado civil, a população se manteve semelhante. A maioria era de solteiros, com 7.397 pessoas, 70% da população total, os casados somavam 2.584, perfazendo 24% dos habitantes, enquanto os viúvos inteiravam apenas 439 pessoas, 4% do todo.¹⁰⁷

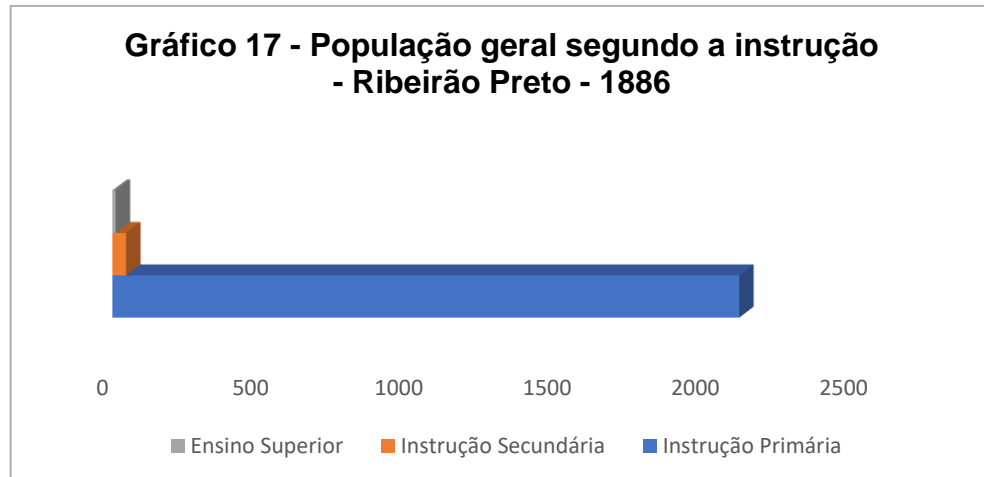


Fonte: Livros de Registros de Batismos de Livres e Ingênuos – 1872 a 1888. Paróquia de São Sebastião. Cúria Metropolitana de Ribeirão Preto.

Nota-se uma diferença marcante no que tange à instrução da nova população. Do total de 10.420 pessoas, 2.165 possuíam algum nível de instrução, quais sejam: 2.108 pessoas ou 20% haviam feito os estudos primários, 46 pessoas ou 0,44% possuíam instrução secundária e 11 pessoas, 0,10%, haviam chegado ao ensino superior, números muito maiores que os da população de 1874.¹⁰⁸

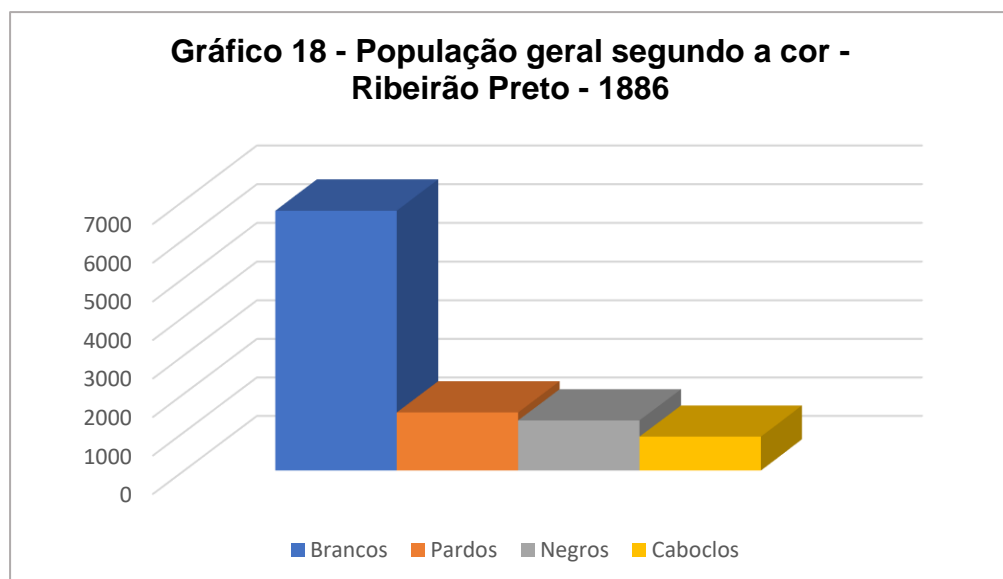
¹⁰⁷ BASSANEZI, Maria Silvia C. Beozzo (org.). *São Paulo do passado: dados demográficos - 1886*, Universidade Estadual de Campinas. Núcleo de Estudos da População - NEPO, v. 4, 1999. p.39

¹⁰⁸ *Idem..* p.43.



Fonte: Livros de Registros de Batismos de Livres e Ingênuos – 1872 a 1888. Paróquia de São Sebastião. Cúria Metropolitana de Ribeirão Preto.

No tangente à cor da população, temos em 1886, 6.732 brancos, perfazendo 64% da população, 1.508 pardos com 14% do total, 1.301 negros, resultando em 12% e 879 caboclos nos últimos 12 % dos habitantes.¹⁰⁹



Fonte: Livros de Registros de Batismos de Livres e Ingênuos – 1872 a 1888. Paróquia de São Sebastião. Cúria Metropolitana de Ribeirão Preto.

Percebe-se, em relação à 1874 uma expansão significativa de pardos, negros e caboclos, também atinente a multiplicação dos cativos no período cafeeiro. Essa

¹⁰⁹ BASSANEZI, Maria Silvia C. Beozzo (org.). *São Paulo do passado: dados demográficos - 1886*, Universidade Estadual de Campinas. Núcleo de Estudos da População - NEPO, v. 4, 1999. p.39

tendência crescente, todavia, não se revelou constante, por dois fatores. Em primeiro lugar, a população cativa, com o tempo, inclina-se para o envelhecimento. Nota-se que, em 1886, apenas 43% dos cativos estavam na faixa abaixo dos 30 anos, enquanto em 1874 essa porcentagem era de 73%.¹¹⁰

Em segundo lugar, Ribeirão Preto e seus cativos acompanhou o movimento econômico e social experienciado por toda a província de São de Paulo e, em última instância do Brasil e isso inclui a diminuição progressiva da mão de obra cativa com o tempo, que se deu através de mudanças subjacentes a escravidão que entraram em vigor no novo modelo de Estado brasileiro.

Além da já mencionada Lei Eusébio de Queiroz de 1850, que barrou o tráfico de cativos no país, algumas outras leis influíram na tratativa com os escravizados em Ribeirão Preto, como por exemplo a Lei do Ventre Livre, ou Rio Branco, promulgada em 28 de setembro de 1871.

Naquele ato, libertou-se, com algumas restrições, os filhos das mães escravas nascidos a partir daquela data. As crianças nascidas livres, denominadas "ingênuos", eram consideradas menores até os vinte e um anos de idade e deveriam permanecer sob a tutela do proprietário de suas mães até completarem oito anos de idade, momento em que o senhor deveria fazer uma opção: "libertar" a criança e receber uma indenização do Estado ou mantê-la consigo e utilizar seu trabalho até que o ingênuo atingisse a maioridade, sem nenhuma indenização oferecida pelo governo.¹¹¹

Outrossim, no mês de setembro no ano de 1871, criou-se a lei nº 2.040, que originou um Fundo de Emancipação, que seria distribuído por município, de forma proporcional a sua população cativa, a fim de preconizar o direito dos cativos conquistarem sua própria alforria, tomando por base a matrícula especial de escravizados existentes no Império.¹¹²

Já em 1885, tem vez a criação da lei nº 3.270, denominada Lei dos Sexagenários, também conhecida como "Saraiva-Cotegipe", que decretou liberdade aos cativos com sessenta anos de idade ou mais, ainda assim com algumas condições, como servir seus proprietários por mais três anos, ou até atingirem 65 anos, assumindo um caráter libertário gradual.¹¹³

¹¹⁰ LOPES, Luciana Suarez. A estrutura da posse de cativos nos momentos iniciais da cultura cafeeira no novo oeste paulista. Ribeirão Preto: 1849-1888. *Anais do XIV Encontro Nacional de Estudos Populacionais Sumário*, 2004. p.24.

¹¹¹ GARAVAZO, Juliana. *Riqueza e escravidão no nordeste paulista: Batatais, 1851-1887*. Mestrado em História Econômica, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006. p.138.

¹¹² *Idem*. pp. 138-139.

¹¹³ *Idem*. p.139.

O coeficiente desses dois fatores resultou no declínio súbito de mão de obra cativa e no conseqüente aumento do preço dos escravizados, o que inviabilizava o avanço com o trabalho servil, conduzindo a uma tendência de diminuição do trabalho escravo na lavoura cafeeira em Ribeirão Preto.

Nesse ínterim, aparece como figura de mão de obra transponível ao cativo, o imigrante. Ribeirão Preto, desde meados dos anos de 1870, já atraía um contingente imigrante considerável, mas com a contração do elemento mancipio na lavoura cafeeira, esse número cresce notavelmente.

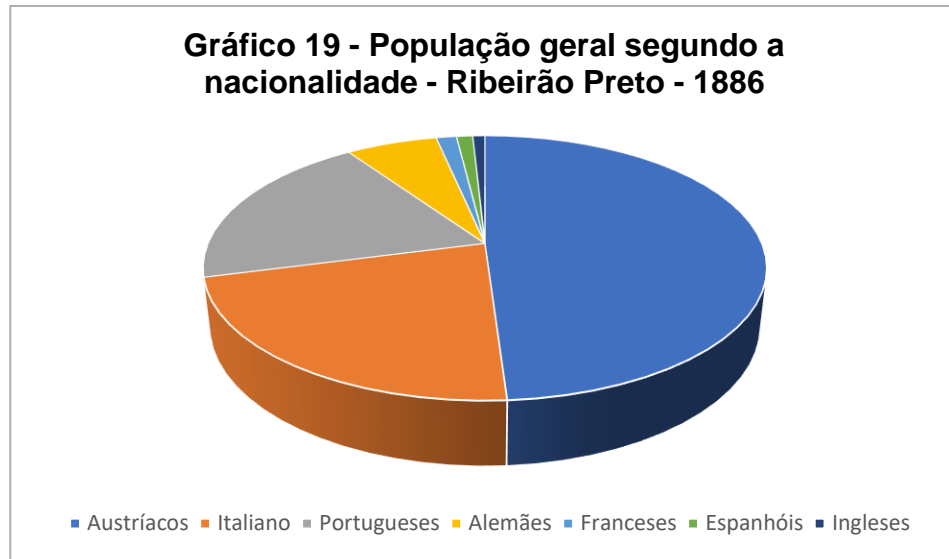
A prosperidade do novo centro cafeeiro atraiu diversas correntes migratórias que foram substituindo pouco a pouco a mão-de-obra escrava, o que tornou possível manter a produção e a expansão da lavoura cafeeira durante o período de transição do trabalho escravo para o trabalho assalariado. A cidade também atraiu imigrantes, em sua maioria italianos que vinham da região norte da Itália e principalmente das cidades de: Prata di Pordenone, Udine, Pordenone, Treviso, Pádova, Abano Terme, Veneza, Brugine, Piove di Sacco, Campagnola e Rovigo. Os imigrantes começaram a chegar mesmo antes da abolição.¹¹⁴

Esses indivíduos vinham para o Brasil a procura de empregos e acabavam encontrando no trabalho com a lavoura uma forma de crescimento econômico, embora o trabalho na forma de colonato muitas vezes fosse exaustivo.

Na segunda metade do século XIX, Ribeirão Preto já possuía diversas colônias de trabalhadores imigrantes, favorecendo um quadro variado de moradores europeus, como apresentado no censo de 1886. Neste ano, de 10.420 habitantes do município, 9.659 eram brasileiros, representando a maioria destes, mas outras nacionalidades também estão presentes, como 352 austríacos, 158 italianos, 140 portugueses, 45 alemães, 10 franceses, 8 espanhóis e 6 ingleses.¹¹⁵

¹¹⁴ LOPES, Luciana Suarez. As origens da economia cafeeira em Ribeirão Preto, *Anais do III Congresso Brasileiro de História Econômica/IV Conferência Internacional de História de Empresas*, 1999. p.9.

¹¹⁵ BASSANEZI, Maria Sílvia C. Beozzo (org.). *São Paulo do passado: dados demográficos - 1886*, Universidade Estadual de Campinas. Núcleo de Estudos da População - NEPO, v. 4, 1999.p.53.



Fonte: Livros de Registros de Batismos de Livres e Ingênuos – 1872 a 1888. Paróquia de São Sebastião. Cúria Metropolitana de Ribeirão Preto.

Além de trabalhadores, alguns produtores de café eram imigrantes, como é o caso de Francisco Schmidt, que chega à Ribeirão Preto no começo dos anos de 1890. Imigrante alemão, Schmidt trabalhou no comércio de café até conseguir comprar terras, especificamente aquelas pertencentes à Fazenda Monte Alegre, que posteriormente se tornou uma das maiores produtoras cafeeiras da região. Não só ele como Martinho Prado Júnior, a família Junqueira e alguns outros formam o que se chama de Reis do Café.¹¹⁶

Tabela 10 – Maiores Produtores de Café de Ribeirão Preto (1904-1905)

Proprietários	Cafeeiros	Produção em Arrobas	Produção em Sacas
Coronel Francisco Schmidt	6.075.500	405.700	101.425
Cia Agrícola Dumont	3.999.990	310.000	77.500
Dr. Martinho Prado Junior	2.112.700	160.000	40.000
D. Francisca do Val	977.000	60.000	15.000
Coronel Manoel Maximiano Junqueira	696.000	50.000	12.500
D. Iria Alves Ferreira	693.000	48.000	12.000
Coronel Joaquim da Cunha Diniz Junqueira	650.000	50.000	12.500
Coronel Joaquim Firmino Diniz Junqueira	634.400	50.000	12.500
Coronel Francisco Maximiano Junqueira	624.859	43.000	10.750
Macedo & Souza	600.000	42.000	10.500
Uchôa & Irmão	500.000	40.000	10.000
TOTAL	17.563.449	1.258.700	314.675

Fonte: LOPES, Luciana Suarez. As origens da economia cafeeira em Ribeirão Preto. Anais do III Congresso Brasileiro de História Econômica / IV Conferência Internacional de História de Empresas, 1999. p.8.

¹¹⁶ LOPES, Luciana Suarez. As origens da economia cafeeira em Ribeirão Preto, *Anais do III Congresso Brasileiro de História Econômica/IV Conferência Internacional de História de Empresas*, 1999. p.8.

Esse movimento de ascensão dos cafeicultores, modifica a economia da pequena Vila de São Sebastião, tornando-a possuidora de grandes latifúndios cafeeiros. A partir de então, tem vez diversas ações em prol de urbanização e higienização do município, que agora deveria ter status de moderno:

Em 1891, em ofício encaminhado ao Conselho da Intendência Municipal de Ribeirão Preto, Claudino Constancio Badial faz um orçamento para a instalação de Iluminação Pública na cidade, propunha-se —a fazer a iluminação da cidade do Ribeirão Preto, composta do total de 130 lampiões de acordo com as bases estabelecidas no Edital deste Conselho publicado no Ribeirão Preto pela quantia mensal de 1:230\$000 e 350 reis por noite por cada lampião que exceder do número estipulado no referido edital, sujeitando-se as multas que razoavelmente se estabelecerem no contrato.¹¹⁷

A região de Ribeirão preto presenciara, portanto, um desenvolvimento cada vez mais substancial de sua população e de seu espaço público, consequência das mudanças econômicas que o café apresentou à até então tímida Vila de São Sebastião

Através dos censos de 1874 e 1886, foi possível traçar um perfil da população ribeirão-pretana no momento de sua fundação e após algumas décadas. Esse caminho é importante para que possamos compreender como se formou a rede fundiária do município e, mais adiante, como se dará as relações de compadrio e apadrinhamento, foco central do trabalho ora apresentado.

¹¹⁷ LOPES, Luciana Suarez. As origens da economia cafeeira em Ribeirão Preto, *Anais do III Congresso Brasileiro de História Econômica/IV Conferência Internacional de História de Empresas*, 1999.p.10.

CAPÍTULO 2 – DEMOGRAFIA HISTÓRICA E SUAS POSSIBILIDADES: COMPADRIO E APADRINHAMENTO

A temática do compadrio e do apadrinhamento é relativamente recente na historiografia brasileira, se comparado a outros objetos de investigação da Demografia Histórica. Para que o aporte teórico acerca do assunto disponível hoje na academia se consolidasse foi necessário um longo caminho percorrido por pesquisadores de vanguarda, do mundo e do Brasil, que indagaram não somente fontes primárias, como diversas outras documentações, propiciando estudos das mais diversas montas, inclusive os de dimensões regionais, como é o caso do nosso trabalho.

Veremos, portanto, no capítulo que sucede, o amanhecer de uma disciplina e de suas ramificações, além de um aprofundamento no sacramento do batismo em si, que nos permite assimilar como esse rito se estabeleceu na sociedade brasileira, para que no capítulo seguinte reflitamos esses preceitos para os dados do município de Ribeirão Preto.

2.1 – A criação de um método para o estudo da família

A família comumente foi objeto de curiosidade entre os historiadores, até mesmo daqueles que se limitavam à pesquisa não sistemática. As formas de organização parental, de criação de laços consanguíneos, entre outros aspectos, fizeram-se válidos diante da investigação acerca da história dos antepassados, sejam eles próximos ou de grandes e afastados momentos históricos.

A estrutura familiar sempre ditou os padrões comportamentais e sociais das relações que se instauraram no Brasil, desde o período colonial. A constituição da família com casamento reconhecido diante da Igreja era benefício majoritário de uma elite branca, enquanto que para os mestiços e negros, tinha-se na maioria dos casos, para a historiografia tradicional, o concubinato e a prole ilegítima.

Os estudos clássicos acerca da sociedade colonial demonstravam que a população brasileira era composta, em sua maioria, por escravizados negros e alguns proprietários brancos de grandes plantéis.¹¹⁸ Para a construção dessa imagem, muitas vezes utilizou-se a obra de Gilberto Freyre¹¹⁹, que vem sendo discutida e reavaliada, como veremos adiante.

¹¹⁸ PRADO JÚNIOR, Caio. *Formação do Brasil Contemporâneo*. 20. ed. São Paulo: Brasiliense, 1987.

¹¹⁹ FREYRE, Gilberto. *Casa-grande e senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal*. 32. ed. Rio de Janeiro: Record, 1997.

Os novos estudos demográficos mostram que a sociedade brasileira não era composta somente do binômio cativo – senhor, com grandes propriedades¹²⁰ e que havia outras realidades sociais como proprietários de pequenos plantéis que trabalhavam na lavoura, lado a lado de seus escravizados, homens livres que não possuíam a propriedade de cativos e mulheres “cabeças de fogo” com ou sem cativos.¹²¹

A família deve ser vista como o núcleo econômico, social e político, sendo a célula básica da sociedade. Segundo Faria: “é pela família, não necessariamente consanguínea, que todos os aspectos da vida cotidiana, pública e privada originam-se ou convergem”.¹²²

O estudo da família tem motivado cada vez mais pesquisadores de diferentes áreas a se voltarem para este tipo de averiguação. No âmbito da História, essas análises se desenvolvem através da demografia histórica ou história demográfica.¹²³

2.2 – A formação de uma disciplina

A produção moderna no campo da Demografia Histórica teve início na década de 1950, com os trabalhos da escola francesa guiada por Louis Henry¹²⁴, que desenvolveu pesquisas com enfoque na reconstituição de famílias, a qual consistia em reunir informações sobre o nascimento, o casamento e o falecimento de um casal e seus descendentes.

¹²⁰ COSTA, Iraci del Nero. *Arraia miúda: um estudo dos não proprietários de escravos no Brasil*. São Paulo: MGSP, 1992.

¹²¹ Sobre demografia histórica ver: BACELLAR, Carlos de Almeida Prado. e SCOTT, Ana Silvia Volpi. e BASSANEZI, Maria Silvia. Quarenta anos de Demografia Histórica. *Revista Brasileira de Estudos Populacionais*, São Paulo, v.22, nº2, p.339-350, jul/dez 2005. MARCÍLIO, Maria Luiza. A demografia histórica brasileira nesse final de milênio. *Revista Brasileira de Estudos Populacionais*, Brasília: n.14, v.1 e 2, 1997. MARCÍLIO, Maria Luiza. *Crescimento Demográfico e Evolução Agrária Paulista 1700-1836*. São Paulo: Hucitec, Edusp, 2000. COSTA, I. N. *Populações Mineiras – sobre a estrutura populacional de alguns núcleos mineiros no alvorecer do século XIX*. São Paulo: IPE/USP, 1981, para exemplificar.

¹²² FARIA, Sheila de Castro. *Colônia em movimento: fortuna e família no cotidiano colonial*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.

¹²³ Neste trabalho, concordamos com Iraci Del Nero da Costa quando do uso desses termos: [...] podemos identificar o campo do conhecimento em tela indiferentemente como Demografia Histórica ou História Demográfica, pois tais denominações expressam duas faces de um mesmo objeto. Assim, se o chamarmos Demografia Histórica estaremos a realçar o fato de ele se definir-se como parte integrante da Demografia; por outro lado, se o denominarmos História Demográfica estaremos emprestando ênfase a sua outra face, qual seja a de ser uma dimensão da História (COSTA, Iraci Del Nero da, *Demografia histórica: algumas observações*, *SÆCULUM – Revista de História*, n. 24, 2011).

¹²⁴ HENRY, Louis. *Anciennes familles genevoises: etude démographique*, XVI ème – XX ème siecles. Paris: Presses Universitaires de France, 1956.

Inicialmente, Henry colocou seu método em prática através de um estudo sobre a burguesia genebrina, em sua investigação sobre o povoado de Crulai, com a colaboração de Etienne Gautier.¹²⁵ Estudo este que incentivou novos desdobramentos no cenário historiográfico.

Na Inglaterra, os trabalhos histórico-demográficos foram seguidos por estudiosos como Thomas Hollingsworth, David Glass e John Hajnal, adquirindo identidade nas ciências sociais.

Já em Portugal, tiveram destaques os estudos de Norberta Amorim¹²⁶, que propunham uma renovação no já existente método de reconstituição de famílias. A autora defendia, como opção, a reconstituição de paróquias, utilizando o nome de batismo como identificação, principalmente devido aos problemas de sobrenomes que ocorrem em Portugal, sendo também notados no Brasil, confrontando os dados paroquiais com outras fontes.¹²⁷ Embora o processo criado pela professora portuguesa seja longo e moroso, é um método novo que alcançou muitos seguidores.

A demografia histórica brasileira recente foi inaugurada nos anos 1960 com a publicação na França da obra *La ville de São Paulo: peuplement et population 1750 – 1850*, de Maria Luiza Marcílio sob orientação de Louis Henry¹²⁸. Esta obra, que se constitui em um estudo sobre a cidade de São Paulo, foi publicada no Brasil somente em 1973.¹²⁹

A contribuição de Marcílio e seus seguidores tem sido relevante para pesquisas histórico-demográficas. A sua tese de livre-docência apresentada à Universidade de São Paulo, em 1974, sobre a Capitania de São Paulo, intitulada *O crescimento demográfico e evolução agrária paulista, 1700 - 1836*¹³⁰, inova com a utilização das Listas Nominativas de Habitantes da Capitania de São Paulo como fonte para a

¹²⁵ REHER, David. Desafios e conquistas da demografia histórica no final do século. *Revista Brasileira de Estudos Populacionais*, Brasília, 14(1/2), 1997. p.103.

¹²⁶ AMORIM, Maria Norberta. (et al). Reconstituição de Paróquias e Formação de uma base de dados central. *VI Congresso da Associação de Demografia Histórica (ADEH)*. Castelo Branco, Abril, 2001.

¹²⁷ *Idem*. p. 104

¹²⁸ MARCÍLIO, Maria Luiza. A demografia histórica brasileira nesse final de milênio. *Revista Brasileira de Estudos Populacionais*, Brasília, 14(1/2), 1997. p. 125.

¹²⁹ MARCÍLIO, Maria Luiza. *A cidade de São Paulo: povoamento e população, 1750-1850*. São Paulo: Pioneira/Edusp 1974.

¹³⁰ MARCÍLIO, Maria Luiza. *O Crescimento Demográfico e Evolução Agrária Paulista, 1700 – 1836*. São Paulo: Hucitec, Edusp, 2000.

Demografia Histórica. Resultados profícuos de pesquisadores nesta linha são encontrados em publicações orientadas e coordenadas por Marcílio.¹³¹

Em meados da década de setenta, foram publicados trabalhos do próprio Louis Henry, que esteve no Brasil, impulsionando grandemente o desenvolvimento da demografia histórica brasileira, além disso, também foi fundamental, do ponto de vista metodológico, a publicação em 1977 da coletânea de artigos dos mais eminentes demógrafos-historiadores, organizada por Maria Luiza Marcílio, intitulada “Demografia Histórica, orientações técnicas e metodológicas”.¹³²

Na década de 1970, ocorreu a fundação de um núcleo de pós-graduação em História Demográfica na Universidade Federal do Paraná, cujo objetivo era formar pesquisadores especializados em estudos sobre a população, assim como dialogar com especialistas nacionais e internacionais. Contribuíram para esse núcleo de pesquisadores Sergio Odilon Nadalin¹³³ e Altiva Pilatti Balhana.¹³⁴

Houve, na década de 1980, a fundação do Centro de Estudos de Demografia Histórica da América Latina – CEDHAL, na Universidade de São Paulo, agregando pesquisadores e repensando as metodologias e técnicas da demografia histórica. Este centro de pesquisa priorizou por bom tempo os estudos sobre a família no Brasil, capitaneados por Eni de Mesquita Samara.¹³⁵

Paralelamente, na FEA – Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo, criou-se o Núcleo de Estudos em História Demográfica – NEDH, conduzido por Iraci Del Nero da Costa, que direcionou os estudos, relacionando demografia e economia. À guisa de exemplificação, Costa contribuiu com trabalhos como *Vila Rica: população (1719-1826)*¹³⁶ e *Populações Mineiras – sobre a população de alguns núcleos mineiros no alvorecer do século XIX*¹³⁷, em que utilizou Listas Nominativas de Habitantes e registros paroquiais de

¹³¹ MARCÍLIO, Maria Luiza. *Demografia Histórica, orientações técnicas e metodológicas*. São Paulo, 1977

¹³² SCOTT, Ana Silvia Volpi. A contribuição da demografia histórica para a história da população e da família no Brasil, *Revista de Demografia Histórica-Journal of Iberoamerican Population Studies*, v. 16, n. 1, 1998.

¹³³ NADALIN, Sergio Odilon. *A origem dos noivos nos registros de casamentos da comunidade evangélica luterana de Curitiba, 1870-1969*. Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 1974.

¹³⁴ MARCÍLIO, Maria Luiza. A demografia histórica brasileira nesse final de milênio. *Revista Brasileira de Estudos Populacionais, Brasília*, n.14, v.1 e 2, 1997. p.125.

¹³⁵ SAMARA, Eni de Mesquita. *A família brasileira*. São Paulo: Brasiliense, 1983; SAMARA, Eni de Mesquita.. A família no Brasil: história e historiografia. *História Revista*, v. 2, n. 2, p. 1, 1997.

¹³⁶ COSTA, Iraci del Nero. *Vila Rica: população (1719-1826)*. São Paulo: IPE/USP, 1979.

¹³⁷ COSTA, Iraci del Nero. *Populações Mineiras – sobre a população de alguns núcleos mineiros no alvorecer do século XIX*. São Paulo: IPE/USP, 1981.

nascimentos, casamentos e óbitos de livres que tinham a preocupação fiscal de arrecadação dos quintos.

Francisco Vidal Luna, integrante do NEDH, também desenvolveu pesquisas sobre Minas Gerais, entre elas *Minas Gerais: escravos e senhores – análise da estrutura populacional e econômica de alguns centros mineratórios (1718-1804)*¹³⁸, no qual também são utilizados os corpos documentais acima referidos.

Estes autores produziram enormes contribuições para o avanço do conhecimento da sociedade e da economia¹³⁹, além de terem caracterizado o perfil de populações livres e cativas de Minas Gerais e São Paulo, como também delinearão o perfil da estrutura da posse de cativos¹⁴⁰.

Outros estudos foram desenvolvidos com o mesmo enfoque na posse de cativos na década de 1980 e início de 1990, atentando-se ao de Gutiérrez¹⁴¹ sobre localidades no Paraná entre 1800 e 1830 que se destacaram por se tratar de uma região com economia ligada à criação de gado e à agricultura de subsistência.¹⁴²

“Assim sendo, cresce não só o número de trabalhos publicados como também as teses e dissertações e o número de investigadores seduzidos pela disciplina. Aparecem os primeiros trabalhos que estudam o nordeste brasileiro, Piauí e Sergipe [...], dados sobre a demografia da região Sul, Santa Catarina [...] e Rio Grande do Sul {...}.”¹⁴³

Ao retomar os estudos sobre família, cabe lembrar os trabalhos de Marcílio¹⁴⁴, que utiliza registros da paróquia da Sé de São Paulo e Listas Nominativas e de Samara¹⁴⁵, que tiveram como base o levantamento censitário de 1836, também para a cidade de São Paulo, demonstrando a predominância de domicílios formados por uma única família.

¹³⁸ LUNA, Francisco Vidal. *Minas Gerais: escravos e senhores – análise da estrutura populacional e econômica de alguns centros mineratórios (1718-1804)*. São Paulo: IPE/USP, 1981.

¹³⁹ PIRES, Júlio. Manoel; COSTA, Irci del Nero. O capital escravista-mercantil: caracterização teórica e causas históricas de sua superação. *Estudos avançados*, v. 14, n. 38, p. 87-120, 2000.

¹⁴⁰ Ver: MOTTA, José Flávio. *Corpos escravos, vontades livres: estrutura da posse de cativos e família escrava em núcleo cafeeiro. Bananal, 1801-1829*. São Paulo: FAPESP: Annablume, 1999.

¹⁴¹ GUTIÉRREZ, Horácio. Demografia escrava numa economia não-exportadora: Paraná, 1800-1830. *Estudos Econômicos*, São Paulo, v17, nº2. Mai/Ago, 1987. p.297-314.

¹⁴² MOTTA José Flávio; COSTA, Iraci del Nero. Demografia histórica: da sementeira à colheita. *Revista Brasileira de Estudos de População*, v.14, n.1/2, jan./dez, 1997.

¹⁴³ SCOTT, Ana Silvia Volpi. A contribuição da demografia histórica para a história da população e da família no Brasil, *Revista de Demografia Histórica-Journal of Iberoamerican Population Studies*, v. 16, n. 1, 1998.

¹⁴⁴ MARCÍLIO, Maria Luiza. *A cidade de São Paulo: povoamento e população, 1750-1850*. São Paulo: Pioneira/Edusp 1974.

¹⁴⁵ SAMARA, Eni de Mesquita. *As mulheres, o poder e a família: São Paulo, século XIX*. São Paulo: Marco Zero/Secretaria de Estado e Cultura de São Paulo, 1989.

Neste âmbito do estudo sobre a família, cabe mencionar os trabalhos de Carlos de Almeida Prado Bacellar¹⁴⁶ e Ana Silvia Volpi Scott¹⁴⁷ sobre a elite agrária e as famílias de grandes escravistas da capitania de São Paulo. Ambos utilizam como corpo documental as Listas Nominativas de Habitantes depositadas no Arquivo do Estado de São Paulo, as genealogias e o cadastro de terras de 1817 e 1855 (este utilizado apenas por Bacellar).

Outros grupos também se dedicam à pesquisa da demografia histórica, entre eles o Núcleo de Estudos de População – NEPO da Unicamp, que tem como expoente Maria Silvia Bassanezi¹⁴⁸ com estudos sobre a família e o casamento em São Paulo, no final do século XIX e início do XX. Outra organização com representatividade é o Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional – CEDEPLAR da UFMG com importantes estudos de Clotilde Paiva sobre a população em geral e mais especificamente sobre a população escravizada.¹⁴⁹

Entre estudos de demografia histórica ligados ao Nordeste Paulista, temos como pioneiro a tese de doutorado de José Chiachiri Filho¹⁵⁰. Esse trabalho tem como objetivo apresentar o povoamento e ocupação do Nordeste Paulista, efetivada principalmente por mineiros. O trabalho possui um recorte temporal de fins do século XVIII, com o desbravamento do sertão do rio Pardo até a segunda década do século XIX, com a criação da Vila Franca do Imperador¹⁵¹.

Outro trabalho com o objetivo de entender o povoamento da mesma região é o de Lucila Reis Brioschi e grupo¹⁵². Os autores desvendaram a ocupação a partir das migrações mineiras, no início do século XIX, na área localizada entre os rios Pardo e Grande, mais especificamente no entorno da Freguesia de Batatais, que possuía economia de pecuária e agricultura de subsistência.

¹⁴⁶ BACELLAR, Carlos Almeida Prado. *Viver e sobreviver em uma vila colonial*. Sorocaba, séculos XVIII e XIX. São Paulo: Annablume/FAPESP, 2001.

¹⁴⁷ SCOTT, Ana Silvia Volpi. *Dinâmica Familiar da Elite Paulista (1765-1836)*. Dissertação (Mestrado). Universidade de São Paulo, 1987.

¹⁴⁸ BASSANEZI, Maria Silvia. O casamento na colônia no tempo do café. *Anais do VI Encontro Nacional de Estudos Populacionais*, 1988.

¹⁴⁹ PAIVA, Clotilde.; KLEIN, Herbert. Escravos e livres nas Minas Gerais do século XIX: Campanha em 1831. *Estudos Econômicos*, 22 (1), jan/abr, 1992. p.129-151.

¹⁵⁰ CHIACHIRI, José. *Do Sertão do rio pardo a vila Franca do imperador*. Franca, 1973 Tese (Doutorado). Faculdade de Filosofia Ciência e Letras, Universidade Estadual Paulista.

¹⁵¹ *Idem*.

¹⁵² BRIOSCHI, Lucila Reis. *Entrantes no sertão do Rio Pardo: o povoamento da Freguesia de Batatais – século XVIII e XIX*. São Paulo: CERU, 1991.

Há também os trabalhos de Maísa Faleiros da Cunha¹⁵³, nos quais a autora analisa os domicílios e a população escravizada no século XIX (especialmente de 1836 a 1872) ansiando observar a composição e as variantes da formação domiciliar de Franca, para, posteriormente, trabalhar a população cativa por meio do conceito de regime demográfico restrito, resgatando suas trajetórias familiares ao longo deste período.

Na UNESP (Universidade Estadual Paulista), são desenvolvidas pesquisas monográficas sobre a demografia histórica da região, cabe citar os estudos de Luiz Fábio Soriani Júnior¹⁵⁴, que analisa os proprietários de escravos na década de 1820, de Ilana Peliciari Rocha¹⁵⁵, que demonstra a demografia escravizada e suas especificidades no início do século XIX e o de Juliana Garavazo¹⁵⁶, em que são analisadas as principais atividades econômicas e características demográficas de Batatais, dando destaque à estrutura cativa e ao mercado interno da cidade.

Um estudo de igual importância para compreender a dinâmica da região é a dissertação de José Antônio Corrêa Lages, intitulada *Ribeirão Preto: da Figueira à Barra do Retiro*, em que o autor explana a formação do Caminho dos Goiaes, através do qual, a oeste, se formataria a cidade de Ribeirão Preto no século XIX¹⁵⁷.

Há ainda, para a região, os trabalhos de Luciana Suarez Lopes, que analisam, através de listas nominativas, a estrutura da posse de cativos nas localidades que pertenciam à antiga freguesia de São Simão, no período que antecede a chegada de café¹⁵⁸. A autora, posteriormente, também discorre sobre a mão-de-obra utilizada

¹⁵³ CUNHA, Maísa Faleiros. F. *Fogos e escravos da Franca do Imperador no século XIX*. Tese (Mestrado) Instituto de Filosofia de Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, 2005; CUNHA, Maísa Faleiros. *Demografia e Família Escrava*. Franca – SP, século XIX. Tese (Doutorado) Instituto de Filosofia de Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, 2009.

¹⁵⁴ JÚNIOR, Luiz Fabio. *Pequenos e grandes senhores: a posse de escravos em Franca na década de 1820*. Franca: TCC – UNESP FHDSS, 2002.

¹⁵⁵ ROCHA, Ilana Peliciari. *Demografia escrava em Franca: 1824-1829*. Franca: UNESP – FHDSS, 2004.

¹⁵⁶ GARAVAZO, Juliana. *Economia e demografia escrava no nordeste paulista: uma área de abastecimento interno (Batatais, 1866-76)*. Monografia apresentada ao Departamento de Economia da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade de Ribeirão Preto da USP para obtenção do grau de Bacharel em Ciências Econômicas. Ribeirão Preto, 2002.

¹⁵⁷ LAGES, José Antônio Correia. *Ribeirão Preto: da Figueira à Barra do Retiro*. Ribeirão Preto/SP: VGA Editora e Gráfica, 1996.

¹⁵⁸ LOPES, Luciana Suarez. Os proprietários de escravos e a estrutura de posse na antiga freguesia de São Simão, 1835. *Comunicação apresentada no XIV Seminário sobre Economia Mineira*. CEDEPLAR-UFMG, Diamantina, 24 a 28 de Maio de 2010.

nesta localidade, dando ênfase para Ribeirão Preto, pela dimensão produtiva de café que alcançou no século XIX.¹⁵⁹

Estes trabalhos contribuem para a história do Nordeste Paulista, incluindo Ribeirão Preto durante o século XIX, quando desbravadores começaram a povoar as terras e transformar as práticas econômicas, de uma economia de abastecimento interno para a exportação.¹⁶⁰ Como já aludido, a Fazenda da Figueira foi o ponto de partida para este fenômeno, pois dela são oriundos os primeiros ocupantes e posseiros do perímetro, de modo que a quantidade de proprietários aumentara cada vez mais em decorrência de casamentos, heranças e partilhas.¹⁶¹

O percurso apresentado demonstra que a inter-relação da história com a demografia vem sendo realizada com sucesso e tem provocado reajustes consideráveis na historiografia brasileira e regional, sendo necessárias, constantemente, novas pesquisas de âmbito regional, que possam, ao mesmo tempo, questionar ou reafirmar posicionamentos existentes.

2.3 – Demografia e Escravidão

Com o foco de estudos sendo a capitania de São Paulo, entre o final do século XVIII e início do século XIX, surgem vários trabalhos com enfoques na população escravizada e na estrutura e posse de cativos, com base nas Listas Nominativas de Habitantes. Exemplo disso é o estudo de Luna e Costa, de 1983 sobre a posse de cativos em São Paulo, em que os autores observam uma relativa participação de domicílios com escravizados e a presença de pequenos plantéis entre os escravistas.¹⁶²

Na década de 1980, inicia-se a feitura maciça de trabalhos referentes à Minas Gerais, assim como os estudos voltados à Bahia colonial. Schwartz

¹⁵⁹ LOPES, Luciana Suarez. *Sob os olhos de São Sebastião: a cafeicultura e as mutações da riqueza em Ribeirão Preto, 1849-1900*. Tese (Doutorado em História Econômica). Universidade de São Paulo, 2006; LOPES, Luciana Suarez. *Café, riqueza e famílias: Ribeirão Preto na segunda metade do século XIX*. História e Economia. *Revista interdisciplinar*, v. 4, n. 1, p. 133-156, 2008; LOPES, Luciana Suarez. *Ribeirão Preto: a dinâmica da economia cafeeira de 1870 a 1930*. 1.ed. Ribeirão Preto: Secretaria da Cultura, 2011.

¹⁶⁰ MONTI, Carlo Guimarães. *O empreendedor possível na cafeicultura de Ribeirão Preto: Joaquim da Cunha Diniz Junqueira (1890-1915)*. Tese (Doutorado em História) - Universidade Estadual Paulista, 2014.

¹⁶¹ LAGES, José Antônio Correa. *Ribeirão Preto: da Figueira à Barra do Retiro*. Ribeirão Preto/SP: VGA Editora e Gráfica, 1996.

¹⁶² LUNA, Francisco Vidal. e COSTA, Iraci del Nero. Posse de escravos em São Paulo no início do século XIX. **Estudos Econômicos**, n.13, v.1, jan/abr. p.211-221, 1983.

analisa, por meio de uma lista de cativos, a estrutura da posse de escravizados da economia açucareira, de setembro de 1816 a janeiro de 1817, onde se encontravam as maiores concentrações da colônia; porém somente 15% dos engenhos analisados tinham mais de 200 cativos e uma média de 65,5 escravizados por senhor. O que leva o autor a alegar:

Propriedades com uma escravaria dessa magnitude não se parecem enquadrar na imagem comum de grande lavoura brasileira com um imenso latifúndio com centenas de escravos trabalhando sob o controle unitário e patriarcal de um proprietário e senhor residente¹⁶³

Outros estudos foram desenvolvidos com o mesmo enfoque na posse de cativos na década de 1980 e início de 1990, atentando-se ao de Gutiérrez *Demografia escrava numa economia não-exportadora: Paraná, 1800-1830*, sobre nove localidades no Paraná entre 1800 e 1830 que se destacaram por se tratar de uma região com economia ligada à criação de gado e à agricultura de subsistência, e a pesquisa de Motta *Corpos escravos, vontades livres: estrutura da posse de cativos e família escrava em núcleo cafeeiro. Bananal, 1801-1829*, sobre Bananal, na região do Vale do Paraíba, em que o autor analisa o impacto do desenvolvimento da economia cafeeira na população cativa e na família escravizada.

Os estudos recentes de Demografia Histórica com ênfase na família, como veremos, afastam a ideia de que em todo o Brasil estas eram patriarcais e extensas como na lavoura açucareira do Nordeste Brasileiro. Nota-se que cada região apresentava especificidades em sua população e nas famílias que compunham a sua sociedade, sejam as grandes, com muitos agregados chefiados por homens, ou aquelas famílias chefiadas por mulheres viúvas ou solteiras.

2.4 – Demografia Histórica e interdisciplinaridade

Por definição, a demografia histórica:

[...] que tem como objetivo precípua de estudo as populações humanas do período pré-censitário (o qual engloba os períodos pré e proto estatísticos), é o campo da Ciência Social que, estabelecendo in totum ou parcialmente, o estado e os movimentos daquelas populações,

¹⁶³ SCHWARTZ, S. B. *Segredos internos: engenhos e escravos na sociedade colonial, 1550 – 1835*. São Paulo: Companhia das Letras, 1988. p.364.

procura identificar as causas e consequências dos mesmos, bem como explicitar as inter-relações destes com outros elementos da vida em sociedade. Para tanto, lança mão, também, das técnicas e dos conhecimentos das demais ciências e desenvolve técnicas e modelos próprios utilizando, além dos dados tradicionalmente considerados pela demografia, todas e quaisquer fontes que possam servir ao seu escopo.¹⁶⁴

Subjacente a essa designação de História Demográfica, há a intrínseca compreensão de que a mesma necessita da interdisciplinaridade para se manter hirta. Múltiplos conhecimentos da Economia, Sociologia, História e Geografia são convocados como cabedal das análises deste enfoque. Os transbordamentos disciplinares são ainda mais cruciais no caso brasileiro, dadas as lacunas documentais e historiográficas que a disciplina padece, incitando maior fluidez de suas teorias e métodos¹⁶⁵.

A complexidade na qual a dinâmica populacional incide sobre a análise histórico-demográfica também acomete na escala de abordagem utilizada. Compreendendo que os sistemas familiares poderiam se configurar de diversas formas, pesquisadores passaram a valorizar a micro-história como instrumento teórico-metodológico, a fim de salientar o comportamento social dos agentes. Adotou-se, a partir de então, um jogo de escalas que permitia analisar não só sua atuação no amplo contexto, mas também a demarcação familiar privada.¹⁶⁶

Todo o balanço historiográfico acerca da Demografia Histórica atua para a compreensão de diversos meandros da família, principalmente a brasileira, ao passo que apontam para rearranjos constantes, os quais serão conteúdos subsequentes.

De todo modo, as produções se desenvolvem em ritmo acelerado, contribuindo de forma contundente com o estudo das relações parentais, que só se solidificou, de fato, a partir do nascimento desta disciplina.

2.5 – Velhas fontes, novos olhares

Os trabalhos de Demografia Histórica podem ser divididos em períodos distintos segundo a documentação. Para Marcílio, a documentação brasileira

¹⁶⁴ COSTA, Iraci Del Nero da; MOTTA, José Flavio. Demografia histórica: da sementeira à colheita. *Revista Brasileira De Estudos De População*, v. 14, n. 1/2, 1997.

¹⁶⁵ *Idem*.

¹⁶⁶ SCOTT, Ana Sílvia Volpi. As teias que a família tece: uma reflexão sobre o percurso da história da família no Brasil. *História: Questões & Debates*, v. 51, 2009.

proporciona os seguintes períodos: o primeiro qualificado como pré-estatístico, começa com a colonização e vai até o início do século XVIII, que é caracterizado por poucas fontes e algumas estimativas gerais da população brasileira. O segundo momento, denominado como proto-estatístico, se sustenta até o Recenseamento Geral do Império. Nesta fase, temos uma maior quantidade de dados que nos permitem estudos regionalizados. A terceira fase é a estatística, que vai do Recenseamento do Império até os dias atuais, havendo recenseamentos a cada dez anos.¹⁶⁷

Os registros paroquiais são fontes fundamentais no campo da Demografia Histórica. Estabelecidos após a contra-reforma, mais especificamente no Concílio de Trento, onde a Igreja decidiu que os fiéis necessitavam de um registro formal que os reconhecessem como católicos, os mesmos passaram a ser regra da Cúria em todo território brasileiro, propiciando uma rica fonte de detalhes daqueles que aqui habitavam.

O cabedal de informações que essas fontes de primeira ordem trazem se destaca na reconstrução de uma Demografia Histórica e social, justamente pelas múltiplas potencialidades de análise de uma população, dado que todas as camadas sociais estavam sujeitas aos registros.

Os registros de batismos se configuram como fonte de extrema importância, pois o batismo cristão mostrou-se no âmbito da sociedade brasileira como uma instituição forte e almejada por todos os estratos da população. O sacramento significava a entrada do pagão no seio da Igreja Católica. Contudo, na prática cotidiana ultrapassava o limite religioso, firmando-se como um instrumento de solidariedade.¹⁶⁸

Desta forma, há de se frisar as possibilidades, através desses dados, de uma análise da família como um panorama geral ou de esferas específicas como a da mulher, da infância e suas variáveis sociais, bem como dos sistemas de relações extra-familiares, como é o caso do compadrio e apadrinhamento.¹⁶⁹

2.6 – Compadrio e Apadrinhamento

Além das variáveis clássicas, a Demografia Histórica pode auxiliar no

¹⁶⁷ MARCÍLIO, Maria Luiza. Os registros paroquiais e a História do Brasil: *Revista Varia História*, n. 31, Jan. 2004.

¹⁶⁸ QUIRINO, Gisele Dias, Família e Compadrio: um estudo das relações sociais na Vila de Porto Feliz (São Paulo, Século XIX), *XIV Encontro Regional da ANPUH Rio*, 2010.p.2.

¹⁶⁹ *Idem*.

direcionamento de outras temáticas históricas, indo além dos fatores tão somente quantitativos, tal qual os sistemas de compadrio e apadrinhamento, que tem ganhado corpo nos últimos anos.¹⁷⁰

O termo “compadrio”, inicialmente, remete à relação em que se inserem pais do batizado e aqueles que se tornaram padrinhos, já quando se refere a “apadrinhamento”, toca a relação construída entre padrinhos e batizados, através do rito de batismo.

Para que se possa abordar em sua completude as relações de compadrio e apadrinhamento, há de se retornar aos primórdios deste sacramento que perdura até os tempos hodiernos.

2.7 – O sacramento do batismo

Na Idade Média, o homem era regido pela oposição entre bem e mal, preceito fundamental do cristianismo neste período, o que justificava o fato da intervenção da igreja como mediadora e, por que não, propulsora da salvação.¹⁷¹

A doutrina do pecado original criada por Santo Agostinho no decurso de sua disputa contra o monge irlandês Pelágio e seus discípulos, presente em seu Tratado sobre os Méritos e Perdão dos Pecados e o Batismo de Crianças, reforça a importância da Igreja e valoriza com maior intensidade a necessidade indispensável do batismo. Segundo ele, o pecado original é transmitido a cada homem no momento de seu nascimento que, antes de ter cometido qualquer falta, já nasce pecador. O pecado original afeta de maneira profunda a vontade do indivíduo e torna suspeito o exercício de sua liberdade que o conduziria, na maior parte das vezes, para o caminho da danação. Desse modo, a teologia agostiniana insiste no rebaixamento da natureza humana, apresentando um homem incapaz de se salvar sozinho e que necessita do socorro insubstituível da Igreja por meio do sacramento purificador.¹⁷²

¹⁷⁰ Dentre outros, ver: AZEVEDO, Marta. Os registros de batismos e casamentos como fontes de informações para os estudos indígenas. In: BASSANEZI, Maria Silvia C. Beozzo; BOTELHO, Tarcísio R. (orgs.). *Linhas e entrelinhas: as diferentes leituras das atas paroquiais dossetecentos e oitocentos*. Belo Horizonte: Veredas & Cenários, 2009. p. 77-84. FRANCO, Renato; CAMPOS, Adalgisa Arantes. Notas sobre os significados religiosos do batismo. *Varia História*, Belo Horizonte, n. 31, p. 21-40, jan. 2004. HAMEISTER, Martha Daisson. *Na pia baptismal: estratégias de interação, inserção e exclusão social entre os migrantes açorianos e a população estabelecida na vila de Rio Grande, através do estudo das relações de compadrio e parentescos fictícios (1738- 1763)*. In: Congresso Brasileiro de História Econômica, 5, 2003, Caxambu. Anais eletrônicos... Campinas, ABPHE, 2003. BARROS, J.A. *História Cultural: um panorama teórico e historiográfico*. Vozes, 2004.

¹⁷¹ CUBA, Tayná Silva. O Batismo: suas origens na Idade Média e seus usos e significados para os escravos na Freguesia de Nossa Senhora da Vitória, em São Luís, Maranhão (1804-1806). *Revista Discente Offícios de Clío*, v. 5, n. 9, 2020. p.3.

¹⁷² *Idem*. p.3.

O sacramento do batismo é a entrada da criança à fé cristã, aquele que sinaliza a morte mundana para a entrada no reino dos céus e garantia da salvação divina. É através do batismo, segundo a igreja católica, que o nascido é incorporado ao rebanho de deus e salvo do pecado original com que é imputado antes mesmo de nascer.

Dada a centralidade deste rito à vida do ser católico, a igreja inscreve que o mesmo deve ser disposto a todos aqueles que desejam adentrar a fé cristã:

O capítulo 3 do Evangelho segundo São Lucas narra o episódio do batismo de Jesus Cristo, pretensamente ocorrido há mais de dois mil anos nas águas do rio Jordão. A partir desse acontecimento, o batismo é instituído como o rito praticado por todos aqueles que seguem o cristianismo; ou seja, por todos os que seguem os ensinamentos de Jesus.¹⁷³

O ritual de batismo foi sendo modificado e adaptado de acordo com cada localidade onde foi sendo instalado, e no Brasil não foi diferente.

No século XVI, o ocidente europeu sofreu uma onda de instabilidade causada pela Reforma Religiosa, propiciando fragilidades na instituição que, até então, era majoritária. Como resposta a esse movimento de rebeldia e perda de fiéis, a igreja católica deu início a chamada Contra-Reforma, criando medidas que possibilitaram o conhecimento pleno e o controle de seus fiéis.¹⁷⁴

Parte integrante do período contra-reformista, foi convocado em 1545 o Concílio de Trento, que perdurou até 1563 e discutia questões fundamentais para a sobrevivência da religião no novo cenário.

Através do Concílio de Trento (1545-1563), a Igreja Católica procurou solucionar a questão, aproximando-se do cotidiano dos fiéis, desenvolvendo formas de conhecimento e controle. A reação ao movimento protestante incidiu sobre dois pontos principais: 1- a definição mais precisa do que consiste a doutrina oficial católica; 2- a garantia de que os mecanismos que a transmitem e fiscalizam sua adoção se tornassem cada vez mais eficientes.¹⁷⁵

¹⁷³ SILVA, Cristiano Lima. *Entre batismos, testamentos e cartas: as alforrias e as dinâmicas de mestiçagens em São João del-Rei (1750 – 1850)*. Tese, Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Minas Gerais, 2017. p.85.

¹⁷⁴ SOUZA, Keli Carvalho Nobre de. *Tecendo Redes e Construindo Histórias: o apadrinhamento dos escravos adultos no Distrito Diamantino entre os anos de 1744 a 1758*. Programa de Pós-Graduação em História do Instituto de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Federal de Ouro Preto, Ouro Preto, 2006. p.20.

¹⁷⁵ NACIF, Paulo Cezar Miranda. *Padrinhos, afilhados e compadres: apontamentos sobre o parentesco espiritual contraído pelo ritual católico do batismo no âmbito do Antigo Regime*. *XXVII Simpósio Nacional de História - ANPUH*, 2013. p.1.

A partir de então, a igreja católica adotou uma postura completamente controladora e difusora da fé cristã por entre todo o mundo. Decidiu-se, no Concílio Tridentino, que a Cúria de cada localidade seria a responsável pelos registros de batismos, casamentos e óbitos que abrangessem sua paróquia.¹⁷⁶

Na América Portuguesa, mais especificamente no Brasil, o aparelho eclesiástico era pautado nas constituições religiosas de Portugal, como o é o caso do padroado régio, no qual a igreja católica instituíra um “padroeiro” para propagação e manutenção da fé católica.¹⁷⁷

Na carreira eclesiástica havia dois tipos de hierarquia: a primeira, de jurisdição, englobava de um lado, a organização das instâncias de poder na justiça eclesiástica, e do outro o poder administrativo do episcopado, relativa a jurisdição do Bispo. Representavam os degraus na carreira de clérigo e caracterizava as aptidões no ritual religioso. A Segunda envolvia a subordinação entre clérigos, calcada no direito eclesiástico, estabelecia os graus intermediários entre o sumo pontífice e os bispos, bem como entre estes e seus subordinados. A cada um desses clérigos seriam assinalados uma população e uma igreja matriz, sob a autoridade de um pastor, o cura, para assim exercer as funções religiosas.¹⁷⁸

Com o apoio da Coroa Real, e como forma de adequação à realidade colonial brasileira, cria-se em 1551 o Arcebispado da Bahia, a única Sé Metropolitana do Brasil, responsável por gerenciar todas as dioceses do país, com exceção do Maranhão e do Pará, que pertenciam ao arcebispado de Lisboa.¹⁷⁹

Em 1707, durante o primeiro arcebispado, pertencente a Dom Sebastião Monteiro da Vide, são redigidas pelo próprio, como resultado de um Sínodo realizado na Bahia no mesmo ano, as Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia, um código eclesiástico consoante com o Concílio Tridentino, que compreendia regras e normas sobre como conduzir a fé católica em terras brasileiras:

As Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia formam um composto de cinco livros. O primeiro trata da fé católica, da doutrina, da

¹⁷⁶ SOUZA, Keli Carvalho Nobre de. *Tecendo Redes e Construindo Histórias: o apadrinhamento dos escravos adultos no Distrito Diamantino entre os anos de 1744 a 1758*. Programa de Pós-Graduação em História do Instituto de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Federal de Ouro Preto, Ouro Preto, 2006. p.20.

¹⁷⁷ MORAES, Douglas Batista de. *A Igreja: o “baptismo”, o casamento e a angústia do confessorário*. Departamento de História e Geografia da Universidade Federal do Rio Grande do Norte Centro de Ensino Superior do Seridó – Campus de Caicó., v. 05, n. 12, 2004. p.1.

¹⁷⁸ *Idem*. p.2.

¹⁷⁹ *Idem*. p.3.

denúncia dos hereges, da adoração, do culto e dos sacramentos. O segundo livro trata dos ritos, da missa, da esmola, da guarda dos domingos e dias santos, do jejum, das proibições canônicas, dos dízimos, primícias e oblações. O livro seguinte instrui sobre as atitudes e o comportamento do clero, das indumentárias clericais, das procissões, do cumprimento dos ofícios divinos, da pregação, do provimento das igrejas, dos livros de registros das paróquias, dos funcionários eclesiais, dos mosteiros, igrejas e conventos. O quarto livro trata das imunidades eclesiais, da preservação do patrimônio da Igreja, das isenções, dos privilégios e das punições dos clérigos, do poder eclesial, dos ornamentos e bens móveis das igrejas, da reverência devida, da profanação de lugares sagrados, dos testamentos e legados dos clérigos, dos enterros e dos ofícios pelos defuntos. E, por fim, o livro quinto fala sobre as transgressões, tais como: heresias, blasfêmias, feitiçarias, sacrilégio, perjúrio, usura. E das penas de excomunhão, suspensões e prisão.¹⁸⁰

Prevalecendo até o Império, as Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia foram sendo ventiladas por toda a colônia, substituindo as antigas preleções portuguesas e aprimorando as vivências e ordenações concernentes à fé cristã, tanto no que toca às ordenações clericais quanto às condutas dos fiéis perante à Igreja.

2.8 – O rito batismal nas Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia

O batismo, como já mencionado, é o primeiro sacramento, destinado, na fé cristã, aos recém-nascidos da comunidade de cada paróquia. É através dele que o neófito se purifica do pecado original, estabelecendo uma relação de filiação com deus.

No Brasil oitocentista, as Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia formavam uma coleção de cinco livros-manuais, com normas e prescrições dirigidas aos Párocos e fiéis, com a intenção de que todos, sem qualquer distinção, tivessem acesso ao sacramento do batismo.

Os registros de batismos se configuram como fonte de extrema importância, pois o batismo cristão mostrou-se no âmbito da sociedade brasileira como uma instituição forte e almejada por todos os estratos da população. O sacramento significava a entrada do pagão no seio da Igreja Católica.¹⁸¹

¹⁸⁰ SOUZA, Keli Carvalho Nobre de. *Tecendo Redes e Construindo Histórias: o apadrinhamento dos escravos adultos no Distrito Diamantino entre os anos de 1744 a 1758*. Programa de Pós-Graduação em História do Instituto de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Federal de Ouro Preto, Ouro Preto, 2006. p.23.

¹⁸¹ QUIRINO, Gisele Dias. *Família e Compadrio: um estudo das relações sociais na Vila de Porto Feliz (São Paulo, Século XIX)*. *XIV Encontro Regional da ANPUH Rio*, 2010. p.2.

Figura 4 – Capa das Constituições



Fonte: VIDE, Dom Sebastião Monteiro da, **Constituições primeiras do arcebispado da Bahia**, Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 1853.

O rito batismal é abordado nas Constituições Primeiras logo no primeiro livro da obra, abrangendo o título X ao XX. É dividido por temas que tocam desde a relevância do sacramento para o fiel, até as formas corretas de proferi-lo para cada parcela da população.

De início, o sacramento do batismo é reafirmado como a porta de entrada para Igreja Católica, sem ele, nenhum dos outros sacramentos poderiam ser dirigidos ao fiel. É por meio do batismo, segundo a obra, que o corpo é absolvido de seus pecados através da água e das palavras de Cristo, tornando-o filho de deus e herdeiro da salvação.¹⁸²

No décimo título somos apresentados aos princípios que norteiam o batismo. Segundo as Constituições Primeiras, o mesmo possui quatro faces pelas quais se legitima perante a Igreja. A primeira consiste na matéria, “corporificada” na própria água unguida. A segunda é a “forma”, realizada através

¹⁸² VIDE, Dom Sebastião Monteiro da. *Constituições primeiras do arcebispado da Bahia*. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 1853.

das palavras proferidas durante o batismo: “*Ego te baptizo in nomine Patris, et Filii, et Spiritus Sancti*; ou em vulgar: Eu te baptizo em nome do Padre, do Filho e do Espírito Santo”.¹⁸³

A terceira face do sacramento batismal se concretiza no “ministro”, sendo esse o pároco, porém, em caso de necessidade, qualquer pessoa que tenha intenção em fazê-lo. Por fim, o batismo causa “efeitos” naquele que os recebem:

Causa o Sacramento do Baptismo efeitos maravilhosos, por que por elle se perdoão todos os pecados, assim original, como actuaes, ainda que sejam mui e graves. E o baptizado adoptado em filho de Deos, e feito herdeiro da glória, e do Reino do Ceo. Pelo baptismo professa o baptizado a Fé Catholica, a qual se obriga guardar; e pode, e deve a isso ser constringido pelos ministros da Igreja. E por este sacramento de tal maneira se abre o Ceo aos baptizados, que se depois do batismo recebido morrerem, certamente se salvão, não tendo antes da morte algum pecado mortal.¹⁸⁴

As constituições são claras quanto à necessidade do batismo logo aos primeiros dias que sucedem o nascimento, tentativa de não deixar que se esqueça ou venha a falecer qualquer criança sem que passe pelo sacramento inicial.

Dado os altos índices de mortalidade infantil na Colônia, a Igreja destaca, no título XI, que sejam batizados todos os neófitos até o oitavo dia depois de nascidos, sendo levados até a paróquia a qual pertencem pelos pais ou responsáveis.

Caso houvesse o não cumprimento da ordem, havia multas a serem pagas pelos pais, no valor de “[...] dez tostões para a fábrica da nossa Sé e Igreja Parochial. E se em outros oito dias seguintes as não fizerem baptizar, pagarão a mesma pena em dobro”. Além disso, ficavam os pais impedidos de realizarem qualquer “ofício divino” pela negligência em realizar o sacramento.¹⁸⁵

O título XI trata também das pessoas autorizadas a realizarem o batismo. Segundo as constituições, quem deveria administrar o sacramento seria o pároco de cada localidade, ministro legítimo do rito na Igreja, não se estendendo a nenhum sacerdote secular ou regular, salvo os missionários, que já possuem licença clerical para tal feito.

¹⁸³ VIDE, Dom Sebastião Monteiro da. *Constituições primeiras do arcebispado da Bahia*. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 1853.

¹⁸⁴ *Idem*.

¹⁸⁵ *Idem*.

E o sacerdote secular, que sem a tal licença baptizar (excepto o caso de necessidade) pagará dez cruzados do aljube, e sendo Religioso isento se remetterão estas culpas aos seus superiores [...]. E na dita pena de dez cruzados, e prisão incorrerá a pessoas, que tiver a seu cargo a criança, e a fizer baptizar por outro sacerdote sem licença do Párocho.¹⁸⁶

Todavia, para que todos os moradores da colônia conseguissem acesso ao batismo, foram circunscritas algumas exceções aos ministrantes do sacramento, dispostas no título XIII, devido a necessidades eminentes:

Ainda que tenhamos mandado que o Baptismo se administre pelo próprio Párocho na Igreja Parochial [...] nem por isso deixa de se poder administrar licitamente fora da igreja em qualquer lugar [...] e por qualquer pessoa nos casos de necessidade, e todas as vezes que houver justa e racionável causa que obrigue que assim se faça[...].¹⁸⁷

Uma delas é caso a criança nasça em uma comunidade distante da Paróquia, podendo ser benzida em uma capela próxima, com a licença do pároco e o dever do capelão de entregar a cada mês o rol dos batizados, sob o pagamento de multa de dez tostões para cada mês omitido.

Outra ressalva se faz pelo risco de morte. Segundo a Igreja, caso houvesse o perigo de se falecer sem receber os santos óleos, qualquer pessoa, fiel ou herege, leigo ou excomungado, que apresentasse intenção em sacramentar, deveria assim fazer.

Havia, no entanto, uma ordem a se seguir, para decidir quem de fato realizaria o batismo:

Estando presente o Parocho, que for sacerdote, este prefira a todos e logo o sacerdote simples, e em sua falta o Diácono prefira ao Subdiácono, o Clerigo ao Leigo, o homem a mulher, o fiel ao infiel. O que se entende, sabendo os sobreditos, fazer o batismo, porque se não souberem, aquelle o fará, que bem o saiba fazer.¹⁸⁸

Dado o constante risco da morte de crianças ainda no ventre das mães, as parteiras compunham figuras importantes na realização dos batismos fora da igreja. Como descrito nas Constituições da Bahia, todas as pessoas deveriam ser minimamente instruídas para sacramentar uma criança na hora do nascimento, não

¹⁸⁶ VIDE, Dom Sebastião Monteiro da. *Constituições primeiras do arcebispado da Bahia*. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 1853.

¹⁸⁷ *Idem*.

¹⁸⁸ *Idem*.

obstante, as parteiras deveriam ser frequentemente observadas pelo pároco, a fim de atestar se realmente estavam preparadas para os ritos batismais.

[...] mandamos aos Vigários, Curas, Coadjuutores e Capellães [...] que ensinem frequentemente a seus fregueses como hão de baptizar em caso de necessidade; e as palavras da forma Latim, e em Português, especialmente as parteiras, as quaes examinarão exatamente, e achando que algumas não sabem fazer o baptismo, se forem parteiras por officio, as evitarão da Igreja e Offícios Divinos, até com efeito saberem.¹⁸⁹

As ditas parteiras, percebendo o risco de morte do neonato antes de saírem do ventre de suas mães, deveriam benzer a cabeça, mão, pé ou qualquer outro membro que primeiro aparecesse no parto, para que a criança não fosse eternamente fadada ao Limbo.¹⁹⁰

Acontecendo de alguma mãe falecer com a criança em seu ventre, sem ter nascido ou despontado qualquer parte do corpo digna da benção batismal, recomendava-se “que se abra a mãe com muito resguardo, para que não se mate a criança, e sendo achada viva a baptizem logo por effusão ou aspensão.”¹⁹¹

Para todos estes casos, parteiras ou população em geral deveriam acionar o pároco tão logo fosse possível para comunicar do batismo realizado fora das instalações clericais.

Para elucidação de como deveria ser realizado o rito, em suas especificidades, o título XII trata, particularmente, das ações e manejos aos quais os párocos careceriam seguir para administrar o sacramento do batismo:

Mandamos a qualquer Parocho, ou sacerdote, que solenemente houver de administrar o sacramento do Baptismo, examine e purifique sua consciência: e lavando as mãos, vestindo com sobrepeliz e estola roxa, se informará se é da sua Parochia, se foi baptizado em casa, por quem, e em que formam que há de ser padrinho e madrinha, e do nome que há de ter a criança [...]. Benzerá a agoa da pia batismal na forma que se dispõem o Ritual Romano [...] e usará de estola roxa até as palavras *Credis in Deum*, e antes de as dizer tomará estola branca e com ella continue até o fim; e fará o baptismo por imersão, tomando a criança por debaixo dos braços com as costas virada

¹⁸⁹ VIDE, Dom Sebastião Monteiro da. *Constituições primeiras do arcebispado da Bahia*. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 1853.

¹⁹⁰ Na Idade Média, a Igreja postulava que as crianças falecidas sem receber o sacramento do batismo, eram diretamente conduzidas ao inferno. Após o século XI e XII, com a propagação do batismo, a Igreja ameniza a pena desses natimortos, criando o Limbo das Crianças, um espaço de esquecimento, mas não de castigos infernais. (CUBA, Tayná Silva, O Batismo: suas origens na Idade Média e seus usos e significados para os escravos na Freguesia de Nossa Senhora da Vitória, em São Luís, Maranhão (1804-1806), *Revista Discente Offícios de Clio*, v. 5, n. 9, 2020. p.8.)

¹⁹¹ *Idem*.

para si [...] manterá a criança na agoa com a boca para baixo uma só vez, pelo perigo que pode haver sendo três as imersões.¹⁹²

Apesar de especificar que o batismo deveria ser feito por imersão em água, as Constituições aferem que se o pároco sofrer de alguma fraqueza ou a criança se encontrar debilitada, o sacramento poderá ser realizado por efusão, ou seja, deitando água sobre a cabeça, o rosto ou o corpo do recém-nascido em forma de cruz.

As águas e óleos santos recebem um título especial no que tange aos seus usos e armazenamentos. Segundo as Constituições primeiras, título XIX, todas as paróquias e capelas que ministrem os batismos deveriam contar com os aparatos necessários:

Ordenamos que em todas as Igrejas Parochiais e Capellas que tiverem applicados a quem se administrem os Sacramentos, haja pias batismaes de pedra bem lavrada, e com capacidade de nellas se administrarem o baptismo por imersão; e que estejam bem vedadas e limpas, em lugar decente, e com grades á roda fechadas com chave [...] e com cobertura com que se tapem, e fechem; e que dentro das pias haja alguma invenção artificial para se destapar, e tapar o sumidouro de agoa, e não ficará dentro agoa de um dia pro outro. [...] E os santos óleos assim dos meninos, como dos enfermos, e catechumenos estarão em seus vasos distinctos, decentes e limpos com suas lettras, por d'onde se conheção, para que não suceda algum erro de tomar um por outro, os quaes vasos, quando não possão ser de prata, seja ao menos de estanho, e se guardarão em um armário fechado deputado somente para elles, o qual podendo ser estará junto a pia batismal: e quando ficar separado, não poderão ser trazidos para fazer o baptismo se não pelo Parocho.¹⁹³

Outro detalhe significativo é o fato de que o batismo não poderia ser realizado “antes da Aurora, nem depois das Ave Marias”¹⁹⁴, sob a pena de dois mil réis para a fábrica da Sé.

Para a realização do batizado, preciso fosse que houvesse apadrinhado e, claramente, padrinhos, estes tendo que cumprir alguns pré-requisitos, dispostos no título XVIII das Constituições. Em primeiro lugar, não deveria haver mais que um dos polos, ou seja, dois padrinhos ou duas madrinhas, apenas um homem e uma mulher fazendo estes papéis no momento sacramental.

¹⁹² VIDE, Dom Sebastião Monteiro da. *Constituições primeiras do arcebispado da Bahia*. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 1853.

¹⁹³ *Idem*.

¹⁹⁴ *Idem*.

As constituições explicitam que os padrinhos deveriam ser de escolhas dos pais ou responsáveis pelas crianças e que, desta forma, não deveria haver interferência do pároco nesta demanda.

Para os padrinhos, só eram permitidos aqueles maiores de quatorze anos e para a madrinha, maiores de 12 anos de idade.

E não poderão ser padrinhos o pai ou mãe do batizado, nem também os infiéis, hereges, ou públicos excomungados, os interdictos, os surdos, os mudos, e os que ignorão os princípios da nossa Santa Fé; nem frade, freira, conego regante, ou outro qualquer religioso professo da religião aprovada (excepto o das ordens militares) oir si, nem por procurador.¹⁹⁵

O laço criado pelos padrinhos e madrinhas com a família do apadrinhado ia além-terra e se constituía numa ligação divina, um parentesco espiritual, assim sendo havia impedimento de matrimônio não somente entre padrinhos e batizados, mas também entre aqueles e os pais da criança.

“[...] não só impede, mas dirime o matrimônio: o qual o parentesco conforme a disposição do sagrado Concílio Tridentino, se contrabe somente entre os padrinhos, e o batizado, e seu pai e mãe; e entre o que batiza e o batizado, e seu pai e mãe, e não contrabem os padrinhos entre si, nem o que batiza com eles, nem se estende a outra alguma pessoa além das sobreditas.¹⁹⁶

O batismo de adultos é descrito no título XIV. Segundo este, a única diferença do sacramento realizado para crianças estaria no desejo explícito que o já crescido deveria expressar para receber o sacramento:

na idade adulta os candidatos ao batismo deveriam passar por um exame que consistia numa avaliação do "animo" que demonstravam em ser batizados, se sabiam "ao menos o Credo, ou artigos da fé, o Padre Nosso, Ave Maria, e mandamentos da lei de Deus", mostrando conhecimento da fé católica e arrependimento dos pecados cometidos, expressos "com a boca". Só após isso seriam batizados por efusão [...] e estariam livres de tudo o que cometeram antes do batismo, deixando de ser "filhos da ira", passando a ser "filhos da glória."¹⁹⁷

Por último, no título XX, é discorrido sobre os protótipos dos assentos de batismos em toda Paróquia na colônia. De acordo com as Constituições do

¹⁹⁵ VIDE, Dom Sebastião Monteiro da. *Constituições primeiras do arcebispado da Bahia*. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 1853.

¹⁹⁶ *Idem*.

¹⁹⁷ SILVA, Gian Carlo de Melo. *Na cor da pele, o negro: conceitos, regras, compadrio e sociedade escravista na Vila do Recife (1790-1810)*. Tese, Universidade Federal de Pernambuco, CFCH. Programa de Pós-Graduação em História, Pernambuco, 2014. p.89.

Arcebispo da Bahia, todos os batismos deveriam ser registrados em livros, encadernados e enumerados, em que se escreveriam as principais informações do assento, da seguinte maneira:

Aos tantos de tal mez, e de tal anno, baptizei, ou baptizou de minha licença o Padre N. nesta, ou em tal Igreja, a N., filho de N. e de sua mulher N. e lhe puz os Santos Oleos: forão padrinhos N. e N., casados, viúvos, ou solteiros, frequezes de tal igreja, e moradores de tal parte.¹⁹⁸

Ao término de cada assento, deveria assinar o pároco ou sacerdote responsável pela realização do sacramento, bem como ao final do livro, constando o número de páginas e a freguesia para onde foi redigida. Este livro ficaria trancado em “arcas ou caixões da Igreja, debaixo de chaves [...]”.¹⁹⁹ Assim que se preenchesse todo o livro de assentos, este era mandado ao vigário, que registrava-o no cartório da Câmara Episcopal.

Todas essas disposições davam conta da universalidade do batismo e dos contornos que deviam entrar no cotidiano da população geral. Entretanto, na colônia escravista brasileira, algumas deliberações das Constituições trataram especificamente do batismo de elementos cativos.

2.9 – O batismo de Cativos

As Constituições Primeiras do Arcebispo da Bahia destacam que era obrigação dos senhores iniciarem seus cativos na fé cristã, sob a pena de perder a propriedade destes, caso isso não fosse feito. O rito batismal para os cativos era praticamente o mesmo, a não ser pela separação de livros ocorrida na paróquia onde eram registrados.²⁰⁰

Os escravizados deveriam receber de seus senhores as primeiras lições da fé católica, para que após a consciência dos preceitos básicos da Igreja, pudessem ser batizados:

Mandamos aos Vigários e Curas que com grande cuidado se informem de escravos e escravas que em suas Freguezias houver, e achando que não sabem o Padre Nosso, Ave Maria, Credo, Mandamentos da Lei de Deos e da Santa Madre Igreja, sendo eles capazes de aprenderem tudo isso, procedão contra seus senhores, para que os ensinem, ou fação ensinar a

¹⁹⁸ VIDE, Dom Sebastião Monteiro da. *Constituições primeiras do arcebispo da Bahia*. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 1853.

¹⁹⁹ *Idem*.

²⁰⁰ *Idem*.

Santa Doutrina, e os mandem a Igreja a aprendel-a ao tempo que a ensinarem, e enquanto a não souberem, lhes não administrarem o Sacramento do Baptismo, nem outro algum, sendo já batizados.²⁰¹

No tangente aos cativos vindo de Guiné, Angola, Costa da Mina ou qualquer outra localidade africana, necessitariam ser levados para batizar até seus dez anos de idade, com o preceito de que estes adentrassem a fé cristã mais rápido possível.

A constituição era clara com o fato de que os senhores deveriam professar os preceitos cristãos aos seus subjugados, mandando-os que “trabalhem muito para que se convertão a nossa Fé Catholica [...]”²⁰². Caso a paróquia observasse um não esforço para a conversão dos cativos, havia punições.

E sejam advertidos os vigários e Curas [...] não deem motivos aos senhores a se descuidarem da obrigação, que rem de ensinar seus escravos, a qual cumprem tão mau que raramente se acha algum que ponha a diligência que deve, errando também no modo de ensinar, porque não ensinão a Doutrina por partes, e com vagar, como é necessário a gente rude, senão por junto, e com muita pressa.²⁰³

Para os escravizados africanos que chegavam às terras brasileiras já adultos, as Constituições Primeiras imputavam o batismo consciente, isto é, após desembarcarem no Brasil, sabendo a língua, ou através de interpretes, haviam de fazer as seguintes perguntas:

Queres lavar a tua alma com agoa santa?
 Queres comer o sal de Deos?
 Botas fora de tua alma todos os teus pecados?
 Não has de fazer mais pecados?
 Queres ser filho de Deos?
 Botas fora da tua alma o demônio?²⁰⁴

Com a posterior confirmação pelo cativo de todas essas perguntas, batizava-o por efusão de águas e óleos, tornando-o somente a partir do batismo filho de deus.

Para casos de cativos menores de sete anos e filhos de pais infiéis, era obrigatório que os senhores os levassem para o sacramento, mesmo sem a

²⁰¹ VIDE, Dom Sebastião Monteiro da. *Constituições primeiras do arcebispado da Bahia*. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 1853.

²⁰² *Idem*.

²⁰³ *Idem*.

²⁰⁴ *Idem*.

concordância de seus pais, ficando esta opção restrita apenas para progenitores livres.

Caso o escravizado ultrapassasse a idade de sete anos, a instrução consistia em afastá-los de seus pais para a devida conversão:

E passando de sete anos, mandamos ais senhores que os apartem da conversação dos pais, para que mais facilmente possam converter-se, e pedir o baptismo, e depois de serem Christãos terão os senhores grande cuidado de os apartarem dos pais infiéis, para que não se pervertão, e de lhes mandar ensinar tudo o que é necessário para serem bons Christãos.²⁰⁵

Diante da rudeza de alguns cativos ao se converter para a fé cristã, as Constituições aconselhavam que os párocos e vigários interferissem e ministrassem eles próprios a doutrina da Igreja para aqueles que não se despunham com facilidade.

Como se percebe, salvo algumas distinções entre cativos e livres, o rito batismal acompanhava todos os segmentos da população colonial brasileira. O compadrio e o apadrinhamento passam a ser parte fundamental de uma sociedade calcada na fé cristã. Contudo, para além deste papel religioso do sacramento, que não se pode ignorar, sob o risco de se tornar anacrônico, desenvolveu-se, através do batismo, uma relação de compadres, pais e afilhados que transcendiam o parentesco religioso, imputado como o caráter social do batizado.

2.10 – O duplo caráter do batismo

Como frisado anteriormente, o batismo constituía-se como obrigação a todos os moradores da colônia. Cada um com seus encargos, dispostos nas Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia, trabalhava coletivamente para que fossem apresentados aos santos todos aqueles nascidos em terras brasileiras.

Primeiro sacramento da Igreja Católica, o batismo insere o batizado no mundo e dogmas cristãos, ao passo que amplia seus laços de parentesco com seus padrinhos através do apadrinhamento, bem como estes com os pais ou responsáveis, mediante a prática do compadrio.

Entretanto, ainda que o rito batismal assumisse, aos olhos da Igreja, uma função religiosa genuína, de reafirmação da fé católica e criação de laços parentais com os padrinhos que forneciam todo e qualquer ensinamento da doutrina cristã para

²⁰⁵ VIDE, Dom Sebastião Monteiro da. *Constituições primeiras do arcebispado da Bahia*. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 1853.

garantir à esta criança o caminho divino, o sacramento do batismo não se resumia apenas neste aspecto.²⁰⁶

Para além do caráter religioso do rito batismal, existia uma função social bastante marcada pela sociedade colonial, que utilizava-se da prática do compadrio e do apadrinhamento para criar laços que exerciam não somente a função sagrada, como também uma face política, de apresentação da criança à sociedade em que a mesma se inseria, criando alianças de mútua ajuda familiar e também financeira.

Percebemos na historiografia basicamente duas tendências: a primeira pode ser denominada de "funcionalista", em que a ênfase recai sobre como as relações são usadas. Segundo Itamar de Souza (1981 apud FREIRE, 2004, p.6), "a instituição do compadrio não teria sentido fora desse contexto protecionista, e este vínculo se tornaria tão forte que se constituiria numa espécie de dever moral. A segunda tendência procura analisar seu significado, o seu "uso", percebendo no ato religioso do batismo um sistema de relações regulamentadas pelo costume que amplia e reinterpreta esse sistema de acordo com condições históricas e estruturais determinadas. Para essa vertente, o compadrio carrega um significado para os que dele participam, sendo um meio pelo qual as pessoas expressam a si próprio."²⁰⁷

Com o compadrio, a sociedade estendia seus vínculos espirituais, à proporção que engendrava relações sociais mais complexas de amparo mútuo, de reciprocidade entre pais e padrinhos, de fidelidade e respeito da criança para com aqueles que o apadrinhavam e de solidariedade política e econômica entre todos os envolvidos.

Ramos denomina essas relações como "teias sagradas e profanas": as primeiras seriam relativas aos liames religiosos, as segundas referentes às relações de dimensão social e política que o sacramento também representava. Aquiescemos com o autor quando menciona a qualidade complementar destas duas tendências, uma vez que "pode-se perceber a mesma instituição tendo funções sociais e espirituais, simultaneamente. Não precisa necessariamente existir uma contradição entre as duas interpretações."²⁰⁸

É constatação inexorável a de que a sociedade colonial, através do sacramento do batismo, lançava mão de artifícios sociais para integrar o rito religioso que obrigatoriamente deveria acontecer. Neste sentido, não se pode desconsiderar

²⁰⁶ BÔSCARO, Ana Paula Dutra. Entre normas escritas e práticas cotidianas: as relações de compadrio na Serra da Mantiqueira - séculos XVIII e XIX. *Tempos Históricos*, v. 21, 2017. p.8.

²⁰⁷ QUIRINO, Gisele Dias. Família e Compadrio: um estudo das relações sociais na Vila de Porto Feliz (São Paulo, Século XIX). *XIV Encontro Regional da ANPUH Rio*, 2010. p.4.

²⁰⁸ RAMOS, Donald. Teias Sagradas e Profanas - o lugar do batismo e compadrio na sociedade de Vila Rica durante o século do ouro. *Revista Varia História*, n. 31, 2004.

que existiam níveis de desigualdades sociais estratificadas, que estimulavam escolhas estratégicas, intencionando adjutórios apenas possíveis por meio das redes criadas pelo compadrio.

Flexionando estas demandas, fica compreensível o fato dos cativos utilizarem a prática do apadrinhamento para construírem laços que ocasionavam benesses que os amparavam em um sistema cruel e perverso.

O compadrio foi um poderoso mecanismo de socialização, acessível a todas as camadas sociais, sendo largamente procurado e difundido também entre os cativos. Por meio do compadrio, os escravos procuravam construir relações de solidariedade e reciprocidade com pessoas de diversas condições sociais e também entre seus iguais, ampliando e construindo novos espaços de convivência.²⁰⁹

Não obstante o caráter universal e benéfico do compadrio para todas as camadas sociais, inclusive os cativos, a inserção destes nos estudos acerca do compadrio só foi possível quando passou a vigorar na historiografia uma nova visão acerca da família cativa, que privilegiava as estratégias e negociações de resistência frente o sistema escravista colonial.

Durante um longo tempo, a historiografia brasileira negou a existência da família e do parentesco entre os escravos. Esses laços foram relegados à segundo plano, não recebendo a devida atenção por parte dos estudiosos da história da escravidão brasileira. As relações entre os cativos eram classificadas como promíscuas, em virtude do contexto violento e desumano da escravidão. A família escrava e as relações de parentesco praticamente não existiam nesse contexto.²¹⁰

Segundo Sidney Chalhoub e Fernando Silva²¹¹ a historiografia brasileira pode ser classificada em dois paradigmas: o da ausência e o da agência. O paradigma da ausência diz respeito aos momentos da produção historiográfica em que se enfatizou a negação das ações ativas dos sujeitos escravizados dentro da tessitura colonial brasileira, isto é, de uma forma ou de outra, excluiu-se a possibilidade do cativo ser o próprio produtor da sua realidade cotidiana.

Por outro lado, o paradigma da agência compactua com os períodos em que a historiografia passa a reconhecer a capacidade do sujeito escravizado em tecer suas

²⁰⁹ BÔSCARO, Ana Paula Dutra. Entre normas escritas e práticas cotidianas: as relações de compadrio na Serra da Mantiqueira - séculos XVIII e XIX. *Tempos Históricos*, v. 21, 2017. p.16.

²¹⁰ PAULA, Juliano Tiago Viana de. Parentesco e legitimidade entre cativos e pessoas livres e libertas da Comarca do Rio das Mortes (1841-1859). *Revista Histórica*, v. 37, 2009. p.1.

²¹¹ CHALHOUB, Sidney; SILVA, Fernando Teixeira da. Sujeitos no imaginário acadêmico: escravos e trabalhadores na historiografia brasileira desde os anos 80, *Cadernos AEL*, v. 14, n. 26, 2009.

próprias tramas dentro do circuito escravagista, ou seja, institui-se a percepção do negro escravizado como agente de sua própria história.²¹²

Gilberto Freyre, com a clássica tese acerca da escravidão colonial, se enquadra no paradigma da ausência ao edificar uma visão paternalista acerca do sujeito cativo, em que, segundo ele, a sexualidade, os desejos, os prazeres, os cuidados e os afetos entre as duas se desenvolviam sempre de forma muito pacífica, permitindo, destarte, a constituição de uma democracia racial, também conhecida como o “paraíso das três raças”.²¹³

A vertente paternalista trabalhará com as relações do senhor com o escravizado sob uma perspectiva de mútua ajuda entre ambos, onde os cativos, segundo esta, “[...] eram amparados por um senhor benevolente e por um consenso composto por princípios religiosos, éticos e culturais que era mantido por entidades como a Igreja Católica e a sociedade [...]”.²¹⁴

O processo escravista é visto de forma branda, assim, as violências, castigos e humilhações que advinham dessa mesma relação ganhavam papel secundário dentro dessa perspectiva, permitindo uma amenização da crueldade que o sistema proporcionava a esses indivíduos.

Esta visão branda e altruísta da escravidão prevaleceu na historiografia e mentalidade coletiva brasileira até a metade do século XX, a partir do qual o foco de abordagem se altera e uma nova forma de contestação desse versar paternalista começa a ganhar espaço na produção historiográfica nacional.

Mais precisamente na década de 1950, sob forte influência das lutas dos negros e dos movimentos sociais em geral nos Estados Unidos, diversos pesquisadores iniciam intensas “[...] contestações a esse viés interpretativo [...]. Para estes historiadores, o escravismo foi bastante similar nos dois países e não foi mais brando em um ou outro lugar”.²¹⁵

O movimento de oposição percorreu todo o mundo ocidental e chegou, também, às terras tupiniquins. No Brasil, o movimento de revisão dos moldes de

²¹² CHALHOUB, Sidney; SILVA, Fernando Teixeira da. Sujeitos no imaginário acadêmico: escravos e trabalhadores na historiografia brasileira desde os anos 80, *Cadernos AEL*, v. 14, n. 26, 2009.

²¹³ FREYRE, Gilberto. *Casa-grande e senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal*. 32. ed. Rio de Janeiro: Record, 1997.

²¹⁴ NICOLIT, Américo Junior Nicolau. Dos conceitos de escravidão: um olhar sobre um novo modelo de escravidão no mundo contemporâneo e sua aceitação no campo historiográfico. *Revista Transformar*, 2015. p.4.

²¹⁵ PERUSSATO, Melina. Variações de um mesmo tema: as relações escravistas na historiografia brasileira, *Revista Spartacus*, 2007. p.5.

interpretações históricas estabelecidas na pesquisa acadêmica, teve como principal fomentador a UNESCO, que em meados da década de 1950 promoveu um importante estudo nas ciências humanas e sociais, para, entre outros objetivos, “[...] compreender como se deu a “integração racial” postulada por Freyre na tentativa de superar a realidade caótica em que se encontravam as relações raciais no contexto pós-guerra [...]”.²¹⁶

Nesta década, a chamada Escola Sociológica Paulista, liderada por Florestan Fernandes e Roger Bastide, elencou uma série de pesquisadores e instituições, a fim de rever os paradigmas escravistas fundadas pela vertente anterior:

[...] Emilia Viotti da Costa, Octávio Ianni e Fernando Henrique Cardoso. Os historiadores procuravam identificar e analisar o caráter violento da instituição escravista, enquanto que os sociólogos, investigavam vestígios acerca da manutenção da intolerância racial e da discriminação no Brasil. Oriundos da escola sociológica da USP procuraram, sobretudo, demonstrar a face cruel da escravidão e incorporar o conflito social (ou luta de classe) na análise das relações escravistas. Nesse cenário, vale lembrar, o marxismo foi revalorizado e largamente utilizado para contestar a ordem mundial capitalista imposta pelos americanos, para denunciar as condições de trabalho nas fábricas, enfim, para legitimar a luta política.²¹⁷

As críticas recaíram mais fortemente sobre Gilberto Freyre, que segundo estes pesquisadores, teria usado de generalização descabida no que tange ao tempo e espaço, isto é, valendo-se do Nordeste canavieiro e o conceito do escravizado doméstico, o autor teria estendido sua análise para as múltiplas e diferentes realidades brasileiras.²¹⁸

Sob jugo de outra ótica histórica, esses historiadores materialistas introduziram suas próprias considerações acerca do escravizado e da estrutura escravagista brasileira. A mais significativa mudança que se percebe nessa nova vertente é a abordagem econômica que as análises da sociedade colonial ganharam: passaram a dar maior atenção aos elementos que diziam respeito ao materialismo histórico que compunha a relação escravista, para que pudessem aludir as condições de vida dos sujeitos cativos. Assim sendo:

O lado cruel da escravidão foi evidenciado através da teoria do escravo-coisa, que tornou-se tão forte quanto o mito da democracia racial e da amenidade

²¹⁶ PERUSSATO, Melina. Variações de um mesmo tema: as relações escravistas na historiografia brasileira, *Revista Spartacus*, 2007. p.5.

²¹⁷ *Idem*.

²¹⁸ PROENÇA, Wander de Lara. Escravidão no Brasil: debates historiográficos contemporâneos. *Anais da XXIV Semana de História UNESP*, 2007.

nas relações escravistas. Nessa perspectiva, a subjetivação da condição de coisa pelo escravo fez com que este apenas espelhasse “passivamente os significados sociais impostos pelos senhores”, em outras palavras, o negro era visto como um indivíduo inabilitado à ação e pensamento autônomo e mero receptor dos valores e normas senhoriais [...].²¹⁹

Decorrente dessa visão de submissão e descaracterização das vivências escravistas, surge também a teoria de um escravizado extremamente violentado e humilhado pelos castigos físicos, transparecendo um senhor puramente perverso e sadista, que controlava todo o processo de dominação desses indivíduos em cativeiro.

A leitura do sistema escravista colonial, por esse viés, enfatizará que as “[...] condições extremamente duras da vida na escravidão teriam destituído os escravos da possibilidade de pensar o mundo a partir de categorias e significados sociais próprios [...]”.²²⁰

Desse modo, o regime escravocrata inibia qualquer manifestação humana dos cativos, espoliando-lhes todos os meios morais, sociais e familiares. Segundo Florestan Fernandes (1950, p. 98), “os cativos estavam perdidos uns para os outros, sem laços sociais para recriar sua cultura e identidade, reduzidos a condições anônimas de existência.”²²¹

Essa abordagem triunfou nas academias até fins da década de 1970 e vivenciou uma intensa desvalorização, mais precisamente, na década de 1980, quando uma nova abordagem começa a protagonizar os enfoques escravistas, principalmente “[...] por tratar-se da década em que se comemoraria o Centenário da Abolição [...]”.²²²

As novas pesquisas que surgiam obtinham como principal característica a mudança do foco de abordagem econômica para uma valorização da análise cultural, fruto da transição da segunda para terceira geração dos *Annales* na historiografia francesa. Nesse movimento, os historiadores passaram por uma brusca mudança de ênfase histórica, “[...] da base econômica para a ‘superestrutura’ cultural”.²²³

Notoriamente no Brasil, as produções enviesadas para a vertente culturalista tiveram forte influência do Historiador E. P. Thompson, que buscou “[...] superar o

²¹⁹ PERUSSATO, Melina. Variações de um mesmo tema: as relações escravistas na historiografia brasileira, *Revista Spartacus*, 2007. p.5.

²²⁰ PROENÇA, Wander de Lara. Escravidão no Brasil: debates historiográficos contemporâneos. *Anais da XXIV Semana de História UNESP*, 2007. p.3.

²²¹ PAULA, Juliano Tiago Viana de. Parentesco e legitimidade entre cativos e pessoas livres e libertas da Comarca do Rio das Mortes (1841-1859). *Revista Histórica*, v. 37, 2009. p.2.

²²² *Idem*. p.7.

²²³ BURKE, Petter. *A escola dos Annales (1929-1989): a revolução francesa da historiografia*, 2. ed. São Paulo: Editora Unesp, 2010. p.91.

determinismo da base econômica em relação a superestrutura – aspectos culturais [...] como afirma Lynn Hunt, dedicou-se ao estudo daquilo que chamava mediações culturais e morais”.²²⁴

A partir de então, novas versões acerca dos sujeitos escravizados surgiram, pautadas naquilo que Chaloub e Silva²²⁵ chamaram de paradigma da agência, em que os cativos, agora, possuíam papel ativo na formação das tramas nas quais estavam inseridos.

Os estudos produzidos a partir desse viés culturalista, rejeitaram, com veemência, a teoria do escravizado-coisa:

O escravo, portanto, passa ser visto como sujeito histórico: negocia, resiste, estabelece redes de sociabilidade, conquista espaços de mobilidade e autonomia em busca da liberdade ou de tornar a vida em cativo o menos árdua possível. A violência deixa de ser o vínculo essencial entre senhores e escravos, muito embora não seja em momento algum negada ou atenuada. Entre os dois polos sociais existe, por outro lado, uma intrincada rede de relações e dependências que perpassa toda a sociedade escravista.²²⁶

Os cativos são concebidos, deste período em diante, como figuras historicamente atuantes e com redes relacionais que os permitiam resistir às imposições de todo o sistema escravocrata.

A partir desta abordagem, a família escrava, as organizações comunitárias dos cativos, os costumes africanos e o parentesco aparecem como objetos privilegiados nos estudos. Rompeu-se definitivamente com a dicotomia do escravo passivo (Pai João) versus escravo rebelde (Zumbi), passando a interpretações que colocavam os cativos como sujeitos de sua história, ressaltando a conquista de alguns espaços de autonomia e a participação dos escravos na sociedade escravista.²²⁷

É apenas através das novas visões acerca do cativo, que uma nova apreciação a respeito da família escravizada surgiu. Essa nova perspectiva contesta a visão tradicional de que a vida familiar na senzala era reduzida à promiscuidade e devassidão, imputando uma fixidez da vida conjugal que antes não era percebida na perspectiva do cativo anômico.

²²⁴ ADOLFO, Roberto Manoel Andreoni. As transformações na historiografia da escravidão entre os anos de 1970--1980: uma reflexão teórica sobre possibilidades de abordagem do tema. *Revista Teoria da História*, v. 6, n. 11, 2014.

²²⁵ CHALHOUB, Sidney; SILVA, Fernando Teixeira da, Sujeitos no imaginário acadêmico: escravos e trabalhadores na historiografia brasileira desde os anos 80. *Cadernos AEL*, v. 14, n. 26, 2009.

²²⁶ PERUSSATO, Melina. Variações de um mesmo tema: as relações escravistas na historiografia brasileira, *Revista Spartacus*, 2007.p.11.

²²⁷ PAULA, Juliano Tiago Viana de. Parentesco e legitimidade entre cativos e pessoas livres e libertas da Comarca do Rio das Mortes (1841-1859). *Revista Histórica*, v. 37, 2009. p.2.

Considerou-se a partir de então o conceito de família cativa, que compreende uma organização familiar pautada não somente em laços sanguíneos, com seus filhos e maridos, mas também através de parentescos espirituais atravessados pelo rito do batismo e, conseqüentemente, pela prática do compadrio.²²⁸

Os estudos sobre escravidão e principalmente sobre a família escrava no Brasil destacaram desde o final da década de 1980, a importância do compadrio no cotidiano das famílias escravas. Constatou-se que o parentesco escravo ia além das relações entre pais e filhos e ultrapassavam os laços consanguíneos - ampliados nas uniões com compadres e suas famílias. Além disso, os estudos que apontaram a importância do compadrio para homens e mulheres escravos acabaram por enterrar a visão de promiscuidade das senzalas ao mesmo tempo que afirmaram a necessidade de (re)criação de parentesco que àqueles que enfrentaram o cativeiro americano sentiam.²²⁹

O primeiro a trabalhar com a família cativa no Brasil foi Richard Graham, que analisou um inventário de 1791, de uma antiga fazenda jesuítica chamada Fazenda Santa Cruz, instruída pelo governo português, verificando que a uma alta porcentagem dos escravizados eram casados e tinham famílias estáveis e regularizadas pela igreja.²³⁰

Isto significa que somente após a descoberta de uma família cativa estruturada, tornou-se possível estudos calcados em uma organização familiar consistente, que possibilitassem a compreensão acerca dos laços rituais criados pelo sacramento batismal por este grupo em específico.

Ulteriormente, a família cativa passa a ser vista como um elemento imprescindível de pesquisa e análise, não só da escravidão brasileira, como também de aspectos cotidianos familiares centrais, que viabilizavam esses sujeitos a utilizarem da prática do batismo para tecer novas redes relacionais.

O compadrio e o apadrinhamento, podem ser apreendidos de duas formas distintas, uma que ocorre de maneira horizontal e outra verticalmente, isto é, os compadres poderiam ser da mesma condição social do batizado, caracterizando as

²²⁸ SEGUNDO, Lindemberg. Para além do cativeiro: Batismo, compadrio e casamento como símbolos da dinâmica social entre cativos e livres na freguesia de Limoeiro/Província do Ceará (1862 – 1872). *Revista Outros Tempos*, v. 5, n. 5, 2008.

²²⁹ MAIA, Moacir Rodrigo de Castro. As relações de parentesco ritual em uma sociedade escravista: compadres, padrinhos e afilhados no cotidiano mineiro da primeira metade do século XVIII. *Anais do XIII Seminário sobre a Economia Mineira*, 2008. p.3.

²³⁰ GRAHAM, 1971 apud SOUZA, Keli Carvalho Nobre de. *Tecendo Redes e Construindo Histórias: o apadrinhamento dos escravos adultos no Distrito Diamantino entre os anos de 1744 a 1758*. Programa de Pós-Graduação em História do Instituto de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Federal de Ouro Preto, Ouro Preto, 2006.

relações horizontais, bem como de uma posição superior na sociedade, qualificando laços verticais.²³¹

Existem, basicamente, dois tipos de compadrio: o vertical e o horizontal. O primeiro implica em estabelecer relações com pessoas tendo como base o viés socioeconômico trata, portanto, do compromisso constituído entre pessoas de status social e econômico diferentes onde quem é inferior procura no indivíduo superior a possibilidade de cultivar uma situação privilegiada e proteção especial. Esse tipo de compadrio era o mais conhecido e praticado entre os fazendeiros e seus trabalhadores; são relacionamentos estabelecidos com um fim muito bem determinado e almejado. [...] O segundo tipo de compadrio, o horizontal, se define a partir do relacionamento entre sujeitos socialmente iguais em que o estabelecimento dessa relação de apadrinhamento se debruça sobre o afeto, a compreensão e a consideração que ambos comungam.²³²

Pessoas livres tendiam a batizarem horizontalmente, intuindo a manutenção de um *status quo* advindo de nomes importantes que os rodeavam, já para os escravizados era comumente empregado o batismo vertical para alcançar alguns privilégios próprios do mundo dos livres, criando uma rede de reciprocidade social envolvendo desiguais, que estabelecia complexas teias de fidelidade que eram reforçadas pelos laços criados na pia batismal.

O trabalho que aqui se apresenta atua no sentido de traçar o perfil de compadrio e apadrinhamento do município de Ribeirão Preto, não somente referente aos sujeitos cativos e seus filhos, como também da população livre, pois, segundo Bacellar:

Ao longo dos últimos trinta anos, proliferaram trabalhos sobre compadrio que tomaram como foco as séries de assentos de batismo de escravos. O compadrio entre livres, no entanto, permanece praticamente intocado enquanto objeto de estudo; o mundo dos livres somente é lembrado através dos próprios estudos do compadrio de escravos, quando a família do senhor é percebida fornecendo padrinhos e madrinhas, ou quando forros são detectados também nesses papéis. Quase nada, contudo, se conhece de concreto acerca do compadrio nos amplos segmentos de homens e mulheres livres em geral, seja nos meios urbanos ou no campo.²³³

²³¹ SOUZA, Keli Carvalho Nobre de. *Tecendo Redes e Construindo Histórias: o apadrinhamento dos escravos adultos no Distrito Diamantino entre os anos de 1744 a 1758*. Programa de Pós-Graduação em História do Instituto de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Federal de Ouro Preto, Ouro Preto, 2006.

²³² CONCEIÇÃO, Leticia Pereira. Cor, compadrio e parentesco nos registros de batismo e casamento da Freguesia de São Felipe - Recôncavo Sul da Bahia (1889 – 1920). *X Encontro Regional Nordeste de História Oral*, 2015.

²³³ BACELLAR, Carlos de Almeida Prado. Os compadres e as comadres de escravos: um balanço da produção historiográfica brasileira, *Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH*, 2011.

Para realizar o trabalho complexo de ampla abordagem do compadrio no município, fez-se necessário trabalhar com séries documentais de assentos de batismos que serão abordadas de forma quantitativa e qualitativa no capítulo subsequente, a fim de mapear e delinear o caráter do apadrinhamento em Ribeirão Preto.

CAPÍTULO 3 – O SISTEMA DE APADRINHAMENTO DE LIVRES E INGÊNUOS NO MUNICÍPIO DE RIBEIRÃO PRETO (1872-1888)

Desde o surgimento e a solidificação do estudo do compadrio e do apadrinhamento de diversos extratos sociais na academia, inúmeras pesquisas excelentes surgiram no nosso país, ensejando em alguns padrões na escolha dos padrinhos, sejam entre os livres ou entre os cativos.

No último capítulo, procuramos abordar nossos dados com base nas pesquisas anteriores e também em referências que já haviam buscado esses arquétipos em outras populações. Apresentaremos, de fato, os resultados acerca de Ribeirão Preto, pautados em uma abordagem tanto religiosa, quanto social, que nos outorgou não somente a percepção sagrada do rito batismal, como também aquela que diz respeito à estratégias e redes de sobrevivência.

3.1 – A pesquisa sobre compadrio no Brasil

A Demografia Histórica utiliza-se de uma infinidade de fontes, sejam elas manuscritas ou impressas, para realizar análises minuciosas acerca de populações ou partes específicas dela. Segundo Iraci del Nero da Costa, as pesquisas demográficas foram impulsionadas principalmente a partir da Segunda Guerra Mundial, devido ao baby boom causada pelo conflito, juntamente com o interesse dos cientistas em criar modelos explicativos para o fenômeno e o aperfeiçoamento tecnológico e computacional, que permitiu não somente um tratamento mais refinado dos dados, como também possibilitou a criação de novas técnicas e métodos de análises.²³⁴

Entre as fontes nucleares da Demografia Histórica, encontram-se os registros eclesiásticos, que fornecem informações elementares para o estudo de arquétipos populacionais, uma vez que, como já mencionado anteriormente, estes atuavam como um registro civil, dado a obrigatoriedade para todos os segmentos sociais do território brasileiro, pelo menos até meados do século XIX.

Os registros de batismos estão entre os documentos eclesiais mais utilizados nas pesquisas demográficas, principalmente pelo fato de permitirem conhecer

²³⁴ COSTA, Iraci Del Nero da. História e Demografia. *Revista de História*, v. 55, n. 109, 1977.

elementos próprios da mentalidade social de determinadas localidades ao longo dos anos, como os padrões de apadrinhamento.²³⁵

O compadrio teve vez nos estudos brasileiros a partir da década de 1880, com os novos paradigmas acerca da família e das relações parentais que se firmaram neste decênio. Inicialmente tratados como objetos secundários de pesquisa, os registros de batismos surgiram para complementar diversas temáticas ligadas à Demografia Histórica.²³⁶

Segundo Hameister, os primeiros autores a abordarem o compadrio como objeto central de seus trabalhos foram Renato Pinto Venâncio, em 1986, com o artigo *A Madrinha Ausente – condição feminina no Rio de Janeiro (1750-1800)*, que focalizou a ausência das madrinhas nas pias batismais da capital carioca, e Antônio Augusto Arantes, em 1982, com a pesquisa intitulada *Pais, Padrinhos e o Espírito Santo: um resultado de compadrio*, que centralizou o compadrio em seu trabalho com registros de batismos.²³⁷

Outro expoente de grande prestígio é o trabalho de Stephen Gudeman e Stuart Schwartz, de 1988, denominado *Purgando o Pecado Original: compadrio e batismos na Bahia no século XVIII*, capítulo de um livro de João José Reis²³⁸, considerados aqueles que impulsionaram as pesquisas acerca dos batismos de cativos em nosso país.

A partir da década de 1980, as pesquisas sobre compadrio e apadrinhamento avultaram-se, pululando uma série de trabalhos extremamente pertinentes para o avanço da temática na academia:

Em seguimento a esses estudos primeiros, outros tantos surgiram. Citam-se aqui, não mais que para demonstrar que a produção historiográfica sobre o tema não estagnou, alguns entre os tantos trabalhos de pesquisa publicados, *Família e compadrio entre escravos das 218 Fazendas de Café: Paraíba do Sul, 1871-1888*, e *The politics of kinship: Compadrio Among Slaves in Nineteenth-Century Brazil*, de Ana Maria Lugão Rios (1990; 2000); *Compadrio, Relação Social e Libertação Espiritual em Sociedade Escravistas*, de S.M. Brügger e T.M Kjerfe (1991); *O compadrio batismal a partir dos registros paroquiais: sugestões metodológicas*, de Sérgio Odilon Nadalin (1997); *Na Pia Batismal: família e compadrio entre escravos na Freguesia de São José no Rio de Janeiro (primeira metade do século XIX)*

²³⁵ BÔSCARO, Ana Paula Dutra. Entre normas escritas e práticas cotidianas: as relações de compadrio na Serra da Mantiqueira - séculos XVIII e XIX. *Tempos Históricos*, v. 21, 2017. p.11.

²³⁶ HAMEISTER, Martha Daisson. *Para dar calor à nova povoação: estudo sobre estratégias sociais e familiares a partir dos registros batismais da Vila do Rio Grande (1738-1763)*. Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2006.

²³⁷ *Idem*.

²³⁸ REIS, João José. *Escravidão e Liberdade*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1988.

dissertação de mestrado de Roberto Guedes Ferreira (2000) e o capítulo quinto de Minas Patriarcal - Família e Sociedade (São João del Rei, séculos XVIII e XIX), tese de doutoramento de Sílvia Maria Jardim Brügger, dedicado ao parentesco ritual e às estratégias sociais.²³⁹

Fato é que o estudo do compadrio e apadrinhamento incorporou-se à Demografia Histórica como um objeto de conhecimento das relações sociais que se formam através do laço espiritual do batismo, perspectiva adotada no nosso trabalho. Para tanto, o trabalho com fontes primárias torna-se indispensável, dado o fato de serem as principais provedoras de informações dessa categoria analítica.

Mais do que indicadores de crescimento populacional, os assentos de batismo podem ser utilizados como fontes para uma história sociocultural da colônia, ao servirem de canal para a expressão ou afirmação de laços, trocas e do convívio que eram parte do cotidiano das pessoas envolvidas, ou que passariam a constituir, a partir daquela celebração, um novo vínculo e uma nova possibilidade na vida dos envolvidos.²⁴⁰

3.2 – O tratamento das fontes

Na pesquisa ora apresentada, os assentos de batismos são os protagonistas da análise do sistema de compadrio e apadrinhamento do município de Ribeirão Preto. Assim sendo, fez-se necessário o desprendimento de alguns parágrafos para explanar como se deu o processo de seleção, separação e catalogação dos registros que foram utilizados no trabalho.

A atual catedral de São Sebastião, situada na cidade de Ribeirão Preto, abriga os livros de registros de batismos dos primórdios do município, no entanto, o acesso a estes é bastante limitado pela cúria, fato que se agravou com a pandemia²⁴¹.

Dadas as circunstâncias, em um trabalho de pesquisa digital acerca dos documentos de formação do município, encontrou-se uma série de arquivos no site Family Search²⁴², ainda por nós desconhecido. Ao pesquisar sobre o site e perceber a

²³⁹ HAMEISTER, Martha Daisson. *Para dar calor à nova povoação: estudo sobre estratégias sociais e familiares a partir dos registros batismais da Vila do Rio Grande (1738-1763)*. Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2006.

²⁴⁰ AUGUSTO, Isabel Teresa Creão. *Família e relações de compadrio em Belém, século XIX*. ANPUH – XXIII Simpósio Nacional de História – Londrina, 2005.

²⁴¹ No final de 2019, a COVID-19 se espalhou pelo mundo, causando um estado pandêmico em todo o mundo, dificultando o acesso à lugares e documentos físicos.

²⁴² Family Search é um website financiado pela Igreja de Jesus Cristo dos Santos dos Últimos Dias, que abriga diversos acervos de documentos primários, fotografados e organizados por datas e localidades.

veracidade dos documentos ²⁴³, iniciou-se um trabalho de busca pelos registros de batismos do município de Ribeirão Preto.

Após a exploração, encontramos uma vasta coleção de atas batismais do município referentes à Catedral (antiga Matriz) de São Sebastião, com imagens relativamente nítidas e leitura absolutamente possível. Estava ali disposto os dados que necessitávamos para o trabalho.

Os registros de batismos estavam organizados em livros, que abrangiam em média 10 anos, encadernados com capas lisas, que distinguiam apenas os anos que ali estavam inseridos.

Figura 5 – Livro de registros de batismos de Ribeirão Preto

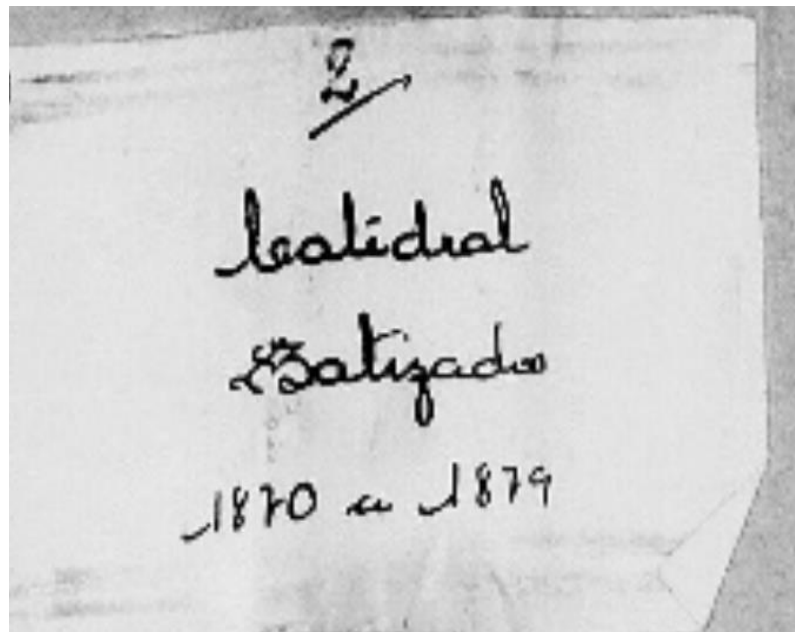


Fonte: Livros de Registros de Batismos de Livres e Ingênuos – 1872 a 1888. Paróquia de São Sebastião. Cúria Metropolitana de Ribeirão Preto.

Na etiqueta de identificação junto ao livro vinham especificados: o número do livro, os escritos “Catedral” e “batizados”, e logo abaixo os anos aos quais pertenciam os batismos registrados no livro.

²⁴³ Ver: LOPES, Luciana Suarez. Os Registros paroquiais na era digital. *Economia & história: relatos de pesquisa*, 2018.

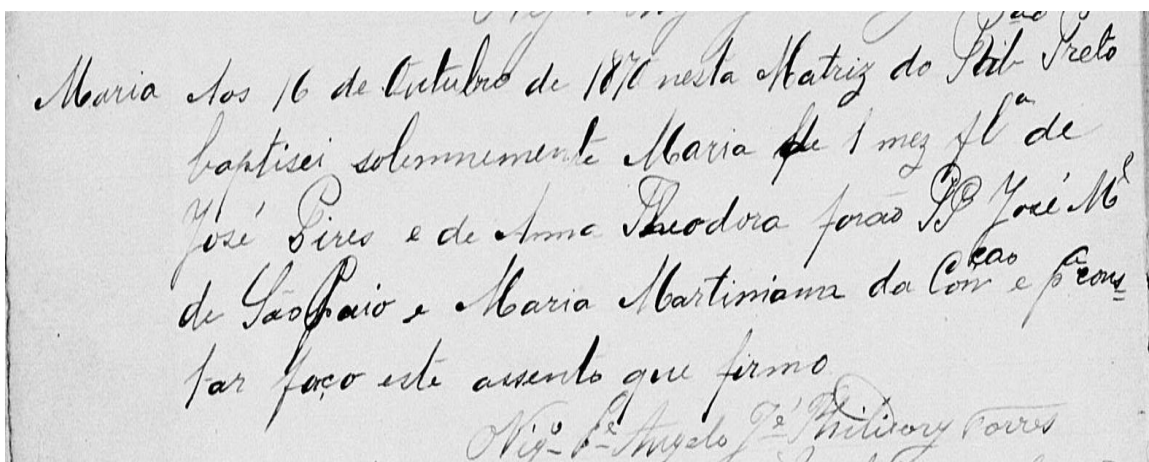
Figura 6 – Detalhe: especificação dos anos nos livros de registros de batismo



Fonte: Livros de Registros de Batismos de Livres e Ingênuos – 1872 a 1888. Paróquia de São Sebastião. Cúria Metropolitana de Ribeirão Preto.

Ao abrir o arquivo digital, cada página do livro abrigava em média 6 registros de batismos, separados pelo mês de cada ano ao qual se referia. Esses registros traziam o nome do batizado em destaque à direita e as demais informações à esquerda, como, no caso dos livres, a data do batismo, a idade da criança, o nome dos pais e também dos padrinhos, com a assinatura final do pároco.

Figura 7 – Registro de batismo de um livre de Ribeirão Preto, 1870.



Fonte: Livros de Registros de Batismos de Livres e Ingênuos – 1872 a 1888. Paróquia de São Sebastião. Cúria Metropolitana de Ribeirão Preto.

Na imagem acima, temos: o nome do batizado, Maria, à esquerda e, à direita, os seguintes dizeres:

Aos 16 de Outubro de 1870, nesta Matriz do Ribeirão Preto, baptizei solenemente Maria, de 1 mez, filha de José Pires e de Anna Theodora, Forão PP (padrinhos) José Manoel de São Paio e Maria Martimiana da Conceição, e para constar faço este assento que firmo. Pe. Angelo José Torres.²⁴⁴

Percebemos que o padrão instituído pelas Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia se repete na forma de redigir os registros de batismo do município de Ribeirão Preto, o que confirma a abrangência da normalização de cunho tridentino em todo território nacional.

No caso de elementos cativos presentes nos registros, algumas informações eram acrescentadas, como a cor, o nome dos senhores dos pais das crianças e se estas eram naturais ou legítimas, isto é, se haviam pais com relação reconhecidas pela Igreja ou não.

Figura 8 – Registro de batismo de um ingênuo de Ribeirão Preto, 1872

Fonte: Livros de Registros de Batismos de Livres e Ingênuos – 1872 a 1888. Paróquia de São Sebastião. Cúria Metropolitana de Ribeirão Preto.

No registro do ingênuo acima consta o nome do batizado, Joaquim, do lado direito e, a seguir:

Em primeiro de janeiro de 1872, nesta matriz do Ribeirão Preto, baptizei solenemente a Joaquim, de cor preta, nascido a vinte e um de Dezembro de 1871, filho legítimo de João e Dorothea, ambos escravos de Sabino

²⁴⁴ Livros de Registros de Batismos de Livres e Ingênuos – 1872 a 1888. Paróquia de São Sebastião. Cúria Metropolitana de Ribeirão Preto.

Fernandes do Nascimento, forão PP (padrinhos) Leandro e Maria Rosa de Jesus, e para constar faço este assento que firmo. Pe. Angelo José Torres.²⁴⁵

Em nenhum registro de batismo referente à Ribeirão Preto foi encontrada a naturalidade dos sujeitos, tanto dos pais quanto de padrinhos, por esse fato, não trabalharemos nesta pesquisa com a origem dos que na localidade se instalaram e, conseqüentemente, batizavam seus filhos.

Após o trabalho de reconhecimento paleográfico do material, foi possível elencar os documentos a serem utilizados, bem como definir a baliza temporal com a qual trabalharíamos.

Optamos por abordar o intervalo entre 1872, uma vez que a já mencionada Lei do Ventre Livre²⁴⁶, passa a ter validade em setembro do ano anterior, sendo assim, trataremos aqui de duas parcelas da população: os livres (brancos, que nasceram com esse status) e aqueles chamados ingênuos, denominação dada às crianças que já nasceram sob a égide da liberdade que a dita lei promulga. A análise transcorre até 1888, ano do fim da escravidão e, conseqüentemente, dos documentos aos quais tivemos acesso.

Como ponto de partida para o trabalho de catalogação e tabulação dos dados, foram criadas categorias que nos permitissem coletar os dados de forma eficiente e padronizada, em uma tabela do Excel²⁴⁷, que fosse útil e funcional no momento da análise dos resultados.

A referida tabela continha as seguintes classificações: em primeiro lugar, o número do registro, seguido da data no qual o batismo aconteceu, posteriormente a idade do batizado (tanto em dias, quanto em meses, se assim o fosse), o nome do pai e mãe da criança, bem como a condição e os senhores destes, caso se encontrassem em situação cativa; também fora detalhado os nomes dos padrinhos que o ungiram e também a condição e seus senhores, se fossem escravizados.

A posteriori, algumas subdivisões foram realizadas, a fim de compreender melhor o perfil dos apadrinhamentos, como o sexo dos batizados, o dia da semana no qual aconteceram os batismos, a presença dos pais e a condição dos padrinhos, classificações que possibilitaram resultados mais completos para análise dos dados.

²⁴⁵ RIBEIRÃO PRETO. *Arquivo Eclesiástico da Cúria Metropolitana de Ribeirão Preto*, Registro de Batismos, Livro 2.

²⁴⁶ Ver nota 97.

²⁴⁷ Programa computacional da empresa Microsoft, que permite criar tabelas, gráficos e outros elementos ligados à catalogação de dados.

À guisa de esclarecimentos ao leitor que neste se debruça, relatamos que a proposta inicial do trabalho conduzia-se para a análise das possíveis redes sociais criadas através do apadrinhamento, todavia, após a exploração dos dados, concluímos que seria inoportuno o uso desta metodologia neste momento, uma vez que somente os dados referentes aos batismos mostraram-se incapazes de sortir resultados significativos nesse sentido. Nada descarta, no entanto, aliás muito se anseia, trabalhar com as redes sociais em um momento posterior, com aparatos mais rebuscados e com um grupo basal de dados mais complexo, como as atas de casamento, que atuariam no sentido de agregar as informações de apadrinhamento da região.

Apesar das limitações expressas, o banco de dados construído a partir dos registros de batismos de Ribeirão Preto proporciona uma ampla análise e compreensão do perfil de apadrinhamento do município, bem como revela informações valiosas acerca da realidade religiosa e social que aqui se instaurava no período apontado.

Ao todo, foram catalogados 5.826 registros de livres e cativos do município de Ribeirão Preto, distribuídos entre os anos:

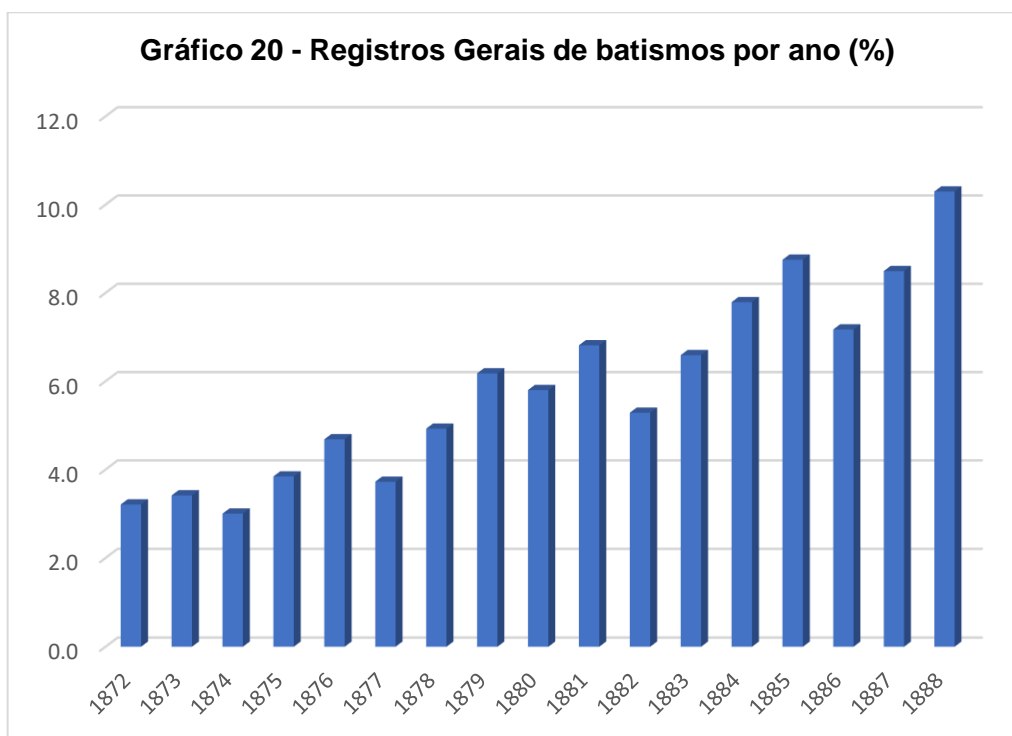
Tabela 11 – Registros gerais de batismos (por ano)

<i>Ano</i>	Frequência	Porcentagem	Porcentagem válida	Porcentagem acumulativa
1872	187	3,2	3,2	3,2
1873	199	3,4	3,4	6,6
1874	175	3,0	3,0	9,6
1875	224	3,8	3,8	13,5
1876	273	4,7	4,7	18,2
1877	217	3,7	3,7	21,9
1878	287	4,9	4,9	26,8
1879	360	6,2	6,2	33,0
1880	338	5,8	5,8	38,8
1881	397	6,8	6,8	45,6
1882	308	5,3	5,3	50,9
1883	384	6,6	6,6	57,5
1884	454	7,8	7,8	65,3
1885	510	8,8	8,8	74,0
1886	418	7,2	7,2	81,2
1887	495	8,5	8,5	89,7
1888	600	10,3	10,3	100,0
Total	5826	100,0	100,0	100,0

Fonte: Livros de Registros de Batismos de Livres e Ingênuos – 1872 a 1888. Paróquia de São Sebastião. Cúria Metropolitana de Ribeirão Preto.

Alguns anos apresentaram maior número de batismos, principalmente os anos finais da amostra, denotando natalidade alta no período que tangencia o alvorecer da economia e da demografia do município de Ribeirão Preto.²⁴⁸

Notamos, por exemplo, que somente de 1881 a 1888, os oito anos finais da amostra, concentram um total de 61,3% dos registros de batismos de todo o intervalo apurado.



Fonte: Livros de Registros de Batismos de Livres e Ingênuos – 1872 a 1888. Paróquia de São Sebastião. Cúria Metropolitana de Ribeirão Preto.

Dos 5826 registros de batismos catalogados, 88%, ou seja, 5140 referem-se à população livre, enquanto que apenas 12%, em números gerais 686 inscrições, tangenciam os ingênuos de Ribeirão Preto. Essa realidade expressa uma população majoritariamente branca e livre no último quartel do século XIX, cenário que coaduna com as leis anti escravidão já sancionadas anteriormente.

²⁴⁸ Lei Imperial de número 3.353, assinada por Princesa Isabel, que aboliu, em esfera judiciária e teórica, a escravidão no Brasil.



Fonte: Livros de Registros de Batismos de Livres e Ingênuos – 1872 a 1888. Paróquia de São Sebastião. Cúria Metropolitana de Ribeirão Preto.

Desejosos de uma tratativa minuciosa acerca desses dois grupos, discorreremos sobre livres e ingênuos de forma desmembrada, para que se compreenda de forma íntegra o perfil batismal das duas camadas sociais, retratando, assim, a universalidade da população do município de Ribeirão Preto no íterim supracitado.

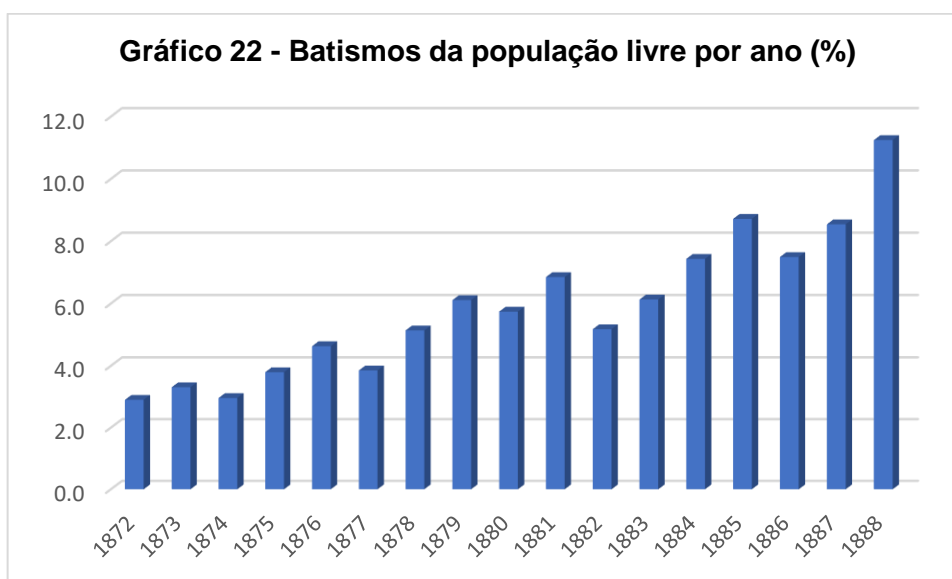
3.3 – Perfil do apadrinhamento de Livres em Ribeirão Preto: 1872-1888

Pessoas consideradas livres, em Ribeirão Preto, compunham o maior número de registros de batismos no decurso temporal analisado, totalizando um número de 5140 assentos de batismos, segmentados entre os anos da amostra.

Tabela 12 - Batismos da população livre (por ano)

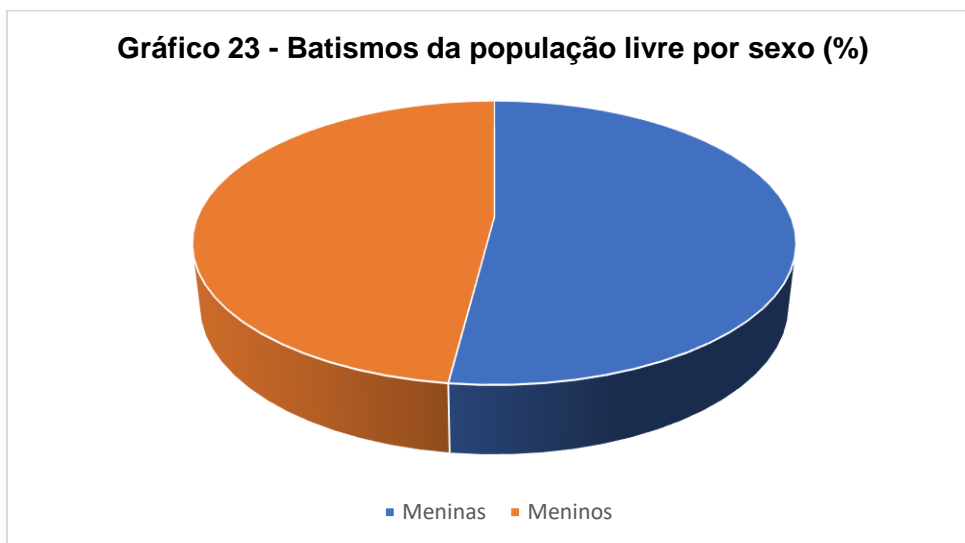
Ano	Frequência	Porcentagem	Porcentagem válida	Porcentagem acumulativa
1872	149	2,9	2,9	2,9
1873	170	3,3	3,3	6,2
1874	152	3,0	3,0	9,2
1875	195	3,8	3,8	13,0
1876	238	4,6	4,6	17,6
1877	198	3,9	3,9	21,4
1878	264	5,1	5,1	26,6
1879	314	6,1	6,1	32,7
1880	295	5,7	5,7	38,4
1881	352	6,8	6,8	45,3
1882	266	5,2	5,2	50,4
1883	315	6,1	6,1	56,6
1884	382	7,4	7,4	64,0
1885	448	8,7	8,7	72,7
1886	385	7,5	7,5	80,2
1887	439	8,5	8,5	88,8
1888	578	11,2	11,2	100,0
Total	5140	100,0	100,0	100,0

Em conformidade com os dados gerais, percebe-se um aumento gradativo dos registros de batismos a partir dos anos de 1880. Juntos, aqueles somados aos últimos oito anos retêm 61,4% de todos os batismos realizados no intervalo, principalmente pelo fato do período combinar o crescimento populacional do território com o alcance do auge cafeeiro e a chegada da ferrovia na região. Esses acontecimentos incidem especialmente nas taxas demográficas relacionadas à natalidade, reveladas através das atas batismais.



Fonte: Livros de Registros de Batismos de Livres e Ingênuos – 1872 a 1888. Paróquia de São Sebastião. Cúria Metropolitana de Ribeirão Preto.

Se fendermos os números totais de batismos dos nascidos livres entre o sexo dos batizados, temos um percentual de 52% de meninos para 48% de meninas.



Fonte: Livros de Registros de Batismos de Livres e Ingênuos – 1872 a 1888. Paróquia de São Sebastião. Cúria Metropolitana de Ribeirão Preto.

Na generalidade, verifica-se pouca distinção entre crianças nascidas homens e mulheres no decorrer nos anos e na integridade dos valores. Foram 2674 registros dos primeiros, para 2466 das segundas, fracionados por entre os anos da seguinte forma.

Tabela 13 – Tabulação cruzada: Batismos da população livre por ano e sexo

	<i>Ano</i>	Sexo		Total
		Masculino	Feminino	
	1872	66	83	149
	1873	88	82	170
	1874	85	67	152
	1875	119	76	195
	1876	135	103	238
	1877	95	103	198
	1878	122	142	264
	1879	180	134	314
	1880	149	146	295
	1881	184	168	352
	1882	147	119	266
	1883	186	129	315
	1884	180	202	382
	1885	244	204	448
	1886	190	195	385
	1887	222	217	439
	1888	282	296	578
	Total	2674	2466	5140

Fonte: Livros de Registros de Batismos de Livres e Ingênuos – 1872 a 1888. Paróquia de São Sebastião. Cúria Metropolitana de Ribeirão Preto.

Dos números anuais inicialmente apreendidos, segmenta-se os números acerca de datas mais específicas dos batismos realizados, diga-se, meses, dias e dias da semana em que as celebrações eram religiosas.

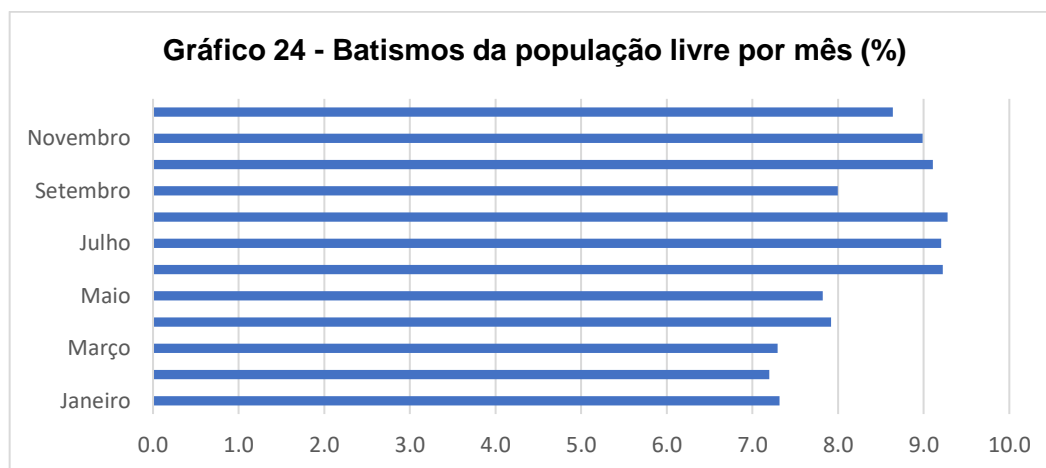
No que se refere aos meses, há uma distribuição equânime por entre os doze do ano, com leves dilatações em alguns meses específicos, explicados por fenômenos religiosos cristãos do município.

Tabela 14 – Batismos da população livre (por mês)

<i>Meses</i>	Frequência	Porcentagem	Porcentagem válida	Porcentagem acumulativa
Janeiro	376	7,3	7,3	7,3
Fevereiro	370	7,2	7,2	14,5
Março	375	7,3	7,3	21,8
Abril	407	7,9	7,9	29,7
Mai	402	7,8	7,8	37,5
Junho	474	9,2	9,2	46,8
Julho	473	9,2	9,2	56,0
Agosto	477	9,3	9,3	65,3
Setembro	411	8,0	8,0	73,2
Outubro	468	9,1	9,1	82,4
Novembro	462	9,0	9,0	91,3
Dezembro	445	8,6	8,6	100,0
Total	5140	100,0	100,0	100,0

Fonte: Livros de Registros de Batismos de Livres e Ingênuos – 1872 a 1888. Paróquia de São Sebastião. Cúria Metropolitana de Ribeirão Preto.

Notou-se, por exemplo, que os meses em que mais houve batismos no município foram, respectivamente, agosto, com 477 registros, ou seja, 9,3% do total de batizados, assim como junho e julho, com 474 e 473 nesta ordem, ambos representando 9,2% do conjunto de registros.

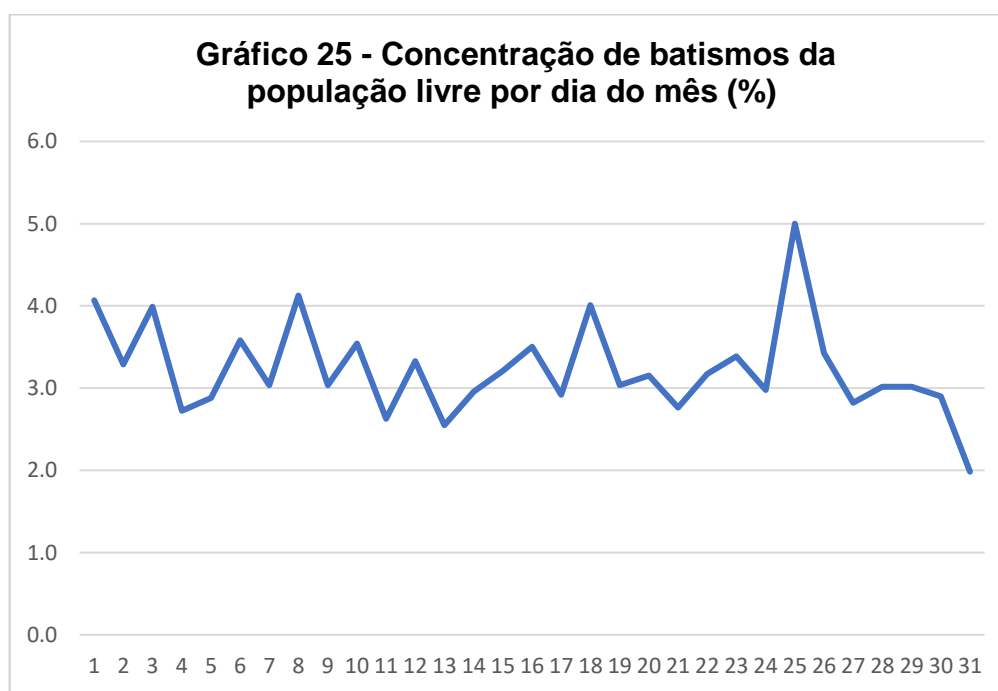


Fonte: Livros de Registros de Batismos de Livres e Ingênuos – 1872 a 1888. Paróquia de São Sebastião. Cúria Metropolitana de Ribeirão Preto.

Alguns meses do catolicismo tendem a concentrar os registros de batismos conforme as festividades do calendário cristão, no nosso caso, destacam-se os meses de junho, julho e agosto. Em junho comemora-se o dia de *Corpus Christi*, uma das celebrações mais importantes da igreja católica, em que soleniza-se o mistério da eucaristia. Já julho abriga as festas dos três santos: Santo Antônio, São João e São Pedro, promovendo as festividades caipiras e, por fim, agosto é o mês vocacional da igreja católica no Brasil.

Essas cerimônias coletivas explicam o maior número de batismos em meses com celebrações religiosas, dado o fato da maior incidência de fiéis às igrejas, aproveitando-se das mesmas para a realização dos batismos das crianças.

Tangente aos dias em que aconteciam os batismos, verifica-se uma incidência tênue entre dias iniciais, mas observa-se de prontidão a expoente ampliação no dia 25 de cada mês, o único a concentrar 5% dos batizados, fato provavelmente explicado por ser uma data em que a igreja realizava batismos coletivos e mais pomposos, sendo o dia aguardado pelos pais para batizar seus filhos.²⁴⁹



Fonte: Livros de Registros de Batismos de Livres e Ingênuos – 1872 a 1888. Paróquia de São Sebastião. Cúria Metropolitana de Ribeirão Preto.

²⁴⁹ LAGO, Rafaela Domingos. *Sob os olhos de deus e dos homens: escravos e parentesco ritual na província do Espírito Santo (1831-1888)*. Dissertação, Universidade Federal do Espírito Santo, Centro de Ciências Humanas e Naturais, Espírito Santo, 2013.

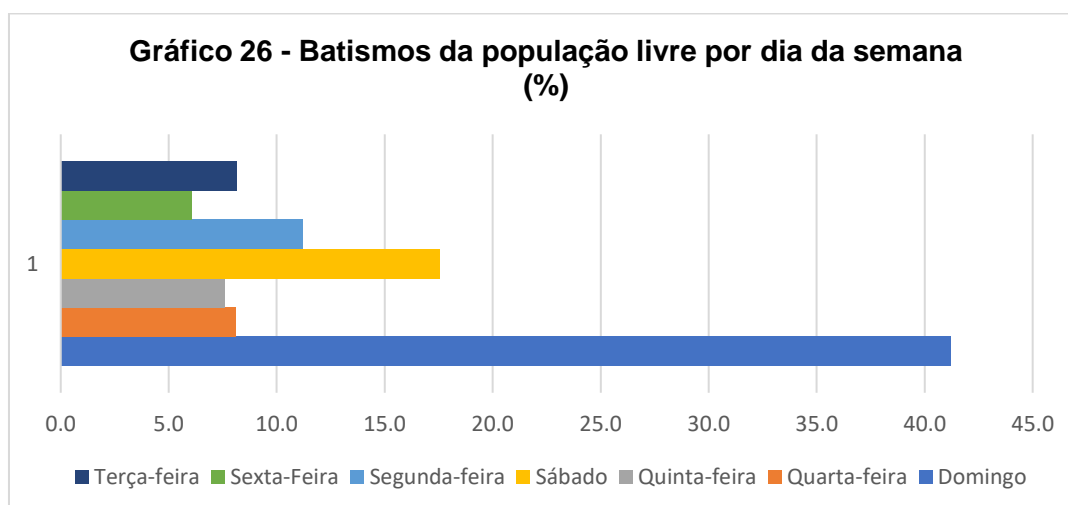
No que cerne aos dias da semana, há uma dispersão equilibrada por entre os dias úteis, porém aqueles do final de semana acomodam um maior número de registro de batismos.

Tabela 15 – Batismos da população livre (por dia da semana)

<i>Dia da Semana</i>	Frequência	Porcentagem	Porcentagem válida	Porcentagem acumulativa
Domingo	2121	41,2	41,2	41,3
Quarta-feira	417	8,1	8,1	49,4
Quinta-feira	391	7,6	7,6	57,0
Sábado	904	17,6	17,6	74,6
Segunda-feira	575	11,2	11,2	85,8
Sexta-Feira	312	6,1	6,1	91,8
Terça-feira	420	8,2	8,2	100,0
Total	5140	100,0	100,0	100,0

Fonte: Livros de Registros de Batismos de Livres e Ingênuos – 1872 a 1888. Paróquia de São Sebastião. Cúria Metropolitana de Ribeirão Preto.

O domingo acumula 2121 registros de batismo, ou seja 41,2%, seguido do sábado, que totaliza 904 batizados, 17,6% do total da amostra. O final de semana era, sem dúvida, o escolhido pela maioria dos cristãos para realizar a cerimônia batismal, inclusive, diversos dias 25, aquele de alta de batismos, cai exatamente em um domingo, como é o caso de 25 de agosto de 1872 ou 25 de julho de 1875, constatação que ajuda a explicar a elevação de registros desse dia em cada mês analisado.



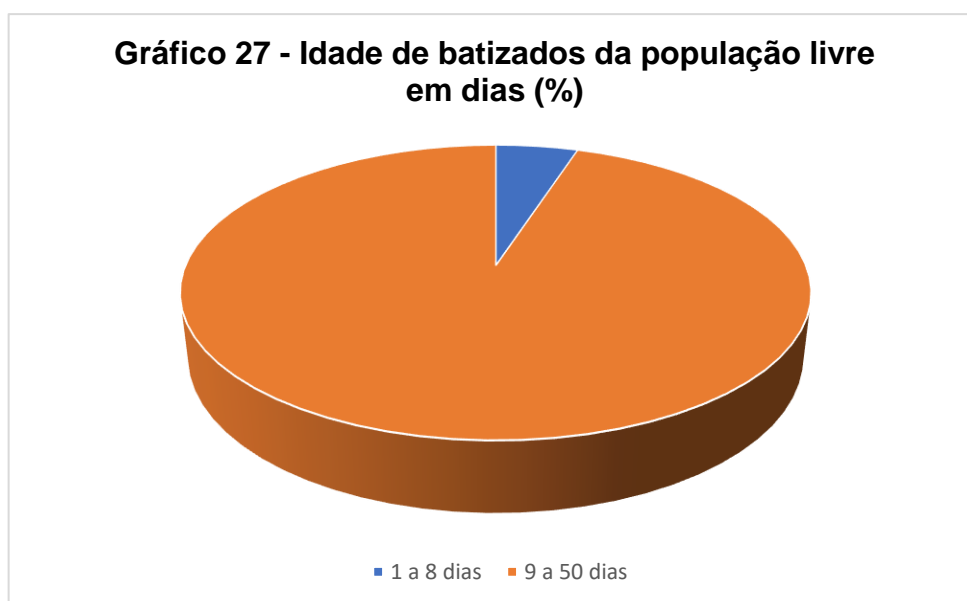
Fonte: Livros de Registros de Batismos de Livres e Ingênuos – 1872 a 1888. Paróquia de São Sebastião. Cúria Metropolitana de Ribeirão Preto.

Outra informação imprescindível para o estudo do perfil de compadrio e apadrinhamento, diz respeito à idade dos batizados. É oportuno ressaltar que não registramos casos de batismos de adultos em nossa amostra. As crianças mais velhas não ultrapassavam três anos de nascidos.

A idade faz-se fulcral para compreendermos se as normas impostas através das Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia eram vigorosamente cumpridas longe da inspeção da capital, em terras interioranas, posto que era determinada a idade de oito dias de nascido para realizar o batizado da criança, sob julgo de multa caso não o fosse cumprido.

Em nossos registros, a idade estava dividida entre dias e meses, o que já denota a baixa efetivação das normas tridentinas em terras roxas. Foram catalogadas atas batismais com bebês de um a cinquenta dias de nascidos, assim como de um a trinta e seis meses de idade. Infelizmente, nove registros não traziam a idade da criança.

Dos 5131 registros que carregavam as informações, apenas 256 crianças foram batizadas até os oito dias de idade, uma percentagem de 5% da totalidade dos registros de livres, exibindo a não raridade da violação das diretrizes constitucionais da igreja católica²⁵⁰. As outras idades, em dias, somam 95% da integridade da amostra.



Fonte: Livros de Registros de Batismos de Livres e Ingênuos – 1872 a 1888. Paróquia de São Sebastião. Cúria Metropolitana de Ribeirão Preto.

²⁵⁰ BÔSCARO, Ana Paula Dutra. Entre normas escritas e práticas cotidianas: as relações de compadrio na Serra da Mantiqueira - séculos XVIII e XIX. *Tempos Históricos*, v. 21, 2017.

Da mesma forma, um total de 3641 registros traziam as informações etárias por meses de idade do batizado, segmentado entre um e trinta e seis.

Tabela 16 – Idade dos batizados da população livre (em meses)

<i>Meses</i>	Frequência	Porcentagem	Porcentagem válida	Porcentagem acumulativa
1	2096	40,8	57,6	57,6
2	762	14,8	20,9	78,5
3	326	6,3	9,0	87,4
4	172	3,3	4,7	92,2
5	82	1,6	2,3	94,4
6	70	1,4	1,9	96,3
7	29	0,6	0,8	97,1
8	31	0,6	0,9	98,0
9	11	0,2	0,3	98,3
10	11	0,2	0,3	98,6
11	8	0,2	0,2	98,8
12	21	0,4	0,6	99,4
14	1	0,0	0,0	99,4
15	1	0,0	0,0	99,5
16	1	0,0	0,0	99,5
18	3	0,1	0,1	99,6
20	1	0,0	0,0	99,6
22	1	0,0	0,0	99,6
24	13	0,3	0,4	100,0
36	1	0,0	0,0	100,0
Total	3641	70,8	100,0	100,0

Fonte: Livros de Registros de Batismos de Livres e Ingênuos – 1872 a 1888. Paróquia de São Sebastião. Cúria Metropolitana de Ribeirão Preto.

Constatou-se, ainda, que 43 crianças, aproximadamente 1% do total, foram batizadas com pelo menos um ano de vida.

Todas essas elucubrações atuam no sentido de interpretar a realidade social de Ribeirão Preto através de documentos eclesiais que nos permitem reconhecer vestígios de uma mentalidade coletiva, que atuara sobre o município no dito período.

Mais do que indicadores de crescimento populacional, os registros de batismo e casamento podem ser utilizados como fontes para se ler a história sócio-cultural de uma dada localidade, ao servirem de canal para a expressão ou afirmação de laços de convívio estabelecidos pelas pessoas envolvidas - ou que passariam a constituir direta ou indiretamente tal convívio a partir daquela

celebração - demonstrando um novo vínculo e uma nova possibilidade na vida daquelas pessoas.²⁵¹

Para mais que dados basilares acerca nos livros de registros de batismos, é necessário que se observe mais intimamente as figuras dos pais e padrinhos das crianças que eram batizadas, aspirando tecer relações findáveis e compreender de fato o sistema de compadrio estabelecido no município de ribeirão preto.

3.4 – Compadres e comadres da população livre em Ribeirão Preto: 1872-1888

O estudo do compadrio e do apadrinhamento, seja para livres ou cativos, mostra-se extremamente simbólico e importante para que se aborde a instituição familiar através dos laços criados pelas práticas eclesiais, principalmente o rito do batismo. Compadres e comadres, mais do que conhecidos, quando conectados pela bênção dos santos óleos, criam um sistema de parentesco espiritual, que concede direitos e deveres tanto para a criança favorecida pela liturgia batismal, quanto para os pais e padrinhos que agora, juntos, agem em prol do bem social e religioso do rebento.

Em nossa amostra de dados, no período de 1872 à 1888, foram poucos aqueles registros que não traziam informações acerca de pais e padrinhos, geralmente os registros nos permitiam descrever os pais das crianças, no caso dos livres com nome e sobrenome, bem como os dos padrinhos, com informações se esses eram livres ou mesmo escravizados.

No caso específico dos pais das crianças entre os livres de Ribeirão Preto, apenas 14 registros não traziam informações sobre estes. Não se pode afirmar, no entanto, se de fato não haviam figuras paternas na hora da celebração do batismo ou se o mesmo se trata de algum equívoco do pároco na hora da transcrição informacional das atas de batismos. Em todo caso, desconsideramos estes exemplos na contagem das próximas análises.

Dos documentos que carregavam as informações acerca da identidade paterna dos batizados, 4574 crianças contavam com pais e mães na pia batismal. Por outro lado, 30 casos obtinham apenas a figura materna e 30 batizados foram realizados apenas pelos pais do neonato.

²⁵¹ CONCEIÇÃO, Leticia Pereira. Cor, compadrio e parentesco nos registros de batismo e casamento da Freguesia de São Felipe - Recôncavo Sul da Bahia (1889 – 1920). *X Encontro Regional Nordeste de História Oral*, 2015. p.4.

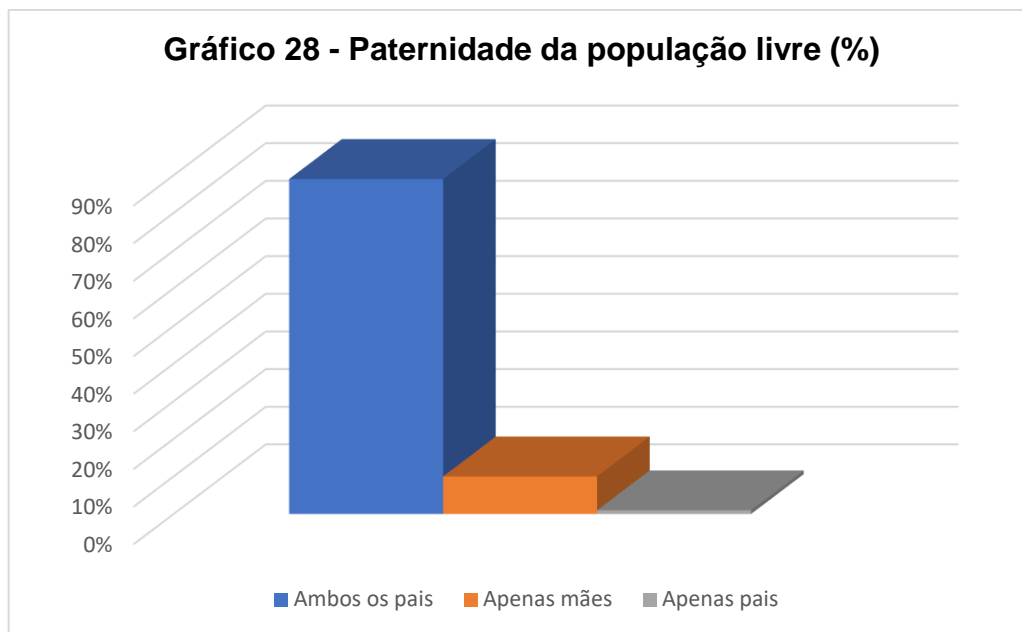
Podemos acompanhar esses números dispostos em cada ano na seguinte tabela:

Tabela 17 - Tabulação cruzada: Paternidade da população livre por ano e casos

Ano	Paternidade				Total
	Ambos os pais	Apenas mães	Apenas pais	Ausente	
1872	141	8	0	0	149
1873	158	12	0	0	170
1874	143	7	2	0	152
1875	181	13	0	1	195
1876	229	9	0	0	238
1877	185	13	0	0	198
1878	250	12	1	1	264
1879	252	56	3	3	314
1880	246	48	0	1	295
1881	294	53	4	1	352
1882	243	21	2	0	266
1883	293	19	3	0	315
1884	331	45	4	2	382
1885	404	39	2	3	448
1886	357	26	2	0	385
1887	396	38	4	1	439
1888	471	103	3	1	578
Total	4574	522	30	14	5140

Fonte: Livros de Registros de Batismos de Livres e Ingênuos – 1872 a 1888. Paróquia de São Sebastião. Cúria Metropolitana de Ribeirão Preto.

Observa-se que, entre os livres, casais formais eram maioria no momento do batismo, somando 89% dos casos totais registrados, enquanto que aqueles com apenas uma figura, mãe ou pai, totalizavam apenas 11% da integridade, desmembrados entre 10% para a primeira situação e apenas 1% para a segunda.



Fonte: Livros de Registros de Batismos de Livres e Ingênuos – 1872 a 1888. Paróquia de São Sebastião. Cúria Metropolitana de Ribeirão Preto.

Isso acontece por consequência da própria condição da parcela populacional analisada, uma vez que brancos livres obtinham oportunidades infinitamente maiores para construir e manter relações estáveis ao longo de suas vidas, se comparados com a população em subjugo.

A paternidade dos batizados faz-se imprescindível para a investigação acerca da taxa de legitimidade dos filhos no momento do batismo. A legitimidade de uma criança era concedida pelo fato dos pais estarem devidamente casados, segundo os preceitos da igreja católica:

Para a criança ser considerada legítima, os pais teriam de ser casados em uma união reconhecida pela Igreja e que, portanto, preenchia os requisitos exigidos pela legislação em vigor, no caso as Ordenações Filipinas. Em contrapartida, as crianças naturais ou ilegítimas seriam frutos de vários tipos de uniões não reconhecidas pela Igreja, esta porcentagem pode ser considerada uma taxa de "legitimidade" no sentido estrito da expressão. Em alguns casos os pais legítimos reconheceram e legitimaram esta filiação, concedendo a estes, todos os direitos legais.²⁵²

Nos dados de Ribeirão Preto, quando o casal encontrava-se completo, o registro trazia a frase "filho legítimo de", seguida dos nomes dos pais, da mesma forma

²⁵² ANDRADE, Vitória Fernanda Schettini de. Ilegitimidade e compadrio: o estudo dos nascimentos de filhos de mães escravas, São Paulo do Muriaé, 1852-1888, **XV Encontro de Estudos Populacionais, ABEP**, 2006. p.3.

quando havia apenas um componente dos genitores, a frase “filho natural de”, era acompanhada pelo nome do polo paterno que estava batizando seu filho.

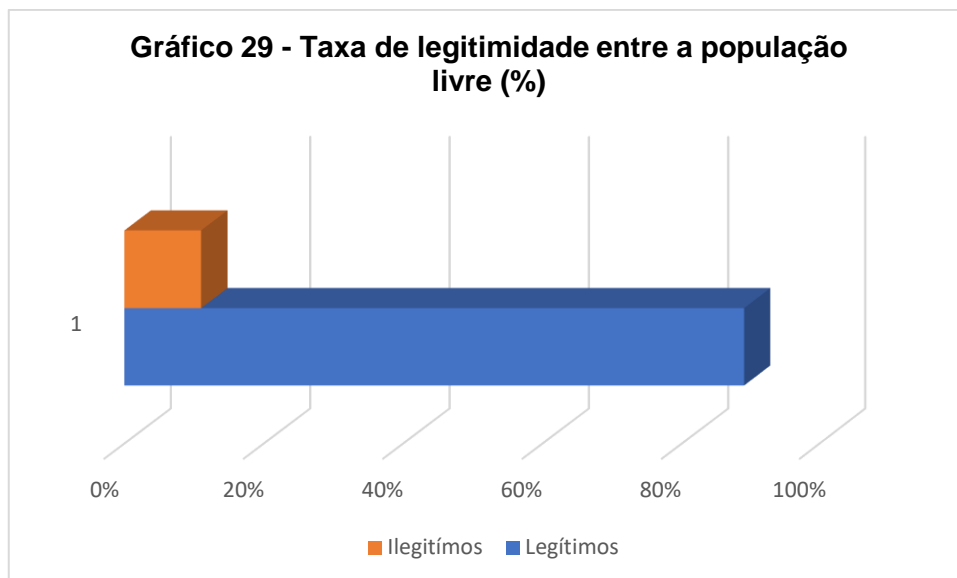
A ilegitimidade entre a população livre raramente é alta, coincidindo com o fato das relações estáveis serem maiores nessa parcela da sociedade. Na nossa amostra, o resultado compatibiliza com essas premissas. Os resultados são extremamente congruentes com a paternidade, apresentando um total de 89% de legitimidade entre os filhos da população livre e 11% de ilegitimidade.

Tabela 18 – Tabulação cruzada: taxa de ilegitimidade da população livre por ano e casos

	Legitimidade			Total
	Ilegítimo	Legítimo	Não Consta	
Ano				
1872	8	141	0	149
1873	12	158	0	170
1874	9	143	0	152
1875	13	181	1	195
1876	9	229	0	238
1877	13	185	0	198
1878	13	250	1	264
1879	59	252	3	314
1880	48	246	1	295
1881	57	294	1	352
1882	23	243	0	266
1883	22	293	0	315
1884	49	331	2	382
1885	41	404	3	448
1886	28	357	0	385
1887	42	396	1	439
1888	106	471	1	578
Total	552	4574	14	5140

Fonte: Livros de Registros de Batismos de Livres e Ingênuos – 1872 a 1888. Paróquia de São Sebastião. Cúria Metropolitana de Ribeirão Preto.

Perceba que a demonstração gráfica reflete a similitude dos dados sobre a paternidade, justamente pelo fato de filhos legítimos estarem relacionados aos casais estruturados, enquanto aqueles ilegítimos dizem respeito às mães ou aos pais sem relação estável reconhecida pela igreja católica.



Fonte: Livros de Registros de Batismos de Livres e Ingênuos – 1872 a 1888. Paróquia de São Sebastião. Cúria Metropolitana de Ribeirão Preto.

É pertinente frisar que não podemos afirmar que uma criança ilegítima não possuía de fato um pai ou mãe, salvo à luz dos dogmas da igreja católica, é, portanto, apenas um batizado do qual o parceiro dos pais a fonte não trata.

Portanto conclui-se que mesmo aparecendo como supostamente ilegítimo, nos registros de batismo o que evidencia que não possui um pai reconhecido, não significa que esse pai é realmente desconhecido. Na maioria dos casos a conclusão que se chega é que essas mães solteiras de filhos ilegítimos sem pais que os registrassem, mantinham relação de concubinato ou mancebia com seus parceiros anônimos para a sociedade civil.²⁵³

No rito de batismo, a escolha dos padrinhos tornava-se evento central da celebração, principalmente pelo fato de ser o momento de criação ou mesmo manutenção de laços religiosos ou, também valorosas, ligações sociais e familiares diante da população do município.

As Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia ordenavam que estivessem presentes no momento do rito batismal um homem e uma mulher, na figura de padrinho e madrinha, maiores que quatorze e doze anos, respectivamente, para

²⁵³ CONCEIÇÃO, Leticia Pereira. Cor, compadrio e parentesco nos registros de batismo e casamento da Freguesia de São Felipe - Recôncavo Sul da Bahia (1889 – 1920). *X Encontro Regional Nordeste de História Oral*, 2015. p.12.

apadrinhar a criança na pia batismal. Não consta, em nossos registros, a idade dos padrinhos presentes, mas averiguamos a presença dessas figuras em cada ata.

Dos 5140 registros de batismos da população livre do período estudado, apenas 35 deles não constava nenhuma figura de apadrinhamento. Mais uma vez não se pode afirmar que esses não existiam, havendo de se considerar um erro no momento de transcrição do registro, ou mesmo o fato de não comparecimento dos padrinhos no dia do batizado, o que ocorria com certa frequência devido às condições de distância da paróquia para o povoado.

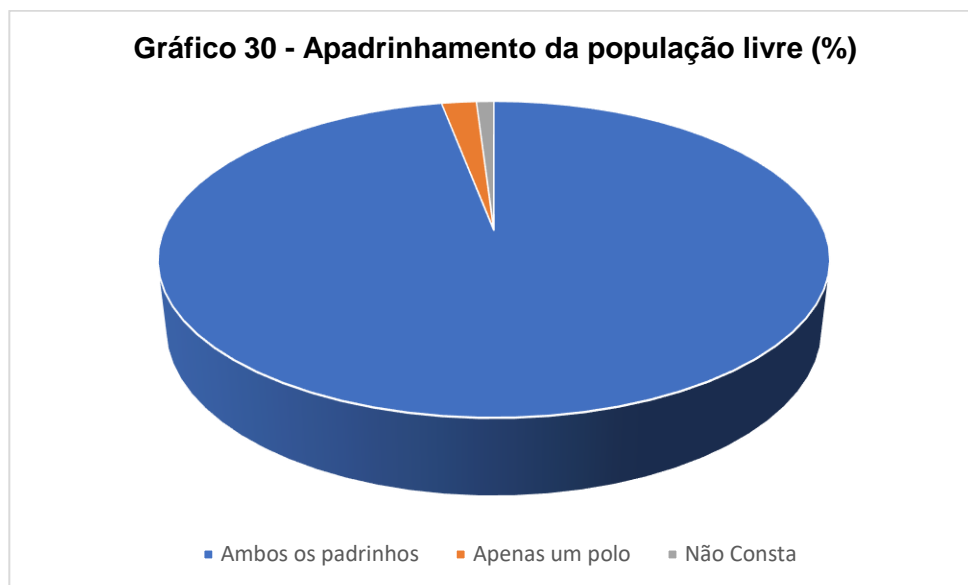
Dos 5105 que continham as informações acerca dos padrinhos, 4982 registros constavam ambos os padrinhos, devidamente transcritos em cada ata batismal. Já aqueles que apresentavam apenas um extremo do apadrinhamento, 25 apresentaram apenas madrinhas e 98 apenas padrinhos.

Tabela 19 – Tabulação cruzada: Apadrinhamento da população livre por ano e casos

Ano	Casos Padrinhos				Total
	Ambos	Apenas Madrinhas	Apenas padrinhos	Não consta	
1872	148	1	0	0	149
1873	168	0	2	0	170
1874	152	0	0	0	152
1875	190	2	2	1	195
1876	236	0	0	2	238
1877	196	0	1	1	198
1878	257	0	5	2	264
1879	295	3	8	8	314
1880	271	4	14	6	295
1881	329	3	17	3	352
1882	254	2	7	3	266
1883	298	1	12	4	315
1884	367	3	11	1	382
1885	443	3	2	0	448
1886	380	0	4	1	385
1887	430	2	6	1	439
1888	568	1	7	2	578
Total	4982	25	98	35	5140

Fonte: Livros de Registros de Batismos de Livres e Ingênuos – 1872 a 1888. Paróquia de São Sebastião. Cúria Metropolitana de Ribeirão Preto.

Nota-se que a maioria dos batismos foram lavrados com padrinhos e madrinhas juntos, somando 97% do total dos registros de nossa amostra, restando apenas 2% com apenas uma das figuras e 1% daqueles que não incluíam nenhum dos padrinhos.



Fonte: Livros de Registros de Batismos de Livres e Ingênuos – 1872 a 1888. Paróquia de São Sebastião. Cúria Metropolitana de Ribeirão Preto.

O pequeno número de batismos sem as figuras dos padrinhos pode ser compreendido pelo prestígio reconhecido pela sociedade por esse sacramento, assim como um rigor para o cumprimento das normas da igreja.²⁵⁴

É assente que, entre a população livre, privilegia-se o chamado batismo horizontal²⁵⁵, preferenciando padrinhos de condição social semelhante ou superiores, tendo em vista o aperfeiçoamento do prestígio e da posição em que encontravam-se. Com a nossa amostra não foi diferente.

Dos 5140 registros de batismo da população livre de Ribeirão Preto no período de 1872 a 1888, 5007, ou seja 97%, apresentavam ambos os padrinhos de condição livre, assim como os pais dos batizados. Daqueles 133 registros, 3% do todo, que constavam padrinhos cativos, 131 deles eram com as duas figuras escravizadas, enquanto 1 batizado teve apenas uma madrinha e 1 registro com apenas um padrinho cativo.

²⁵⁴ BRÜGGER, Silvia Maria Jardim. *Compadrio e Escravidão: uma análise do apadrinhamento de cativos em São João del Rei, 1730-1850. XIV Encontro Nacional de Estudos Populacionais, ABEP, 2004.*

²⁵⁵ Ver nota 219.

Tabela 20 – Tabulação cruzada: batismos da população livre por ano e condição social dos padrinhos

Ano	Condição Padrinhos				Total
	Livres	Ambos cativos	Apenas Madrinhas Cativas	Apenas Padrinhos cativos	
1872	149	0	0	0	149
1873	169	0	1	0	170
1874	152	0	0	0	152
1875	194	1	0	0	195
1876	238	0	0	0	238
1877	198	0	0	0	198
1878	261	2	0	1	264
1879	266	48	0	0	314
1880	261	34	0	0	295
1881	308	44	0	0	352
1882	266	0	0	0	266
1883	315	0	0	0	315
1884	382	0	0	0	382
1885	448	0	0	0	448
1886	385	0	0	0	385
1887	439	0	0	0	439
1888	576	2	0	0	578
Total	5007	131	1	1	5140

Fonte: Livros de Registros de Batismos de Livres e Ingênuos – 1872 a 1888. Paróquia de São Sebastião. Cúria Metropolitana de Ribeirão Preto.

Como dito, a escolha de padrinhos de mesma condição social atua na esfera da manutenção do status e busca de ajuda mútua entre as partes envolvidas:

Desta forma [...] notamos que a lógica do compadrio assentava-se tanto no poder econômico das partes envolvidas, como principalmente, no prestígio e status que podiam ser auferidos da relação. Elucida ainda, uma relação de dependência entre os membros envolvidos, como dívidas, dependência de favores, etc.

Além destas, algumas outras características dos padrinhos são passíveis de exploração, como, por exemplo o fato de elencarem-se santas para substituírem madrinhas carnis no momento do batismo. Segundo Renato Venâncio, isso acontecia pelo fato da falta de riqueza e prestígio social da mulher, tornando-se

facilmente substituível por figuras religiosas: o que denominou de madrinha no céu e padrinho na terra.²⁵⁶

Nos registros da população livre foram encontrados 34 registros em que a madrinha foi uma santa, entre elas Nossa Senhora das Dores e Nossa Senhora de Nazareth, entretanto, a maioria destes aparecem sob a égide de Nossa Senhora Aparecida.

Nas famílias abastadas, quando ocorre a inexistência de madrinha (fisicamente falando), invoca-se uma santa para garantir a proteção do inocente, mas, fisicamente, sempre existe uma pessoa, geralmente, homem, que toque a criança com a prenda que representa a dita santa. Pode ser uma forma de garantir que mais pessoas possam "cuidar" do inocente, em alguns casos, através do legado do testamento, ou simplesmente agradecer dois proponentes a padrinhos da criança.²⁵⁷

Esse fenômeno acontece com os padrinhos, mas com uma frequência demasiadamente menor. Nos dados, apenas um registro apresentou um santo como padrinho, Nosso Senhor do Bom Jesus.

Referente aos padrinhos, encontramos dez casos em que o pároco que assinava as atas de batismo, Ângelo Torres, aparece também apadrinhando a criança, indicando mais uma vez o desvio das Ordenações Filipinas, dado a proibição desse vínculo do clero com a população.

Todas essas análises nos permite traçar um perfil de apadrinhamento da população livre de Ribeirão Preto no período estudado: houve um aumento considerável entre 1881 e 1888 de batismos no município, refletindo a pujança econômica e o aumento demográfico desta localidade; meninos e meninas livres eram equivalentes nos registros de batismos do período, que aconteciam em sua maioria nos meses de junho, julho e agosto e aos finais de semana; não houve batismos de adultos entre os livres nesse ínterim e as crianças era batizadas no máximo até três anos de idade; por fim, casais com união estável eram maioria na sociedade, o que resulta em altíssima taxa de legitimidade dos filhos nascidos livres, que eram apadrinhados majoritariamente por seus semelhantes, a fim de preservar um padrão

²⁵⁶ VENÂNCIO, Renato Pinto. *A madrinha ausente: condição feminina no Rio de Janeiro – 1750-1800*. In: Iraci del Nero da Costa (org). Brasil: História Econômica e Demográfica: São Paulo: IPE-USP, 1986, p.97.

²⁵⁷ SOARES, Eliane Cristina Lopes. *Família, compadrio e relações de poder no Marajó (séculos XVIII e XIX)*, Tese, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2010. p.102.

de vida e status social e, acima de tudo, garantir ajuda mútua entre os compadres envolvidos.

Esse cenário, contudo, tende a mudar completamente se alterarmos a parcela da população analisada. Veremos que o caráter do batismo assume outras facetas e aspirações com a população cativa e filhos ingênuos.

3.5 – Perfil do apadrinhamento de Ingênuos em Ribeirão Preto: 1872-1888

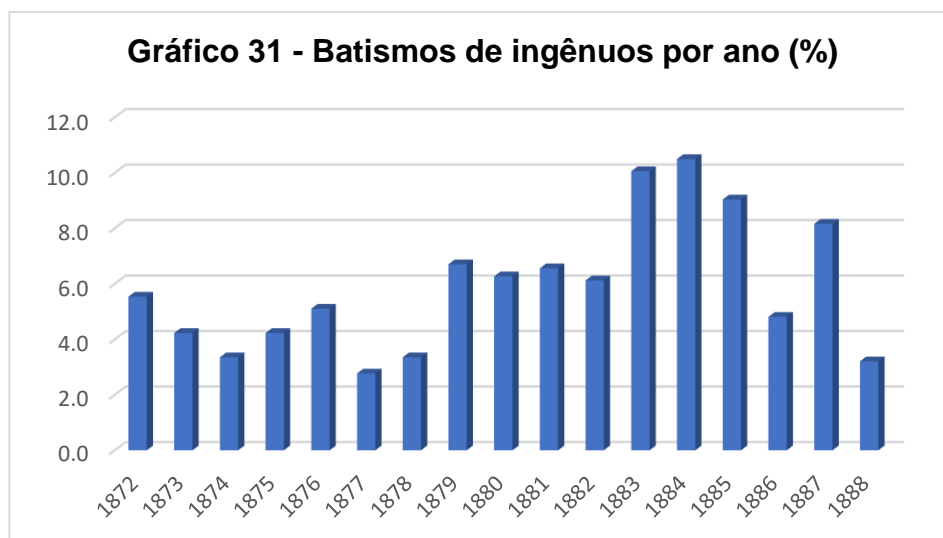
Filhos de cativos em Ribeirão Preto no período estudado somam 686 dos 5140 registros catalogados, isso significa que apenas 13% dos batizados de nossa amostra consistia em ingênuos, denominação dos filhos de escravizados que já nasciam sob o amparo da Lei do Ventre Livre.

Tabela 21 – Batismos de Ingênuos (por ano)

	Frequência	Porcentagem	Porcentagem válida	Porcentagem acumulativa
Ano				
1872	38	5,5	5,5	5,5
1873	29	4,2	4,2	9,8
1874	23	3,4	3,4	13,1
1875	29	4,2	4,2	17,3
1876	35	5,1	5,1	22,4
1877	19	2,8	2,8	25,2
1878	23	3,4	3,4	28,6
1879	46	6,7	6,7	35,3
1880	43	6,3	6,3	41,5
1881	45	6,6	6,6	48,1
1882	42	6,1	6,1	54,2
1883	69	10,1	10,1	64,3
1884	72	10,5	10,5	74,8
1885	62	9,0	9,0	83,8
1886	33	4,8	4,8	88,6
1887	56	8,2	8,2	96,8
1888	22	3,2	3,2	100,0
Total	686	100,0	100,0	100,0

Fonte: Livros de Registros de Batismos de Livres e Ingênuos – 1872 a 1888. Paróquia de São Sebastião. Cúria Metropolitana de Ribeirão Preto.

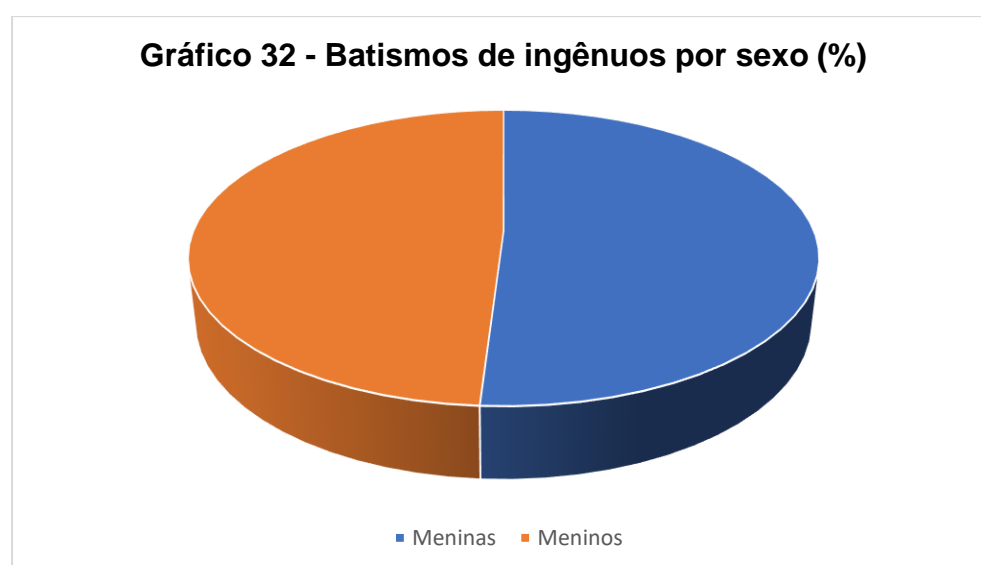
Observa-se um aumento gradativo de batismos com o passar do tempo, concentrando 444 registros apenas entre 1881 e 1888, ou seja, 64% dos batizados de filhos de cativos situa-se nesse ínterim. Verificamos um avolumamento nos anos de 1883 e 1884, com acumulado de 20% apenas neste período.



Fonte: Livros de Registros de Batismos de Livres e Ingênuos – 1872 a 1888. Paróquia de São Sebastião. Cúria Metropolitana de Ribeirão Preto.

Essa elevação de batismos, assim como na população livre, coaduna com o crescimento econômico e demográfico do município, principalmente se considerarmos a chegada dos ramais das estradas de ferro Mogiana no ano de 1883, explicando a expansão de batismos no ano seguinte, consequência do incremento populacional que assolou a região naquele momento.

O número total de batizados, se classificados por sexo, pondera-se nos números fragmentados. Entre meninos e meninas, há uma diferença de apenas 2%, indicando a equivalência entre os sexos de ingênuos no intervalo.



Fonte: Livros de Registros de Batismos de Livres e Ingênuos – 1872 a 1888. Paróquia de São Sebastião. Cúria Metropolitana de Ribeirão Preto.

Entre os anos, os batismos de nascidos ingênuos meninos e meninas também mostrou-se proporcional, assim como na população livre, vejamos:

Tabela 22 – Tabulação cruzada: Batismos de ingênuos por ano e sexo

<i>Ano</i>	Sexo		Total
	Masculino	Feminino	
1872	20	18	38
1873	16	13	29
1874	11	12	23
1875	12	17	29
1876	18	17	35
1877	10	9	19
1878	12	11	23
1879	29	17	46
1880	27	16	43
1881	27	18	45
1882	14	28	42
1883	37	32	69
1884	30	42	72
1885	34	28	62
1886	14	19	33
1887	29	27	56
1888	9	13	22
Total	349	337	686

Fonte: Livros de Registros de Batismos de Livres e Ingênuos – 1872 a 1888. Paróquia de São Sebastião. Cúria Metropolitana de Ribeirão Preto.

Esse resultado reflete as taxas de natalidade da população cativa ribeirão-pretana no momento analisado, dada a equivalência dos sexos demonstrados nos batismos.

No que se refere aos meses em que realizavam-se os batismos de ingênuos em Ribeirão Preto, notamos que, diferente da população livre, outros períodos estão em destaque, sendo eles janeiro, março e setembro, com 198 registros no total,

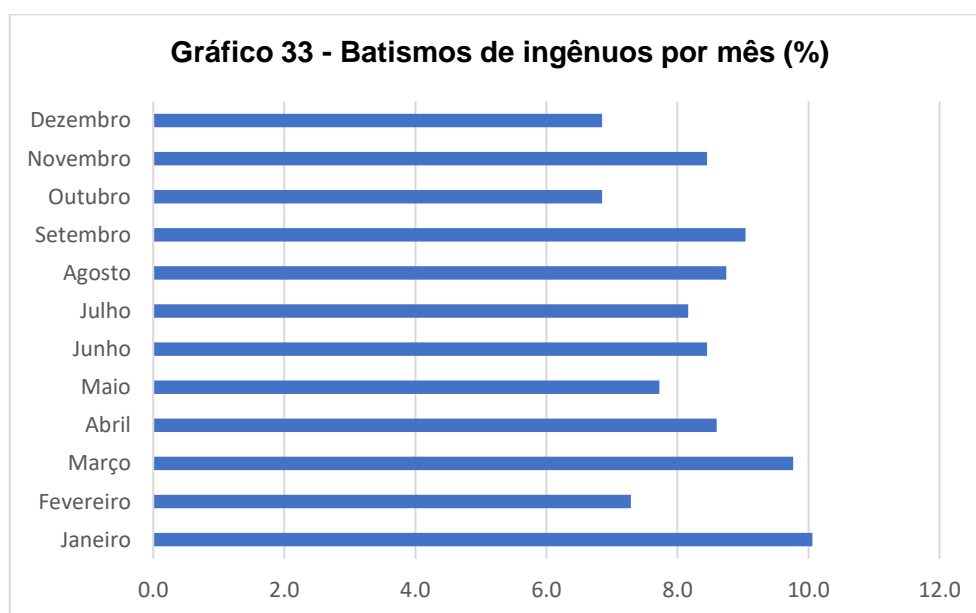
distribuídos em 69 batismos no primeiro, 67 no segundo e 62 celebrações no terceiro mês.

Tabela 23 – Batismos de ingênuos por mês

	Frequência	Porcentagem	Porcentagem válida	Porcentagem acumulativa
Mês				
Janeiro	69	10,1	10,1	10,1
Fevereiro	50	7,3	7,3	17,3
Março	67	9,8	9,8	27,1
Abril	59	8,6	8,6	35,7
Maiο	53	7,7	7,7	43,4
Junho	58	8,5	8,5	51,9
Julho	56	8,2	8,2	60,1
Agosto	60	8,7	8,7	68,8
Setembro	62	9,0	9,0	77,8
Outubro	47	6,9	6,9	84,7
Novembro	58	8,5	8,5	93,1
Dezembro	47	6,9	6,9	100,0
Total	686	100,0	100,0	100,0

Fonte: Livros de Registros de Batismos de Livres e Ingênuos – 1872 a 1888. Paróquia de São Sebastião. Cúria Metropolitana de Ribeirão Preto.

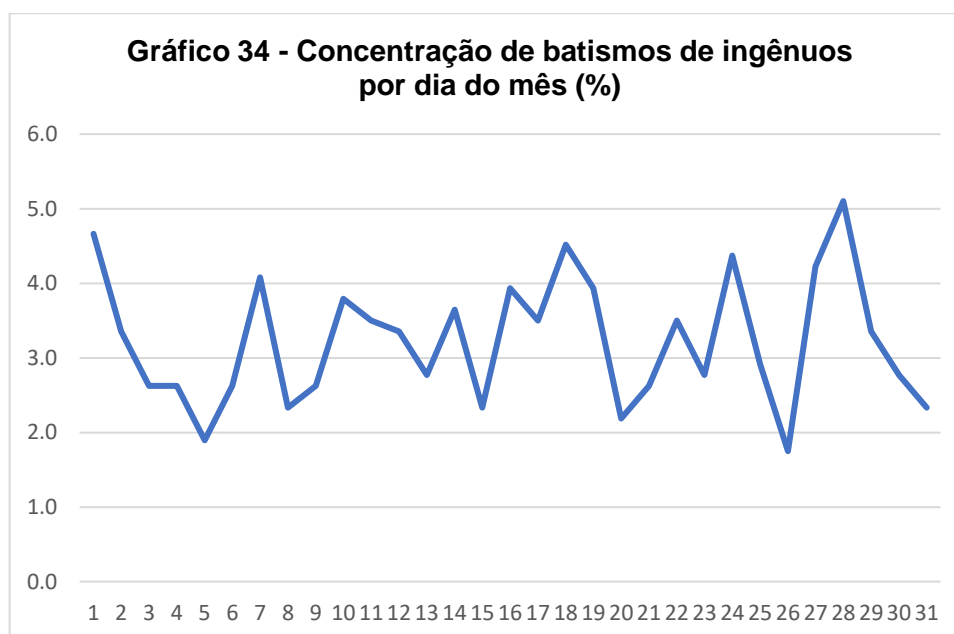
Juntos, somados, esses meses representam aproximadamente 30% de todos os batismos realizados no período estudado.



Fonte: Livros de Registros de Batismos de Livres e Ingênuos – 1872 a 1888. Paróquia de São Sebastião. Cúria Metropolitana de Ribeirão Preto.

As altas mensais dos batismos no caso dos filhos de cativos diferem das motivações da parcela oposta da população. Se naquela os eventos festivos do município eram pretexto para batismos mais luxuosos, para os escravizados eram escolhidos aqueles em que a praticidade para batismos coletivos fosse maior, principalmente nos meses em que não coincidisse com a unção de filhos de brancos, como os dos próprios senhores, fato que explica a não reincidência dos meses de elevação da população livre na população cativa.

No que refere-se ao dia do mês em que ocorriam os batismos de ingênuos, constata-se uma distribuição equilibrada por entre eles, com leve projeção do dia 28, único na casa dos 5% de batismos da amostra.



Fonte: Livros de Registros de Batismos de Livres e Ingênuos – 1872 a 1888. Paróquia de São Sebastião. Cúria Metropolitana de Ribeirão Preto.

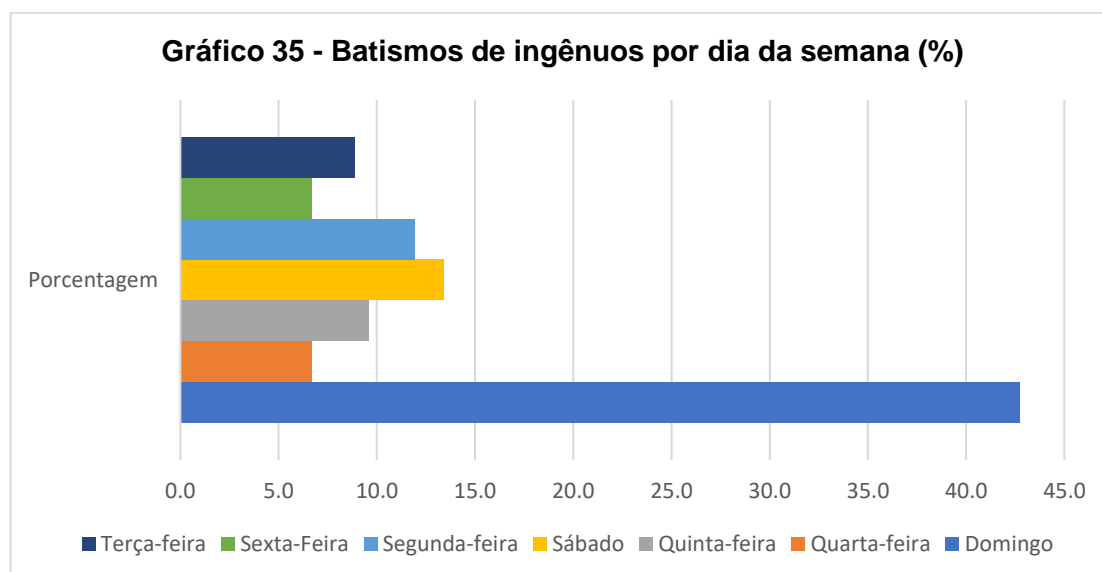
O dia do mês em que mais se batiza relaciona-se também ao dia da semana em que esses batismos ocorriam. Verificamos anteriormente que a população livre preferia os dias situados aos finais de semana para levarem seus filhos para realizarem o sacramento, nos ingênuos do município essa asserção se reitera. Observa-se que 293 cerimônias de batismos aconteceram no dia de domingo e 92 registros trazem o sábado como dia da unção, números que representam mais da metade dos registros de nossa amostra, retratando a preferência dos finais de semana também por essa parcela da população. Veja:

Tabela 24 – Batismos de ingênuos (por dia da semana)

<i>Dia</i>	Frequência	Porcentagem	Porcentagem válida	Porcentagem acumulativa
Domingo	293	42,7	42,7	42,7
Quarta-feira	46	6,7	6,7	49,4
Quinta-feira	66	9,6	9,6	59,0
Sábado	92	13,4	13,4	72,4
Segunda-feira	82	12,0	12,0	84,4
Sexta-Feira	46	6,7	6,7	91,1
Terça-feira	61	8,9	8,9	100,0
Total	686	100,0	100,0	100,0

Fonte: Livros de Registros de Batismos de Livres e Ingênuos – 1872 a 1888. Paróquia de São Sebastião. Cúria Metropolitana de Ribeirão Preto.

Os números de celebrações de batismos ocorridos em sábados e domingos, juntos, representam 56% do total dos registros, enquanto que os outros cinco dias somam apenas 44%.



Fonte: Livros de Registros de Batismos de Livres e Ingênuos – 1872 a 1888. Paróquia de São Sebastião. Cúria Metropolitana de Ribeirão Preto.

Assim sendo, diversos dias 28 tratam-se de finais de semana, como por exemplo 28 de janeiro de 1883, que refere-se a um domingo, ou 28 de março de 1885 que caiu em um sábado. Essas coincidências nos ajudam a entender a compatibilidade de mês, dias e dias da semana dos ingênuos batizados no município.

Para que se possa compreender mais assertivamente a respeito da população ingênuo de Ribeirão Preto, a idade em que estes eram batizados torna-se de suma importância. Assim como outrora relatado, nossos registros fazem uso de duas classificações etárias: em dias e em meses, entretanto, alguns registros não continham nenhuma dessas informações.

Apesar de haver prescrições para se inscrever os batismos nos livros paroquiais, os padres nem sempre as cumpriam de fato, prova disso são as disparidades e incompletudes nos registros de batismos que estão espalhados pelo território brasileiro.²⁵⁸

Similar à população livre, que de 5140 batizados da população livre, apenas nove deles, ou menos de 1% do total não continham a informação acerca da idade da criança, na população de ingênuos de 686 registros, 4 assentamentos não traziam a idade dos filhos dos cativos, nem em dia e nem em meses, também não atingindo 1% da integridade. Dos documentos, portanto, 682 registros traziam os dados sobre a idade em que os ingênuos estavam sendo batizados no período estudado, um total de 99% da amostra.

Daqueles constantes, é interessante observar que apenas 21 batizados, cerca de 3%, estão situados entre 1 e 8 dias de vida do neonato, regra estabelecida pelas Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia, denotando, assim como no caso da população livre, a pouca aplicabilidade das sanções tridentinas no município de Ribeirão Preto.²⁵⁹

Certamente, a falta de precisão temporal fez que com muitas crianças acabassem por ser batizadas após o período estabelecido pela Igreja, não sendo raros os casos de infantes que foram batizados já com alguns meses ou anos de vida.²⁶⁰

²⁵⁸ ROCHA, Fernanda Gomes. *Laços de família: Escravos e libertos em Minas do Rio de Contas - Bahia (1840-1888)*. Programa de História Social da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Bahia, 2016.

²⁵⁹ BÔSCARO, Ana Paula Dutra. Entre normas escritas e práticas cotidianas: as relações de compadrio na Serra da Mantiqueira - séculos XVIII e XIX. *Tempos Históricos*, v. 21, 2017.

²⁶⁰ *Idem*. p.16.

Esse resultado não é raro de ser encontrado. Nadalin, Carneiro e Chagas²⁶¹, por exemplo, estudando a paróquia de Nossa Senhora da Luz dos Pinhais, em Curitiba, verificaram que não era maioria aquelas crianças batizadas até os oito anos, perfazendo somente 33% dos registros de crianças cativas analisados a cumprir essa determinação.

Os outros 97% dos 125 registros de nossa amostra que traziam as idades em dias, estavam dispostos entre 9 e 50 dias de nascido.



Fonte: Livros de Registros de Batismos de Livres e Ingênuos – 1872 a 1888. Paróquia de São Sebastião. Cúria Metropolitana de Ribeirão Preto.

Similarmente, 557 atas de batismos apresentaram a idade dos nascidos em meses, separados entre 1 e 36.

Tabela 25 – Idade dos batizados de ingênuos (em meses)

	Frequência	Porcentagem	Porcentagem válida	Porcentagem acumulativa
Meses				
1	313	45,6	56,2	56,2
2	96	14,0	17,2	73,4
3	42	6,1	7,5	81,0
4	31	4,5	5,6	86,5
5	26	3,8	4,7	91,2
6	12	1,7	2,2	93,4
7	3	0,4	0,5	93,9

²⁶¹ CARNEIRO, Marina Braga; CHAGAS, Paula Roberta; NADALIN, Sergio Odilon. Nascer e garantir-se no Reino de Deus; Curitiba, séculos XVIII e XIX. *Revista Brasileira de Estudos de População*, v. 27, p. 361-384, 2010.

8	8	1,2	1,4	95,3
9	4	0,6	0,7	96,1
10	4	0,6	0,7	96,8
12	11	1,6	2,0	98,7
17	1	0,1	0,2	98,9
18	1	0,1	0,2	99,1
24	4	0,6	0,7	99,8
36	1	0,1	0,2	100,0
Total	557	81,2	100,0	100,0

Fonte: Livros de Registros de Batismos de Livres e Ingênuos – 1872 a 1888. Paróquia de São Sebastião. Cúria Metropolitana de Ribeirão Preto.

Nesta classificação é possível verificar que pelo menos 18 ingênuos ou aproximadamente 4% deles possuíam um ou mais anos de vida, não ultrapassando 3, percebidos através dos registros com crianças maiores de 12 meses de nascidos.

Também não foram encontrados registros de adultos entre os nascidos de filhos cativos em Ribeirão Preto, fato que demonstra não somente o triunfo da Lei Eusébio de Queiroz²⁶², como atesta a alta taxa de fertilidade entre os escravizados da região.

As já explanadas informações medulares acerca dos batizados de filhos de cativos nos permitem explorar não somente as circunstâncias em que o rito do batismo acontecia entre essa parcela da população, como também delinea algumas características escravistas do município, como o fato do progresso econômico e demográfico ter afetado também a população cativa, dado a alta de batismos após a década de 1880. Não obstante, identificou-se também uma natalidade equivalente entre os sexos, evidenciada pelos registros de meninos e meninas em paridade nas atas batismais, além da não presença de filhos de cativos adultos batizando no município.

Além dos sustentáculos demográficos já apreendidos, é substancial analisar a designação de pais e padrinhos entre os ingênuos, a fim de perceber quais meandros o compadrio assume entre os cativos de Ribeirão Preto.

3.6 – Compadres e comadres de ingênuos em Ribeirão Preto: 1872-1888

O compadrio e apadrinhamento entre a população cativa só foi possível, como já mencionado no capítulo anterior, devido às mudanças teóricas que ocorreram após

²⁶² Ver nota 63.

os estudos acerca da família escravizada, que denotaram não mais um padrão de promiscuidade entre os sujeitos em cativeiro, mas a possibilidade real de construção de uma família estável, ainda que nas condições de subjugo.

A família escrava tem sido, atualmente, objeto de várias pesquisas que - inseridas num contexto de outros trabalhos que vêem os cativos como sujeitos históricos - procuram demonstrar o equívoco dos que apontavam para o desregramento moral e a promiscuidade sexual em que viviam.²⁶³

Em todas as parcelas da população o ritual do batismo revelava um momento de feitura e manutenção de laços, sejam eles familiares, parentais ou espirituais. Para ambos os grupos, a escolha dos padrinhos era medular, não só no âmbito religioso como também no social, capaz de promover privilégios, status ou favores que somente uma rede de convívio unguado pelos santos óleos seria capaz.²⁶⁴

Com a universalidade do batismo proposta pelas Constituições Primeiras do Arcebispo da Bahia, somado à mudança de paradigma familiar que a nova geração de pesquisadores propiciou, os cativos e seus filhos tornam-se foco para as pesquisas acerca do compadrio, uma vez que expressam uma maneira diferente de relacionarem-se com o rito: o compadrio dito vertical, ou seja, aquele em que pessoas de um estrato social mais baixo elenca figuras de uma camada abastada para se valerem de concessões sociais e econômicas.

A contar do primeiro trabalho sobre compadrio de cativos, produzido por Gudeman e Schwartz²⁶⁵, diversas outras pesquisas ganharam a academia e novas investigações surgem tão logo se descobrem novas documentações. É especialmente preciso dizer que, como aludiu Bacellar²⁶⁶, os escravizados perfazem atualmente a grande maioria das análises acerca do apadrinhamento, a população livre, por sua vez, possui baixíssima adesão investigativa e ficam em segundo plano, fato pelo qual explica-se a pouca comparação de dados de outras localidades na sessão anterior de nosso trabalho, a de filhos de livres.

²⁶³ BRÜGGER, Sílvia Maria Jardim. Compadrio e Escravidão: uma análise do apadrinhamento de cativos em São João del Rei, 1730-1850, *XIV Encontro Nacional de Estudos Populacionais, ABEP*, 2004. p.2.

²⁶⁴ AUGUSTO, Isabel Teresa Creão. Família e relações de compadrio em Belém, século XIX. *ANPUH – XXIII Simpósio Nacional de História – Londrina*, 2005.

²⁶⁵ GUDEMAN, Stephen F.; SCHWARTZ, Stuart B. Purgando o pecado original: compadrio e batismo de escravos na Bahia no século XVIII. In: *Escravidão e invenção da liberdade*. Editora Brasiliense, 1988. p. 33-59

²⁶⁶ BACELLAR, Carlos de Almeida Prado. Os compadres e as comadres de escravos: um balanço da produção historiográfica brasileira, *Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH*, 2011.

Em nossa amostra, para a população cativa e seus filhos, pudemos observar algumas características importantes que compõem o perfil de compadrio no município de Ribeirão Preto, a começar pelos pais das crianças batizadas.

Dos 686 casos de batismos de ingênuos registrados, nenhum deixou de trazer a informação acerca da paternidade das crianças, no entanto apenas duas categorias foram preenchidas, aquelas em que estavam presentes ambos os pais e aquelas em que somente a mãe compareceu ao batismo. Eis a primeira grande diferença da população livre para a de ingênuos. Enquanto para aquela o percentual de casais batizando era maioria, o que se observa entre os ingênuos é a superioridade de mães “sozinhas”²⁶⁷ batizando seus filhos, são apenas 177 casos para casais e 509 atas constando apenas as mães das crianças.

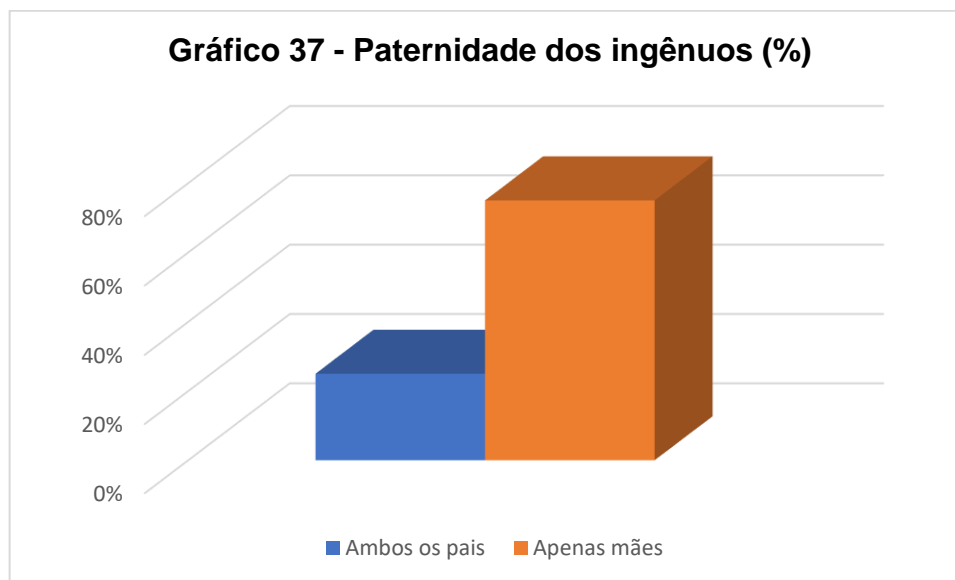
Tabela 26 – Tabulação cruzada: Paternidade de ingênuos por ano e casos

Ano	Paternidade		
	Ambos os pais	Apenas Mães	Total
1872	15	23	38
1873	18	11	29
1874	10	13	23
1875	13	16	29
1876	16	19	35
1877	6	13	19
1878	7	16	23
1879	8	38	46
1880	11	32	43
1881	11	34	45
1882	10	32	42
1883	18	51	69
1884	6	66	72
1885	8	54	62
1886	3	30	33
1887	12	44	56
1888	5	17	22
Total	177	509	686

Fonte: Livros de Registros de Batismos de Livres e Ingênuos – 1872 a 1888. Paróquia de São Sebastião. Cúria Metropolitana de Ribeirão Preto.

²⁶⁷ É válido lembrar que mães levando seus filhos em solidão para a pia batismal não significa a absoluta ausência de pai, mas evidencia o não reconhecimento de casais cativos pela igreja por diversos motivos, como concubinato ou mancebia.

Verifica-se um percentual de 25% apenas de casais cativos completos levando seus filhos para batizarem, para um total de 75% de casos em que somente a mãe estava presente na celebração.



Fonte: Livros de Registros de Batismos de Livres e Ingênuos – 1872 a 1888. Paróquia de São Sebastião. Cúria Metropolitana de Ribeirão Preto.

Os números de paternidade refletem a condição da parcela social analisada. Se para a população livre os casais atingiam a maioria pela facilidade de manter relações estáveis; para os cativos, a condição de servidão inibia, ou pelo menos dificultava, a opção de engendrar conexões permanentes e religiosamente reconhecidas pelos sujeitos entre ou intra plantéis.

[...] encontramos uma quantidade significativa (dentro deste universo de nascimentos) de mulheres solteiras ou que provavelmente viviam relacionamentos não legalizados pela doutrina católica, tendo filhos de forma independente e constituindo famílias que passavam a exceder os padrões daquelas inicialmente trazidas para a ocupação.²⁶⁸

Filhos de cativos que obtinham como constante na ata batismal apenas as mães, eram denominados naturais, assim como aqueles “legítimos”, compostos pelo casal completo, tal qual a população livre, o que nos encaminha para a relação entre a paternidade e a taxa de legitimidade entre os ingênuos do município.

²⁶⁸ AUGUSTO, Isabel Teresa Creão. Família e relações de compadrio em Belém, século XIX. ANPUH – XXIII Simpósio Nacional de História – Londrina, 2005. p.4.

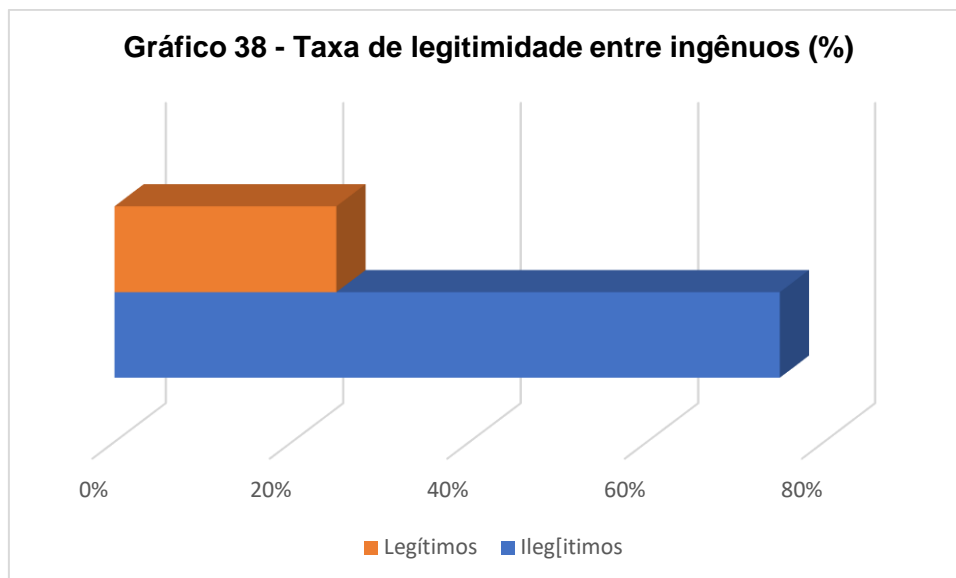
Antagônico à população ribeirão-pretana livre, os filhos de cativos reconhecidos como naturais são a maioria em nossa amostra, enquanto aqueles dados como legítimos assumiram apenas um quarto dos registros catalogados, coadunando com a análise da paternidade dos ingênuos. Vejamos:

Tabela 27 - Tabulação cruzada: taxa de ilegitimidade de ingênuos por ano e casos

Ano	Legitimidade		
	Ilegítimo	Legítimo	Total
1872	23	15	38
1873	11	18	29
1874	13	10	23
1875	16	13	29
1876	19	16	35
1877	13	6	19
1878	16	7	23
1879	38	8	46
1880	32	11	43
1881	34	11	45
1882	32	10	42
1883	51	18	69
1884	66	6	72
1885	54	8	62
1886	30	3	33
1887	44	12	56
1888	17	5	22
Total	509	177	686

Fonte: Livros de Registros de Batismos de Livres e Ingênuos – 1872 a 1888. Paróquia de São Sebastião. Cúria Metropolitana de Ribeirão Preto.

Em nossos dados, a taxa de legitimidade totalizou 25%, número bastante diminuto se recordarmos os registros da população livre que atingia 89% da totalidade da amostra. Mais uma vez, esses dados associam-se às informações referentes à paternidade dos ingênuos, uma vez que quanto maior o número de casos monoparentais, maior tende a ser a taxa de ilegitimidade da população analisada.



Fonte: Livros de Registros de Batismos de Livres e Ingênuos – 1872 a 1888. Paróquia de São Sebastião. Cúria Metropolitana de Ribeirão Preto.

Esse resultado é esperado no que cerne aos filhos de cativos, posto a conjuntura social em que viviam. Donald Ramos, por exemplo, analisando registros de batismos de Vila Rica, observou que a maioria dos filhos de cativos eram ilegítimos, verificando uma taxa decrescente desse número conforme os anos para aquela localidade.²⁶⁹

Outras pesquisas também compactuam com esse resultado:

Para a freguesia do Recôncavo Baiano, no século XVIII, Schwartz encontrou altíssimos índices de ilegitimidade. Iraci del Nero calculou em 98% a ilegitimidade na Vila Rica de 1840. Renato Pinto Venâncio somou 88,6% de filhos naturais na Freguesia de São José do Rio de Janeiro, e 66% na Freguesia da Sé em São Paulo.²⁷⁰

Cabe evocar que, assim como no caso da paternidade, ingênuos ilegítimos não necessariamente ausentava-se de algum progenitor, careciam, todavia, do reconhecimento sacerdotal que muitas vezes não era concedido aos pais.

A alta taxa de ilegitimidade em algumas regiões, segundo Sheila Faria, Stuart Schwartz e Robert Slenes²⁷¹ possui uma explicação válida: segundo esses, das

²⁶⁹ RAMOS, Donald. Teias Sagradas e Profanas - o lugar do batismo e compadrio na sociedade de Vila Rica durante o século do ouro. *Revista Varia História*, n. 31, 2004.

²⁷⁰ PAULA, Juliano Tiago Viana de. Parentesco e legitimidade entre cativos e pessoas livres e libertas da Comarca do Rio das Mortes (1841-1859). *Revista Histórica*, v. 37, 2009. p. 6.

²⁷¹ Ver: FÁRIA, Sheila de castro. *A Colônia em movimento: fortuna e família no cotidiano colonial*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.; SCHWARTZ, Stuart B. *Segredos internos*. Engenhos e escravos na

propriedades com grandes plantéis incidiam as maiores taxas de ilegitimidades entre os filhos de cativos, dado o ambiente favorável para a criação de famílias reconhecidamente extensas e regulares.

Não perpassa nossos objetivos focar na extensão dos plantéis de Ribeirão Preto, o que se sabe, entretanto, é que figuras renomadas na história do município, como vários membros da família Junqueira (Manoel da Cunha Diniz Junqueira, Mariana Constância Junqueira, Gabriel Diniz Junqueira e Luiz Antônio da Cunha Junqueira), bem como da família Barreto (Rodrigo Pereira Barreto, José Pereira Barreto e Luiz Pereira Barreto), influenciaram na formação da massa cativa do município. A presença massiva desses nomes no nosso banco de dados permite corroborar com a assertiva de que grandes produtores de café da região acumulavam mão de obra cativa para a grande lavoura, induzindo à formação de alguns grandes plantéis, que atuaram na alta de filhos ilegítimos entre os ingênuos do município.

Naturais ou legítimos, fato é que o batismo de ingênuos se faz com aspectos bastante díspares daqueles da população livre, como já pudemos observar. No momento de escolha dos compadres, essas divergências se acentuam.

O estudo do compadrio é uma estratégia bastante efetiva para compreender as vivências da escravidão, principalmente suas formas de negociações frente a um cenário que não os permitiam acesso a diversos regimentos sociais. João José Reis e Eduardo Silva²⁷² já aludiam sobre as maneiras dos escravizados resistirem ao sistema escravista.

Os autores lançam mão, pela primeira vez na historiografia, dos conceitos de “negociação e conflito”, referentes aos caminhos singulares aos quais os cativos se apoderaram para conseguirem benefícios e conectarem-se com outras camadas sociais. Não se tratava apenas de violência contra o sistema, diz respeito às formas de debater e negociar, com as armas que se tinha, um lugar na sociedade.

O estudo do compadrio atua justamente nesse limiar entre a demografia histórica e a história cultural. Mais do que conhecer e delinear o perfil de apadrinhamento em Ribeirão Preto, procura-se, com esta pesquisa, enfatizar as

sociedade colonial 1550-1835. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.; SLENES, Robert. *Na senzala, uma flor: esperanças e recordações na formação da família escrava – Brasil Sudeste XIX*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

²⁷² REIS, João José; SILVA, Eduardo. *Negociação e conflito: a resistência negra no Brasil escravista*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

estratégias de sobrevivência através das quais os escravizados locais puderam resistir ao sistema excludente no qual estavam inseridos.

No compadrio, a principal forma de negociação social é a escolha dos padrinhos, justamente pela oportunidade de engendrar novos vínculos sociais. Faz-se indispensável, portanto, discorrer a respeito dos compadres e comadres que inteiravam essa relação.

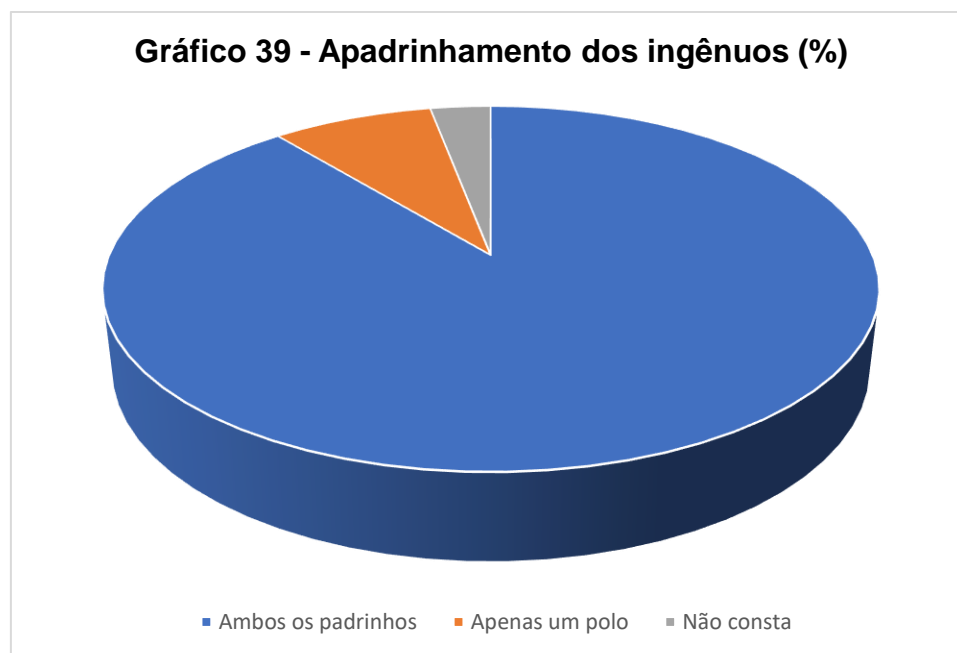
Em primeiro lugar, a presença de um casal de padrinhos fez-se maioria nos registros de batismos de ingênuos, assim como na população livre. Foram 611 casos em que padrinhos e madrinhas estavam presentes, para apenas 8 em que constavam apenas madrinhas e 41 onde constava-se apenas os padrinhos das crianças. Ademais, 26 atas não constavam nenhum padrinho.

Tabela 28 - Tabulação cruzada: Apadrinhamento de ingênuos por ano e casos

<i>Ano</i>	Casos Padrinhos				Total
	Ambos	Apenas Madrinhas	Apenas Padrinhos	Não Consta	
1872	37	0	1	0	38
1873	29	0	0	0	29
1874	23	0	0	0	23
1875	27	2	0	0	29
1876	35	0	0	0	35
1877	17	0	1	1	19
1878	23	0	0	0	23
1879	34	0	6	6	46
1880	39	1	2	1	43
1881	35	3	5	2	45
1882	37	1	3	1	42
1883	64	0	5	0	69
1884	54	0	5	13	72
1885	55	1	5	1	62
1886	28	0	5	0	33
1887	52	0	3	1	56
1888	22	0	0	0	22
Total	611	8	41	26	686

Fonte: Livros de Registros de Batismos de Livres e Ingênuos – 1872 a 1888. Paróquia de São Sebastião. Cúria Metropolitana de Ribeirão Preto.

Verificou-se, portanto, que 89% dos batizados ocorreram com as duas figuras apadrinhando, enquanto apenas 8% apresentaram apenas um polo dos batizantes, fragmentados em 6% de padrinhos solos e 2% de madrinhas sem padrinhos. Ainda 3% dos registros não nos trouxeram essa informação.



Fonte: Livros de Registros de Batismos de Livres e Ingênuos – 1872 a 1888. Paróquia de São Sebastião. Cúria Metropolitana de Ribeirão Preto.

A falta de madrinhas em relação aos padrinhos, naqueles registros em que se mencionou apenas uma das figuras, pode ser explicada pelo destaque concebido ao apadrinhamento masculino e desprestígio da mulher como mantenedora de uma imagem de riqueza e status social, nestes casos optou-se por garantir o padrinho, em detrimento à madrinha.²⁷³

Os padrinhos, no batismo de ingênuos, são escolhidos no sentido vertical, isto é, pais cativos geralmente preferiam pessoas livres para batizarem seus filhos, na intenção de conseguir condições de vida melhores para seus nascidos.

Era, provavelmente, a partir deste aspecto simbólico que afilhados e suas famílias, de todos os grupos sociais, geravam expectativas em relação aos padrinhos, sobretudo no que dizia respeito à proteção de seus parentes rituais. Daí a escolha frequente de padrinhos mais bem situados na hierarquia social e que, portanto, dispunham também de mais recursos, não só econômicos, para proteger seus afilhados, inclusive, no caso dos cativos,

²⁷³ BRÜGGER, Sílvia Maria Jardim. *Compadrio e Escravidão: uma análise do apadrinhamento de cativos em São João del Rei, 1730-1850. XIV Encontro Nacional de Estudos Populacionais, ABEP, 2004.*

facilitando-lhes o acesso à alforria. Não é à toa que, até hoje, os termos padrinho e madrinha são utilizados para designar benfeitores, ainda que nenhum parentesco ritual exista entre as partes. A ideia de proteção vinculava-se quase que "naturalmente" ao termo apadrinhar.²⁷⁴

Podemos observar exatamente esse padrão em nossos dados. Dos 686 registros de apadrinhamento de ingênuos do município de Ribeirão Preto no período estudado, 467 apresentaram um casal de padrinhos livres, enquanto apenas 192 cativos apadrinharam seus filhos com outros escravizados. Observou-se ainda que 24 casos apresentaram desigualdade social entre padrinhos, sendo 23 com apenas as madrinhas cativas e somente 4 com apenas os padrinhos cativos. Note:

Tabela 29 – Tabulação cruzada: Batismos de ingênuos por ano e condição social dos padrinhos

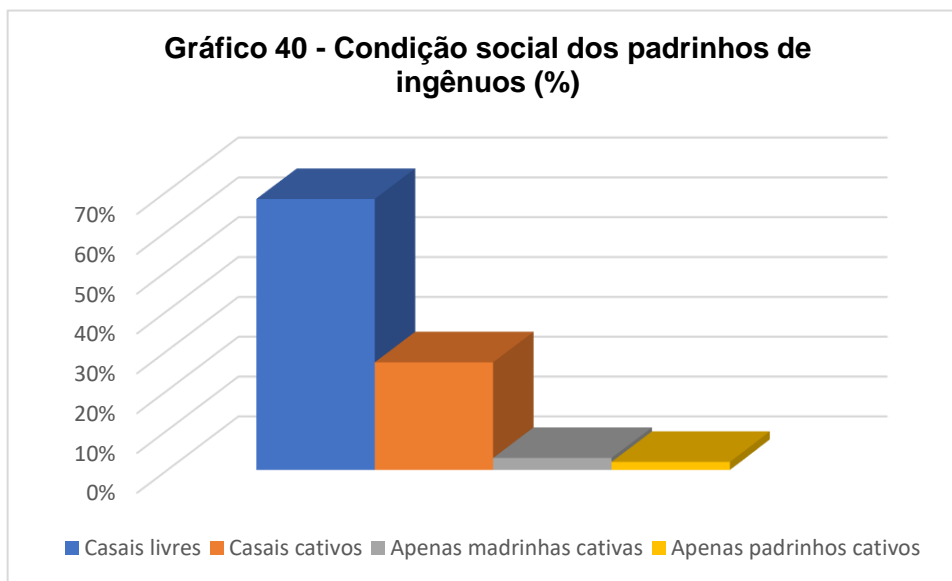
Ano	Condição Padrinhos				Total
	Livres	Ambos cativos	Apenas madrinhas cativas	Apenas padrinhos cativos	
1872	33	5	0	0	38
1873	22	7	0	0	29
1874	15	8	0	0	23
1875	23	6	0	0	29
1876	23	12	0	0	35
1877	16	3	0	0	19
1878	16	5	2	0	23
1879	28	16	2	0	46
1880	30	12	1	0	43
1881	27	15	2	1	45
1882	28	11	2	1	42
1883	47	21	1	0	69
1884	46	23	2	1	72
1885	38	20	4	0	62
1886	23	9	1	0	33
1887	35	15	5	1	56
1888	17	4	1	0	22
Total	467	192	23	4	686

Fonte: Livros de Registros de Batismos de Livres e Ingênuos – 1872 a 1888. Paróquia de São Sebastião. Cúria Metropolitana de Ribeirão Preto.

²⁷⁴ BRÜGGER, Sílvia Maria Jardim. Compadrio e Escravidão: uma análise do apadrinhamento de cativos em São João del Rei, 1730-1850. *XIV Encontro Nacional de Estudos Populacionais, ABEP*, 2004.p.19.

Isso significa que 68% dos batismos catalogados de nossa amostra apresentam um casal de livres apadrinhando os ingênuos, enquanto apenas 27% dos cativos escolheram como compadres um casal da mesma condição.

Do todo, ainda 5% são de casais de condições sociais distintas, somando 3% de madrinhas cativas e padrinhos livres e 2% com padrinhos escravizados e madrinhas pertencentes à população livre.



Fonte: Livros de Registros de Batismos de Livres e Ingênuos – 1872 a 1888. Paróquia de São Sebastião. Cúria Metropolitana de Ribeirão Preto.

Faz-se pertinente observar que, nos casos em que houve desigualdade social entre padrinhos, foi mais comum o par ser formado por madrinha cativa, e não o contrário, demonstrando mais uma vez a condição superior do homem em relação à mulher, afirmando a alegação de que o homem, na figura de padrinho, era potencialmente melhor provedor do que a mulher.²⁷⁵

A preferência por padrinhos livres indica um desejo de criar e manter laços verticais, ou seja, promover o envolvimento com uma camada social diferente da dos escravizados, visando sobretudo uma maneira de dividir com pessoas econômico e socialmente melhores situadas a “paternidade” de seus filhos.

Esse resultado tem sido constante nas pesquisas demográficas acerca do compadrio. Gudeman e Shwartz, por exemplo, pesquisando o apadrinhamento de cativos no Recôncavo Baiano, entre 1780 e 1789, verificaram que aproximadamente

²⁷⁵ BRÜGGER, Sílvia Maria Jardim. Compadrio e Escravidão: uma análise do apadrinhamento de cativos em São João del Rei, 1730-1850. *XIV Encontro Nacional de Estudos Populacionais, ABEP*, 2004.

70% dos registros de batismos comportavam casais de livres, enquanto apenas 30% consistiam em escravizados.²⁷⁶

Silvia Brügger, analisando os registros de batismos da Vila de São João Del Rei, no período de 1736 a 1850, averiguou que 62% dos padrinhos dos filhos de cativos daquela região consistiam em casais livres, compactuando com a asserção de que cativos escolhiam camadas sociais diferentes das suas para compadrear.²⁷⁷

É interessante, contudo, citar que algumas pesquisas tendem a desviar dessas deliberações. É o caso do trabalho de José Roberto Góes, referente à freguesia de Inhaúma, no Rio de Janeiro, nos anos de 1816 a 1842, que constatou que cerca de 75% dos padrinhos de filhos de escravizados eram também cativos, destoando da assertiva anterior.²⁷⁸

Também se assemelha ao estudo de Ana Lugão Rios, que analisando os registros de batismos de Paraíba do Sul, aferiu-se que quase 60% dos cativos mantinham como compadres pessoas da mesma condição social, enquanto apenas 40% era de padrinhos pertencentes à população livre.²⁷⁹

Existem algumas explicações para essas disparidades nos resultados tangentes ao apadrinhamento de cativos. Primeiramente, a década que antecedeu o fim do tráfico em 1850, com a Lei Eusébio de Queiroz²⁸⁰, fez com que em algumas cidades a entrada de africanos fosse massiva, o que, segundo Sheila Faria, teria criado um movimento de afirmação da cultura advinda do continente, desaguando na escolha de outros cativos em detrimento à livres para apadrinhamento de filhos de escravizados.²⁸¹

Além disso, a dimensão do plantel estaria diretamente ligada à escolha dos padrinhos da população cativa, isto é, em pequenas propriedades, a possibilidade de escolha de compadres entre os próprios escravizados do plantel era menor, o que

²⁷⁶ GUDEMAN, Stephen F.; SCHWARTZ, Stuart B. Purgando o pecado original: compadrio e batismo de escravos na Bahia no século XVIII. In: *Escravidão e invenção da liberdade*. Editora Brasiliense, 1988.

²⁷⁷ BRÜGGER, Silvia Maria Jardim. *Minas patriarcal: família e sociedade*, São João del Rei, séculos XVIII e XIX. Annablume, 2007

²⁷⁸ GÓES, José Roberto. Tráfico, demografia e política no destino dos escravos no Ríio de Janeiro da primeira metade do século XIX. In: *Actas de III Congreso de Historiadores Latinoamericanistas (ADHILAC): Santiago de Compostela, 2002*. Universidade de Vigo, 2002.

²⁷⁹ RIOS, Ana Maria Lugão. Família e transição. Famílias negras em Paraíba do Sul, 1872-1920. *Revista Brasileira de Estudos de População*, v. 7, n. 2, p. 243-247, 1990.

²⁸⁰ Ver nota 63.

²⁸¹ FARIA, Sheila de Castro. de *A Colônia em movimento: fortuna e família no cotidiano colonial*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.

incidia na escolha de livres para o apadrinhamento. Contrariamente às posses com um grande número de cativos, que além de favorecerem a criação de laços entre os próprios escravizados, permitiam escolher entre os mesmos aqueles que apadrinhariam seus filhos.²⁸²

No município de Ribeirão Preto, como apenas alguns plantéis concentravam um grande número de cativos, sendo aqueles referentes aos grandes cafeicultores, o restante ficava à mercê de pequenas e médias propriedades que provavelmente influíram nos resultados do apadrinhamento majoritariamente livre no município.

No que cerne aos padrinhos cativos, apenas 4 registros trouxeram informações acerca dos senhores dos mesmos e, em 100% destes, os compadres eram de plantéis distintos dos pais do batizado, indicando a pouca incidência de escolha intra-propriedades em nossa região.

O que, por um lado, pode ser justificada pela dimensão das escravarias. Unidades de menor porte tendem a oferecer menos possibilidade de escolhas em seu interior do que as maiores. E, por outro, demonstra a capacidade de circulação e ampliação dos laços de sociabilidade dos cativos.²⁸³

Aferimos que os padrinhos cativos, em nossa amostra, tendem a concentrarem-se entre os ingênuos dados como legítimos, enquanto os livres ocupam o compadrio das crianças ilegítimas.

Tabela 30 - Tabulação cruzada: Apadrinhamento de ingênuos por legitimidade e condição social dos padrinhos

	Condição Padrinhos				Total
	Ambos livres	Ambos cativos	Apenas madrinhas cativas	Apenas padrinhos cativos	
Legitimidade					
Ilegítimo	339	146	20	4	509
Legítimo	128	46	3	0	177
Total	467	192	23	4	686

Esse resultado coaduna com outras pesquisas como, à guisa de exemplificação, a de Sheila Faria, que constatou que nos registros da região de Campo dos Goytacazes, cerca de 64% dos padrinhos livres eram de filhos ilegítimos de cativos, reiterando a pouca regularidade familiar em pequenos plantéis e,

²⁸² BACELLAR, Carlos de Almeida Prado. Os compadres e as comadres de escravos: um balanço da produção historiográfica brasileira. *Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH*, 2011.

²⁸³ BRÜGGER, Sílvia Maria Jardim. Compadrio e Escravidão: uma análise do apadrinhamento de cativos em São João del Rei, 1730-1850. *XIV Encontro Nacional de Estudos Populacionais, ABEP*, 2004. p. 5.

consequentemente, a procura de padrinhos de condições sociais superiores nestas propriedades.²⁸⁴

Encontramos, em nossa amostra, cinco casos em que as madrinhas apareciam como santas, aliás, apenas uma fora mencionada para todos os casos, Nossa Senhora Aparecida. Para os padrinhos nenhuma ocorrência de divindades batizando foi constatada. Apenas em um caso o padre batizou filhos de cativos.

Um importante debate que se avulta nas pesquisas acerca do compadrio de cativos diz respeito aos senhores batizarem ou não filhos de seus escravizados, tornando-se essa uma possibilidade para reforçar a família patriarcal, ampliada e extensa.²⁸⁵

Em nossos registros, de 686 atas batismais, apenas 9 apresentaram o senhor ou a senhora como padrinho ou madrinha de seus cativos, uma baixíssima taxa de 1% apenas. Essa resultância rarefeita tem sido bastante comum nos estudos de compadrio.

Gudeman e Schwartz, no trabalho acerca do apadrinhamento de escravizados do Recôncavo Baiano não encontraram nenhum caso em que esse feito ocorresse. Segundo esses, o compadrio de cativos e senhores colocava em confronto as premissas do batismo e da escravidão:

[...] o vínculo do apadrinhamento era uma relação espiritual de proteção, o vínculo senhor-escravo era uma relação assimétrica de propriedade. Onde um representava socorro, o outro significava subserviência.²⁸⁶

Nessa lógica, seguem os trabalhos de José Roberto Góes, que não constatou nenhum caso de senhores apadrinhando filhos de seus cativos²⁸⁷, ou Ana Lugão Rios, que verificou apenas 9 casos de Paraíba do Sul em que esse tipo de apadrinhamento ocorria.²⁸⁸

²⁸⁴ FARIA, Sheila de Castro. *Sinhás pretas, damas mercadoras*. As pretas minas nas cidades do Rio de Janeiro e de São João Del Rey (1700-1850). Niterói, RJ: UFF, 2004.

²⁸⁵ SILVA, Cristiano Lima. Senhores e também padrinhos: relações de compadrio e as alforrias na pia batismal em São João del-Rei (1750-1850). *Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH*, 2011.

²⁸⁶ GUDEMAN, Stephen F.; SCHWARTZ, Stuart B. Purgando o pecado original: compadrio e batismo de escravos na Bahia no século XVIII. In: *Escravidão e invenção da liberdade*. Editora Brasiliense, 1988. p.42.

²⁸⁷ GÓES, José Roberto et al. *O cativo imperfeito: um estudo sobre a escravidão no Rio de Janeiro da primeira metade do século XIX*. Governo do Estado do Espírito Santo, Secretaria de Estado da Justiça e da Cidadania, Secretaria de Estado da Educação, 1993.

²⁸⁸ RIOS, Ana Maria Lugão. Família e transição. Famílias negras em Paraíba do Sul, 1872-1920. *Revista Brasileira de Estudos de População*, v. 7, n. 2, 1990.

Nas várias culturas predominavam os padrinhos de status social igual ou mais elevado que seus afilhados, não aparecendo o proprietário do escravo batizado, em nenhuma ocasião como padrinho do cativo. Os autores alegam que a pequena presença dos proprietários batizando seus cativos poderia ser uma opção dos próprios escravos em não ter como padrinho seus senhores.

289

De qualquer forma, é assente que os senhores poderiam interferir na escolha dos padrinhos dos seus escravizados, não só eles, como diversas outras figuras importantes da sociedade:

[...] é bastante difícil determinar quem realmente escolhia os padrinhos e madrinhas dos filhos das escravas alforriados no batismo: seriam os pais, um feitor, o senhor, ou os próprios padrinhos? Ou, então, seriam eles indicados pelos párocos? Provavelmente todos esses indivíduos poderiam ter escolhido ou, até mesmo interferido nessas escolhas. De qualquer forma, devemos considerar essas escolhas como resultantes de determinadas informações, influências, aconselhamentos, pressões e expectativas.²⁹⁰

Fica claro, através das análises expostas, que a população ingênua de batizados possuía um perfil de apadrinhamento bastante desigual no que se refere à condição social dos padrinhos. Isso ocorre justamente pelo fato de a escravidão determinar estratégias de sobrevivência completamente diferentes daquelas da população livre.

Falamos aqui de uma população de ingênuos majoritariamente ilegítimos, com mulheres solteiras sendo maioria nos registros de batismos, e na população cativa como um todo, além de padrinhos predominantemente livres, preferidos pelo fato de concederem auxílios econômicos e sociais, utilizados como uma forma de negociação do povo escravizado.

Se compararmos com os padrões de compadrio dos livres, cria-se uma lacuna entre estas duas porções sociais, inseridas em um mesmo contexto ribeirão-pretano, de alta econômica, crescimento da cultura cafeeira e evolução populacional pertinente ao período de 1872 a 1888.

O estudo de compadrio, seja ele de filhos de cativos ou filhos de livres, procede exatamente nesse sentido, de compreender, através das atas batismais, como se dava o movimento demográfico de uma população. É também através do rito batismal

²⁸⁹ ANDRADE, Vitória Fernanda Schettini de. Ilegitimidade e compadrio: o estudo dos nascimentos de filhos de mães escravas, São Paulo do Muriaé, 1852-1888. *XV Encontro de Estudos Populacionais, ABEP*, 2006.

²⁹⁰ SILVA, Cristiano Lima. Senhores e também padrinhos: relações de compadrio e as alforrias na pia batismal em São João del-Rei (1750-1850). *Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH*, 2011. p.5.

que a sociedade se mostra e se efetiva como um povo, seja de um bairro, de um país ou, no nosso caso, de um município.

Ribeirão Preto, para muito além da terra do café, é a terra de escravizados resistentes, do catolicismo reinante e dos batismos personificados com a população imigrante que aqui se instalou. Muito mais do que apenas registros de batismos, os documentos nos mostram o desenvolvimento de uma urbe recém-nascida que, assim como os batizantes, buscava estratégias sociais e religiosas que fossem capaz de mantê-la viva.

Considerações Finais

Historicamente, o município de Ribeirão Preto foi constituído sob uma realidade majoritariamente rural, com uma religiosidade popular presente, que influenciou não só nas configurações demográficas e fundiárias da cidade, como também nas redes relacionais que se formaram através do compadrio e do apadrinhamento no município.

Presente desde os primórdios da organização territorial da área onde abriga Ribeirão Preto, a Igreja Católica, assim como em todo Brasil, desde o passado colonial, ditou uma série de hábitos e condutas que influenciaram na formação dessas teias parentais, entre eles, o sacramento do batismo e sua obrigatoriedade para todas as camadas da população.

Nesta dissertação, procurou-se abordar primeiramente a história de Ribeirão Preto, como um aporte contextual do estudo do compadrio no município, além de, posteriormente, lançar mão de uma base teórica da Demografia Histórica para nortear as análises dos dados que se sucederam na nossa região.

As análises acerca dos registros de batismos de Ribeirão Preto, entre os anos de 1872 e 1888, foram de fato explanadas e podemos perceber algumas similitudes e discrepâncias entre os ingênuos (filhos de cativos) e os livres, que permitiu traçar um perfil do sistema de compadrio e apadrinhamento do município.

Foram 5140 registros de batismos catalogados, dos quais 88% referentes a população livre e 12% aos ingênuos. Entre as duas parcelas, o nascimento de meninos e meninas não apresentou disparidade significativa, sendo que ambos apresentaram uma alta nos registros após os anos de 1880, remetendo ao aumento demográfico que assolou a região pós chegada do café e da ferrovia Mogiana.

No que cerne ao período de batismos, livres preferiam meses centrais (junho, julho e agosto), ligados à uma religiosidade tradicional, enquanto filhos de cativos eram consagrados em meses dispersos, como janeiro, março e setembro, relacionando-se com festividades católicas ditas populares. Finais de semana eram privilegiados por ambos.

A respeito da idade em que se batizavam, livres e ingênuos não se batizavam maiormente até o oitavo dia de nascido, regra das Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia, denotando uma não efetividade das normas em regiões mais periféricas do país. Também não foram encontrados batismos de adultos entre os nossos registros.

Tangente à paternidade dos neonatos registrados nas atas de batismos de Ribeirão Preto, aqueles pertencentes à população livre apresentam em maioria ambos os pais no momento do batismo, enquanto filhos de cativos trazem a figura materna sozinha em maior número nos registros, o que influencia diretamente no índice de ilegitimidade dessas populações. Enquanto livres possuem uma taxa de 89% de filhos nascidos de casais legítimos, ou seja, aqueles reconhecidos pela Igreja, ingênuos apresentam a mesma porcentagem, mas para filhos de casais ilegítimos, fator relativo à dimensão dos planteis, entre outros.

No que toca ao apadrinhamento em si, livres e ingênuos apresentaram um casal completo diante da pia batismal e quando haviam apenas um dos polos, ambos optaram por ter ao menos a figura do padrinho, homem, como forma de garantia de um provedor para a relação do parentesco ali criada.

A grande diferença entre as parcelas sociais analisadas está entre aqueles elencados para o apadrinhamento de seus filhos. No interior da população livre, 97% das crianças foram sacramentadas por outros casais livres, enquanto apenas 3% apresentavam alguma figura cativa nos registros, sinalizando o chamado compadrio horizontal, utilizado pela população mais abastada, que cria relações sociais e espirituais com seus iguais, que possibilita a manutenção do status e preservação do poder econômico.

Para os cativos, o batismo recebe um teor diferente. Entre esses, 68% optaram por livres batizarem seus filhos, enquanto apenas 27% dos registros traziam semelhantes como padrinhos das crianças. Esse movimento acontece no sentido vertical, isso é, elege-se padrinhos de uma camada social diferente, com algum poder político e aquisitivo, intuindo um suporte econômico e social para esses ingênuos e seus pais. É o que se chama de relação desigual: o compadrio se estabelece sob a égide de relações assimétricas, que beneficia apenas um dos lados do sacramento.

Eis o perfil do apadrinhamento do município de Ribeirão Preto, entre 1872 e 1888. O compadrio entre livres se formavam horizontalmente, com batizado entre iguais, enquanto o de ingênuos incorporava o batismo vertical. Cada parcela da população, com seus interesses e realidades diferentes, lançaram mão de estratégias distintas para criarem uma rede de apoio e assistência que possibilitasse uma convivência mais justa.

Fontes

Livros de Registros de Batismos de Livres e Ingênuos – 1872 a 1888. Paróquia de São Sebastião. Cúria Metropolitana de Ribeirão Preto.

Referências

- ADOLFO, R. M. A. As transformações na historiografia da escravidão entre os anos de 1970--1980: uma reflexão teórica sobre possibilidades de abordagem do tema. **Revista Teoria da História**, v. 6, n. 11, 2014. Disponível em: <<https://www.revistas.ufg.br/teoria/article/view/30165>>.
- ALMEIDA, A. M. *et al.* **Pensando a família no Brasil: da colônia à modernidade**. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo/UFRRJ, 1987.
- ALMEIDA, C. M. C. Demografia e laços de parentesco na população escrava mineira: Mariana, 1750-1850. **Revista População e Família**, São Paulo, CEDHAL-USP/Humanitas, jan./jun. 1998.
- ALMEIDA, M. I. TAVANO, P. T. CURRÍCULO: um artefato sócio-histórico-cultural. **Revista Espaço do Currículo**, v. 1, n. 11, 2018.
- ALMEIDA, M. S. K. (et al). **Colcha de retalhos: estudos sobre a família no Brasil**. São Paulo, Brasiliense.
- ALVES, R. O. **A constituição da família na América Portuguesa: um debate historiográfico na perspectiva da demográfica histórica**. Comunicação publicada nos Anais do Seminário Nacional de História da Historiografia: historiografia brasileira e modernidade. Mariana, Núcleo de Estudos em História da Historiografia e Modernidade (NEHM) e UFOP, 1 a 3 de agosto de 2007.
- AMORIM, M. N. (et al). Reconstituição de Paróquias e Formação de uma base de dados central. **VI Congresso da Associação de Demografia Histórica (ADEH)**. Castelo Branco, Abril, 2001.
- ANDERSON, M. **Elementos para a história da família ocidental: 1500-1914**. Lisboa, Ed. Quercus, 95 p, 1984.
- ANDRADE, M. F. **Elites Regionais e a formação do Estado Imperial brasileiro: Minas Gerais – Campanha da Princesa (1799-1850)**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2008.
- ANDRADE, M. R. **Compadrio e posse da terra: da produção do espaço às hierarquias sociais (Vale do Rio Piranga, Minas Gerais, 1804 1856)**. 2018.
- ANDRADE, M. R. Da senzala à capela. Compadrio, redes sociais e algumas considerações sobre o lugar social de ‘pardos livres’ nas Minas Gerais oitocentistas. **Revista Brasileira de História e Ciências Sociais**, v.7, n.14, 2015.
- ANDRADE, M. R.; LEMOS, G. Terra de compadres: família e enraizamento social na freguesia de Guarapiranga, Séculos XVIII e XIX. In: BOTELHO, T. R.; ANDRADE, M. R.; LEMOS, G. (Orgs.) **Redes sociais e história**. Belo Horizonte: Veredas&Cenários, 2013.
- ANDRADE, V. F. S. Ilegitimidade e compadrio: o estudo dos nascimentos de filhos de mães escravas, São Paulo do Muriaé, 1852-1888. **XV Encontro de Estudos**

Populacionais, ABEP, 2006. Disponível em: <<http://www.abep.org.br/publicacoes/index.php/anais/article/view/1677>>. Acesso em: 21 maio 2021.

AQUINO, I. S. **Hierarquias Sociais e Redes de Compadrio na Freguesia de Viamão** (século XVIII). PUC/UFRGS, 2017.

ARIÈS, P. **História social da criança e da família**. Rio de Janeiro: Guanabara, 1981.

AUGUSTO, I. T. C. Família e relações de compadrio em Belém, século XIX. **ANPUH – XXIII Simpósio Nacional de História – Londrina**, 2005. Disponível em: <https://anpuh.org.br/uploads/anais-simposios/pdf/2019-01/1548206370_7a20e20985c9e1fe88421571b54fa762.pdf>. Acesso em: 21 maio 2021.

AZEVEDO, M. Os registros de batismos e casamentos como fontes de informações para os estudos indígenas. In: BASSANEZI, Maria Silvia C. Beozzo; BOTELHO, Tarcísio R. (orgs.). **Linhas e entrelinhas: as diferentes leituras das atas paroquiais dossetecentos e oitocentos**. Belo Horizonte: Veredas & Cenários, 2009.

BACELLAR, C. A. P. Arrolando os habitantes no passado: as listas nominativas sob um olhar crítico. **Lócus** (Juiz de Fora), 2008, v. 14, p. 107-124.

BACELLAR, C. A. P. e SCOTT, A. S. V. e BASSANEZI, M. S. C. B. Quarenta anos de Demografia Histórica. **Revista Brasileira de Estudos Populacionais**, São Paulo, v.22, n.2, p.339-350, jul/dez 2005.

BACELLAR, C. A. P. Escravidão e compadrio em São Paulo colonial, século XVIII. In: GHIRARDI, Mónica; CHACÓN JIMÉNEZ, F. (Org.). **Dinámicas familiares en el contexto de los Bicentenarios Latinoamericanos**. Córdoba, Argentina: CIECS/CONICET-UNC, 2011, p. 145-164.

BACELLAR, C. A. P. **Os senhores da terra – família e sistema sucessório entre os senhores de engenho do oeste paulista, 1765-1855**. Tese (Mestrado), São Paulo, FFLCH/USP, 1987.

BACELLAR, C. A. P. Uso e mau uso dos arquivos. In PINSKY, Carla Bassanezi (Org.). **Fontes históricas**. São Paulo: Contexto, 2006.

BACELLAR, C. A. P. **Viver e sobreviver em uma vila colonial**. Sorocaba, séculos XVIII e XIX. São Paulo: Annablume/Fapesp, 2001.

BACELLAR, C. A. P.; BRIOSCHI, L. R. (Org.). **Na estrada do Anhanguera: uma visão regional da história paulista**. São Paulo: Humanitas FFLCH/USP, 1999.

BACELLAR, C. A. P. Os compadres e as comadres de escravos: um balanço da produção historiográfica brasileira. **Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH**, 2011. Disponível em: <http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1307925540_ARQUIVO_Oscompadreseascomadresdeescravos.pdf>. Acesso em: 21 maio 2021.

BALHANA, A. P. A família escrava no Brasil. **Anais** da 8ª. Reunião Anual da SBPH. São Paulo, SBPH, p. 15-6, 1989.

BALHANA, A. P. **Famílias Coloniais**. Fecundidade e descendência. Curitiba: A. M. Cavalcanti & Cia, 1997.

BALHANA, A. P. Reconstituição de famílias: instrumento de análise demográfica. Acervo: **Revista do Arquivo Nacional**, Rio de Janeiro, Arquivo Nacional, jan./jun. 1987.

BALHANA, A. P.; NADALIN, S. O. **Análise do Ciclo Vital a partir da reconstituição de famílias**: estudos em demografia histórica. Comunicação apresentada no II Encontro Nacional de Estudos Populacionais da ABEP, 1980.

BARROS, J. A. **História Cultural**: um panorama teórico e historiográfico. Vozes, 2004.

BASSANEZI, M. S. C. B; BOTELHO, T. (orgs.). **Linhas e Entrelinhas**. As diferentes leituras das atas paroquiais dos setecentos e oitocentos. Belo Horizonte: Veredas & Cenários, 2009.

BASSANEZI, M. S. O casamento na colônia no tempo do café. **Anais do VI Encontro Nacional de Estudos Populacionais**, 1988.

BASSANEZI, M. S. Registros Paroquiais e Cíveis. Os eventos vitais na reconstituição da história. In: PINSKY, Carla; DE LUCA, Tânia Regina (orgs). **Os historiadores e suas fontes**. São Paulo: Contexto, 2009.

BASSANEZI, M. S. A família na fazenda de café: tamanho e força de trabalho. **Anais** do 4o. Encontro Nacional de Estudos Populacionais. São Paulo, ABEP, v. 4, p. 2.197-2.219, 1984.

BASSANEZI, M. S. (org). São Paulo do passado: dados demográficos - 1872. **Universidade Estadual de Campinas. Núcleo de Estudos da População - NEPO**, v. 3, 1999. Disponível em: <<https://www.nepo.unicamp.br/publicacoes/censos/1872.pdf>>. Acesso em: 16 mar. 2021.

BASSANEZI, M. S. (org). São Paulo do passado: dados demográficos - 1886. **Universidade Estadual de Campinas. Núcleo de Estudos da População - NEPO**, v. 4, 1999. Disponível em: <<https://www.nepo.unicamp.br/publicacoes/censos/1886.pdf>>. Acesso em: 16 mar. 2021.

BATISTA, D. J. **Cativos e libertos**: a escravidão em Franca entre 1825-1888. Franca, Dissertação (Mestrado) – Faculdade de História, Direito e Serviço Social, Universidade Estadual Paulista, 1998.

BENTIVOGLIO, J. C. **Igreja e urbanização em Franca**: século XIX. Franca: UNESP/FHDSS, 1997.

BERTRAND, M. De la familia a la red de sociabilidad. Escuela de Historia. **Rosário**, ano 4, n. 6, 2012.

BOLETIM DE HISTÓRIA DEMOGRÁFICA – BHD - ROL. USP-Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade.

BÔSCARO, A. P. D. Entre normas escritas e práticas cotidianas: as relações de compadrio na Serra da Mantiqueira - séculos XVIII e XIX. **Tempos Históricos**, v. 21, 2017. Disponível em: <<http://e-revista.unioeste.br/index.php/tempohistoricos/article/view/17397>>. Acesso em: 21 maio 2021.

BOTELHO, T. R. **Famílias e escravarias**. Demografia e família escrava no Norte de Minas Gerais no século XIX. Dissertação (Mestrado). São Paulo: Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 1994.

BOTELHO, T. R. História da população brasileira: balanços e perspectivas. In SAMARA, E. M (Org.). **Historiografia brasileira em debate**: olhares, recortes e tendências. São Paulo: Humanitas/FFLCH/USP, 2002, p.165-191.

BOTELHO, T. R. História demográfica e História Social: convergências e perspectivas. **I Encontro Memorial do ICHS**, UFOP, Mariana (MG), 2004.

BRASIL. Lei Federal 8069, de 14 de julho de 1990. **Estatuto da Criança e do Adolescente**. São Paulo: CONDECA, 1996.

BRIOSCHI, L. R. **Criando história**: paulista e mineiros no Nordeste de São Paulo (1725-1835). São Paulo, Tese (Mestrado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 1995.

BRIOSCHI, L. R. **Entrantes no Sertão do Rio Pardo**: o povoamento da Freguesia de Batatais – século XVIII e XIX. São Paulo: CERU, 1991.

BRIOSCHI, L. R. De São Simão a Ribeirão Preto: reflexões sobre um processo de ocupação territorial. **A cidade como fonte de pesquisa - USP**, v. 1, n. 1, 2016. Disponível em: <https://www.prefeiturarp.usp.br/pages/cultura/CURSODIFUSAO/VOLUME1/Livro_C_ompleto_volume_UM.pdf>. Acesso em: 16 mar. 2021.

BRITO, J. R. **A economia brasileira no alvorecer do século XIX**. Livraria Progresso, 1821.

BRÜGGER, S. M. J. **Minas patriarcal** – Família e sociedade (São João Del Rei – séculos XVIII E XIX). Tese (Doutorado) – ICHF – Universidade Federal Fluminense. Niterói/RJ, 2002.

BRÜGGER, S. M. J. Compadrio e Escravidão: uma análise do apadrinhamento de cativos em São João del Rei, 1730-1850. **XIV Encontro Nacional de Estudos Populacionais, ABEP**, 2004. Disponível em:

<<http://www.abep.org.br/publicacoes/index.php/anais/article/view/1339/1303>>. Acesso em: 21 maio 2021.

BURKE, P. **História e teoria social**. São Paulo: UNESP, 2002.

BURKE, P. **A escola dos Annales (1929-1989): a revolução francesa da historiografia**. 2. ed. São Paulo: Editora Unesp, 2010.

CAMPOS, A. L. A. **O casamento e a família em São Paulo colonial: caminhos e descaminhos**, (doutorado, FFLCH-USP), Também publicado: Casamento e família em São Paulo colonial: caminhos e descaminhos. São Paulo, Paz e Terra, 2003.

CANO, W. **Ensaio sobre a formação econômica regional do Brasil**. Campinas: Editora Unicamp, 2002.

CARNEIRO, M. B; CHAGAS, P. R.; NADALIN, S. O. Nascer e garantir-se no Reino de Deus; Curitiba, séculos XVIII e XIX. **Revista Brasileira de Estudos de População**, v. 27, p. 361-384, 2010.

CAVALCANTE, E. Q. **Tecendo redes, construindo laços de solidariedade: a formação de famílias negras, a prática de compadrio e a morte de escravizados e libertos no cariri paraibano (São João do Cariri /1850-1872)**. Universidade Federal da Paraíba. João Pessoa, 2015.

CHALHOUB, S. **A força da escravidão: ilegalidade e costumes no Brasil oitocentista**. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

CHALHOUB, S.; SILVA, F. T. Sujeitos no imaginário acadêmico: escravos e trabalhadores na historiografia brasileira desde os anos 80. **Cadernos AEL**, v. 14, n. 26, 2009. Disponível em: <<https://www.ifch.unicamp.br/>>. Acesso em: 21 maio 2021.

CHAUÍ, M. **A universidade pública sob nova perspectiva**. Conferência de Abertura da 26ª Reunião Anual da ANPED. Poços de Caldas, MG, 2003.

CHIACHIRI, J. F. **Do Sertão do rio pardo a vila Franca do Imperador**. Franca, - Tese (Doutorado). Faculdade de Filosofia Ciência e Letras, Universidade Estadual Paulista, 1973.

CHIACHIRI, J. **Vila Franca do Imperador: subsídios para a história de uma cidade**. Franca: O Aviso da Franca, 1967.

COMENIUS. **Didática Magna**. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

CONCEIÇÃO, L. P. Cor, compadrio e parentesco nos registros de batismo e casamento da Freguesia de São Felipe - Recôncavo Sul da Bahia (1889 – 1920). **X Encontro Regional Nordeste de História Oral**, 2015. Disponível em: <http://www.nordeste2015.historiaoral.org.br/resources/anais/11/1439169849_ARQUIVO_ANAISHISTORIAORAL.pdf>. Acesso em: 21 maio 2021.

COSTA, D. I. P. **Herança e ciclo de vida**: um estudo sobre a família e população em Campinas, São Paulo (1765 – 1850). Tese (Doutorado), Universidade Federal Fluminense. Niterói/RJ, 1997.

COSTA, E. V. **Da Monarquia a República**: momentos decisivos. 3º edição. São Paulo: Brasiliense, 1985.

COSTA, I. D. N. **Arraia-miúda**. Um estudo sobre os não proprietários de escravos no Brasil. São Paulo: MGSP, 1992.

COSTA, I. D. N. e NOZOE, N. H. Elementos da estrutura da posse de escravos em Lorena no alvorecer do século XIX. **Estudos Econômicos**, São Paulo, v.19, nº2, p.319-345, mai/ago. 1989.

COSTA, I. D. N. **Minas Gerais**: estruturas populacionais típicas. São Paulo: EDEC, 1982.

COSTA, I. D. N. **Populações Mineiras** – sobre a estrutura populacional de alguns núcleos mineiros no alvorecer do século XIX. São Paulo: IPE/USP, 1981.

COSTA, I. D. N. **Vila Rica**: população (1719-1826). São Paulo: IPE/USP, 1979.

COSTA, I. D. N.; GUTIÉRREZ, H. **Paraná mapas de habitantes 1798 – 1830**. São Paulo: IPE/USP, 1985.

COSTA, I. D. N. Demografia histórica: algumas observações. **SÆCULUM – Revista de História**, n. 24, 2011. Disponível em: <<https://periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/srh/article/view/12443>>. Acesso em: 10 maio 2021.

COSTA, I. D. N. História e Demografia. **Revista de História**, v. 55, n. 109, 1977. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/revhistoria/article/view/77336>>. Acesso em: 10 maio 2021.

COSTA, I. D. N.; MOTTA, J.F. Demografia histórica: da sementeira à colheita. **Revista Brasileira De Estudos De População**, v. 14, n. 1/2, 1997. Disponível em: <https://www.rebep.org.br/revista/article/view/427/pdf_402>. Acesso em: 10 maio 2021.

CUBA, T. S. O Batismo: suas origens na Idade Média e seus usos e significados para os escravos na Freguesia de Nossa Senhora da Vitória, em São Luís, Maranhão (1804-1806). **Revista Discente Ofícios de Clío**, v. 5, n. 9, 2020. Disponível em: <<https://periodicos.ufpel.edu.br/ojs2/index.php/CLIO/article/view/19746>>. Acesso em: 21 maio 2021.

CUNHA, M F. **Demografia e Família Escrava. Franca** – SP, século XIX. Tese (Doutorado) Instituto de Filosofia de Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, 2009.

CUNHA, M. F. **Fogos e escravos da Franca do Imperador no século XIX**. Tese (Mestrado) Instituto de Filosofia de Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, 2005.

CUNHA, M. I. Docência na Educação Superior: a professoralidade em construção. **Educação** (Porto Alegre), v. 41, n. 1, p. 6-11, jan.-abr. 2018.

DEAN, W.; CAJADO, O. M. **A industrialização de São Paulo: 1880-1945**. Difusão Europeia do Livro, Editora da Universidade de São Paulo, 1971.

DICKENS, C. **Oliver Twist**. São Paulo: Nova Cultural, 1993.

DINIZ, M. Sesmarias e posse de terras: política fundiária para assegurar a colonização brasileira. **Histórica: revista eletrônica do arquivo do estado de São Paulo**, v. 2, 2005. Disponível em: <<http://www.historica.arquivoestado.sp.gov.br/materias/anteriores/edicao02/materia03/>>. Acesso em: 16 mar. 2021.

DOLHNIKOFF, M. Entre o centro e a província: as elites e o poder legislativo no Brasil oitocentista. **Almanack braziliense**, n. 1, p. 80-92, 2005.

EMBOABA, O. História da Fundação de Ribeirão Preto. **Revista de História**, v. 10, n. 21-22, 1955. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/revhistoria/article/view/36454>>. Acesso em: 16 mar. 2021.

ENGEMANN, C. **De laços e de nós: constituição e dinâmica de comunidades escravas em grandes plantéis do sudeste brasileiro do Oitocentos**. Rio de Janeiro, 2006.

FARIA, S. C. **A Colônia em movimento: fortuna e família no cotidiano colonial**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.

FARIA, S. C. **História da família e demografia histórica**. In: CARDOSO, C. F.; VAINFAS, R. (Org.). Domínios da história: ensaios de teoria e metodologia. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

FARIA, S.C. **Sinhás pretas, damas mercadoras**. As pretas minas nas cidades do Rio de Janeiro e São João Del Rey (1700-1850). Niterói, RJ: UFF, 2004.

FARINATTI, L. A. **Família, relações de reciprocidade e hierarquia social na fronteira meridional do Brasil (1816-1845)**. X Encontro Estadual de História, 2010.

FARINATTI, L. A.; VARGAS, J. M. Elites regionais, guerra e compadrio: a família Ribeiro de Almeida e suas redes de relações (Rio Grande do Sul, c. 1816-c. 1844). Topoi. **Revista de História**, Rio de Janeiro, v. 15, n. 29, p. 389-413, jul./dez. 2014.

FERREIRA, R. G. **Na Pia Batismal: família e compadrio entre escravos na Freguesia de São José no Rio de Janeiro (primeira metade do século XIX)**. Niterói: UFF, 2000.

FERREIRA, R. G. O parentesco ritual na freguesia de São José do Rio de Janeiro. *Sesmaria Revista do NEHPS*. Faculdade de Filosofia de Campo Grande, 01, ano 1, 2001.

FOUCAULT, M. **Vigiar e punir**. Petrópolis: Vozes, 1987.

FRANCA, S. J. L. **O método pedagógico dos jesuítas**: o "Ratio Studiorum". Rio de Janeiro: Agir Editora, 1952.

FRANCO, R.; CAMPOS, A. A. Notas sobre os significados religiosos do batismo. **Varia Historia**, Belo Horizonte, n. 31, p. 21-40, jan. 2004.

FREYRE, G. **Casa-grande e senzala**: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal. 32. Ed. Rio de Janeiro: Record, 1997.

GARVAZO, J. **Economia e Demografia escrava no nordeste paulista**: uma área de abastecimento interno (Batatais, 1866-76). Monografia apresentada ao Departamento de Economia da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade de Ribeirão Preto da USP para obtenção do grau de Bacharel em Ciências Econômicas. Ribeirão Preto, 2002.

GARVAZO, J. **Riqueza e escravidão no nordeste paulista: Batatais, 1851-1887**. Mestrado em História Econômica, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8137/tde-16072007-105821/>>. Acesso em: 16 mar. 2021.

GAUTHIER, C. **Da pedagogia tradicional à pedagogia nova**. In: GAUTHIER; TARDIF. *A pedagogia: teorias e práticas da antiguidade aos nossos dias*. Petrópolis: Vozes, 2010.

GENOVESE, E. D. **A terra Prometida**: o mundo que os escravos criaram. Trad. Maria Inês Rolim, Donaldosom Magalhães Garschagen. Brasília: Pais e Terra. 1988.

GÓES, J. R. **Cordeiro de Deus**: tráfico, demografia e política no destino dos escravos. In: PAMPLONA, Marco A. (org). *Escravidão, exclusão e cidadania*. Rio de Janeiro: Editora Access, 2001.

GÓES, J. R. **O cativo imperfeito**: um estudo sobre a escravidão no Rio de Janeiro da primeira metade do século XIX. Vitória – ES: Lineart, 1993.

GORENDER, J. **O escravismo colonial**. 2 ed. São Paulo: Ática, 1978.

GRAF, M. E. C. Nos Bastidores da Escravidão: Convivência e Cotidiano no Brasil Colonial. In: SILVA, Maria Beatriz Nizza da (org). **Brasil: Colonização e Escravidão**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000.

GUDEMAN, S.; SCHWARTZ, S. **Purgando o Pecado Original**: compadrio e batismo de escravos na Bahia no século XVIII". In: REIS, João José. *Escravidão e Invenção da Liberdade. Estudos Sobre o Negro no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1988.

GUDEMAN, S. Spiritual Relationship and Selecting a Godparent, **Man New Series** vol 10, n.2, 1975.

GUTIÉRREZ, H. Crioulos e Africanos no Paraná, 1798-1830. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v.8 nº16 p.161-188. 1998.

GUTIÉRREZ, H. Demografia escrava numa economia não exportadora: Paraná, 1800-1830. **Estudos Econômicos**, São Paulo, v.17, n.2. mai/ago. 1987.

HAMEISTER, M. D. **Na pia batismal**: estratégias de interação, inserção e exclusão social entre os migrantes açorianos e a população estabelecida na vila de Rio Grande, através do estudo das relações de compadrio e parentescos fictícios (1738- 1763). In: Congresso Brasileiro de História Econômica, 5, 2003, Caxambu. Campinas, ABPHE, 2003.

HAMEISTER, M. D. **Para dar calor à nova povoação: estudo sobre estratégias sociais e familiares a partir dos registros batismais da Vila do Rio Grande (1738-1763)**. Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2006. Disponível em: <<http://objdig.ufrj.br/34/teses/MarthaDaissonHameister.pdf>>. Acesso em: 21 maio 2021.

HANLEY, A. G. A Failure to Deliver: Municipal Poverty and the Provision of Public Services in Imperial São Paulo, Brazil 1822–1889. **Journal of Urban History**, v. 39, n. 3, p. 513-535, 2013.

HANLEY, A. G.; MARCONDES, R. L. Bancos na transição republicana em São Paulo: o financiamento hipotecário (1888-1901). **Estudos Econômicos** (São Paulo), v. 40, n. 1, p. 103-131, 2010.

HENRY, L. **Anciennes familles genevoises**: etude démographique, XVI ème – XX ème siecles. Paris: Presses Universitaires de France, 1956.

HENRY, L. **Técnicas de análise em Demografia Histórica**. Trad: Altiva Pilatti Balhana e Jayme Antonio Cardoso. Curitiba: Universidade Federal do Paraná, 1977.

HEYWOOD, C. **Uma história da infância**: da idade média a época contemporânea no Ocidente. Porto Alegre, Artmed, 2004.

HOLANDA, S. B. de (org) **História Geral da Civilização Brasileira**. 3º ed. São Paulo: Difusão Européia do Livro, t.2 v.2,1 972.

KJERFVE, T. M. G. N.; BRÜGGER, S. M. J. Compadrio: relação social e libertação espiritual em sociedades escravistas (Campos, 1754-1766). **Estudos Afro-Asiáticos**, 20, Junho de 1990.

LAGES, J. A. C. A organização fundiária e a construção das sociabilidades nas origens de Ribeirão Preto. **Artigo - Blog do Professor Lages**, s/d. Disponível em: <<https://www.professorlages.com.br/wp-content/uploads/2019/08/A-organizacao-fundiaria-e-a-construcao-das-sociabilidades-nas-origens-de-Ribeirao-Preto.pdf>>. Acesso em: 16 mar. 2021.

LAGES, J. A. C. **Ribeirão Preto: da Figueira a Barra do Retiro**. São Paulo: Editora Nelpa, 2010.

LAGO, R. D. **Sob os olhos de deus e dos homens: escravos e parentesco ritual na província do Espírito Santo (1831-1888)**. Dissertação, Universidade Federal do Espírito Santo, Centro de Ciências Humanas e Naturais, Espírito Santo, 2013. Disponível em: <<https://repositorio.ufes.br/handle/10/3499>>. Acesso em: 21 maio 2021.

LAURIANO, J. **Apontamentos para a história de Ribeirão Preto**. São Paulo: Ave Maria, 1965.

LENHARO, A. **As tropas da moderação: o abastecimento da corte na formação política do Brasil, 1808 – 1822**. São Paulo: Símbolo, 1979.

LEVINSKI, E Z.; CORREA, C. T; MATTOS, M. Docência Universitária: O Planejamento da Disciplina e a Organização da aula. In: FÁVERO, Altair Alberto et al. **Docência Universitária: Pressupostos Teóricos e Perspectivas Didáticas**. Campinas, SP: Mercado das Letras, 2015.

LEVY, J. **The Making of a Market: Credit, Henequen, and Notaries in Yucatan, 1850 1900**. Penn State Press, 2012.

LOPES, L. S. Café, riqueza e famílias: Ribeirão Preto na segunda metade do século XIX. História e Economia. **Revista interdisciplinar**, v. 4, n. 1, p. 133-156, 2008.

LOPES, L. S. **Ribeirão Preto: a dinâmica da economia cafeeira de 1870 a 1930**. 1.ed. Ribeirão Preto: Secretaria da Cultura, 2011.

LOPES, L. S. **Sob os olhos de São Sebastião: a cafeicultura e as mutações da riqueza em Ribeirão Preto, 1849-1900**. Tese de Doutorado, 2006.

LOPES, L. S. **Um estudo sobre a composição da riqueza em Ribeirão Preto com base nos inventários post mortem (1866-1888)**. Disponível em:<http://www.ribeiraopreto.sp.gov.br/files/scultura/arqpublico/i14riqueza.pdf>. Acesso em: 20/12/2020.

LOPES, L. S. A estrutura da posse de cativos nos momentos iniciais da cultura cafeeira no novo oeste paulista. Ribeirão Preto: 1849-1888. **Anais do XIV Encontro Nacional de Estudos Populacionais Sumário**, 2004. Disponível em: <<http://www.abep.org.br/publicacoes/index.php/anais/article/view/1320/1284>>. Acesso em: 16 mar. 2021.

LOPES, L. S. As origens da economia cafeeira em Ribeirão Preto. **Anais do III Congresso Brasileiro de História Econômica/IV Conferência Internacional de História de Empresas**, 1999. Disponível em: <<http://www.abphe.org.br/arquivos/luciana-suarez-galvao-pinto.pdf>>. Acesso em: 16 mar. 2021.

LOPES, L. S. Entre o Café, a Cana. O cultivo da Cana-de-Açúcar na economia cafeeira de Ribeirão Preto, 1870-1900. **Economia & história: relatos de pesquisa**, 2015. Disponível em: <<https://downloads.fipe.org.br/publicacoes/bif/bif420-41-48.pdf>>. Acesso em: 16 mar. 2021.

LOPES, L. S. Os proprietários de escravos e a estrutura da posse na antiga freguesia de São Simão, 1835. **Estudos Econômicos (São Paulo)**, v. 42, n. 2, 2012. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-41612012000200006&lng=pt&tlng=pt>. Acesso em: 16 mar. 2021.

LOPES, L. S. Os Registros paroquiais na era digital. **Economia & história: relatos de pesquisa**, 2018. Disponível em: <<https://downloads.fipe.org.br/publicacoes/bif/bif449-53-56.pdf>>. Acesso em: 21 maio 2021.

LOPES, L. S. Sobre a introdução da cafeicultura na região da antiga São Sebastião do Ribeirão Preto, década de 1860. **Economia & história: relatos de pesquisa**, 2015. Disponível em: <<https://downloads.fipe.org.br/publicacoes/bif/bif420-41-48.pdf>>. Acesso em: 16 mar. 2021.

LOPES, L. S. Uma economia em transição: a economia e a alocação de riqueza na antiga Vila de São Sebastião do Ribeirão Preto, década de 1870. **História Econômica & História de Empresas**, v. 10, n. 2, 2012. Disponível em: <<https://www.hehe.org.br/index.php/rabphe/article/view/80>>. Acesso em: 16 mar. 2021.

LUNA, F. V. Características demográficas dos escravos de São Paulo (1777-1829). **Estudos Econômicos**, v.22, n.3 p.443-483, set-dez. 1992.

LUNA, F. V. e COSTA, I. N. D. Posse de escravos em São Paulo no início do século XIX. **Estudos Econômicos**, n.13, v.1, jan/abr. p.211-221, 1983.

LUNA, F. V. e KLEIN, H. S Economia e sociedade escravista: Minas Gerais e São Paulo em 1830. In: _____. **Escravidão em São Paulo e Minas Gerais**. São Paulo: Edups/Imesp, 2009.

LUNA, F. V. **Minas Gerais: escravos e senhores – análise da estrutura populacional e econômica de alguns centros mineratórios (1718-1804)**. São Paulo: IPE/USP, 1981.

LUNA, F. V.; COSTA, I. D. N. Vila Rica: nota sobre casamentos de escravos, 1727-1826. África. **Revista do centro de Estudos Africanos da USP**. São Paulo: FFLCH, n.4, p. 105-109, 1981.

MACHADO, A. A. **Vida e morte do bandeirante: Alcântara Machado; introdução de Sergio Milliet; illus. de J. Wasth Rodrigues**. Governo do Estado de São Paulo, 1978.

MACHADO, C. **A trama das vontades: negros, pardos e brancos na produção da hierarquia social (São José dos Pinhais – PR, passagem do XVIII para o XIX)**. 360 f. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História. Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2006.

MAIA, Moacir Rodrigo de Castro. As relações de parentesco ritual em uma sociedade escravista: compadres, padrinhos e afilhados no cotidiano mineiro da primeira metade do século XVIII. **Anais do XIII Seminário sobre a Economia Mineira**, 2008. Disponível em: <<https://diamantina.cedeplar.ufmg.br/portal/download/diamantina-2008/D08A023.pdf>>. Acesso em: 21 maio 2021.

MARCÍLIO, M. L. **A cidade de São Paulo: povoamento e população, 1750-1850**. São Paulo: Pioneira/Edusp, 1974.

MARCÍLIO, M. L. A demografia histórica brasileira nesse final de milênio. Brasília: **Revista Brasileira de Estudos Populacionais**, v.14, n.1/2, 1997.

MARCÍLIO, M. L. **Crescimento demográfico e evolução agrária paulista, 1700-1836**. São Paulo: Hucitec, Edusp, 2000.

MARCÍLIO, M. L. **Demografia histórica, orientações técnicas e metodológicas**. São Paulo, 1977.

MARCÍLIO, M. L. **História social da criança abandonada**. São Paulo? Hucitec, 1998.

MARCÍLIO, M. L.. Os registros paroquiais e a História do Brasil: **Revista Varia História**, n. 31, Jan. 2004.

MARCONDES, R. L **A arte de acumular na gestão da economia cafeeira: formas de enriquecimento no Vale do Paraíba Paulista durante o século XIX**. Tese (Doutorado). Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo, 1998.

MARCONDES, R. L. A estrutura fundiária e cafeeira de dois municípios do oeste paulista: Campinas e Ribeirão Preto no início do século XX. **Revista de História**, v. 0, n. 165, 2011. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/revhistoria/article/view/19219>>. Acesso em: 16 mar. 2021.

MARCONDES, R. L. A propriedade escrava no Vale do Paraíba paulista durante a década de 1870. **Revista Estudos Históricos**, v. 1, n. 29, 2002. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/2150/1289>>. Acesso em: 16 mar. 2021.

MARCONDES, R. L. O café em Ribeirão Preto (1890-1940). **História Econômica & História de Empresas**, v. 10, n. 1, 2018. Disponível em: <<https://www.hehe.org.br/index.php/rabphe/article/view/571>>. Acesso em: 16 mar. 2021.

MARCONDES, R. L. Vastos Cafezais e Grandes Dívidas: crédito hipotecário na formação da economia cafeeira em Ribeirão Preto (1876-1914). **Estudos Econômicos (São Paulo)**, v. 48, n. 2, 2018. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-41612018000200283&lng=pt&tlng=pt>. Acesso em: 16 mar. 2021.

MARTINS, M. L. **Um Império a Constituir uma ordem a consolidar: Elites Políticas e Estadas no Sertão, Franca – SP, 1824 – 1852.** Franca, 2004.

MASETTO, M. T. Inovação Curricular no Ensino Superior. **Revista e-curriculum**, São Paulo, v.7, n.2, agosto, 2011.

MELLO E SOUZA, A. C. **Os parceiros do Rio Bonito. Estudo sobre o caipira e a transformação dos seus meios de vida.** São Paulo: Livraria Duas Cidades, 1977.

METCALF, A. C. A família e a sociedade rural paulista: Santana de Parnaíba, 1750 – 1850. **Estudos Econômicos**, São Paulo, v. 20, n. 2, p. 283-304, mai-ago. 1990.

MONTI, C. G. **O empreendedor possível na cafeicultura de Ribeirão Preto: Joaquim da Cunha Diniz Junqueira (1890-1915).** Tese (doutorado) – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, 2014.

MONTI, C. G. Os escravos da antiga Comarca de Ribeirão Preto. **A cidade como fonte de pesquisa - USP**, v. 1, n. 1, 2016. Disponível em: <https://www.prefeiturarp.usp.br/pages/cultura/CURSODIFUSAO/VOLUME1/Livro_C_ompleto_volume_UM.pdf>. Acesso em: 16 mar. 2021.

MORAES, D. B. A Igreja: o “baptismo”, o casamento e a angústia do confessorário. **Departamento de História e Geografia da Universidade Federal do Rio Grande do Norte Centro de Ensino Superior do Seridó – Campus de Caicó.**, v. 05, n. 12, 2004. Disponível em: <<https://periodicos.ufrn.br/mneme/article/view/256/234>>. Acesso em: 21 maio 2021.

MOTTA, J. F.; COSTA, I. D. N. Demografia histórica: da semeadura à colheita. **Revista Brasileira de Estudos de População**, v.14, n.1/2, jan./dez, 1997.

MOTTA, J. F. A família escrava na historiografia brasileira: os últimos 25 anos. In: SAMARA, E. M. (org.). **Historiografia brasileira em debate: olhares, recortes e tendências.** São Paulo: Humanitas, CEDHAL, 2002.

MOTTA, J. F. **Corpos escravos, vontades livres: estrutura da posse de cativos e família escrava em núcleo cafeeiro. Bananal, 1801-1829.** São Paulo: FAPESP: Annablume, 1999.

NACIF, P. C. M. Padrinhos, afilhados e compadres: apontamentos sobre o parentesco espiritual contraído pelo ritual católico do batismo no âmbito do Antigo Regime. **XXVII Simpósio Nacional de História - ANPUH**, 2013. Disponível em: <http://snh2013.anpuh.org/resources/anais/27/1364763431_ARQUIVO_anpuh-paulocezarmirandanacif.pdf>. Acesso em: 21 maio 2021.

NADALIN, S. O. **A origem dos noivos nos registros de casamentos da comunidade evangélica luterana de Curitiba, 1870-1969.** Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 1974.

NADALIN, S. O. A propósito de um balanço da demografia histórica: notas para um debate. **Revista Brasileira de Estudo da população**: Brasília, v.14, v.1 e 2, 1997.

NEVES, M. de F. R. das. Ampliando a família escrava: o compadrio de escravos em São Paulo no século XIX. IN: NADALIN, S. O.; MARCÍLIO, M. L. (Orgs.) **História e população**: estudos sobre a América Latina, São Paulo: ABEP, IUSSP, CELADE, Fundação SEADE, 1990.

NICOLIT, A. J. N. Dos conceitos de escravidão: um olhar sobre um novo modelo de escravidão no mundo contemporâneo e sua aceitação no campo historiográfico. **Revista Transformar**, 2015. Disponível em: <<http://www.fsj.edu.br/transformar/index.php/transformar/article/view/33>>. Acesso em: 21 maio 2021.

NOZOE, N. H. Sesmarias e apossamento de terras no Brasil Colônia. **Revista Economia**, v. 7, n. 3, 2006. Disponível em: <<http://www.anpec.org.br/encontro2005/artigos/A05A024.pdf>>. Acesso em: 16 mar. 2021.

OLIVEIRA, J. H. C; MARCONDES, R. L. Os negociantes de imóveis durante a expansão cafeeira em Ribeirão Preto (1874-1899). **Revista Tempo**, UFF, v. 15, p. 111-133, 2003.

OLIVEIRA, L. L. A posse de escravos em Franca-SP, segundo os inventários (1822-1830). **Estudos de História**, Franca, v.1, p.173-185, 1994.

OLIVEIRA, L. L. As transformações da economia na região de Franca-SP no século XIX. **Estudos de História**, Franca, v.3, n.1, p.53-78, 1996.

OLIVEIRA, L. L. **Economia e História**. Franca século XIX. Franca: UNESP-FHDSS: Amazonas Prod. Calçados S/A, 1997.

OLIVEIRA, L. L. **Heranças guardadas e transições ponderadas**. História econômica do interior paulista, 1890 – 1920. Franca: UNESP/FHDSS, 2006.

OLIVEIRA, L. L. **Trilhas econômicas. Franca - passado e presente**. Franca: Faculdade de Ciências Econômicas, Administrativas e Contábeis – FACEF.

OLIVEIRA, M. C. **Dinâmica populacional no Sertão do Rio Pardo** (1801 – 1829) Dissertação (Mestrado) Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Estadual Paulista, 2012.

PAES, N. A. Qualidade das estatísticas de óbitos por causas desconhecidas dos Estados brasileiros. **Revista de Saúde Pública**, São Paulo, v. 41, n. 3, p. 436-445, 2007.

PAIVA, C. e KLEIN, H. S. Escravos e livres nas Minas Gerais do século XIX: Campanha em 1831. **Estudos Econômicos**, n.22, v.1, jan./abr, 1992.

PANDOLFI, F. C.; BUENO, N. P. **Análise de redes sociais em História: noções básicas e sugestões de aplicação.** Anais do XIX Encontro Regional de História: Profissão Historiador: formação e mercado de trabalho. Juiz de Fora: UFMG, 2014.

PAULA, F. N. **Violência na Vila de São Sebastião do Ribeirão Preto (1874-1888): livres e escravos nas barras da justiça.** Dissertação, Universidade Estadual Paulista “Júlio De Mesquita Filho” Faculdade de História, Direito e Serviço Social (FHDSS – Franca), Franca, 2009. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/93228/paula_fn_me_fran.pdf?squence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 16 mar. 2021.

PAULA, J. T. V. Parentesco e legitimidade entre cativos e pessoas livres e libertas da Comarca do Rio das Mortes (1841-1859). **Revista Histórica**, v. 37, 2009. Disponível em: <<http://www.historica.arquivoestado.sp.gov.br/materias/anteriores/edicao37/materia02/>>. Acesso em: 21 maio 2021.

PERUSSATO, M. Variações de um mesmo tema: as relações escravistas na historiografia brasileira. **Revista Spartacus**, 2007. Disponível em: <http://www.unisc.br/site/spartacus/edicoes/012007/perussatto_melina_kleinert.pdf>. Acesso em: 21 maio 2021.

PETRONE, M. T. S. **A lavoura canavieira em São Paulo: expansão e declínio (1765 – 1851)** São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1968.

PETRONE, M. T. S. **O Barão de Iguape: um empresário da época da Independência.** São Paulo: Nacional, Brasília: INL, 1976.

PIRES, J. M.; COSTA, I. D. N. O capital escravista-mercantil: caracterização teórica e causas históricas de sua superação. **Estudos avançados**, v. 14, n. 38, p. 87-120, 2000.

POSTMAN, N. **O desaparecimento da infância.** Tradução: Suzana M. de Alencar Carvalho e José Laurentino de Melo. Rio de Janeiro: Graphia; 2005.

PRADO JÚNIOR, C. **Formação do Brasil Contemporâneo.** 20. ed. São Paulo: Brasiliense, 1987.

PRADO JÚNIOR, C. **Formação do Brasil Contemporâneo.** 20.ed. São Paulo: Brasiliense, 1987.

PROENÇA, W. L. Escravidão no Brasil: debates historiográficos contemporâneos. **Anais da XXIV Semana de História UNESP**, 2007.

QUIRINO, G. D. Família e Compadrio: um estudo das relações sociais na Vila de Porto Feliz (São Paulo, Século XIX). **XIV Encontro Regional da ANPUH Rio**, 2010. Disponível em: <http://www.encontro2010.rj.anpuh.org/resources/anais/8/1276695084_ARQUIVO_GiseleDiasQuirino.pdf>. Acesso em: 21 maio 2021.

RAMOS, D. Teias Sagradas e Profanas - o lugar do batismo e compadrio na sociedade de Vila Rica durante o século do ouro. **Revista Varia História**, n. 31, 2004. Disponível em:

<https://static1.squarespace.com/static/561937b1e4b0ae8c3b97a702/t/572b594b59827e91950d7597/1462458700057/03_Ramos%2C+Donald.pdf>. Acesso em: 21 maio 2021.

RAVAGNANE, Z. P. O. Dados históricos e arqueológicos dos primeiros habitantes do Nordeste Paulista. **Boletim Histórico de ciências correlatas**, Franca, Ano II, n. 4, p. 50-57, 1970.

REHER, D. S. Desafios e conquistas da demografia histórica no final do século. **Revista Brasileira de Estudos Populacionais**, Brasília, 14, n.1 e 2, 1997.

REIS, D. O. M. Estrutura da posse de escravos nas atividades de subsistência de Araxá (MG), (1776-1848). Trabalho apresentado no **XIV Encontro Nacional de Estudos Populacionais, ABEP**, Caxambu-MG-Brasil, de 20 a 24 de setembro de 2004.

REIS, J.J. **Escravidão e Liberdade**. São Paulo, Brasiliense, 1988.

REIS, J.J; SILVA, E. **Negociação e Conflito: a resistência negra no Brasil escravista**. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

RIBEIRÃO PRETO. **Arquivo Eclesiástico da Cúria Metropolitana de Ribeirão Preto**. Registro de Batismos, livro 2.

RIOS, A, M. L. **Família e Transição**. Famílias negras em Paraíba do Sul, 1872-1920. *Revista Brasileira de Estudos de População*, v.7, n.2, 1990.

RIZZI, J. V.; SILVA, C. A. A. O comércio de escravos em Ribeirão Preto, província de São Paulo (1874-1885). **Anais do IX Seminário de Iniciação Científica UFT**, 2013. Disponível em: <<http://eventos.uft.edu.br/index.php/sic/IX/paper/viewFile/418/123>>. Acesso em: 16 mar. 2021.

ROCHA, F. G. **Laços de família: Escravos e libertos em Minas do Rio de Contas - Bahia (1840-1888)**. Programa de História Social da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Bahia, 2016. Disponível em: <<https://repositorio.ufba.br/ri/handle/ri/23343>>. Acesso em: 21 maio 2021.

ROCHA, I. P. **Demografia escrava em Franca: 1824-1829**. Franca: UNESP – FHDSS, 2004.

ROSSETTO, P. F. Reconstituição do traçado da “estrada dos Goiases” no trecho da atual mancha urbana de Campinas. **Anais do Museu Paulista: História e Cultura Material**, v. 14, n. 2, 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-47142006000200006&lng=pt&tlng=pt>. Acesso em: 16 mar. 2021.

SAES, F. A. M. **Crédito e bancos no desenvolvimento da economia paulista, 1850-1930**. Instituto de Pesquisas Econômicas, 1986.

SAINT-HILAIRE, A. **A Viagem à Província de São Paulo**. São Paulo: Martins, 1976.

SAINT-HILAIRE, A. **A Viagem às nascentes do Rio São Francisco**. São Paulo: Nacional, 1937.

SAMARA, E. M. Os agregados: uma tipologia ao fim do período colonial (1780-1830). **Estudos Econômicos**, v.11, n.3, p.159-168, 1981.

SAMARA, E. M. **A família brasileira**. São Paulo: Brasiliense, 1983.

SAMARA, E. M. A família no Brasil: história e historiografia. **História Revista**, v. 2, n. 2, p. 1, 1997.

SAMARA, E. M. **As mulheres, o poder e a família: São Paulo, século XIX**. São Paulo: Marco Zero/Secretaria de Estado e Cultura de São Paulo, 1989.

SAMPAIO, P. A. Terras devolutas e latifúndio. **Economia e Sociedade**, v. 5, n. 1, 2016. Disponível em: <<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/ecos/article/view/8643194/10738>>. Acesso em: 16 mar. 2021.

SANCHES, T. Índícios de comércio no caminho do Anhanguera a partir de meados do século XVIII. **Anais do XXVI Simpósio Nacional de História/ANPUH**, 2011. Disponível em: <http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1300389465_ARQUIVO_TEXTO_ANPUH.pdf>. Acesso em: 16 mar. 2021.

SANTOS, A. T. Relações Brasil-Inglaterra pós 1845 e o tráfico de escravos: o rompimento, o Bill Aberdeen e a Lei Eusébio de Queirós. **Revista de Iniciação Científica da FFC - (Cessada)**, v. 13, n. 2, 2013. Disponível em: <<http://revistas.marilia.unesp.br/index.php/ric/article/view/2313>>. Acesso em: 13 maio 2021.

SANTOS, J. R. **Escravos e senhores em Mogi das Cruzes: a estrutura da posse de escravos, 1777-1829**. Tese (Mestrado) Faculdade de História, Direito e Serviço Social, Universidade Estadual Paulista, 2001.

SCHAWARTZ, S. B. **Segredos internos: engenhos e escravos na sociedade colonial, 1550 – 1835**. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

SCHWARTZ, S. B. **Escravos, roceiros e rebeldes**. Bauru: Edusc, 2001. SLENES, Robert W. **Na Senzala, uma flor**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

SCOTT A. S. V. A; SCOTT, D. **Cruzamento Nominativo de Fontes: desafios, problemas e algumas reflexões para a utilização dos registros paroquiais**. XV Encontro Nacional de Estudos de População. Caxambu – MG, Setembro 2006.

SCOTT, A. S. V. **Dinâmica Familiar da Elite Paulista (1765-1836)**. Tese de Mestrado. Universidade de São Paulo, 1987.

SCOTT, A. S. V.; CARDOZO, J. C. S.; FREITAS, D. T. L.; SILVA, J. F. (org). **História da Família no Brasil meridional: temas e perspectivas**. São Leopoldo: Oikos, editora UNISINOS, 2014.

SCOTT, A. S. V.; SCOTT, D. NACAOB: una opción informatizada para historiadores de la familia. In: CELTON, Dora; GHIRARDI, Mónica; CARBONETTI, Adrián. (Org.). **Poblaciones históricas: fuentes, métodos y líneas de investigación**. Rio de Janeiro: ALAP, 2009.

SCOTT, A. S. V.; SCOTT, D. Uma alternativa metodológica para o cruzamento semiautomático de fontes nominativas: o NACAOB como opção para o caso luso-brasileiro. In: BOTELHO, Tarcísio; Van Leeuwen, Marco H.D. (Org.). **História social: perspectivas metodológicas**. Belo Horizonte: Veredas & cenários, 2012.

SCOTT, A. S. V. As teias que a família tece: uma reflexão sobre o percurso da história da família no Brasil. **História: Questões & Debates**, v. 51, 2009. Disponível em: <<http://revistas.ufpr.br/historia/article/view/19983>>. Acesso em: 10 maio 2021.

SCOTT, A. S. V. A contribuição da demografia histórica para a história da população e da família no Brasil. **Revista de Demografia Histórica – Journal of Iberoamerican Population Studies**, v.16, n.1, 1998.

SEGUNDO, L. Para além do cativo: Batismo, compadrio e casamento como símbolos da dinâmica social entre cativos e livres na freguesia de Limoeiro/Província do Ceará (1862 – 1872). **Revista Outros Tempos**, v. 5, n. 5, 2008. Disponível em: <https://www.outrostempos.uema.br/index.php/outros_tempos_uema/article/view/223>. Acesso em: 21 maio 2021.

SILVA, C. L. **Entre batismos, testamentos e cartas: as alforrias e as dinâmicas de mestiçagens em São João del-Rei (1750 – 1850)**. Tese, Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas., Minas Gerais, 2017. Disponível em: <https://repositorio.ufmg.br/bitstream/1843/BUBD-AVSEBA/1/tese_cristiano_lima_da_silva.pdf>. Acesso em: 21 maio 2021.

SILVA, C. L. Senhores e também padrinhos: relações de compadrio e as alforrias na pia batismal em São João del-Rei (1750-1850). **Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH**, 2011. Disponível em: <http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1300876903_ARQUIVO_textoanpuhcristianook.pdf>. Acesso em: 21 maio 2021.

SILVA, G. C. M. **Na cor da pele, o negro: conceitos, regras, compadrio e sociedade escravista na Vila do Recife (1790-1810)**. Tese, Universidade Federal de Pernambuco, CFCH. Programa de Pós-Graduação em História, Pernambuco, 2014. Disponível em: <<https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/17970>>. Acesso em: 21 maio 2021.

SILVA, M. A. da (coord.) **República em migalhas: história regional e local**. São Paulo: Marco Zero/MCT/CNPQ, 1990.

SOARES, E. C. L. **Família, compadrio e relações de poder no Marajó (séculos XVIII e XIX)**. Tese, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2010. Disponível em: <<https://sapiencia.pucsp.br/handle/handle/13219>>. Acesso em: 21 maio 2021.

SOARES, L. O. **No caminho dos Goiazes**: formação e desenvolvimento da economia escravista na Mogi-Mirim do século XIX. Dissertação (Mestrado). São Paulo: FFLCH/USP, 2003.

SOUZA, K. C. N. **Tecendo Redes e Construindo Histórias: o apadrinhamento dos escravos adultos no Distrito Diamantino entre os anos de 1744 a 1758**. Programa de PósGraduação em História do Instituto de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Federal de Ouro Preto, Ouro Preto, 2006. Disponível em: <<https://seer.ufrgs.br/anos90/article/view/6408>>. Acesso em: 21 maio 2021.

STEARNS, P. **A infância**. São Paulo: Contexto, 2006.

TEIXEIRA, P. E. **A formação das famílias livres**. 1ª. ed. São Paulo: Editora Unesp, 2011.

TEIXEIRA, P. E. **O outro lado da família brasileira**. Campinas/SP: Unicamp, 2004.

TEIXEIRA, P. E. O processo migratório na formação de Campinas: 1765-1830. **Revista Brasileira de Estudos de População**, v. 19, p. 75-94, 2002.

TOPIK, S. **A presença do Estado na economia política do Brasil de 1889 a 1930**. Rio de Janeiro: Record, 1987.

TOSI, P.G. **Capitais do interior**: Franca e a história da indústria coureiro-calçadista (1860-1945). Campinas, Tese (Doutorado) – Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas, 1998.

VASCONCELOS, M. C. **Mães solteiras escravas no litoral sul-fluminense, século XIX**. Simpósio Fazendo Gêneros: Diásporas, Diversidades, Deslocamentos. 2010.

VENÂNCIO, R.P. **A madrinha ausente**: condição feminina no Rio de Janeiro – 1750-1800. IPE, USP. 1986.

VENÂNCIO, R. P.; SOUSA, M. J. F. de & PEREIRA, M. T. G.. O compadre do Governador: redes de compadrio em Vila Rica em fins do século XVIII. In: **Revista Brasileira de História**, São Paulo, 26(52), 2006.

VIDAL, F. As relações de compadrio na cidade: tradição ou rede?. **Ler História**, n. 46, p. 223-238, 2004.

VIDE, Dom Sebastião Monteiro da. **Constituições primeiras do arcebispado da Bahia**. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 1853. Disponível em: <<https://www2.senado.leg.br/bdsf/item/id/222291>>. Acesso em: 21 maio 2021.

WARDE, M. J. **Repensando os estudos sociais de história da infância no Brasil.** Florianópolis: Perspectivas, 2007.

WASSERMAN, S.; FAUST, K.. **Social Network Analysis: methods and applications.** Cambridge: Cambridge University Press, 1994.